ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 21
Brasília - DF, terça-feira, 30 de janeiro de 2018

## Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Executivo ..... 1
Presidência da República ..... 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..... 2
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ..... 3
Ministério da Cultura ..... 11
Ministério da Defesa ..... 12
Ministério da Educação ..... 13
Ministério da Fazenda ..... 14
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ..... 48
Ministério da Integração Nacional ..... 48
Ministério da Justiça e Segurança Pública ..... 48
Ministério da Saúde ..... 50
Ministério de Minas e Energia ..... 58
Ministério do Esporte ..... 62
Ministério do Meio Ambiente ..... 63
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ..... 63
Ministério do Trabalho ..... 69
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ..... 74
Ministério Público da União ..... 75
Defensoria Pública da União ..... 78
Poder Judiciário ..... 79
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 135

## Atos do Poder Executivo

### DECRETO Nº 9.272, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Prorroga a **vacatio legis** do Decreto nº 9.266, de 15 de janeiro de 2018, que altera o Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Fazenda, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, e altera o Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, que dispõe sobre a composição e as competências da Comissão de Financiamentos Externos.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

**D E C R E T A :**

Art. 1º O Decreto nº 9.266, de 15 de janeiro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º Este Decreto entra em vigor em 16 de fevereiro de 2018." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
*Dyogo Henrique de Oliveira*

### DECRETO DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre o limite máximo anual para as despesas com o Programa Seguro-Emprego.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11-A da Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica estabelecido o limite máximo anual para as despesas com o Programa Seguro-Emprego correspondente ao valor constante na Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, no valor de R$ 331.600.500,00 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos mil e quinhentos reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
*Dyogo Henrique de Oliveira*

## Presidência da República

### CASA CIVIL

### INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

ALTERA ITENS DO DOC-ICP-05.03, VERSÃO 1.6, PARA ATUALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA NA ICP-BRASIL.

**O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art. 9º do anexo I do Decreto nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, pelo art. 1º da Resolução nº 33, do Comitê Gestor da ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004,

Considerando a necessidade de atualizar os processos tecnológicos da identificação biométrica na ICP-Brasil, resolve:

Art. 1º A alínea "f" do fluxo de cadastro do item 3.4 do DOC-ICP-05.03, versão 1.6, passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.4
.....

f. Após receber a resposta (VRE) do último PSBio na rede;

f1. Se houve alguma resposta da biometria encontrada em outro registro em outro PSBio (VRE do tipo M), notifica a AC sobre duplicidade e aguarda a resolução por parte das ACs (AC entrará em contato com o ITI).

....." (NR)

Art. 2º O item 4 do DOC-ICP-05.03, versão 1.6, passa a vigorar com a seguinte redação:

"4. BASE BIOMÉTRICA LOCAL (AC/PSS)

A AC/PSS deve manter em base de dados a relação entre dados biográficos dos requerentes de certificados digitais e seus respectivos IDNs (identificador de registro biométrico).

A AC/PSS deve garantir a segregação entre dados biográficos e dados biométricos, além de tratar adequadamente a segurança contra acesso e divulgação não autorizadas.

A AC/PSS deve garantir que os registros da base local estejam em constante cadastro e atualização com a base do seu PSBio.

A AC/PSS também deve manter as imagens das biometrias coletadas (impressão digital e face) em arquivo. Pode, a seu critério, manter sistema biométrico capaz de realizar operação de verificação (1:1) com o objetivo de fazer uma validação da identificação do requerente antes de submeter a transação de verificação ou cadastro, no caso de coleta antes do PSBIo operar ou voltar de uma interrupção, ao PSBio. Qualquer irregularidade no processo 1:N, se for o caso, deve-se revogar o certificado digital.

NOTA: A verificação 1:1 em base local da AC/PSS não dispensa a necessidade de submeter a transação ao PSBio." (NR)

Art. 3º O campo FGP da tabela do item 8.3.1.1.4 do DOC-ICP-05.03, versão 1.6, passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.3.1.1.4
.....

| Identificador | Índice do campo | Nome do campo | Tipo de caracteres | Tamanho por ocorrência | | Ocorrências | | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Min | Max | Min | Max | |
| ..... | | | | | | | | |
| FGP | 14.013 | Número indexador do dedo | Ver NIST ITL 1-2011 | | | | | 1: Polegar esquerdo<br>2: Indicador esquerdo<br>3: Dedo médio esquerdo<br>4: Anelar esquerdo<br>5: Dedo mínimo esquerdo |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | 6: Polegar direito<br>7: Indicador direito<br>8: Dedo médio direito<br>9: Anelar direito<br>10: Dedo mínimo direito |

....."

(NR)

Art. 4º Aprovar a versão 1.7 do documento DOC-ICP-05.03 - PROCEDIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA NA ICP-BRASIL.

§ 1º As demais cláusulas do referido documento, na sua versão imediatamente anterior, integram a presente versão e mantêm-se válidas.

§ 2º O documento referido no caput encontra-se disponibilizado, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS

## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### SECRETARIA EXECUTIVA

### SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS

#### PORTARIA Nº 20, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições contidas no artigo 44, do Regimento Interno das SFA's, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010, e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa MAPA Nº 53, de 23/10/2013, na Lei nº 6.894, de 16/12/1980, no Decreto nº 4.954, de 14/01/2004, e o que consta do Processo nº 21020.000196/2018-10, resolve:

Art. 1º Credenciar o INSTITUTO AGROCIÊNCIA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, CNPJ nº 18.257.498/0001-38, situada na Rua PS-11, nº 257, Residencial Portal do Sol, Município de Jataí - GO, para, na qualidade de Instituição Privada de Pesquisa, realizar trabalhos de experimentação agronômica dos produtos novos abrangidos pelo art. 15 do Regulamento da Lei nº 6.894, de 1980, visando comprovar a sua viabilidade e eficiência agronômica para fins de registro, comercialização e uso no país.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por cinco anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO DE FRANÇA

### SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO

#### PORTARIA Nº 4, DE 25 DE JANEIRO DE DE 2018

O SECRETÁRIO DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 25 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 e no Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016 e o que consta do Processo no 21000.048494/2016-59, resolve:

Art. 1º Submeter à consulta pública, por um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa, Anexo I da presente Portaria, que aprova a lista preliminar de espécies animais domesticadas que foram introduzidas no território nacional, utilizadas nas atividades pecuárias.

Parágrafo único. O Projeto de Instrução Normativa citado no caput deste artigo estará disponível na rede mundial de computadores, no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através do endereço http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/participacaosocial/consultas-publicas

Art. 2º As sugestões advindas da consulta pública de que trata o art. 1º , uma vez tecnicamente fundamentadas, deverão observar o modelo constante do Anexo II desta Portaria e ser encaminhadas, por escrito, ao seguinte endereço: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável, Coordenação-Geral de Qualidade, Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo Ala B, 1º andar, sala 103-B, CEP: 70.043- 900, Brasília - DF, ou para o endereço eletrônico drg.cgq@agricultura.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RODRIGUES PINHEIRO DÓRIA

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, no Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, e o que consta do Processo no XXXX, resolve:

Art. 1º Aprovar a lista preliminar de espécies animais domesticadas que foram introduzidas no território nacional, utilizadas nas atividades pecuárias, na forma do anexo.

§ 1º - As espécies animais listadas no anexo não são consideradas patrimônio genético encontrado em condições in situ no território nacional.

§ 2º - As espécies que ainda não constarem no anexo não necessariamente serão consideradas como patrimônio genético encontrado em condições in situ no território nacional.

§ 3º - A lista completa incluirá todas as espécies animais introduzidas, inclusive espécies da pesca e aquicultura, insetos, artrópodes e demais animais de importância nas atividades agrícolas.

Art. 2º A revisão da lista de referência de espécies animais introduzidas no território nacional, utilizadas nas atividades agrícolas, será definida e divulgada no sítio eletrônico do MAPA: www.agricultura.gov.br, até o dia 31 de março de cada ano.

Parágrafo único - Não havendo nova publicação conforme previsto no caput deste artigo, permanece vigente a lista do ano anterior.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

Lista de referência de espécies animais domesticadas que foram introduzidas no território nacional, utilizadas nas atividades pecuárias.

| Espécie | Nome Científico |
|---|---|
| Abelha | *Appis mellifera* |
| Avestruz | *Strut hio camelus* |
| Bicho-da-seda | *Bombyx mori* L. |
| Bovino | *Bos taurus (inclui B. taurus taurus e B. taurus indicus)* |
| Bubalino | *Bubalus bubalis* |
| Caprino | *Capra hircus* |
| Chinchila | *Chinchilla lanigera* |
| Codorna | *Coturnix coturnix* |
| Coelho | *Oryctolagus cuniculus* |
| Equino | *Equus caballus* |
| Escargot | *Helix aspersa*; *Helix pomatia*; *Helix lucorum* |
| Faisão | *Phasianus colchicus* |
| Galinha | *Gallus gallus domesticus* |
| Galinha D'Angola | *Numida meleagris* |
| Ganso | *Anser domesticus* |
| Marreco | *Anas penelope* |
| Ovino | *Ovis aries* |
| Pato | *Anas platyrhynchos* |
| Peru | *Meleagris gallopavo* |
| Suíno | *Sus scrofa* |

ANEXO II

| | | |
|---|---|---|
| Nome Completo (pessoa física ou jurídica responsável pela sugestão): | | |
| Endereço (pessoa física ou jurídica responsável pela sugestão): | | |
| Cidade: | UF: | |
| Telefone: ( ) | Fax: ( ) | E-mail: |
| Segmento de atuação: | | |
| Texto publicado na Consulta Pública: | Sugestão de inclusão, exclusão ou nova redação para o texto publicado na Consulta Pública (destacado ao lado) | |
| Justificativa tecnicamente embasada para a sugestão apresentada: | | |

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

# Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 4.097/SEI, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 6º, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 01250.038972/2014-44, resolve:

Art. 1º Dar publicidade as portarias que outorgaram autorização para o Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, às entidades relacionadas no anexo constante da Nota Técnica nº 14.663/2017/SEI-MCTIC, do processo nº 01250.038972/2014-44, cuja relação ficará disponível no sítio eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, espaço do Radiodifusor.

Art. 2º Convalidar os atos praticados, com fundamento no artigo 55, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, desde que possuam como único vício a ineficácia das referidas portarias por ausência de publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GILBERTO KASSAB

### PORTARIA Nº 7.503/SEI, DE 3 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e o disposto no art. 113, § 1§, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.062018/2015-11, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25.435/2017/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1.474/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de abril de 2016, a permissão outorgada à Radio Independente de Barretos Ltda. - EPP, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Colina, estado de São Paulo, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 1.954, de 1 de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2002.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

### PORTARIA Nº 262, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01200.708125/2016-63, de 4 de novembro de 2016, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Alliage S/A Indústrias Médico Odontológica, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 55.979.736/0014-60, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Aparelho de raios X odontológico.

Modelos: RAIOS X ODONTOLóGICO SOMMO PAREDE; RAIOS X ODONTOLóGICO SOMMO COLUNA FIXA; RAIOS X ODONTOLóGICO SOMMO COLUNA MóVEL; RAIOS X ODONTOLóGICO SOMMO PANTOGRáFICO COLUNA FIXA; RAIOS X ODONTOLóGICO SOMMO PANTOGRáFICO COLUNA MóVEL; RAIOS X ODONTOLóGICO SOMMO PANTOGRáFICO PAREDE; RAIOS X ODONTOLóGICO TIMEX 70E PANTOGRáFICO PISO; RAIOS X ODONTOLóGICO TIMEX 70E PISO; RAIOS X ODONTOLóGICO TIMEX 70E PANTOGRáFICO PAREDE; RAIOS X ODONTOLóGICO TIMEX 70E PAREDE; RAIOS X ODONTOLóGICO TIMEX 70E COLUNA MóVEL; RAIOS X ODONTOLóGICO TIMEX 70E PANTOGRáFICO COLUNA MóVEL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

### PORTARIA Nº 263, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01200.708482/2016-21, de 9 de novembro de 2016, que o produto, e respectivo modelo descrito abaixo, desenvolvido pela empresa NHS Sistemas Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 81.048.837/0001-02, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Equipamento de alimentação ininterrupta de energia (UPS ou No-break).

Modelo: NHS DIGISENO GATE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

### PORTARIA Nº 266, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01200.708663/2016-58, de 11 de novembro de 2016, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 82.901.000/0001-27, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Aparelho para interface entre dispositivos sensores e central de alarme, capaz de transmitir sinais para acionamento remoto de cargas, baseado em técnica digital.

Modelos: XEZ 4008 SMART; XEP 4004 SMART.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

### PORTARIA Nº 268, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01200.708761/2016-95, de 14 de novembro de 2016, que o produto, e respectivo modelo descrito abaixo, desenvolvido pela empresa FIT Networks Tecnologia em Informática e Telecomunicações Ltda. - EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 15.171.370/0001-69, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: COMUTADOR DE PACOTES ("SWITCH'), PRÓPRIO PARA INTERCONEXÃO DE REDES POR FIBRA ÓPTICA A REDES POR FIO.

Modelo: FNO08-POE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

### PORTARIA Nº 269, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.000902/2016-32, de 18 de novembro de 2016, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Radioenge Equipamentos de Telecomunicações Ltda. - ME, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 09.092.846/0001-73, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Sistema de monitoramento de central de alarmes com transmissão de dados por radiofrequência.

Modelos: RFMON460A; RFMON460M; RFMON915M; RFMON915A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

### PORTARIA Nº 271, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.010009/2016-15, de 21 de dezembro de 2016, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Landis+Gyr Equipamentos de Medição Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 58.900.754/0001-88, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Contador bifásico digital de energia elétrica.

Modelos: E450-B1C3-AR; E450-B1C3-AN.

Produto 2: Contador trifásico digital de energia elétrica.

Modelos: E450-B1E3-AR; E450-B1E3-AN.

Produto 3: Contador monofásico digital de energia elétrica.

Modelos: E430-B1B3-AR; E430-B1B3-AN; E430-B1A3-AR; E430-B1A3-AN.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

### PORTARIA Nº 272, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01200.706819/2016-66, de 17 de outubro de 2016, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa AD-ALL Industrial Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 92.822.220/0001-19, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Comutador ("switch") para redes com fio, padrão RS485.

Modelos: IR ZAPPER; SMARTHUB; POWERHUB.

Produto 2: Controlador lógico programável.

Modelos: GREENPLUG; AUTOHAUS; QUICKLIGHT; QUICKLIGHT-F; RELAY16; RELAY24; HEXALIFT; DUALGATE; INPUT16; GREENPLUG-12; GREENPLUG-16; GREENPLUG-20; GREENPLUG-24; GREENPLUG-28.

Produto 3: Regulador de temperatura, baseado em técnica digital.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Modelos: TERMOPADT4; TERMOPADT6; TERMOPAD PREMIUM.

Produto 4: Teclado para geração de código para acionamento ou comando de cargas elétricas e equipamentos eletrônicos, baseado em técnica digital.

Modelos: KEYPAD 2X4 R45 PREMIUM; KEYPAD 4X4 R45 PREMIUM; KEYPAD 2X4 ACCESS PREMIUM; KEYPAD 4X4 ACCESS PREMIUM; KEYPAD 2X4 MULTIROOM PREMIUM; KEYPAD 4X4 MULTIROOM PREMIUM; KEYPAD 2X4 R45 PULSAR; KEYPAD 4X4 R45 PULSAR.

Produto 5: Unidade funcional para comando de abertura de porta constituída de puxador externo com sinalização visual e acústica, fonte de alimentação e controlador programável com acionamento remoto.

Modelo: MAXDOOR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 274, DE 16 DE JANEIRO DE 2018**

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.007132/2017-30, de 6 de fevereiro de 2017, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Incontrol Controles Industriais Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 04.702.978/0001-56, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Aparelho para controle automático de temperatura, baseado em técnica digital.

Modelos: K114 110/220; G103 PID 110/220; S106 MAX - RA - M220; S106 MAX - RB - M220; S106 MAX - RA - T220; S106 MAX - RB - T220; S106 MAX - RC - T220; S106 MAX - RD - T220; S106 MAX - RE - T220; S106 MAX - RF - T220; S106 MAX - CA - M220; S106 MAX - CB - M220; S106 MAX - CC - T220; S106 MAX - CD - T220; S106 MAX - CE - T220; S106 MAX - CF - T220; S106 MAX - RA - T380; S106 MAX - RB - T380; S106 MAX - RC - T380; S106 MAX - RD - T380; S106 MAX - RE - T380; S106 MAX - RF - T380; S106 MAX - CA - T380; S106 MAX - CB - T380; S106 MAX - CC - T380; S106 MAX - CD - T380; S106 MAX - CE - T380; S106 MAX - CF - T380.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 276, DE 16 DE JANEIRO DE 2018**

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.009856/2016-37, de 20 de dezembro de 2016, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Exatron Indústria Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 90.191.529/0001-22, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Sensor de presença microcontrolado.

Modelos: SPP0LEZU; SPP0LEZE; SPP0LENE; SPP0LESA; SPP0LEPP; SPR0SOLM; SPT0E27LM; SPF0EXBCLM; SPTONILM; SPF0ZDLM; SPF0EXPTLM; SPP0TRLM; SPT0FQLM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 278, DE 16 DE JANEIRO DE 2018**

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01250.007736/2016-03, de 13 de dezembro de 2016, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Noxxon Sat Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 08.163.526/0002-85, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Rastreador para veículos automotores, com GPS e comunicação via rede celular.

Modelos: RASTREADOR VEICULAR NX 5000; RASTREADOR VEICULAR NX5000 COMPACTO; RASTREADOR VEICULAR NX6000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 279, DE 16 DE JANEIRO DE 2018**

Suspensão de habilitação de produto à fruição de incentivo fiscal de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.031845/2017-14, de 31 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º Suspender, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, a habilitação à fruição de benefício fiscal de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, concedida a empresa Space Tech Indústria, Comércio, Importação, Exportação de Equipamentos de Informática Eireli, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 07.660.698/0001-10, quando da fabricação de seguinte produto:

| Produto | Portaria de Habilitação MCT/MDIC/MF |
|---|---|
| Unidade de Processamento digital, de pequena capacidade, baseada em microprocessadores | nº 144, de 15 de março de 2007, publicada em 16 de março de 2007 |

Art. 2º Determinar que a suspensão será de até cento e oitenta dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 281, DE 16 DE JANEIRO DE 2018**

Suspensão de habilitação de produto à fruição de incentivo fiscal de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.063317/2017-24, de 13 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Suspender, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, a habilitação à fruição de benefício fiscal de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, concedida a empresa Sonabyte Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 55.409.759/0001-14, quando da fabricação de seguinte produto:

| Produto | Portaria de Habilitação MCT/MDIC/MF |
|---|---|
| Aparelho para rastreamento, para veículos automotores com GPS e comunicação via telefone celular. | nº 323, de 11 de maio de 2009, publicada em 12 de maio de 2009 |

Art. 2º Determinar que a suspensão será de até cento e oitenta dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 282, DE 16 DE JANEIRO DE 2018**

Suspensão de habilitação de produto à fruição de incentivo fiscal de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.066055/2017-50, de 26 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Suspender, por descumprimento de exigências estabelecidas no art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, a habilitação à fruição de benefício fiscal de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, concedida a empresa Nastek Indústria e Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 06.105.356/0001-76, quando da fabricação de seguinte produto:

| Produto | Portaria de Habilitação MCTI/MDIC |
|---|---|
| Microcomputador portátil, com tela sensível ao toque ("Touch Screen") (tablet PC). | 93, de 27/02/2015, DOU 02/03/2015 |

Art. 2º Determinar que a suspensão será de até cento e oitenta dias e vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, se expire o prazo estabelecido, quando se dará o cancelamento dos benefícios, com o ressarcimento do imposto dispensado, atualizado e acrescido de multas pecuniárias aplicáveis aos débitos fiscais relativos aos tributos da mesma natureza, referente ao período de inadimplemento, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 425 DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Altera a Portaria nº 2.099, de 19 de abril de 2017, que "Estabelece os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Infraestrutura - GDAIE no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e o inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, na Lei nº 11.539, de 9 de novembro de 2007, na Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, no Decreto nº 8.107, de 6 de setembro de 2013, na Portaria Interministerial MP/MCTI nº 428, de 06 de setembro de 2012, e na Portaria SEGEP/MP nº 103, de 12 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º O §4º do art. 4º e os incisos II e VII do art. 7º da Portaria nº 2.099, de 19 de abril de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

.....

§4º Os valores a serem pagos a título de GDAIE serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos aferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto, constante no Anexo III da Lei nº 11.539, de 08 de novembro de 2007, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão em que se encontra posicionado o servidor."(NR)

....."

"Art. 7º

.....

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - Secretaria-Executiva:
a) Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais;
b) Diretoria de Gestão de Entidades Vinculadas;
c) Diretoria de Gestão Estratégica;
d) Diretoria de Administração:
1. Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças;
2. Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas; e
3. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.
e) Diretoria de Tecnologia da Informação.
.....
VII - Secretaria de Telecomunicações; e (NR)
....."
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
## CONSELHO DIRETOR

### RESOLUÇÃO Nº 690, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Aprova o Regulamento de Restituição e Compensação das Receitas Administradas pela Anatel e dá outras providências.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; na Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991; na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; na Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008; na Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009; e no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972;

CONSIDERANDO que a consolidação, em um único instrumento normativo interno, de todas as regras e procedimentos irá conferir maior clareza, transparência e segurança jurídica à restituição e à compensação das receitas administradas pela Anatel;

CONSIDERANDO que a uniformização do tratamento conferido às receitas arrecadadas pela Agência trará maior previsibilidade e segurança ao processamento dos pedidos de restituição e compensação, bem como possibilitará que a avaliação desses pedidos seja mais precisa e célere;

CONSIDERANDO os comentários recebidos mediante a Consulta Pública nº 1, de 5 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 subsequente;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 842, de 18 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.008064/2012-26, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, o Regulamento de Restituição e Compensação das Receitas Administradas pela Anatel.

Art. 2º Revogar o Título IV do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001.

Art. 3º Revogar o Capítulo VII do Anexo à Resolução nº 247, de 14 de dezembro de 2000.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ANEXO

REGULAMENTO DE RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

TÍTULO I

OBJETIVO E ABRANGÊNCIA

Art. 1º Este Regulamento estabelece as diretrizes e critérios aplicáveis aos procedimentos de restituição e de compensação das receitas administradas e arrecadadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

TÍTULO II

DA RESTITUIÇÃO

CAPÍTULO I

DA RESTITUIÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Art. 2º O sujeito passivo de créditos tributários arrecadados pela Anatel tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nas seguintes hipóteses:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento; ou,

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 3º A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Art. 4º O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 2º, da data da extinção do crédito tributário; e,

II - na hipótese do inciso III do art. 2º, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Parágrafo único. Para efeito do inciso I, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

CAPÍTULO II

DA RESTITUIÇÃO DE CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS

Art. 5º O sujeito passivo poderá solicitar a restituição de créditos não tributários nos casos de pagamento indevido ou a maior, observado, no que couber, o disposto no Capítulo I deste Título e na legislação específica de cada espécie creditícia.

TÍTULO III

DA COMPENSAÇÃO

CAPÍTULO I

DA COMPENSAÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 6º Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o interessado poderá requerer a compensação desse valor com débito relativo a período subsequente.

§ 1º O crédito do interessado contra a Anatel deve ser líquido, certo e vencido.

§ 2º Somente poderá ser objeto de compensação o débito do interessado, vencido ou vincendo, ocorrido após o pagamento indevido ou a maior.

§ 3º A compensação só poderá ser efetuada entre tributos da mesma espécie e destinação.

§ 4º Nos casos em que couber a compensação, é facultado ao titular do direito optar pelo pedido de restituição.

Art. 7º O requerimento de compensação deve ser apresentado no prazo indicado no art. 4º deste Regulamento.

Art. 8º Dentre outras hipóteses previstas em lei, não poderá ser objeto de compensação o crédito:

I - oriundo de uma obrigação não tributária;

II - de terceiros;

III - objeto de contestação judicial ou administrativa pelo Requerente, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão; ou,

IV - fundado em alegação de inconstitucionalidade, salvo nos casos em que o ato normativo que fundamentou o pagamento:

a) tenha sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade;

b) tenha tido sua execução suspensa pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal;

c) tenha sido julgado inconstitucional em sentença judicial transitada em julgado a favor do Requerente, em processo no qual esta Agência tenha integrado como parte;

d) seja objeto de súmula vinculante aprovada pelo Supremo Tribunal Federal nos termos do art. 103-A da Constituição Federal; ou,

e) tenha sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de recurso extraordinário repetitivo.

Parágrafo único. Se o débito objeto do pedido já houver sido encaminhado para inscrição em dívida ativa, a avaliação quanto à possibilidade de compensação será efetuada pelo órgão competente da Advocacia-Geral da União, sem prejuízo da observância dos demais requisitos previstos neste Regulamento.

Art. 9º O protocolo do requerimento suspende a exigibilidade do crédito tributário objeto de compensação até a sua apreciação por decisão administrativa definitiva.

Art. 10. Os débitos do sujeito passivo serão compensados na seguinte ordem:

I - na ordem crescente dos prazos de prescrição; e,

II - na ordem decrescente dos montantes.

Art. 11. O crédito do sujeito passivo que exceder ao total dos débitos compensados poderá ser objeto de restituição nos mesmos autos, ficando dispensada a formalização e a autuação do pedido em processo específico.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo se aplica aos casos nos quais a decisão administrativa de indeferimento da compensação reconhece a existência de crédito do interessado contra a Anatel.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

CAPÍTULO I

DO PROCEDIMENTO PARA A RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO

Seção I

Do Requerimento

Art. 12. Podem requerer a restituição ou a compensação:

I - o titular do crédito;

II - a pessoa jurídica sucessora, no caso de sucessão empresarial; e,

III - os sócios, conforme determinado no ato de dissolução, no caso de encerramento das atividades da pessoa jurídica.

Parágrafo único. Em caso de óbito do titular do direito, o requerimento pode ser formulado por aquele que estiver autorizado por alvará ou escritura pública expedida no processo de inventário.

Art. 13. O requerimento indicará os dados do Requerente e de seu representante legal ou contratual, se houver, bem como os fatos e os fundamentos do pedido.

Art. 14. O requerimento de que trata o art. 13 deve indicar ainda:

I - nos casos de restituição:

a) a receita, o valor do crédito e a data do pagamento indevido; e,

b) o nome do banco e o seu código, o número da agência e da conta bancária, cujo titular deve corresponder àquele que faz jus à restituição, salvo nas hipóteses indicadas no parágrafo único do art. 31.

II - nos casos de compensação:

a) a receita, a data do pagamento indevido, o valor do crédito e do débito; e,

b) se houver saldo a ser restituído, o nome do banco e o seu código, o número da agência e da conta bancária, cujo titular deve corresponder àquele que faz jus à compensação, salvo nas hipóteses indicadas no parágrafo único do art. 31.

Art. 15. O requerimento deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - em se tratando de pessoa física:

a) documento de identificação;

b) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

c) registro comercial, no caso de empresário individual; e,

d) termo de tutela ou curatela, alvará ou decisão judicial que autorize o subscritor a formular o requerimento.

II - em se tratando de pessoa jurídica:

a) documento de identificação do signatário do pedido;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, bem como, se for o caso, os documentos relativos à eleição dos administradores ou da diretoria em exercício, em se tratando de sociedades empresárias; e,

c) certidão que comprove a atualidade dos atos constitutivos e da administração da pessoa jurídica emitida pela Junta Comercial ou órgão equivalente há menos de 30 (trinta) dias.

§ 1º No caso de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, também deverá ser apresentada cópia integral do processo, incluindo:

I - a decisão que homologou a desistência da execução do título judicial e a assunção de todas as custas e honorários advocatícios referentes ao processo de execução; ou,

II - cópia da declaração pessoal de inexecução do título judicial protocolada na Justiça Federal e certidão judicial que a ateste.

§ 2º O Requerente poderá juntar outros documentos que considere indispensáveis à comprovação dos fatos e dos fundamentos alegados.

§ 3º Nos casos em que o interessado se fizer representar por procurador, deverá ser juntada, além da procuração, cópia do documento de identificação do procurador.

§ 4º Caso se trate de procuração emitida por meio físico e não haja o reconhecimento de firma, deverá ser juntada adicionalmente cópia do documento de identidade do outorgante ou de seu representante legal.

§ 5º A apresentação de procuração conferida por instrumento público dispensa a apresentação dos documentos listados nos incisos I e II do caput.

§ 6º Se houver imposição legal ou dúvida quanto à autenticidade de quaisquer dos documentos anexados ao processo, a autoridade administrativa poderá exigir a apresentação do original ou o reconhecimento da firma do subscritor.

§ 7º Quando o pedido de restituição e de compensação não exceder 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo nacional, poderá ser dispensada a apresentação da certidão prevista na alínea "c" do inciso II do caput.

Art. 16. A prova documental deverá ser anexada ao requerimento.

Parágrafo único. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada de decisão, juntar novos documentos, a serem analisados pela autoridade competente.

Art. 17. A restituição e a compensação de que trata este Regulamento serão requeridas pelo interessado por meio de formulário eletrônico disponibilizado no sistema de arrecadação e cobrança da Agência.

Parágrafo único. Enquanto não disponibilizado o formulário mencionado no caput deste artigo, o pedido será apresentado por meio de peticionamento eletrônico, observadas as normas que regem o processo eletrônico na Anatel.

Art. 18. Qualquer alteração do requerimento poderá ser solicitada até que seja proferida decisão de mérito.

Parágrafo único. A solicitação de que trata o caput poderá incluir a alteração do objeto do pedido inicial para restituição ou compensação, conforme o caso.

Art. 19. A renovação de pedido de restituição ou de compensação já analisado pela Anatel só será admitida se o Requerente apresentar novas alegações de fato ou de direito, observado o prazo previsto no art. 4º deste Regulamento.

Parágrafo único. Se o pedido for renovado na pendência de apreciação pela autoridade competente, o segundo requerimento será anexado aos autos do processo originário para análise conjunta.

Seção II

Da Análise do Requerimento pela Autoridade Administrativa

Art. 20. Caso a autoridade competente verifique que o requerimento apresenta irregularidades sanáveis, determinará que o Requerente o emende ou o complete no prazo de 15 (quinze) dias.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Se o Requerente não cumprir a exigência, a autoridade arquivará o pedido, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º Se a irregularidade não prejudicar a análise do pleito, a autoridade administrativa dará seguimento ao processo.

§ 3º Nas hipóteses das alíneas a, c, d, e e do inciso IV do art. 8º, os autos deverão ser instruídos com a manifestação do órgão da Advocacia-Geral da União competente para fixar orientações quanto ao cumprimento da decisão judicial.

Art. 21. A autoridade julgadora apreciará a prova constante nos autos e indicará as razões de seu convencimento.

Parágrafo único. A autoridade competente poderá:

I - solicitar a realização de diligências fiscais, inclusive nos estabelecimentos do interessado, a fim de que seja verificada, mediante exame de sua escrituração contábil e fiscal, a exatidão das informações prestadas; e,

II - indeferir as provas que considerar impertinentes, desnecessárias ou que possam ser efetuadas por meio menos oneroso para a Administração.

Art. 22. Após a devida instrução dos autos, a autoridade competente proferirá a decisão.

Parágrafo único. A decisão sobre o pedido de restituição caberá ao Superintendente de Administração e Finanças, o qual poderá delegar tal atribuição ao Gerente de Finanças, Orçamento e Arrecadação, nos limites de competência fixada em Portaria de Delegação.

Art. 23. Para efeito de restituição, será verificada a regularidade fiscal de todos os serviços cadastrados, relativamente às receitas administradas pela Anatel.

Art. 24. Verificada a existência de débitos passíveis de compensação, a autoridade julgadora, antes de proceder à restituição de valores, compensará de ofício o valor a ser restituído com o valor do débito, observado o disposto nos artigos 6º a 8º.

Art. 25. A compensação de ofício será precedida de notificação ao Requerente, para que sobre ela se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento, sendo o seu silêncio considerado como aquiescência.

Art. 26. Não sendo o caso de compensação de ofício, o Requerente será intimado para regularizar os débitos no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 27. Decorrido o prazo dos arts. 25 e 26 sem a regularização dos débitos, o processo será arquivado, ficando facultado ao Requerente solicitar o prosseguimento quando apresentar situação de regularidade.

Art. 28. O Requerente será intimado de todas as decisões envolvendo seu pleito.

Art. 29. Da decisão que indeferir o requerimento de restituição ou de compensação caberá recurso, nos termos e prazos previstos no Regimento Interno da Anatel.

Art. 30. A restituição de valores será efetuada após o expresso e definitivo reconhecimento do direito creditório pela autoridade competente, a qual autorizará a emissão da ordem de pagamento.

Art. 31. A restituição será realizada pela Anatel mediante crédito em conta bancária de titularidade do beneficiário.

Parágrafo único. Excepcionalmente poderá ser admitido o depósito do montante a ser restituído em conta bancária de terceiro, nas seguintes hipóteses:

I - quando a restituição for devida a quem não possua conta bancária, o pagamento será efetuado a pessoa indicada em instrumento de procuração;

II - quando a restituição for devida a incapaz que não possua conta bancária, o pagamento será efetuado a seu representante legal, que deverá apresentar documentação comprobatória dessa condição; ou,

III - quando a área competente verificar a inviabilidade de realizar a restituição na forma do caput.

CAPÍTULO II

DOS CRÉDITOS RECONHECIDOS POR DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO

Art. 32. A compensação de créditos reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado dar-se-á na forma prevista neste Regulamento, caso a decisão não disponha de forma diversa.

Art. 33. Além do disposto no art. 15, a análise do pedido de compensação de créditos reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado observará se:

I - o sujeito passivo figura no polo ativo da ação;

II - a ação se refere a tributo administrado pela Anatel; e,

III - houve trânsito em julgado da decisão.

CAPÍTULO III

DA VALORAÇÃO DE CRÉDITOS

Art. 34. O valor a ser restituído ou compensado será atualizado na forma da legislação aplicável para atualização de tributos e contribuições federais, ressalvadas as hipóteses regidas por normas específicas.

Parágrafo único. As quantias pagas indevidamente a título de juros de mora e das penalidades pecuniárias tributárias relativas às receitas administradas pela Anatel também serão restituídas ou compensadas com os acréscimos legais a que se refere o caput.

Art. 35. Na compensação, os débitos sofrerão a incidência de acréscimos legais, na forma da legislação de regência, até a data do deferimento do pedido por decisão definitiva.

§ 1º A compensação total ou parcial de tributo será acompanhada da compensação, na mesma proporção, dos correspondentes acréscimos legais.

§ 2º Havendo acréscimo de juros sobre o crédito, a compensação será efetuada com a utilização do crédito e dos juros na mesma proporção.

## RETIFICAÇÃO

No Acórdão nº 32, de 5 de janeiro de 2018, publicado no DOU de 23 de janeiro de 2018, Seção 1, página 5, retifica-se o que segue:

Onde se lê:

"a) receber o pedido de suspensão do presente processo administrativo (petição protocolizada sob o nº 53508.000884/2017-12) como exercício do direito de petição, e indeferi-lo por falta de amparo legal, regulamentar ou de decisão judicial;

b) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada por descumprimento ao art. 109, § 1º, do RSTFC, majorando-a de R$ 5.426.500,00 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e quinhentos reais) para R$ 5.697.825,00 (cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais), em razão de antecedentes não considerados na decisão exarada em primeira instância, respeitando-se a metodologia em vigor à época do sancionamento, conforme precedentes deste Conselho Diretor; e,

c) reformar o valor global da multa de R$ 10.948.289,25 (dez milhões, novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos) para R$ 11.455.278,70 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e setenta centavos).

Com relação à alínea "a", a decisão foi por unanimidade, nos termos propostos pelo Conselheiro Leonardo Euler de Morias, por meio da Análise nº 158/2017/SEI/LM (SEI nº 2129687), parte integrante deste acórdão.

Quanto às alíneas "b" e "c", a decisão foi por maioria de quatro votos, nos termos do Voto nº 16/2017/SEI/OR (SEI Nº 2150194), também parte integrante deste acórdão. Neste item, votou vencido o Conselheiro Leonardo Euler de Morais, mantendo seu posicionamento nos termos da Análise nº 158/2017/SEI/LM (SEI nº 2129687)."

Leia-se:

"a) receber o pedido de suspensão do presente processo administrativo (petição protocolizada sob o nº 53508.000884/2017-12) como exercício do direito de petição, e indeferi-lo por falta de amparo legal, regulamentar ou de decisão judicial;

b) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, e reformar, de ofício, sanções de multa aplicadas, em razão das seguintes medidas:

b.1) provimento quanto à descaracterização de 77 (setenta e sete) infrações ao art. 100, § 4º, do RSTFC, reduzindo-se o valor da multa aplicada de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) para R$ 13.125,00 (treze mil, cento e vinte e cinco reais), já computado os antecedentes da Infratora, observado o disposto nos itens 4.40 e 4.41 da Análise nº 158/2017/SEI/LM (SEI nº 2129687);

b.2) não provimento quanto à inobservância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade em relação à multa aplicada originariamente no que tange à infração ao art. 109, § 1º, do RSTFC;

b.3) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada por descumprimento ao art. 109, § 1º, do RSTFC, majorando-a de R$ 5.426.500,00 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e quinhentos reais) para R$ 5.697.825,00 (cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais), em razão de antecedentes não considerados na decisão exarada em primeira instância, respeitando-se a metodologia em vigor à época do sancionamento, conforme precedentes deste Conselho Diretor;

b.4) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada pelo descumprimento do art. 17, § 7º, do RSTFC, de R$ 1.070.157,85 (um milhão, setenta mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para R$ 1.123.665,74 (um milhão, cento e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), considerando a existência de antecedentes em nome da Infratora;

b.5) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada pelo descumprimento do art. 19 do RSTFC, de R$ 1.070.157,85 (um milhão, setenta mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para R$ 1.123.665,74 (um milhão, cento e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), considerando a existência de antecedentes em nome da Infratora;

b.6) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada pelo descumprimento do art. 46, I, do RSTFC, de R$ 1.070.157,85 (um milhão, setenta mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para R$ 1.123.665,74 (um milhão, cento e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), considerando a existência de antecedentes em nome da Infratora;

b.7) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada pelo descumprimento do art. 63, § 7º, do RSTFC, de R$ 1.070.157,85 (um milhão, setenta mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para R$ 1.123.665,74 (um milhão, cento e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), considerando a existência de antecedentes em nome da Infratora;

b.8) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada pelo descumprimento do art. 74, § 3º, do RSTFC, de R$ 1.070.157,85 (um milhão, setenta mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) para R$ 1.123.665,74 (um milhão, cento e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), considerando a existência de antecedentes em nome da Infratora;

b.9) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada pelo descumprimento do art. 75, § 1º, do RSTFC, de R$ 2.000,00 (dois mil reais) para R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), considerando a existência de antecedentes em nome da Infratora;

b.10) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada pelo descumprimento do art. 102, caput, do RSTFC, de R$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais) para R$ 91.350,00 (noventa e um mil, trezentos e cinquenta reais), considerando a existência de antecedentes em nome da Infratora;

b.11) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada pelo descumprimento do art. 102, § 2º, do RSTFC, de R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) para R$ 29.925,00 (vinte e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais), considerando a existência de antecedentes em nome da Infratora; e,

b.12) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada pelo descumprimento do art. 104 do RSTFC, de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para R$ 2.625,00 (dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais), considerando a existência de antecedentes em nome da Infratora; e,

c) reformar o valor global da multa de R$ 10.948.289,25 (dez milhões, novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos) para R$ 11.455.278,70 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e setenta centavos).

Com relação às alíneas "a", "b.1" e "b.4" a "b.12", a decisão foi por unanimidade, nos termos propostos pelo Conselheiro Leonardo Euler de Morais, por meio da Análise nº 158/2017/SEI/LM (SEI nº 2129687), parte integrante deste acórdão.

Quanto às alíneas "b.2", "b.3" e "c", a decisão foi por maioria de quatro votos, nos termos do Voto nº 16/2017/SEI/OR (SEI nº 2150194), também parte integrante deste acórdão. Nestes itens, votou vencido o Conselheiro Leonardo Euler de Morais, mantendo seu posicionamento nos termos da Análise nº 158/2017/SEI/LM (SEI nº 2129687)."

## RETIFICAÇÃO

No Acórdão nº 608, de 28 de novembro de 2017, publicado no DOU de 5 de dezembro de 2017, Seção 1, página 8, retifica-se o que segue:

Onde se lê:
"CNPJ/MF nº 03.539.348/0001-40".
Leia-se:
"CNPJ/MF nº 03.542.946/0001-78".

# SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

# GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

## ATOS DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Nº 551 Expede autorização à GERDAU AÇOS LONGOS S.A., CNPJ nº 07358761003184, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 552 Expede autorização ao MUNICIPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAI, CNPJ nº 18192898000102, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 555 Expede autorização à CULTURA PRODUTOS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 11540104000105, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 556 Expede autorização à ARCELORMITTAL CONTAGEM S.A, CNPJ nº 25878901000101, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 558 Outorga autorização para uso de radiofrequências ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 21154877000107 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 564 Outorga autorização para uso de radiofrequências à MINERAÇÃO BELOCAL LTDA, CNPJ nº 06730693000235 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 567 Outorga autorização para uso de radiofrequências à MANOEL DA CUNHA PEREIRA SOARES PEIXOTO, CPF nº 00102016615 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 568 Outorga autorização para uso de radiofrequências à JOÃO EMILIO ROCHETO, CPF nº 01690616806 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 569 Outorga autorização para uso de radiofrequências à RENAF TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 07311751000178 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 570 Outorga autorização para uso de radiofrequências à PEDRO AGUIAR BIANCHINI, CPF nº 44258348015 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 571 Outorga autorização para uso de radiofrequências à USINA AÇUCAREIRA DE PASSOS S.A., CNPJ nº 23272271000100 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 572 Outorga autorização para uso de radiofrequências à GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 50844182002018 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 573 Outorga autorização para uso de radiofrequências à CSN MINERAÇÃO S.A., CNPJ nº 08902291000115 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 575 Outorga autorização para uso de radiofrequências à COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 17281106000103 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARCELO LÚCIO NUNES
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

## UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### ATO Nº 143, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à MAIS INDUSTRIA DE ALIMENTOS SA, CNPJ/CPF nº 04.205.454/0001-50, por meio do Ato nº 68012, de 22 de Outubro de 2007, para LEÃO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA, CNPJ/CPF nº 76.490.184/0034-45, bem como a outorga de autorização de uso de radiofrequência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

PAULO VINICIUS ALVES DE FREITAS
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

### ATOS DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.958 Processo nº 53500.086254/2017-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PRINCESA DO SUL LTDA, CNPJ 00.016.600/0001-48, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Goiatuba/GO.

Nº 14.960 Processo nº 53500.086303/2017-93. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CULTURA DE SANTO ANASTACIO LTDA, CNPJ 57.318.404/0001-45, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santo Anastácio/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

### ATO Nº 14.969, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.086339/2017-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIPLOMATA LTDA, CNPJ 87.840.989/0001-20, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Marcos/RS.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

### ATO Nº 14.985, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.086470/2017-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIFUSORA CRUZEIRO DO OESTE LTDA, CNPJ 76.352.202/0001-64, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Cruzeiro do Oeste/PR.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

### ATO Nº 27, DE 2 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 53500.000082/2018-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FM CULTURA ESTEREOFONICA DE BOTUCATU LTDA, CNPJ 45.929.585/0001-67, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Botucatu/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

### ATOS DE 5 DE JANEIRO DE 2018

Nº 75 Processo nº 53500.000326/2018-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 91.654.806/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campo Bom/RS.

Nº 81 Processo nº 53500.000395/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO LIBERTAS DO VALE DO ACO LTDA, CNPJ 23.186.216/0001-99, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ipatinga/MG.

Nº 82 Processo nº 53500.000407/2018-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CACHOEIRA ALTA TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ 03.926.374/0001-20, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Prados/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

### ATO Nº 656, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza TRANSPORTES CARVALHO LTDA, CNPJ nº 33.570.797/0001-11, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 05/02/2018 a 18/02/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

### ATOS DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Nº 679 Autoriza RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ nº 60.509.239/0001-13, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Salvador/BA, no período de 01/02/2018 a 28/02/2018.

Nº 680 Autoriza TV ARATU S/A, CNPJ nº 15.199.136/0001-40, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Salvador/BA, no período de 10/02/2018 a 13/02/2018.

Nº 681 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de: 02/02/2018 a 16/02/2018.

Nº 682 Autoriza ESTRADA VELHA PRODUCOES LTDA, CNPJ nº 63.217.129/0001-76, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Salvador/BA, no período de 08/02/2018 a 14/02/2018.

Nº 683 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 04/02/2018 a 04/02/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

## INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

### PORTARIA Nº 21, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto na Portaria nº 407, de 29/06/2006, resolve:

Art. 1º Descentralizar crédito orçamentário da ação 20UI - Desenvolvimento de Pesquisa nos Centros Regionais do INPE, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo à seguinte classificação orçamentária: FR 100 - PT 090587 - PI 20UI0002-01 / FR 100 - PT 090603 - PI 20UI0003-01.

Art. 2º O monitoramento da execução referente à ação citada acima será realizado pelo Centro Regional do Nordeste - CRCRN.

Parágrafo único. A instituição beneficiada deverá, ao fim da execução física e financeira, apresentar ao Centro Regional do Nordeste - CRCRN, relatório gerencial nos moldes de formulários disponibilizados por este Centro.

Art. 3º A prestação de contas dos créditos descentralizados deverá integrar as contas anuais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ANEXO I

| | INSTITUIÇÃO BENEFICIADA | PROCESSO | NOTA DE CRÉDITO | VALOR |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | 01340.006098/2017-77 | 2017NC000002 (691488) | R$200.000,00 |

RICARDO MAGNUS OSÓRIO GALVÃO

## SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

## DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

### PORTARIA Nº 393/SEI, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.073249/2017-10, resolve:

Art. 1º Consignar à SM COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Carambeí/PR, o canal 51 (cinquenta e um), correspondente à faixa de frequência de 692 a 698 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

### PORTARIA Nº 399/SEI, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.074760/2017-21, resolve:

Art. 1º Consignar ao NOSSO LAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA., autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Guaratuba/PR, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

### PORTARIA Nº 401/SEI, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, , SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.075097/2017-81, resolve:

Art. 1º Consignar à SM COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Imbituva/PR, o canal 51 (cinquenta e um), correspondente à faixa de frequência de 692 a 698 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**PORTARIA Nº 405/SEI, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.075145/2017-31, resolve:

Art. 1º Consignar à SM COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de ITAPERUÇU/PR, o canal 50 (cinquenta), correspondente à faixa de frequência de 686 a 692 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

**DESPACHO Nº 67/SEI, DE 15 DE JANEIRO DE 2018**

A DIRETORA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.066385/2017-45, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 510/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 27 de outubro de 2017, da frequência 1210 KHz, outorgada à Rádio Difusora de Araçatuba Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Araçatuba, estado de São Paulo.

INEZ JOFFILY FRANÇA

**DESPACHO Nº 125/SEI, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 1º, inciso VI, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, bem como o que consta no Processo nº 01250.005082/2017-56, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento pela continuidade do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, em tecnologia digital, das entidades abaixo relacionadas.

| Entidade | CNPJ | Localidade/UF | Canal Analógico | Canal Digital | Caráter | Nº de Protocolo de Manifestação de Interesse | Motivo do Indeferimento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TV RECORD DE FRANCA S.A. | 46.721.148/0001-16 | BRODOWSKI/SP | 31 | 50 | P | 53900.058586/2015-17 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA | 04.408.830/0001-03 | BRODOWSKI/SP | 31 | 50 | P | 53900.059695/2015-43 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| TV RECORD DE FRANCA S.A. | 46.721.148/0001-16 | CRAVINHOS/SP | 45 | * | P | 53900.058594/2015-55 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA | 04.408.830/0001-03 | CRAVINHOS/SP | 17 | 17 | S | 53900.059697/2015-32 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| TV RECORD DE FRANCA S.A. | 46.721.148/0001-16 | CRAVINHOS/SP | 17 | 17 | S | 53900.058592/2015-66 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. | 61.413.092/0001-26 | JABOTICABAL/SP | 5 | 12 | S | 01250.069174/2017-64 SEQ-G12052 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA | 04.408.830/0001-03 | RIBEIRÃO PRETO/SP | 33 | * | P | 01250.069265/2017-08 SEQ-G12731 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA | 04.408.830/0001-03 | SERTÃOZINHO/SP | 26 | 12 | S | 53900.059540/2015-15 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| TV CARIOBA COMUNICAÇÕES LTDA | 61.317.095/0001-66 | SERTÃOZINHO/SP | 26 | 12 | S | 53900.059784/2015-90 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO VERDE | 19.057.660/0001-37 | SERTÃOZINHO/SP | 26 | 12 | S | 53900.061143/2015-03 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II | 50.016.039/0001-75 | SERTÃOZINHO/SP | 26 | 12 | S | 53900.062200/2015-63 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA | 89.784037/0001-61 | SERTÃOZINHO/SP | 26 | 12 | S | 53900.060548/2015-16 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| TVCI - TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. | 01.871.985/0001-93 | SERTÃOZINHO/SP | 19 | * | S | 01250.069341/2017-77 - SEQ-G07281 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |

Art. 2º As notas técnicas a respeito dos indeferimentos estarão à disposição dos interessados nos autos dos processos a partir da publicação do presente Despacho.

Art. 3º As entidades acimas relacionadas poderão solicitar o reexame das análises dos pleitos, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, pelo endereço http://sistema.mc.gov.br/manifestacao, se o pedido foi via Sequencial, ou pelo CADSEI se foi via protocolo.

Art. 4º Não havendo pedido de reexame do indeferimento, os autos serão arquivados.

Art. 5º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

**DESPACHO Nº 139/SEI, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 1º, inciso VI, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, bem como o que consta no Processo nº 01250.018214/2017-18, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento pela continuidade do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, em tecnologia digital, das entidades abaixo relacionadas.

| Entidade | CNPJ | Localidade/UF | Canal Analógico | Canal Digital | Caráter | Nº de Protocolo de Manifestação de Interesse | Motivo do Indeferimento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FUNDACAO EDUCACIONAL COMENDADOR AVELAR PEREIRA DE ALENCAR | 03.673.934/0001-82 | PONTA GROSSA/PR | 58 | * | P | SEQ-G06610 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| TELEVISÃO NAIPI LTDA. | 77.689.032/0001-70 | PONTA GROSSA/PR | 58 | * | P | 53900.059886/2015-13 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |

Art. 2º As notas técnicas a respeito dos indeferimentos estarão à disposição dos interessados nos autos dos processos a partir da publicação do presente Despacho.

Art. 3º As entidades acimas relacionadas poderão solicitar o reexame das análises dos pleitos, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, pelo endereço http://sistema.mc.gov.br/manifestacao, se o pedido foi via Sequencial, ou pelo CADSEI se foi via protocolo.

Art. 4º Não havendo pedido de reexame do indeferimento, os autos serão arquivados.

Art. 5º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

SSAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**DESPACHO Nº 142/SEI, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 1º, inciso VI, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, bem como o que consta no Processo nº 01250.018527/2017-68, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento pela continuidade do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, em tecnologia digital, das entidades abaixo relacionadas.

| Entidade | CNPJ | Localidade/UF | Canal Analógico | Canal Digital | Caráter | Nº de Protocolo de Manifestação de Interesse | Motivo do Indeferimento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. | 10.741.961/0001-00 | BENTO GONÇALVES/RS | 3 | 24 | S | SEQ-G14062 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA | 04.608.796/0001-10 | BENTO GONÇALVES/RS | 6 | 25 | S | SEQ-G12897 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. | 10.741.961/0001-00 | BENTO GONÇALVES/RS | 6 | 25 | S | SEQ-G14064 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. | 10.741.961/0001-00 | BENTO GONÇALVES/RS | 7 | 18 | S | SEQ-G14065 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL | 88.648.761/0001-03 | BENTO GONÇALVES/RS | 9 | 16 | S | SEQ-G12973 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. | 10.741.961/0001-00 | BENTO GONÇALVES/RS | 9 | 16 | S | SEQ-G14067 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA | 02.412.892/0001-63 | BENTO GONÇALVES/RS | 9 | 16 | S | SEQ-G14893 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. | 10.741.961/0001-00 | CAXIAS DO SUL/RS | 7 | * | P | SEQ-G13995 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. | 10.741.961/0001-00 | CAXIAS DO SUL/(GALÓPOLIS)RS | 11 | * | S | SEQ-G13998 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. | 10.741.961/0001-00 | CAXIAS DO SUL/RS | 13 | * | S | SEQ-G13993 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL | 88.648.761/0001-03 | FLORES DA CUNHA/RS | 9 | 22 | S | SEQ-G12964 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A | 54.313.556/0001-67 | FLORES DA CUNHA/RS | 9 | 22 | S | SEQ-G11853 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL | 88.648.761/0001-03 | GARIBALDI/RS | 6 | 32 | S | SEQ-G12966 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. | 10.741.961/0001-00 | GARIBALDI/RS | 6 | 32 | S | SEQ-G13983 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. | 10.741.961/0001-00 | GARIBALDI/RS | 7 | 28 | S | SEQ-G13984 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO | 87.809.992/0001-80 | GRAMADO/RS | 28 | 30 | S | SEQ-G05625 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO VERDE | 19.057.660/0001-37 | GRAMADO/RS | 28 | 30 | S | 53900.061211/2015-26 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| TELEVISÃO DIAMANTE LTDA. | 01.770.707/0002-20 | GRAMADO/RS | 40 | 40 | S | 53900.059727/2015-19 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO VERDE | 19.057.660/0001-37 | GRAMADO/RS | 40 | 40 | S | 53900.061212/2015-71 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA. | 87.185.468/0001-86 | GRAMADO/RS | 40 | 40 | S | 53900.058701/2015-45 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA | 04.608.796/0001-10 | GRAMADO/RS | 46 | 17 | S | SEQ-G12902 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL | 88.648.761/0001-03 | GRAMADO/RS | 52 | 18 | S | SEQ-G12975 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA. | 02.412.892/0001-63 | GRAMADO/RS | 52 | 18 | S | SEQ-G14906 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA | 87.185.468/0001-86 | IGREJINHA/RS | 41 | 40 | P | 53900.058808/2015-93 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| RÁDIO E TV PORTOVISÃO LTDA. | 87.209.250/0001-14 | IGREJINHA/RS | 41 | 40 | P | 01250.077152/2017-78 | A Entidade não manifestou interesse nos termos do artigo 5º da Portaria nº 4.287/2015, e está vedada nos termos do art.10, §1º, da Portaria 4.287/2015. |
| FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA | 04.608.796/0001-10 | LAJEADO/RS | 21 | 38 | P | SEQ-G12904 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO GAZETA - JORNALISTA FRANCISCO JOSE FRANTZ | 93.303.543/0001-69 | LAJEADO/RS | 21 | 38 | P | SEQ-G13027 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| TELEVISÃO DIAMANTE LTDA. | 01.770.707/0002-20 | LAJEADO/RS | 33 | 51 | P | 53900.059735/2015-57 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL | 88.648.761/0001-03 | NOVA PETRÓPOLIS/RS | 12 | 14 | S | SEQ-G12981 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA | 04.408.830/0001-03 | PORTO ALEGRE/RS | 26 | 34 | S | SEQ-G13295 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. | 10.741.961/0001-00 | PORTO ALEGRE/RS | 26 | 34 | S | SEQ-G13979 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA | 04.408.830/0001-03 | PORTO ALEGRE/RS | 55 | * | S | SEQ-G13294 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. | 10.741.961/0001-00 | PORTO ALEGRE/RS | 55 | * | S | SEQ-G13980 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA. | 02.412.892/0001-63 | ROLANTE/RS | 49 | 26 | P | SEQ-G14909 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA. | 87.185.468/0001-86 | ROLANTE/RS | 19 | 28 | P | 53900.058847/2015-91 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA. | 87.185.468/0001-86 | ROLANTE/RS | 25 | 39 | P | 53900.058852/2015-01 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| RÁDIO E TV PORTOVISÃO LTDA. | RÁDIO E TV PORTOVISÃO LTDA. | ROLANTE/RS | 25 | 39 | P | 01250.003344/2018-29 | A Entidade não manifestou interesse nos termos do artigo 5º da Portaria nº 4.287/2015, e está vedada nos termos do art.10, §1º, da Portaria 4.287/2015 |
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA. | 87.185.468/0001-86 | SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS | 15 | 30 | P | 53900.058961/2015-11 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA | 91.654.806/0001-59 | SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS | 26 | 53 | P | SEQ-G11706 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA | 04.608.796/0001-10 | SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS | 26 | 53 | P | SEQ-G06578 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA. | 89.784.037/0001-61 | SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS | 32 | 39 | P | 01250.074025/2017-17 | A Entidade não manifestou interesse nos termos do artigo 5º da Portaria nº 4.287/2015, e está vedada nos termos do art.10, §1º, da Portaria 4.287/2015. |
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA. | 87.185.468/0001-86 | SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS | 32 | 39 | P | 53900.058963/2015-18 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA. | 87.185.468/0001-86 | SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS | 38 | 28 | P | 53900.058965/2015-07 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA | 02.412.892/0001-63 | SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS | 44 | 21 | P | SEQ-G14898 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA. | 87.185.468/0001-86 | SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS | 44 | 21 | P | SEQ-G11137 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA. | 87.185.468/0001-86 | SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS | 6 | 23 | S | 53900.058941/2015-40 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA | 91.654.806/0001-59 | SÃO MARCOS/RS | 6 | 26 | S | SEQ-G11708 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A | 54.313.556/0001-67 | SÃO MARCOS/RS | 6 | 26 | S | SEQ-G11951 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA. | 87.185.468/0001-86 | TRÊS COROAS/RS | 4 | 32 | S | 53900.058749/2015-53 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA. | 87.185.468/0001-86 | TRÊS COROAS/RS | 6 | 14 | S | 53900.058751/2015-22 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA. | 87.185.468/0001-86 | TRÊS COROAS/RS | 39 | 38 | P | 53900.058816/2015-30 | A programação básica indicada pela entidade é diversa da veiculada no canal solicitado (inciso IV, do § 4º, do art. 10, da Portaria nº 4.287/2015). |
| RÁDIO E TV PORTOVISÃO LTDA. | 87.209.250/0001-14 | TRÊS COROAS/RS | 39 | 38 | P | 01250.003346/2018-18 | A Entidade não manifestou interesse nos termos do artigo 5º da Portaria nº 4.287/2015, e está vedada nos termos do art.10, §1º, da Portaria 4.287/2015. |
| FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL | 88.648.761/0001-03 | VERANÓPOLIS/RS | 13 | 22 | S | SEQ-G12970 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| TELEVISÃO GUAÍBA LTDA | 87.185.468/0001-86 | VERANÓPOLIS/RS | 13 | 22 | S | SEQ-G11114 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |

Art. 2º As notas técnicas a respeito dos indeferimentos estarão à disposição dos interessados nos autos dos processos a partir da publicação do presente Despacho.

Art. 3º As entidades acimas relacionadas poderão solicitar o reexame das análises dos pleitos, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, pelo endereço http://sistema.mc.gov.br/manifestacao, se o pedido foi via Sequencial, ou pelo CADSEI se foi via protocolo.

Art. 4º Não havendo pedido de reexame do indeferimento, os autos serão arquivados.

Art. 5º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

SSAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

**DESPACHO Nº 155/SEI, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 1º, inciso VI, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, bem como o que consta no Processo nº 01250.073444/2017-31, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento pela continuidade do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, em tecnologia digital, das entidades abaixo relacionadas.

| Entidade | CNPJ | Localidade/UF | Canal Analógico | Canal Digital | Caráter | Nº de Protocolo de Manifestação de Interesse | Motivo do Indeferimento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FUNDACAO CULTURAL ANHANGUERA | 04.408.830/0001-03 | FLORIANÓPOLIS/SC | 2 | * | P | SEQ-G13280 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| OCAN COMUNICACAO DIGITAL SE LTDA | 10.741.961/0001-00 | FLORIANÓPOLIS/SC | 2 | * | P | SEQ-G14141 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDACAO CULTURAL ANHANGUERA | 04.408.830/0001-03 | FLORIANÓPOLIS/SC | 10 | 38 | P | SEQ-G13284 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OCAN COMUNICACAO DIGITAL SE LTDA | 10.741.961/0001-00 | FLORIANÓPOLIS/SC | 10 | 38 | P | SEQ-G14159 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| FUNDACAO CULTURAL ANHANGUERA | 04.408.830/0001-03 | FLORIANÓPOLIS/(SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO)SC | 24 | 34 | S | SEQ-G13290 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |
| OCAN COMUNICACAO DIGITAL SE LTDA | 10.741.961/0001-00 | FLORIANÓPOLIS/(SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO)SC | 24 | 34 | S | SEQ-G14174 | A entidade não é a geradora cedente da programação veiculada no referido canal. |

Art. 2º As notas técnicas a respeito dos indeferimentos estarão à disposição dos interessados nos autos dos processos a partir da publicação do presente Despacho.

Art. 3º As entidades acimas relacionadas poderão solicitar o reexame das análises dos pleitos, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, pelo endereço http://sistema.mc.gov.br/manifestacao, se o pedido foi via Sequencial, ou pelo CADSEI se foi via protocolo.

Art. 4º Não havendo pedido de reexame do indeferimento, os autos serão arquivados.

Art. 5º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

**DESPACHO Nº 1.687/SEI, DE 4 DE JANEIRO DE 2018**

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.065975/2010-20, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 22860/2017/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pelo SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RIO BONITO LTDA, autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando o canal nº 6+ (seis decalado para mais), no município de PARAÍSO DO TOCANTINS, estado do Tocantins.

INEZ JOFFILY FRANÇA

## COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

**DESPACHO Nº 2.016/SEI, DE 8 DE JANEIRO DE 2018**

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, §3º, inciso II da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.025036/2015-11, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da JET RADIODIFUSÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de AMARANTE, estado do PIAUÍ, utilizando o canal digital nº 32 (trinta e dois), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 29025/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

**DESPACHO Nº 137/SEI, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.074016/2017-26, resolve autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da FRG COMUNICAÇÃO AUDIO VISUAL LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de FAZENDA RIO GRANDE, estado do PARANÁ, utilizando o canal nº 50 (cinquenta), nos termos da Nota Técnica nº 1639/2018/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

## COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

**DESPACHO Nº 50/SEI, DE 19 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.003026/2017-87, resolve retificar a Nota Técnica nº 22851/2017/SEI-MC, que aprovou o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO DA GRANDE SERRA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Araripina - PE, utilizando o canal n.º 215 (duzentos e quinze), classe B1, nos termos da Nota Técnica nº 629/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

# Ministério da Cultura

## INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

## DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
## CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

**PORTARIA Nº 5, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

II - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

III - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

IV - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

V- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

ANEXO I

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SQ Empreendimentos Imobiliários.
Empreendimento: Loteamento SQ Comercial
Processo n. º: 01506.005771/2017-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Loteamento SQ Comercial.
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Lilia Benevides Guedes Lins
Apoio Institucional: Museu Municipal de Jahu Jose Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Campinas, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (cinco) Meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: GS Extração e Comércio de Areia Ltda.
Empreendimento: PCH Córrego Alto
Processo nº 01409.000442/2016-00
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento PCH Córrego Alto
Arqueólogo Coordenador: Cleiton Silva da Silveira
Arqueólogo de Campo: Éberson Martins do Couto
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich (IPAE)
Área de Abrangência: Município de Vargem, Alta, Estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Espaço 3 Arquitetura LTDA
Empreendimento: Loteamento Reserva dos Lagos
Processo n. º 01512.002368/2017-51
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Reserva dos Lagos
Arqueóloga Coordenadora: Renata Rauber
Apoio Institucional: Núcleo de Pré História e Arqueologia - NuPHA - Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Município de Arroio do Sal, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
04- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Tropicália Transmissora de Energia S.A
Empreendimento: LT 500kV SE Sapeaçu - SE Poções III C1
Processo n. º 01450.000873/2017-33
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 500 kv SE Sapeaçu -SE Poções III C1 incluindo a Subestação Poções III C1
Arqueóloga Coordenadora: Olívia Bini Pereira Rosa
Arqueóloga de Campo: Aline Cristina de Castro Araújo
Apoio Institucional: Núcleo de estudos e Pesquisas arqueológicas da Bahia (NEPAB) - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Municípios de Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, ltaquara, Jaguaquara, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
05- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Fabio Ferri/Maria Adelina Josefina Barnada Ferri
Empreendimento: Loteamento Exclusive
Processo n. º 01506.005929/2016-72
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento Exclusive
Arqueólogo Coordenador: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Lilia Benevides Guedes Lins
Apoio Institucional: Museu Municipal de Jahu Jose Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Atibaia, Estado de e São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

## SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

**PORTARIA Nº 67, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º )
177549 - Laços de Amizade III - A Exposição
Associação Beneficente Cultural De Juventude Judaica Bracha Caroline
CNPJ/CPF: 05.600.632/0001-00
Processo: 01400030856201716
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.154.853,00
Prazo de Captação: 30/01/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Laços de Amizade 2017 visa dar continuidade ao projeto Laços de Amizade II, que proporcionará o desenvolvimento cultural e a inclusão social através da atuação voluntária de jovens em sua execução, sendo sua principapal ferramenta oficinas de artes visuais e artes plásticas. Como evento final do projeto, será realizada a Exposição Cultural Laços de Amizade com as obras desenvolvidas nas oficinas, exposição de fotos e videos que retratam o impacto do projeto na vida dos pasticipantes e históricos dos anos de atuação do projeto, com o apoio do Ministério da Cultura.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )
180134 - A Capital do Rock
SHARLON SCHMIDT RENSI
CNPJ/CPF: 063.394.939-63
Processo: 01400000930201851
Cidade: Brusque - SC;
Valor Aprovado: R$ 82.880,00
Prazo de Captação: 30/01/2018 à 01/09/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto cultural propõe a produção, a publicação e o lançamento do livro de não ficção intitulado "A Capital do Rock", na modalidade livro-reportagem, no estilo narrativo, com elementos textuais dos gêneros Jornalismo Literário e "New Journalism". Este é o primeiro livro sobre o movimento underground de Brusque (SC), entre 1974 e 1989, que teve visibilidade nacional. A obra valoriza a produção cultural e artística regional, contextualiza períodos históricos e visa a preservação da memória. O livro impresso será viabilizado nas seguintes configurações técnicas: Capa em papel triplex importado 300g; Miolo em papel offset 90g, com 80 páginas 4x4 Cores; Formato fechado: 12 cm x 19 cm; Acabamento: Lombada quadrada; Tiragem prevista: 2.000 exemplares. Para promover a acessibilidade de conteúdo, está prevista a distribuição gratuita de 100 unidades de CD com a versão do livro em áudio (audiolivro).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**PORTARIA N° 68, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
15 3979 - O Jovem no Centro da Roda 2
Inovarte Produções e Eventos Ltda-Me
CNPJ/CPF: 11.250.924/0001-62
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2018 a 31/10/2018
17 9320 - MOSTRA SUL AMERICANA DE DANÇA, MUSICA INSTRUMENTAL E GASTRONOMIA
IQD-INSTITUTO QUALITHY DE DESENVOLVIMENTO
CNPJ/CPF: 03.377.636/0001-45
MT - Cuiabá
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7654 - ?MARANHÃO: OS TAMBORES VÃO ECOAR NA TERRA DA ENCANTARIA?
GRÊMIO RECREATIVO ACADÊMICOS DO TATUAPÉ
CNPJ/CPF: 43.166.685/0001-53
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/03/2018
17 8621 - 11ª Edição da Osterfest -Festa de Páscoa em Pomerode - SC
Fundação Cultural de Pomerode
CNPJ/CPF: 79.363.511/0001-28
SC - Pomerode
Período de captação: 01/01/2018 a 30/06/2018
17 8669 - Desfiles da 36ª Festa Pomerana
Fundação Cultural de Pomerode
CNPJ/CPF: 79.363.511/0001-28
SC - Pomerode
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9239 - 3ª Weihnachtsfest - Festa de Natal Pomerode - SC
Fundação Cultural de Pomerode
CNPJ/CPF: 79.363.511/0001-28
SC - Pomerode
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 4453 - Projeto Felicidade 2016
ASSOCIACAO ISRAELITA DE BENEFICENCIA BEIT CHABAD DO BRASIL
CNPJ/CPF: 60.622.073/0001-47
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/10/2018
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
15 0596 - Concertos Didáticos Camerata OntoArte Recanto Maestro
Associação OntoArte
CNPJ/CPF: 07.057.710/0001-05
RS - São João do Polêsine
Período de captação: 01/01/2018 a 30/06/2018
16 4663 - Orquestra Criança Cidadã - Plano Anual de Atividades 2017
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRIANÇA CIDADÃ
CNPJ/CPF: 05.994.449/0001-36
PE - Recife
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18, § 1º)
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18, § 1º)
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18, § 1º)
15 3491 - Baú das Artes V
FBF Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 02.632.558/0001-15
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/10/2018
17 8892 - O Matriarcado de Pindorama - o feminino no imaginario
indigena brasileiro
MONICA PRADO BERGER
CNPJ/CPF: 581.547.369-34
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8036 - Antologia Poética Radiocaos
Rodrigo Barros Homem Del Rei
CNPJ/CPF: 405.311.719-49
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7791 - Mococa: Paisagem Rural, Economia e Sociedade
Suzana Barretto Ribeiro de Carvalho
CNPJ/CPF: 055.966.748-50
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18, § 1º)

ANEXO II

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 26)
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26)
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 26)
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)

**PORTARIA Nº 69, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
175928 - GALO DA MADRUGADA 2018
CLUBE DAS MASCARAS O GALO DA MADRUGADA
CNPJ/CPF: 11.451.275/0001-68
Cidade: Recife - PE;
Valor Reduzido: R$ 434.538,00
Valor total atual: R$ 1.809.370,05
177049 - Projeto Desfile das Escolas de Samba de Venâncio Aires - Carnaval 2018
DOWNLOAD PRODUTORA DE EVENTOS E MARKETING LTDA. EEP
CNPJ/CPF: 17.603.449/0001-47
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 52.800,00
Valor total atual: R$ 226.710,00
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º )
176840 - 100 anos de Athos
Daiana Castilho Dias ME
CNPJ/CPF: 09.220.312/0001-85
Cidade: Brasília - DF;
Valor Reduzido: R$ 35.200,00
Valor total atual: R$ 710.848,00

**PORTARIA Nº 70, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas do Ministério da Cultura, a pedido, conforme disposto no Art. 26 da Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, os quais foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

| NOME | CPF | ÁREA | SEGMENTO | NÍVEL |
|---|---|---|---|---|
| LIGIA BATISTA FERREIRA | 04197162979 | Artes Cênicas | Teatro | Nível III |

**RETIFICAÇÃO**

Na portaria nº 63 de 26/01/2018, publicada no D.O.U. de 29/01/2018, Seção 1, referente ao Projeto Salada Mista Circulando Sertão Nordeste - Pronac: 15 3764

Onde se lê: Prazo de captação: 01/05/2017 a 31/12/2017

Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2018 a 31/08/2018

# Ministério da Defesa

## COMANDO DA AERONÁUTICA

## COMANDO DE PREPARO

## V COMANDO AÉREO REGIONAL

## GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS

**PORTARIA GAP-CO Nº 16-T/ARC, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Aprova a sanção administrativa à empresa L23 - MULTISUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.014.397/0001-97, na modalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União.

O Chefe do Grupamento de Apoio de Canoas-GAP-CO, usando da competência regimental que lhe foi conferida através da Portaria nº 1337/GC1, de 11 de setembro de 2017, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 157, de 13 de setembro de 2017, e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI) nº 67278.009916/2017-01, resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa L23 - MULTISUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.014.397/0001-97, na modalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, pelo prazo de 24(vinte e quatro) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, com base no que prevê o Artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002, em consonância com sugestão do item 6.1.14, alínea "f", da Instrução do Comando da Aeronáutica nº 12-23/2017, por entender que a inexecução contratual resultou em graves prejuízos à Administração.

Art. 2º A aplicação da penalidade se dá em razão de inadimplemento injustificado por parte da empresa, ao descumprir obrigações contratuais apuradas no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), tendo-lhe sido oportunizado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOELSON MELLO DOS SANTOS Coronel Intendente

**PORTARIA GAP-CO Nº 17-T/ARC, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Aprova a sanção administrativa à empresa MICI MONTAGENS E INSTALAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 94.517.778/0001-16, na modalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União.

O Chefe do Grupamento de Apoio de Canoas-GAP-CO, usando da competência regimental que lhe foi conferida através da Portaria nº 1337/GC1, de 11 de setembro de 2017, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 157, de 13 de setembro de 2017, e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI) nº 67270.012737/2016-31, resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa MICI MONTAGENS E INSTALAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 94.517.778/0001-16, na modalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, pelo prazo de 3(três) anos, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, com base no que prevê o Artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002, em consonância com sugestão do item 6.1.14, alínea "f", da Instrução do Comando da Aeronáutica nº 12-23/2017, por entender que a inexecução contratual resultou em graves prejuízos à Administração.

Art. 2º A aplicação da penalidade se dá em razão de inadimplemento injustificado por parte da empresa, ao descumprir obrigações contratuais apuradas no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), tendo-lhe sido oportunizado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOELSON MELLO DOS SANTOS Coronel Intendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## COMANDO DA MARINHA

SECRETARIA-GERAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 10/DADM, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Alteração de dados Cadastrais de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.634, de 6 de maio de 2016, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Alterar a denominação no CNPJ nº 00.394.502/0354-44, pertencente a Agência da

Capitania dos Portos em Cabo Frio, para Delegacia da Capitania dos Portos em Cabo Frio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C ALTE (IM) LUIZ ROBERTO BASSO

## SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/CDMB/MD, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Aprova as Diretrizes que nortearão os trabalhos do Departamento de Desporto Militar (DDM).

O SECRETÁRIO DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 41 do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar as Diretrizes que nortearão os trabalhos do Departamento de Desporto Militar (DDM), nos termos desta Instrução Normativa, para o ciclo desportivo militar e olímpico, que compreende o período de 2017 a 2020, e as atividades do Programa Forças no Esporte (PROFESP).

Art. 2º Homologar a distribuição das modalidades esportivas acordadas entre as Comissões de Desportos das Forças Singulares , conforme o quadro abaixo:

| COMISSÃO DE DESPORTOS DA MARINHA | COMISSÃO DE DESPORTOS DO EXÉRCITO | COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA |
|---|---|---|
| BOXE | CARATÊ | ATLETISMO |
| CANOAGEM SLALOM | ESCALADA ESPORTIVA | BASQUETE |
| CANOAGEM VELOCIDADE | ESGRIMA | CICLISMO DE ESTRADA |
| FUTEBOL FEMININO | FUTEBOL MASCULINO | CICLISMO MTB |
| GOLFE | HIPISMO | CROSS COUNTRY |
| JUDÔ FEMININO | JUDÔ MASCULINO | GINÁSTICA ARTÍSTICA |
| LEVANTAMENTO DE PESO | MARATONAS AQUÁTICAS | HANDEBOL MASCULINO |
| WRESTLING | NATAÇÃO | MARATONA |
| NADO SINCRONIZADO | PARAQUEDISMO | ORIENTAÇÃO |
| PENTATLO NAVAL | PENTATLO MILITAR | PENTATLO AERONÁUTICO |
| REMO | PENTATLO MODERNO | TIRO COM ARCO |
| SALTOS ORNAMENTAIS | TIRO ESPORTIVO | --- |
| SALVAMENTO AQUÁTICO | TIRO SHOTGUN | --- |
| TAEKWONDO | TRIATLO | --- |
| VELA | VÔLEI | --- |
| VÔLEI DE PRAIA | --- | --- |

Art. 3º As diretrizes estabelecidas nesta Instrução Normativa têm por objetivos:

a) cumprir as competências e atribuições previstas no Art. 45 do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017;

b) aperfeiçoar a consolidação do Desporto Militar, com vistas às novas conquistas no pós 6º Jogos Mundiais Militares (6º JMM) e no pós Jogos Olímpicos Rio-2016;

c) propiciar às Delegações Militares Brasileiras as melhores condições possíveis de participação nos eventos esportivos de maior relevância, nos âmbitos nacional e internacional, especialmente os do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) e os da União Desportiva Militar Sul-Americana (UDMSA);

d) intensificar a preparação da Delegação Militar Brasileira para participar dos 7º Jogos Mundiais Militares (7º JMM), em 2019 e dos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2020;

e) estabelecer parâmetros e prioridades do Desporto Militar para o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR);

f) apoiar o esporte nacional, principalmente em relação à participação do Brasil nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020;

g) participar, representando as Forças Armadas, de programas e projetos que apoiem o esporte com o viés de integração social, observando o binômio oportunidade x conveniência;

h) Incentivar a participação de Organizações Militares (OM) no Programa Forças no Esporte (PROFESP), a fim de ampliar suas ações junto às comunidades carentes;

i) promover a divulgação dos programas desportivos militares perante a sociedade, formadores de opinião, parlamentares, demais integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como no setor privado; e

j) ampliar as disponibilidades orçamentárias dos programas desportivos militares.

Art. 4º A CDMB, sob a presidência do Diretor do DDM, deverá considerar em seus planejamentos anuais, do ciclo esportivo 2017/2020, as seguintes diretrizes:

I- aprimorar a estrutura do Desporto Militar, com a finalidade de permanecer entre as potências desportivas mundiais militares;

II- constituir delegações militares para as competições desportivas do CISM, da UDMSA e de outros organismos internacionais, com componentes das Forças Armadas e Forças Auxiliares;

III- participar dos eventos institucionais do CISM e da UDMSA e de outros organismos internacionais afins, em conformidade com o estabelecido em programação;

IV- apoiar a participação de delegados brasileiros junto ao CISM, nas reuniões de Presidentes dos Comitês de Esportes (PCSC), do Comitê de Esporte (CSC), do Corpo de Diretores (BoD) e como Representantes Oficiais (OCR) em campeonatos;

V- realizar o processo de seleção das delegações esportivas nas Escolas de Formação de Oficiais e Praças, com vistas a participação nos campeonatos Sul-Americanos e Mundiais;

VI- contribuir para o desenvolvimento do esporte nacional, visando o atual ciclo olímpico estabelecido para o período de 2017 a 2020;

VII- coordenar a seleção dos representantes militares brasileiros junto ao CISM, UDMSA e outros organismos estrangeiros, cumprindo o revezamento dos cargos entre as Forças Singulares e observando a distribuição equitativa das indicações;

VIII- propiciar, às Forças Auxiliares, condições de participar das atividades desportivas militares, em conformidade com Art. 45, Inciso VI do Anexo I ao Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017;

IX- compor as delegações militares brasileiras nas competições nacionais e internacionais relacionadas ao Programa Desportivo Militar Anual, com representantes designados pelo DDM, com o concurso das Comissões Desportivas (CD) das Forças Singulares;

X- estabelecer juntamente às CD a obrigatoriedade para que os militares componentes das delegações desportivas se mantenham com seus dados atualizados no Sistema de Cadastramento de Atletas das Forças Armadas (SISATLETA) e com todas as suas obrigações civis e militares em dia;

XI- supervisionar o cumprimento das missões militares esportivas por meio de representantes da CDMB para tal designados, os quais ficarão responsáveis pela elaboração do relatório final do evento e das obrigações constantes no "Compromisso do Chefe de Missão";

XII- estabelecer critérios de seleção de atletas e comissões técnicas para integrar as Delegações Militares Brasileiras para a participação em eventos internacionais sob a responsabilidade do DDM;

XIII- priorizar as modalidades esportivas olímpicas, em observância ao apoio do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), no que for aplicável, respeitando as peculiaridades do desporto militar;

XIV- coordenar, juntamente com as CD, a distribuição das modalidades que ficarão sob responsabilidade das Forças Singulares;

XV- organizar, quando possível, dentro dos ciclos desportivos, Campeonatos Mundiais e Regionais Militares do CISM e Sul-Americanos da UDMSA que sejam de interesse do desporto militar nacional;

XVI- coordenar os Campeonatos Brasileiros das Forças Armadas, de acordo com os objetivos existentes e, ainda, como incentivo à prática desportiva e à educação física, bem como para a descoberta de novos talentos nas Forças Armadas;

XVII- incentivar os campeonatos internos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, entre os seus diversos Comandos Regionais;

XVIII- coordenar a realização das competições escolares (NAVAMAER, NAE, MAREXAER, Jogos da Amizade e OLEAM), em estreita colaboração com as Forças Singulares, e identificar militares que poderão compor as equipes brasileiras;

XIX- consolidar e supervisionar as propostas de benefícios do Programa Bolsa Atleta referentes aos atletas de alto rendimento praticantes de esportes não olímpicos de cada Força, para posterior envio ao Ministério do Esporte.

XX- desenvolver ações de efetivo acompanhamento dos resultados obtidos pelos atletas, com vistas à aplicação de medidas corretivas, tanto em seu desempenho individual, como na eficácia das equipes;

XXI- coordenar juntamente ao COB e às confederações esportivas o calendário de participação dos atletas militares de alto rendimento nos Campeonatos Mundiais Militares do CISM e outros eventos de interesse do DDM;

XXII- implementar nas CD a melhoria de gestão, no sentido de concentrar nas Forças singulares o recrutamento dos atletas, cujas modalidades componham as Comissões de suas responsabilidades;

XXIII- elaborar os Programas Desportivos Anuais para aprovação da SEPESD, observando os calendários do CISM, da UDMSA, das Competições Escolares, do COB e das Confederações Esportivas Nacionais e Internacionais, e, coordenar sua execução;

XXIV- organizar e realizar reuniões periódicas de trabalho, tipo: workshop, simpósios, seminários dentre outros, com a presença das CD e das Organizações Esportivas de interesse do DDM;

XXV- articular-se junto às CD e ao COB, com o fim de ampliar a efetiva representação militar na Delegação Brasileira "Time Brasil", que participará dos Jogos Olímpicos; e

XXVI- incrementar, dentro das possibilidades e em observância aos princípios de conveniência e oportunidade, a capacitação profissional dos gestores esportivo militares.

Art. 5º A Divisão de Programas e Projetos (DiPP) deverá atender em seus planejamentos as seguintes diretrizes:

I- desenvolver ações para aprimorar o controle e acompanhamento das atividades do Programa Forças no Esporte (PROFESP) e do Projeto João do Pulo;

II- realizar gestões junto às Forças Singulares, objetivando atingir as metas de crescimento do PROFESP, buscando novas adesões de OM e estimulando a permanência das que já participam do programa, com apliação de beneficiários;

III- aperfeiçoar a gestão do PROFESP e do Projeto João do Pulo, por meio de articulações junto aos Ministérios parceiros, no sentido de ampliar a parceria, principalmente quanto a obtenção de recursos para manter o funcionamento desses programa e projeto;

IV- buscar a inserção de novas instituições parceiras, nos planos federal, estadual, municipal e privado;

V- coordenar as ações referentes ao Projeto João do Pulo, observando as orientações contidas na Portaria Normativa nº 956 /MD, de 23 de abril de 2015, dando continuidade à segunda fase do projeto, iniciada em 2016, que trata de sua expansão; e

VII- efetivar o Acordo de Cooperação entre o MD e o Centro Integrado Empresa Escola (CIEE), visando oportunizar aos egressos do PROFESP a chance do primeiro emprego.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

RICARDO MACHADO VIEIRA SECRETÁRIO

# Ministério da Educação

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIAS DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto em exercício, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.00000172/2018-16; resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 39 - Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 007/2018, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Cartografia, Topografia, Geoprocessamento e Expressão Gráfica, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Franciele Lúcia Silva Braga, Ellen Martins Xavier, João Paulo Alves da Silva e Rafael da Silva Madureira. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

JOSÉ DA SILVA GOMES

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

### PORTARIA Nº 529, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

A Reitora da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a Resolução ConsUni 887, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a mudança do vínculo institucional do PPGGOSP, resolve:

Alterar a vinculação do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos - PPGGOSP, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação para o Centro de Educação e Ciências Humanas.

WANDA APARECIDA MACHADO HOFFMANN

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

### PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

### DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

### PORTARIA N° 72, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC), no uso de suas atribuições, torna pública a retificação da portaria nº 060/2018/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 24/01/2018, Seção 1, página 09, conforme especificado a seguir:

Onde se lê:

Lista geral:

| Classificação | Candidato | Média final |
|---|---|---|
| 1º | MARIA CAROLINA MACHADO MAGNUS | 9,10 |

Leia-se:

Lista geral:

| Classificação | Candidato | Média final |
|---|---|---|
| 1º | MARIA CAROLINA MACHADO MAGNUS | 9,10 |
| 2º | ALICE STEPHANIE TAPIA SARTORI | 8,71 |

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

# Ministério da Fazenda

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 37, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Altera a Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Os arts. 74, 75, 123, 124, 146, 244, 270, 272, 274, 292, 295, 303 e 334 do Anexo I da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 74 .....

.....

V - ao controle dos Títulos da Dívida Agrária (TDA) recebidos em pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);

VI - à expedição de certidões de prova de regularidade fiscal, inclusive as relacionadas às pessoas jurídicas;

VII - ao controle dos contribuintes omissos de entrega das obrigações acessórias de que trata o inciso I; e

VIII - ao gerenciamento do cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Pré-Cadin." (NR)

"Art. 75. .....

.....

VI - ao controle dos contribuintes omissos de entrega das obrigações acessórias de que trata o inciso I; e" (NR)

"Art. 123. .....

.....

II - à elaboração de subsídios técnicos pela fiscalização no âmbito do julgamento de tributos internos no contencioso administrativo de segunda instância;

III - à revisão de declarações;

IV - aos controles fiscais especiais;

V - à execução de procedimentos fiscais realizados pelas Unidades Descentralizadas, relacionados aos casos de abrangência nacional; e

VI - à coordenação das equipes especiais de fiscalização." (NR)

"Art. 124.....

II - à elaboração de subsídios técnicos pela fiscalização que tenham por fim a defesa e a manutenção, por parte da Fazenda Nacional, do crédito tributário constituído em procedimento fiscal no âmbito do julgamento de tributos internos no contencioso administrativo de segunda instância." (NR)

"Art. 146. À Divisão de Controle Aduaneiro Pós-Despacho (Dicap) da Coana compete gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro pós-despacho." (NR)

"Art. 244. Às Divisões de Administração Aduaneira (Diana) das SRRFs compete, nas respectivas regiões fiscais, gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro, inclusive o alfandegamento de locais e recintos aduaneiros e, especificamente:

I - orientar acerca de procedimentos e sistemas informatizados da área aduaneira; e

II - emitir parecer em recursos administrativos dirigidos ao Superintendente, no âmbito de sua competência." (NR)

"Art. 270. .....

.....

§ 1º .....

I - prestar informações solicitadas por autoridades e órgãos externos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados;

II - orientar sobre a aplicação da legislação tributária, aduaneira e correlata; e

III - administrar e distribuir selos de controle e outros instrumentos de controle fiscal e fiscalizar a sua utilização.

....." (NR)

"Art. 272. .....

.....

§ 1º À Demac de Belo Horizonte compete gerir e executar as atividades de fiscalização dos contribuintes pessoa física de relevante interesse e dos demais contribuintes a eles relacionados, além de propor programas especiais de fiscalização para disseminação em âmbito nacional.

§ 2º À Demac de São Paulo compete, ainda, selecionar e executar as atividades de fiscalização dos contribuintes pessoa jurídica de relevante interesse com foco no combate ao planejamento tributário abusivo e nas operações transnacionais, além de propor programas especiais de fiscalização para disseminação em âmbito nacional." (NR)

"Art. 274. .....

.....

VI - à prestação de informações solicitadas por autoridades e órgãos externos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados;

VII - à execução de retificação de documentos de arrecadação; e

VIII - ao reconhecimento do direito creditório relativo ao comércio exterior." (NR)

"Art. 292. .....

.....

II - executar as atividades relativas ao direito creditório relativo ao comércio exterior." (NR)

"Art. 295. .....

I - ao controle aduaneiro nas operações de importação e exportação, inclusive de bagagem desacompanhada, e de internação;

II - ao controle de carga, de veículo e de trânsito aduaneiro, onde não existir estrutura regimental específica; e

III - às ações de combate à fraude no curso do despacho aduaneiro, quando não existir estrutura específica, observado o disposto no inciso II do art. 300." (NR)

"Art. 303. Aos Serviços de Gestão de Riscos Aduaneiros (Serad) e às Seções de Gestão de Riscos Aduaneiros (Sarad) compete, nas respectivas unidades locais, executar as atividades relacionadas à gestão de riscos para o controle aduaneiro." (NR)

"Art. 334. .....

.....

§ 9º Incumbe aos Chefes de Dipol, Sepol, Sapol, Nupol, Secor, Sacor, Socor e Nucor, nos casos de Unidades Gestoras, em sua área de atuação ou no interesse da RFB, executar as atividades descritas nos incisos I e II do § 8º, e, nos casos de Unidades Administrativas, incluindo os chefes de EGC e ELG, apenas quando tratar-se de instrumentos não onerosos.

.....

§ 11. Ao Coordenador-Geral de Relações Internacionais incumbe praticar atos pertinentes ao intercâmbio de informações em matéria tributária, aduaneira e correlata, com base em acordos e convênios internacionais, no âmbito da RFB." (NR)

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos pertinentes ao intercâmbio de informações em matéria tributária, aduaneira e correlata, com base em acordos e convênios internacionais, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, praticados pelo Coordenador-Geral de Relações Internacionais, em sua área de atuação, a partir do dia 1º de novembro de 2017 até a data de publicação desta Portaria, que tenham apresentado, exclusivamente, vício de competência em sua expedição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

### PORTARIA Nº 38, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Delega ao Secretário de Previdência do Ministério da Fazenda a competência para editar Portarias referentes à divulgação do valor médio da renda mensal do total dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos fatores de atualização, baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), das contribuições e dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios previdenciários.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, bem como o disposto no inciso X do art. 41 da Lei nº 13.502, de 1°de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário de Previdência a competência para a publicação das portarias que estabelecem:

I - o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de forma a atender ao disposto no § 2º do art. 25 da Portaria MPS nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999; e

II - os fatores de atualização, baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), considerados na:

a) atualização das contribuições utilizadas para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota, simples e novo);

b) atualização dos salários de contribuição para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais e do salário de benefício de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999;

c) atualização das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do Regulamento da Previdência Social; e

d) atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do Regulamento da Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

### PORTARIA Nº 39, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Fixa o valor do limite global anual, para o exercício de 2018, das importações destinadas à pesquisa científica e tecnológica, nos termos da Lei nº 8.010, de 1990, alterada pela Lei nº 13.322, de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, alterada pela Lei nº 13.322, de 28 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Fixar em US$ 203.820.000,00 (duzentos e três milhões e oitocentos e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América) o valor do limite global anual, para o exercício de 2018, relativo à importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, para fins de aplicação do disposto no art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, alterada pela Lei nº 13.322, de 28 de julho de 2016.

Parágrafo Único. A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda proporá revisão do valor do limite global de que trata o caput, caso se verifique risco de que os limites autorizados superem a estimativa de renúncia fiscal constante do Demonstrativo de Gastos Tributários da Lei Orçamentária Anual de 2018, em decorrência de variação cambial não aderente aos parâmetros utilizados no cálculo do volume esperado de renúncia fiscal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## BANCO CENTRAL DO BRASIL

### ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO

### DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

#### CARTA CIRCULAR Nº 3.863, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Revoga a Carta Circular nº 2.829, de 23 de dezembro de 1998, que trata dos procedimentos a serem observados na instrução de processo de prorrogação de prazo para alienação de imóveis não destinados a uso próprio.

O Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf), no uso da atribuição que confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, tendo em vista o disposto nos arts. 3º, § 2º, inciso II, e 71, inciso IV, da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Carta Circular nº 2.829, de 23 de dezembro de 1998.

Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

ADALBERTO GOMES DA ROCHA

## CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

### VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

#### CIRCULAR Nº 797, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Define critérios e procedimentos para a cessão de Ativos e Passivos com funding FGTS, entre agentes habilitados a operar com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço junto ao Agente Operador.

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II da Lei nº 8.036, de 11.05.90, artigo 67, inciso II do Decreto nº 99.684, de 08.11.90, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 23.06.95, e em cumprimento às disposições da Resolução BACEN nº 2.836, de 30.05.01 e Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 866, de 24.10.17, publicada no DOU de 03.11.17, suas alterações e aditamentos, baixa a presente Circular.

1 Os agentes habilitados junto ao FGTS podem efetuar a Cessão de Créditos relativos aos financiamentos contratados com recursos do Fundo na forma que estabelece a Resolução BACEN nº 2.836, de 30.05.01, suas alterações e aditamentos, observada a habilitação e o limite de recursos do agente proponente cessionário disponível junto Agente Operador do FGTS e o disposto na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 866/17, e nesta Circular.

1.1 O limite de recursos de que trata este subitem é definido com base na análise econômica e financeira da cessionária e na existência de limite de crédito atribuído anualmente por intermédio de contrato de abertura de crédito firmado entre o Agente Operador e o Agente habilitado junto ao Fundo.

2 Para os efeitos desta circular são adotadas as seguintes definições:

a) agente habilitado Cedente: agente credor original na operação de crédito objeto da Cessão de Crédito;

b) agente habilitado Cessionário: instituição receptora da operação de crédito objeto da Cessão Crédito;

c) Cessão de Crédito: negócio jurídico no qual uma das partes transfere a terceiro seus direitos/obrigações em uma relação jurídica.

3 A transferência de operação de crédito entre os agentes habilitados, a pedido do Cedente devedor, deve ser realizada na forma prevista na Resolução BACEN nº 2.836, de 30.05.01, na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 866/17 e nesta Circular, sendo vedada a utilização de procedimentos alternativos com vistas à obtenção de resultado semelhante ao da Cessão.

3.1 A relação com o(s) mutuário(s) das operações, objeto da Cessão de Crédito de que trata este subitem, deve continuar a observar as regras definidas pelo FGTS.

3.2 A relação com o Cessionário das operações, objeto da Cessão de Crédito de que trata este subitem, deve observar as mesmas condições contratadas com o Cedente, a exceção da taxa de risco de crédito que deverá considerar o rating do Cessionário.

4 Os agentes habilitados Cessionários, a seu critério, podem reduzir o percentual de sua remuneração, que é o diferencial de juros e a taxa de administração, conforme o Programa de Aplicação do FGTS ao qual a operação está vinculada.

5 O valor da operação no agente habilitado Cessionário não pode ser superior ao saldo devedor da operação de crédito objeto da Cessão na data da transferência da dívida.

6 Para realização da Cessão dos créditos, relativos aos financiamentos contratados com recursos do FGTS, o agente habilitado Cedente deve enviar ao agente habilitado Cessionário as informações necessárias à formalização da Cessão na forma da legislação vigente, acrescidas dos seguintes dados:

a) percentual do diferencial de juros cobrado na operação e, no caso de créditos habitacionais, saldo remanescente da remuneração do agente habilitado Cedente recebida por antecipação nas operações com desconto do FGTS;

b) taxa de captação do funding FGTS.

7 Para a realização da transferência de dívida junto ao FGTS, o agente habilitado Cedente e o agente habilitado Cessionário devem enviar ao Agente Operador do FGTS, em até D+2 dias úteis, contado da data da confirmação da transação pelos agentes, via meio eletrônico, arquivo contendo as seguintes informações.

7.1 Agente Habilitado Cedente da Operação:

a) CPF do mutuário ou CNPJ do Tomador, conforme o caso;

b) nº do contrato da operação original;

c) nº do contrato no Agente Operador, a ser Cedido;

d) nº da Cessão, se houver;

e) valor da dívida do mutuário/tomador na data da Cessão do Crédito;

f) data da confirmação da Cessão;

g) prazo remanescente do financiamento na data da Cessão do Crédito;

h) Sistema de amortização do contrato de financiamento;

i) funding do contrato de financiamento;

j) percentual do diferencial do juros cobrado na operação;

k) valor da remuneração remanescente a ser transferido ao agente habilitado Cessionário, discriminando Taxa de Administração e Diferencial de Juros, se houver;

l) nome da instituição que solicitou a Cessão do contrato de financiamento;

m) relação analítica dos mutuários no caso de habitação, e no caso de saneamento e infraestrutura, informações relativas às garantias das operações.

7.2 Agente Habilitado Cessionário da Operação:

a) CPF do mutuário ou CNPJ do Tomador, conforme o caso;

b) nº do contrato no Agente Habilitado Cessionário;

c) nº da Cessão, se houver;

d) valor da dívida do mutuário/tomador na data da Cessão do Crédito;

e) data da Cessão;

f) prazo remanescente do financiamento na data da Cessão do Crédito;

g) funding do contrato de financiamento;

h) sistema de amortização do contrato de financiamento;

i) percentual do diferencial do juros cobrado na operação;

j) valor da remuneração remanescente a receber do agente habilitado Cedente da operação discriminando Taxa de Administração e Diferencial de Juros, se houver;

k) nome da instituição que Cedeu o contrato de financiamento.

8 De posse das informações, de que trata o item 7 desta Circular, o Agente Operador do FGTS enviará ao agente habilitado Cedente da operação e ao agente habilitado Cessionário, em até D+5 dias úteis, contado da data do recebimento das informações, a resposta quanto à anuência da Cessão e realização da transferência de dívida entre os agentes, contendo as informações a seguir.

8.1 Ao Agente Habilitado Cedente da Operação, além das informações constantes no subitem 7.1:

a) confirma o valor e a data da realização da transferência da dívida para o agente habilitado Cessionário;

b) confirma a data efetiva da transferência da dívida Cedida junto ao Agente Operador.

8.2 Ao Agente Habilitado Cessionário, além das informações constantes no subitem 7.2:

a) confirma a data de início da nova dívida do agente habilitado Cessionário junto ao Agente Operador do FGTS, relativa ao contrato Cedido;

b) confirma o valor, a data da realização e a data efetiva da transferência da dívida do agente habilitado Cedente para o agente habilitado Cessionário;

c) número do contrato no Agente Operador ao qual a dívida está vinculada.

8.3 O Agente Cedente deve remeter ao Agente Cessionário em até dois dias uteis, contados a partir da confirmação constante no subitem 8.1, documento que ateste, para todos os fins de direito, a efetivação da Cessão da operação.

9 Havendo divergência entre as informações enviadas pelos agentes habilitados, o Agente Operador poderá rejeitar a Cessão da dívida ou solicitar a complementação de informações.

9.1 Os motivos que podem implicar na rejeição pelo Agente Operador na transferência da dívida são os seguintes:

a) não recebimento das informações do agente habilitado Cedente ou do agente habilitado Cessionário;

b) informações cadastrais e financeiras inconsistentes.

9.2 No caso de negativa da transferência da dívida pelo Agente Operador do FGTS, o Agente Habilitado Cedente pode recusar a solicitação de Cessão efetuada pelo Agente Habilitado Cessionário.

10 No caso de o financiamento habitacional ter sido beneficiado com a concessão de desconto equilíbrio pelo FGTS, para fins de cálculo do saldo remanescente da remuneração que passará a ser do agente habilitado Cessionário, deve ser observada a mesma rotina prevista para a devolução de recursos ao Agente Operador.

10.1 Para tanto, observa a forma prevista no Manual de Fomento do Agente Operador, vigente à época da contratação da operação de crédito para os eventos de amortização extraordinária ou liquidação antecipada.

10.2 A transferência do saldo remanescente entre os agentes habilitados deverá observar a rotina acordada entre as partes ou por meio de arquivo eletrônico pactuado entre os agentes envolvidos na operação de Cessão do Crédito.

10.3 O ressarcimento de custo operacional acordado entre os agentes cedentes e os agentes cessionários, não poderá ser cobrado ou repassado ao mutuário/tomador.

11 Após a conclusão da operação da Cessão dos Créditos, o agente habilitado Cessionário deve enviar à Centralizadora de Recursos do FGTS em Brasília/DF - CETRE/BR, 01 via do Instrumento de cessão devidamente registrado no Cartório competente.

12 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber.

13 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Circular nº 792, de 30.11.17.

VÁLTER GONÇALVES NUNES
Vice-Presidente
Interino

#### CIRCULAR Nº 798, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, do exercício de 2017, e dá outras providências.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II, da Lei Nº 8.036, de 11/05/90, e o artigo 67, inciso II, do Anexo ao Decreto Nº 99.684, de 08/11/90, com a redação dada pelo Decreto Nº 1.522, de 13/06/95, em cumprimento às disposições estabelecidas nas Resoluções Nº 702, de 04/10/12, Nº 825, de 25/10/16, Nº 840, de 21/03/17, e Nº 847, de 17/05/17, todas do Conselho Curador do FGTS, e nas Instruções Normativas Nº 32, de 28/12/16, Nº 33, de 29/12/16, Nº 05, de 12/01/17, Nº 13, de 15/03/17, Nº 15, de 24/03/17, Nº 16, de 28/03/17, Nº 17, de 13/04/17, Nº 20, de 08/05/17, Nº 32, de 01/08/17, Nº 35, de 06/09/2017, Nº 36, de 20/10/2017, Nº 42 de 07/12/17, Nº43 de 18/12/17, Nº 44 de 21/11/2017 e Nº 53 de 29/12/17, todas do Ministério das Cidades, resolve:

1 Divulgar a distribuição final do Orçamento Operacional do FGTS de 2017, por Programa e Unidade da Federação, as diretrizes e os procedimentos gerais conforme determinações emanadas do Conselho Curador do FGTS e do Gestor da Aplicação, no que se refere à distribuição, aplicação e ao controle dos recursos do FGTS, no exercício de 2017.

2 Os empregos e as metas físicas, expressos em número de unidades habitacionais nos programas da Área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, e em número de habitantes beneficiados nos programas das Áreas de Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana, constituem o Anexo I desta Circular.

2.1 A distribuição dos recursos das Áreas de Habitação Popular e Saneamento Básico, segregados por programa e Unidade da Federação constitui, respectivamente, os Anexos II e III desta Circular.

3 No âmbito da Área de Habitação Popular ficaram destinados, no máximo, R$ 32.600.000.000,00 (trinta e dois bilhões e seiscentos milhões de reais) para a concessão de financiamentos, a pessoas físicas ou jurídicas, que beneficiem famílias com renda mensal bruta limitada a R$ 4.000,00 (quatro mil e reais).

3.1 A aplicação dos recursos destinados à concessão de descontos nos financiamentos a pessoas físicas observou os dispositivos a seguir relacionados:

a) R$ 3.450.000.000,00 (três bilhões e quatrocentos e cinquenta milhões de reais), alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso II, e pelo art. 30, inciso II, ambos da Resolução Nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS;

b) R$ 6.250.000.000,00 (seis bilhões e duzentos e cinquenta milhões de reais), alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso I, e pelo art. 30, inciso I, ambos da Resolução Nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS;

c) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, exclusivamente, em áreas urbanas, destinados à aquisição de unidades habitacionais usadas ou produção de lotes urbanizados.

4 Nas aplicações dos recursos constantes do Orçamento Operacional, especificamente destinados às demais operações habitacionais, na forma definida pelo art. 13, § 2º, da Resolução Nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, foi observada a seguinte distribuição:

a) R$ 7.740.000.000,00 (sete bilhões e setecentos e quarenta milhões de reais) para execução do Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Pró-Cotista, alocados entre as 5 (cinco) regiões do território nacional, de acordo com a demanda apresentada pelos Agentes Financeiros, observados os seguintes dispositivos:

a.1) no mínimo, 60% (sessenta por cento) devem ser destinados ao financiamento de imóveis novos;

a.2) no mínimo, R$ 6.240.000.000,00 (seis bilhões e duzentos e quarenta milhões de reais) destinados ao financiamento de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a.3) até R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) destinados ao financiamento de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse os limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional para as operações de crédito celebradas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH;

b) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para operações urbanas consorciadas, nas condições estabelecidas na Circular CAIXA nº 730 de 10/08/16.

c) R$ 360.000.000,00 (trezentos e e sessenta milhões de reais) para aplicação em operações habitacionais, previstas pelo art. 13, § 2º, da Resolução Nº 702, de 04/10/12, do Conselho Curador do FGTS, na forma a seguir especificada:

c.1) R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), alocados em nível nacional, destinados à contratação de operações de crédito para produção de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse os limites definidos pelo art. 20, § 4º, da Resolução Nº 702, de 04/10/12, com a redação dada pela Resolução Nº 836, de 06/02/17, ambas do Conselho Curador do FGTS, em que figurem, como mutuários, pessoas jurídicas do ramo da construção civil; e

c.2) R$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), alocados em nível nacional, destinados à contratação de operações de crédito para aquisição de imóveis novos cujo valor de venda não ultrapasse os limites definidos pelo art. 20, § 4º, da Resolução Nº 702, de 04/10/12, com a redação dada pela Resolução Nº 836, de 06/02/17, ambas do Conselho Curador do FGTS, em que figurem, como mutuários, pessoas físicas.

5 O Orçamento Operacional do FGTS referente à Área de Habitação Popular e demais operações habitacionais foi executado de forma mensalizada, observada a proporcionalização indicada na tabela a seguir:

| JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT/NOV | DEZ | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| - | - | - | - | - | - | - | 7,5% | 8,0% | 15,5% | 9,0% | 100,0% |

a) Esgotados os recursos de determinado mês antes de seu decurso, as contratações deveriam ser suspensas até que se iniciasse o mês seguinte, quando seriam retomadas.

b) As eventuais sobras orçamentárias de um determinado mês deveriam ser somadas ao volume de recursos do mês imediatamente posterior.

6 Na aplicação dos recursos alocados à área orçamentária de Saneamento Básico foram observados os seguintes dispositivos, sem prejuízo da distribuição entre Unidades da Federação constante do Anexo III desta Circular CAIXA:

a) destinar até R$ 4.137.690.000,00 (quatro bilhões, cento e trinta e sete milhões e seiscentos e noventa mil reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos - Setor Público; e

b) destinar até R$ 1.862.310.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e dois milhões e trezentos e dez mil reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos - Setor Privado;

b.1) do valor estabelecido para operações de crédito com mutuários do setor privado poderá ser disponibilizado no máximo 20% (vinte por cento) para contratação de operações de crédito na Modalidade Tratamento Industrial de Água e Efluentes Líquidos e Reuso de Água.

7 Na aplicação dos recursos alocados à área orçamentária de Infraestrutura Urbana foram observados os seguintes dispositivos:

a) destinar até R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais) para operações de crédito vinculadas à área de Infraestrutura Urbana, setor público;

b) destinar até R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais) alocados em nível nacional, setor privado.

8 No exercício de 2017, os saldos remanescentes, de que trata o art. 1º, § 2º, da Instrução Normativa Nº 7, de 01/03/2012, o subitem 2.1.1 do Anexo I da Instrução Normativa Nº 11, de 28/05/2012 e subitem 2.1.1 do Anexo da Instrução Normativa Nº 40, de 24/10/12, todas do Ministério das Cidades, para aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, obedeceram aos seguintes limites:

a) R$ 970.000.000,00 (novecentos e setenta milhões de reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, que possuam lastro em operações de habitação lançadas por incorporadoras, empresas da construção civil, Sociedades de Propósito Específico - SPE, cooperativas habitacionais ou entidades afins, nas condições estabelecidas na Circular CAIXA nº 740 de 14/12/16.

b) R$ 867.519.000,00 (oitocentos e sessenta e sete milhões e quinhentos e dezenove mil reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, que possuam lastro em operações do setor de saneamento, lançados por empresas públicas ou privadas, Sociedades de Propósito Específico - SPE ou entidades afins, nas condições previstas na Circular CAIXA Nº 746, de 17/01/17.

c) R$ 1.680.417.200,00 (um bilhão, seiscentos e oitenta milhões, quatrocentos e dezessete mil e duzentos reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, que possuam lastro em operações do setor de infraestrutura urbana, nas condições previstas na Circular CAIXA Nº. 686, de 11/08/15.

9 Nas aplicações dos recursos constantes do Orçamento Operacional, especificamente destinados para aplicação no Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS foi observado o seguinte limite:

a) R$ 11.416.208.987,17 (onze bilhões, quatrocentos e dezesseis milhões e duzentos e oito mil e novecentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos) para aplicação no Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, na forma e condições estabelecidas pela Lei nº 11.491, de 20/06/07, e pela Resolução Nº 699, de 28/08/12, do Conselho Curador do FGTS;

a.1) esse valor adicionado ao montante de R$ 22.883.791.012,83 (vinte e dois bilhões, oitocentos e oitante e três milhões, setecentos e noventa e um mil e doze reais e oitante e três centavos), aplicado de 2008 a 2016, totaliza R$ 34.300.000.000,00, autorizados pelo Conselho Curador do FGTS.

a.2) considerando o disposto no art. 2º da Resolução nº 840 do Conselho Curador do FGTS, fica suspenso até 1º de janeiro de 2018, a autorização para subscrição e integralização de cotas do FI-FGTS correspondentes à sexta e à sétima parcelas, que foram objeto, respectivamente, das Resoluções nº 699, de 28/08/12, e nº 775, de 26/05/15, restando para aplicação o saldo de R$ 1.416.208.987,17 (um bilhão, quatrocentos e dezesseis milhões, duzentos e oito mil e novecentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos).

10 O volume total de recursos aplicados pelo FGTS em 2017 está demonstrado no Anexo V.

11 Esta Circular e os respectivos anexos estão disponíveis ao público interessado por intermédio do site da CAIXA, no endereço http://www.caixa.gov.br, escolher a opção download, item Circulares CAIXA e FGTS.

12 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber.

13 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Circular CAIXA nº 788, de 07/11/17.

VÁLTER GONÇALVES NUNES
Vice-Presidente
Interino

## CIRCULAR Nº 799, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2018, e dá outras providências.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II, da Lei nº 8.036, de 11.05.90, e o artigo 67, inciso II, do Anexo ao Decreto nº 99.684, de 08.11.90, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13.06.95, em cumprimento às disposições estabelecidas nas Resoluções nº 702, de 04 de outubro de 2012 e nº 865, de 24 de outubro de 2017, ambas do Conselho Curador do FGTS, e nas Instruções Normativas Nº 46, de 22/12/17, Nº 47, de 22/12/17, Nº 48 de 22/12/17 e Nº 52, de 28/12/17, todas do Ministério das Cidades, resolve:

1 Divulgar o Orçamento Operacional do FGTS para 2018, por Programa e Unidade da Federação, bem como estabelecer diretrizes e procedimentos gerais com vistas ao cumprimento das determinações emanadas do Conselho Curador do FGTS e do Gestor da Aplicação, no que se refere à distribuição, aplicação e ao controle dos recursos do FGTS, no exercício de 2018.

2 Os empregos e as metas físicas, expressos em número de unidades habitacionais nos programas da Área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, e em número de habitantes beneficiados nos programas das Áreas de Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana, constituem o Anexo I desta Circular.

2.1 A distribuição dos recursos das Áreas de Habitação Popular e Saneamento Básico, segregados por Programa e Unidade da Federação, constitui, respectivamente, os Anexos II e III desta Circular.

2.2 No âmbito da Área de Habitação Popular ficam destinados, no máximo, R$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais) para a concessão de financiamentos, a pessoas físicas ou jurídicas, que beneficiem famílias com renda mensal bruta limitada à R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

3 A aplicação dos recursos destinados à concessão de descontos nos financiamentos a pessoas físicas observará os dispositivos a seguir relacionados:

a) R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso II, e pelo art. 30, inciso II, ambos da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS;

b) R$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), alocados na forma do Anexo IV, para financiamentos, em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas, incluindo aquelas resultantes de intervenções para reabilitação urbana, passíveis de enquadramento nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso I, e pelo art. 30, inciso I, ambos da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS;

4 Nas aplicações dos recursos constantes do Orçamento Operacional, especificamente destinados às demais operações habitacionais, na forma definida pelo art. 13, § 2º, da Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, será observada a seguinte distribuição:

a) R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) para execução do Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Pró-Cotista, alocados entre as 5 (cinco) regiões do território nacional, de acordo com o Anexo VI, observados os seguintes dispositivos:

a.1) no mínimo, 60% (sessenta por cento) devem ser destinados ao financiamento de imóveis novos;

a.2) no mínimo, R$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais) destinados ao financiamento de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e

a.3) até R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) destinados ao financiamento de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse os limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional para as operações de crédito celebradas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH;

b) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para operações urbanas consorciadas.

c) R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão, quinhentos milhões de reais) para aplicação em operações habitacionais, previstas pelo art. 13, § 2º, da Resolução Nº 702, de 04/10/12, do Conselho Curador do FGTS, na forma a seguir especificada:

c.1) R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), alocados em nível nacional, destinados à contratação de operações de crédito para produção de imóveis cujo valor de venda não ultrapasse os limites definidos pelo art. 20, § 4º, da Resolução Nº 702, de 04/10/12, com a redação dada pela Resolução Nº 836, de 06/02/17, ambas do Conselho Curador do FGTS, em que figurem, como mutuários, pessoas jurídicas do ramo da construção civil; e

c.2) R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), alocados em nível nacional, destinados à contratação de operações de crédito para aquisição de imóveis novos cujo valor de venda não ultrapasse os limites definidos pelo art. 20, § 4º, da Resolução Nº 702, de 04/10/12, com a redação dada pela Resolução Nº 836, de 06/02/17, ambas do Conselho Curador do FGTS, em que figurem, como mutuários, pessoas físicas.

5 Na aplicação dos recursos alocados à área orçamentária de Saneamento Básico serão observados os seguintes dispositivos, sem prejuízo da distribuição entre Unidades da Federação constante do Anexo III desta Circular CAIXA:

a) destinar até R$ 3.600.000.000,00 (três bilhões e seiscentos milhões de reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos - Setor Público; e

b) destinar até R$ 2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos - Setor Privado;

b.1) do valor estabelecido para operações de crédito com mutuários do setor privado poderá ser disponibilizado no máximo 20% (vinte por cento) para contratação de operações de crédito na Modalidade Tratamento Industrial de Água e Efluentes Líquidos e Reuso de Água.

6 Na aplicação dos recursos alocados à área orçamentária de Infraestrutura Urbana serão observados os seguintes dispositivos:

a) destinar até R$ 5.300.000.000,00 (cinco bilhões e trezentos milhões de reais) para operações de crédito vinculadas à área de Infraestrutura Urbana, setor público;

b) destinar até R$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais) alocados em nível nacional, setor privado.

7 No exercício de 2018, os saldos remanescentes, de que trata o art. 1º, § 2º, da Instrução Normativa Nº 7, de 01/03/2012, o subitem 2.1.1 do Anexo I da Instrução Normativa Nº 11, de 28/05/2012 e subitem 2.1.1 do Anexo da Instrução Normativa Nº 40, de 24/10/12, todas do Ministério das Cidades, para aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, obedecerão aos seguintes limites:

a) R$ 970.000.000,00 (novecentos e setenta milhões de reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, que possuam lastro em operações de habitação lançadas por incorporadoras, empresas da construção civil, Sociedades de Propósito Específico - SPE, cooperativas habitacionais ou entidades afins, nas condições estabelecidas na Circular CAIXA nº 671 de 16/01/15.

b) R$ 867.519.000,00 (oitocentos e sessenta e sete milhões e quinhentos e dezenove mil reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, que possuam lastro em operações do setor de saneamento, lançados por empresas públicas ou privadas, Sociedades de Propósito Específico - SPE ou entidades afins, nas condições previstas na Circular CAIXA nº 746, de 17/01/17, alocados entre as cinco regiões do Território Nacional, de acordo com o Anexo VII.

c) R$ 1.680.417.200,00 (um bilhão, seiscentos e oitenta milhões, quatrocentos e dezessete mil e duzentos reais) em aquisição de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, que possuam lastro em operações do setor de infraestrutura urbana, nas condições previstas na Circular CAIXA nº. 604, de 01/11/12.

8 Nas aplicações dos recursos constantes do Orçamento Operacional, especificamente destinados para aplicação no Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS será observado o seguinte limite:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) R$ 1.416.209.000,00 (um bilhão, quatrocentos e dezesseis milhões e duzentos e nove mil reais) para aplicação no Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, na forma e condições estabelecidas pela Lei nº 11.491, de 20/06/07, e pela Resolução

Nº 699, de 28/08/12, do Conselho Curador do FGTS;

a.1) esse valor adicionado ao montante aplicado em 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 - R$ 22.883.791.012,83, totaliza R$ 24.300.000.000,00, autorizados pelo Conselho Curador do FGTS.

9 O volume total de recursos para aplicação pelo FGTS em 2018 está demonstrado no Anexo V.

10 Esta Circular e os respectivos anexos estão disponíveis ao público interessado por intermédio do site da CAIXA, no endereço http://www.caixa.gov.br, escolher a opção download, item Circulares CAIXA e FGTS.

11 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber.

12 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

VÁLTER GONÇALVES NUNES
Vice-Presidente
Interino

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

### 3ª SEÇÃO

### 2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

#### PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LARISSA NUNES GIRARD

1 - Processo nº: 10783.900952/2012-61 - Recorrente: ROCHA BRANCA MINERACAO COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10783.900953/2012-13 - Recorrente: ROCHA BRANCA MINERACAO COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10783.900954/2012-50 - Recorrente: ROCHA BRANCA MINERACAO COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): LARISSA NUNES GIRARD

4 - Processo nº: 10783.900955/2012-02 - Recorrente: ROCHA BRANCA MINERACAO COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10783.900956/2012-49 - Recorrente: ROCHA BRANCA MINERACAO COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10783.905456/2011-12 - Recorrente: ROCHA BRANCA MINERACAO COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

7 - Processo nº: 11050.000707/2009-93 - Recorrente: AMRG AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 11050.001173/2009-12 - Recorrente: AMRG AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 11050.001361/2009-41 - Recorrente: AMRG AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

10 - Processo nº: 11050.001402/2009-07 - Recorrente: AMRG AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 11050.001510/2009-71 - Recorrente: AMRG AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 11050.001660/2009-85 - Recorrente: AMRG AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): DIEGO WEIS JUNIOR

13 - Processo nº: 15374.948537/2009-28 - Recorrente: WROBEL CONSTRUTORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 15374.948538/2009-72 - Recorrente: WROBEL CONSTRUTORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 15374.948536/2009-83 - Recorrente: WROBEL CONSTRUTORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 15374.954141/2009-10 - Recorrente: WROBEL CONSTRUTORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): DIEGO WEIS JUNIOR

17 - Processo nº: 15374.954139/2009-41 - Recorrente: WROBEL CONSTRUTORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 15374.954140/2009-75 - Recorrente: WROBEL CONSTRUTORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10726.000150/2001-81 - Recorrente: MOTO CLASSE MOTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LARISSA NUNES GIRARD
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 3ª Seção

## SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.786, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.778, de 29 de dezembro de 2017, a Instrução Normativa RFB nº 1.455, de 6 de março de 2014, e dispõe sobre a depreciação, amortização ou exaustão dos bens adquiridos de partes vinculadas nos termos do parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 9.128, de 17 de agosto de 2017.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXV do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º, 3º, 4º e 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.778, de 29 de dezembro de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

§ 5º Para os fins previstos nesta Instrução Normativa, a fase de exploração estende-se até o término do prazo definido em contrato com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), até o momento de devolução total da área do bloco de exploração à ANP, ou até a entrega da Declaração de Comercialidade à ANP, o que ocorrer primeiro.

§ 6º As importâncias aplicadas na atividade a que se refere o caput compreendem o conjunto de operações coordenadas de extração de petróleo ou gás natural de uma jazida e de preparo para sua movimentação, excetuados os gastos relacionados às atividades de desenvolvimento de que trata o art. 3º." (NR)

"Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

I - os estudos necessários e associados ao planejamento e implantação de projetos, análise de reservatórios e de sistemas de produção e a obtenção das licenças necessárias para a implantação de projetos;

II - a perfuração e completação de poços de produção e de injeção; e

III - a construção de instalações de extração, coleta, tratamento, armazenamento e transferência de petróleo e gás natural, de plataformas marítimas, tubulações, unidades de tratamento de petróleo e gás natural, equipamentos para cabeça de poço, tubos de produção, linhas de fluxo, tanques e demais instalações exclusivamente destinadas à extração, e a construção de oleodutos e gasodutos e as respectivas estações de compressão e bombeio, ligados diretamente ao escoamento da produção, até o final do trecho que serve exclusivamente ao escoamento, excluídos os ramais de distribuição secundários, feitos com outras finalidades.

§ 3º As atividades de desenvolvimento iniciam-se com a entrega, pelo concessionário, da Declaração de Comercialidade à ANP, e podem coexistir com as atividades de produção.

....." (NR)

"Art. 4º O valor contábil dos ativos formados ou em formação mediante gastos aplicados até 1º de janeiro de 2018 nas atividades de desenvolvimento definidas no art. 3º será segregado, naquela data, em duas subcontas distintas para cada campo produtor:

.....

Parágrafo único. Os gastos aplicados a partir de 1º de janeiro de 2018 nas atividades de desenvolvimento serão registrados:

I - na subconta de ativo mencionada no inciso II do caput, caso exista; ou

II - em outra conta de ativo que identifique o campo produtor." (NR)

"Art. 5º Poderá ser considerada a exaustão acelerada do ativo registrado na conta referida no inciso II do parágrafo único do art. 4º e da parcela do ativo registrado na subconta referida no inciso II do caput do art. 4º, calculada pela aplicação da taxa de exaustão determinada pelo método das unidades produzidas, multiplicada por 2,5 (dois inteiros e cinco décimos).

§ 1º A taxa de exaustão pelo método das unidades produzidas é calculada pela razão entre a produção total do campo no período de apuração e o volume de reserva provada desenvolvida do mesmo campo existente no último dia do período de apuração anterior, a ser multiplicada pelo valor contábil do ativo.

§ 2º Para fins de aplicação do disposto no § 1º, a apuração da produção total no período de apuração e do volume de reserva provada desenvolvida existente no último dia do período de apuração anterior deve ser feita segundo a metodologia adotada pela ANP, que considera a produção e as reservas de petróleo e de gás natural em conjunto.

....." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB nº 1.778, de 29 de dezembro de 2017, passa a vigorar acrescido do art. 6º-A:

"Art. 6º-A Para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), poderão ser integralmente deduzidas as importâncias aplicadas, em cada período de apuração, na atividade de produção de petróleo e de gás natural, definidas no art. 6º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Parágrafo único. As importâncias aplicadas na atividade a que se refere o caput compreendem o conjunto de operações coordenadas de extração de petróleo ou gás natural de uma jazida e de preparo para sua movimentação, excetuados os gastos relacionados às atividades de desenvolvimento, conforme art. 3º." (NR)

Art. 3º Os arts. 2º e 2º-B da Instrução Normativa RFB nº 1.455, de 6 de março de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

§ 2º Para cálculo dos percentuais a que se referem os §§ 1º, 7º e 9º, o contrato celebrado em moeda estrangeira deverá ter os valores contratados convertidos para a moeda nacional pela taxa de câmbio da moeda do país de origem, fixada para venda pelo Banco Central do Brasil, correspondente à data da apresentação da proposta pelo fornecedor, que é parte integrante do contrato.

§ 3º Na hipótese de repactuação ou reajuste dos valores de quaisquer dos contratos, as novas condições deverão ser consideradas para fins de verificação do enquadramento do contrato de afretamento ou aluguel de embarcação marítima nos limites previstos nos §§ 1º, 7º e 9º.

§ 4º Para fins de verificação do enquadramento das remessas de afretamento ou aluguel de embarcação marítima nos limites previstos nos §§ 1º, 7º e 9º, deverão ser desconsiderados os efeitos da variação cambial.

§ 5º A parcela do contrato de afretamento ou aluguel de embarcação marítima que exceder os limites estabelecidos nos §§ 1º, 7º e 9º sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

.....

§ 6º Para efeitos do disposto nos §§ 1º, 7º e 9º, a pessoa jurídica fretadora, arrendadora ou locadora de embarcação marítima sediada no exterior será considerada vinculada à pessoa jurídica prestadora do serviço quando:

.....

§ 7º .....

I - 70% (setenta por cento), quanto às embarcações com sistemas flutuantes de produção ou armazenamento e descarga;

.....

§ 8º O disposto nos §§ 1º e 7º não se aplica às embarcações utilizadas na navegação de apoio marítimo, conforme definição da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, vedada, inclusive, a aplicação retroativa do § 2º deste artigo em relação aos fatos geradores ocorridos antes de 14 de novembro de 2014.

.....

§ 10. A aplicação dos percentuais estabelecidos no §§ 1º, 7º e 9º não acarreta a alteração da natureza e das condições do contrato de afretamento ou aluguel para fins de incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, e das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/Pasep-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação), de que trata a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004." (NR)

"Art. 2º-B A aplicação dos percentuais previstos no §§ 1º, 7º e 9º do art. 2º deve obedecer ao disposto neste artigo.

....."(NR)

Art. 4º Os bens adquiridos nos termos do parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 9.128, de 17 de agosto de 2017, de partes vinculadas serão considerados para fins de depreciação, amortização ou exaustão por valor não superior ao valor contábil líquido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Consideram-se partes vinculadas:

I - o adquirente e o alienante, se estes são controlados, direta ou indiretamente, pela mesma parte ou partes;

II - o adquirente e o alienante, se houver relação de controle ou coligação entre eles;

III - o adquirente e o alienante, se este for sócio, titular, conselheiro ou administrador da pessoa jurídica adquirente; ou

IV - o adquirente e o alienante, se este for associado daquele, na forma de consórcio ou condomínio, conforme definido na legislação brasileira, em qualquer empreendimento.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 6º Fica revogado o § 4º do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.778, de 2017.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS - GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto no Art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, publicada no DOU em 03 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º - Declarar CANCELADA a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de número 16BF.76BC.ACEA.3586, emitida indevidamente em 24/01/2018 em favor do contribuinte SOCIEDADE MÉDICA LUZIÂNIA, CNPJ nº 02.147.060/0001-67.

HIROSHIMI NAKAO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

### RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/CBA nº 07, de 19 de janeiro de 2018, publicado na edição nº 20 do Diário Oficial da União, de 29 de janeiro de 2018, na página 59, seção 1: Onde se lê:"... no processo nº 10010.019869/0118-49..." Leia-se: "... no processo nº10010.019839/0118-49..."

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 1° a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas IN RFB n.º 778, de 2007; nº 955, de 2009; nº 1.237, de 2012; nº 1.267, de 2012; e nº 1.367, de 2013, e considerando o que consta no processo nº 10120.725637/2017-56, resolve:

Art. 1º Coabilitar a empresa TECMON MONTAGENS TECNICAS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ: 01.848.287/0001-77 ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º Vincular o presente ADE a execução por empreitada das obras civis constantes no contrato CTNI 90.2015.0920.00, celebrado em 15 de março de 2017, com prazo para execução estimado em 19 meses contados da data de assinatura, referente ao Projeto de Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.576, de 11 de março de 2014), matrícula CEI nº 51.239.12010/71, aprovado na Portaria n° 264, de 6 de agosto de 2016, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 7 de agosto de 2015, relativo à Subestação Santa Cruz II, contratada diretamente pela pessoa jurídica Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.541.368/0001-16, titular do projeto, habilitada no Reidi por meio do ADE nº 145, de 15 de outubro de 2015, emitido pela Delegacia da Receita Federal em Recife/PE, publicado no DOU de 23 de outubro de 2015.

Art.3° O cancelamento da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto implica no cancelamento automático da presente coabilitação.

Art. 4º Concluída a participação da Coabilitada no projeto, deverá ser pedido o cancelamento da presente habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 9º c/c o artigo 12, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007.

Art. 5° A presente coabilitação poderá ser cancelada de ofício em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 6º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ AURELIANO RIBEIRO DE MATOS

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

### PORTARIA Nº 72, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Compartilha competências entre Subunidades da Alfândega do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes (ALF/AEG).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições previstas no inciso IV do art. 335 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Compartilhar, até 31 de dezembro de 2018, entre a Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros (Sapea) e a Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros (Sarad) da ALF/AEG, o exercício das seguintes competências, previstas nos arts. 299 e 303 do Regimento Interno da RFB:

I - gerir e executar as atividades relativas às ações de combate à fraude no curso do despacho aduaneiro; e

II - gerir e executar as atividades relativas à gestão de riscos para o controle aduaneiro e à análise de habilitação e monitoramento de intervenientes para o comércio exterior.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à vigência desta Portaria, na forma compartilhada de que trata este artigo.

Art. 2º Compartilhar, até 31 de dezembro de 2018, entre a Seção de Conferência de Bagagem (Sabag) e a Seção de Vigilância Aduaneira (Savig) da ALF/AEG, o exercício das seguintes competências, previstas nos arts. 296 e 301 do Regimento Interno da RFB:

I - gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro de bens de viajantes, exceto bagagem desacompanhada; e

II - gerir e executar as atividades relativas ao combate ao contrabando, ao descaminho e a outros ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive:

a) à gestão de risco para a vigilância e repressão;

b) às atividades de vigilância; e

c) às operações de repressão, sob coordenação da Direp da SRRF.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à vigência desta Portaria, na forma compartilhada de que trata este artigo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MOACYR MONDARDO JUNIOR

### PORTARIA Nº 94, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Transfere, temporariamente, competências entre Subunidades da Alfândega do Porto de Manaus.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições previstas no inciso IV, do art. 335 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09.10.2017, publicada no D.O.U. de 11.10.2017, em vigor a partir de 01.01.2018, resolve:

Art. 1º. Transferir, temporariamente, no âmbito da Alfândega do Porto de Manaus, as competências previstas no artigo 292, inciso II da Portaria MF nº 430, de 09.10.2017, originalmente atribuídas à Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro, para a Equipe Aduaneira nº 02 (EAD02).

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor após publicação no Boletim de Serviço da Receita Federal do Brasil e vigerá até 31.12.2019, podendo ser prorrogada.

MOACYR MONDARDO JUNIOR

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

### PORTARIA N° 149, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre o compartilhamento de competências e atribuições e criação de equipes regionais para desenvolvimento de atividades no âmbito da 3ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 3ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 335 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09.10.2017, publicada no DOU de 11.10.2017, resolve:

Art. 1º Compartilhar, por meio de transferências mútuas, até 31/12/2019, entre as unidades no âmbito da 3ª Região Fiscal, as competências previstas nos incisos I, IV e IX do art. 284, incisos I a X do art. 286, e inciso II e V do art. 290 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada em 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Compartilhar, por meio de transferências mútuas, até 31/12/2019, exclusivamente para viabilizar o disposto no art. 1º e sem prejuízo da definição original, as atribuições dos delegados da RFB na 3ª Região, especialmente as previstas nos artigos 336, 340, incisos II, III, IV, VI,VIII, e 341, incisos I, II e III.

Art. 3º As decisões exaradas em casos concretos por auditores-fiscais membros das equipes de que trata esta portaria, no contexto temático das respectivas atividades, aplicam-se aos contribuintes de qualquer jurisdição dentro da 3ª Região Fiscal.

Art. 4º Ficam constituídas equipes de abrangência regional, especializadas em áreas temáticas de trabalho, especificamente:

I. Equipe Regional de Acompanhamento de Órgãos Públicos;

II. Equipe Regional de Auditoria de Crédito Previdenciário;

III. Equipe Regional de Auditoria de Crédito em PER/DCOMP;

IV. Equipe Regional de Auditoria da Malha DCTF;

V. Equipe Regional de Auditoria da Malha Fiscal da Pessoa Física.

VI. Equipe Regional de Julgamento de Processos;

VII. Equipe Regional de Preparo e Finalização de Processos;

VIII. Equipe Regional de Revisão de Ofício de Crédito Tributário;

§ 1º. A estrutura e a composição das equipes regionais serão definidas em portarias específicas.

§ 2º. Cada equipe será dirigida por um delegado dentre as delegacias de Fortaleza, São Luís e Teresina, e contará com supervisor da mesma unidade.

§ 3º. Compete aos delegados dirigentes das equipes regionais a gestão com vistas ao atingimento dos resultados definidos no planejamento regional, em consonância com a estratégia da RFB, praticando os atos necessários a esse fim.

§ 4º. Compete aos supervisores das equipes regionais, conforme direção do respectivo delegado, o acompanhamento e a avaliação de resultados, bem como a organização e o planejamento da execução das respectivas atividades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO BATISTA BARROS DA SILVA FILHO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE

### DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do PAEX-130.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE-PB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, declara:

Art. 1º - Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata a Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas ou com recolhimento parcial.

Art. 2º - O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receia Federal do Brasil (RFB) na internet, no endereço idg.receita.fazenda.gov.br, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º - É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campina Grande/PB nos Centros de Atendimento ao Contribuinte, cujos endereços podem ser obtidos na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na internet, no endereço idg.receita.fazenda.gov.br.

Art 4º - Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILBERTO MENDES RIOS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial PAEX Duas Parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

| Optante | Nome |
|---|---|
| 08.719.023/0001-62 | Atual Transporte Rodoviários LTDA |
| 10.752.764/0001-97 | José Inaldo de Lira - ME |
| 10.773.547/0001-83 | Rubens da Silva Brito - ME |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 19.883.747/0001-63, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do MEI IVONETE MOREIRA SILVA 00845542583, por haver sido constatado vício no ato cadastral, com base no estabelecido no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13561.720038/2015-83.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 12.027.794/0001-66, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do MEI ANTONIO CELESTINO DOS SANTOS 62566989591, por haver sido constatado vício no ato cadastral, com base no estabelecido no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13558.720128/2015-23.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 21.583.305/0001-43, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do MEI MARIA DA CONCEICAO SANTOS SENA 44741901572, por haver sido constatado vício no ato cadastral, com base no estabelecido no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13558.720112/2015-11.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 21.571.477/0001-05, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do MEI EDUARDO MACHADO 74493442549, por haver sido constatado vício no ato cadastral, com base no estabelecido no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13558.720111/2015-76.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 21.390.324/0001-53, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do MEI JOSENILDO DE JESUS OLIVEIRA 82191786553, por haver sido constatado vício no ato cadastral, com base no estabelecido no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13558.720032/2018-16.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 17.629.483/0001-90, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do MEI FABIO

JUNIO BARBOSA LIMA 08837860790, por haver sido constatado vício no ato cadastral, com base no estabelecido no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13767.720257/2013-94.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 11.943.635/0001-49, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do MEI MARCIA APARECIDA BORGES 90004876504, por haver sido constatado vício no ato cadastral, com base no estabelecido no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13558.720175/2015-77.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 19.514.755/0001-32, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do empresário individual EVANILDES PEREIRA DO CARMO 00983270546, por haver sido constatado vício no ato cadastral, com base no estabelecido no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13551.720059/2015-18.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 21.456.416/0001-99, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do empresário individual MARIA ROSA MARQUES 39922740559, por haver sido constatado vício no ato cadastral, com base no estabelecido no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13558.720254/2015-88.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 97.532.227/0001-10, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do empresário individual JACKSON HIGINO PEREIRA 20637942515, por haver sido constatado vício no ato cadastral, com base no estabelecido no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13551.720149/2015-17.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 24 DE JANEIRO DE 2018**

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 13.035.218/0001-23, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do empresário individual RANILSON CUNHA SANTOS 98822446534, por haver sido constatado vício no ato cadastral, com base no estabelecido no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 13558.721131/2015-64.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

Declara nula a inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 20.391.844/0001-18, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do empresário individual ANGELO ARAÚJO DE OLIVEIRA, por haver sido constatado vício no ato cadastral, com base no estabelecido no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10331.720337/2015-33.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no parágrafo 2º do art. 35, da IN RFB nº 1.634, de 09 de maio de 2016.

GEOVANIO CORREIA BRITO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

Declara a baixa de ofício da inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º Baixada de ofício, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), a inscrição de nº 04.203.037/0001-78, da empresa ITEM SOCIEDADE MERCANTIL LTDA, por haver sido constatado cancelamento no respectivo órgão de registro, com base no estabelecido no artigo 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir da data 21/03/2011.

GEOVANIO CORREIA BRITO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

Cancela inscrição no Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e, tendo em vista o disposto no artigo 7º, inciso III, da IN RFB nº 976/2009, publicada no DOU de 8 de dezembro de 2009, e suas alterações e ainda considerando o que consta do processo administrativo respectivo, declara:

Art. 1º - Canceladas as Inscrições no Registro Especial instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945 de 4 de junho de 2009, para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, do estabelecimento abaixo identificado, sob os números e nas atividades que especifica:

| | |
|---|---|
| Nome empresarial | TALISMA GRAFICA E EDITORA LTDA - EPP |
| Endereço | RUA WALDEMAR FALCAO, 335 -Sala 02 - Brotas CEP: 40296-710 Salvador-Ba. |
| CNPJ | 07.932.727/0001-56 |
| Processo administrativo | 10580.721180/2010-17 |
| Nº Registro Especial | GP-05101/00185 e UP-05101/00186 |

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO VICENTE VELLOSO SILVA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

Concede co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.726104/2017-09, declara:

Art. 1º - Co-habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), a empresa REMOLUX COMERCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.821.349/0001-

82, com o Projeto de implantação de 02 (duas) entradas de linha de transmissão em 230 kv, com os respectivos módulos de infraestrutura e manobra, sendo 01 (uma) entrada de linha no SE Xavantes/GO e 01 (uma) na SE Pirineus/GO, de titularidade da empresa Furnas Centrais Elétricas S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 23.274.194/0001-19, matrícula CEI nº 51.240.14070/70, do setor de infraestrutura de energia, com previsão de conclusão em 30/04/2018, aprovado pela Portaria nº 88 de 02 de março de 2012, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimentos Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 05 de março de 2012, Seção 1, páginas 36 e 37.

Art. 2º - A referida empresa participa do Consórcio GRID SOLUTIONS/REMO/REMOLUX, inscrito no CNPJ sob o nº 27.548.782/0001-54.

Art. 3º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

Concede co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.726138/2017-95, declara:

Art. 1º - Co-habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), a empresa REMOLUX COMERCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.821.349/0001-82, com o Projeto de ampliação da SE Barra do Peixe 230/138/13,8 kV - Etapa AT4/AT5, localizada no Estado do Mato Grosso, de titularidade da empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, inscrita no CNPJ sob o nº 00.357.038/0001-16, matrícula CEI nº 51.239.92945/76, do setor de infraestrutura de energia, com previsão de conclusão em outubro/2019, aprovado pela Portaria nº 86 de 29 de abril de 2016, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimentos Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 03 de maio de 2016, Seção 1, páginas 55 e 56.

Art. 2º - A referida empresa participa do Consórcio WEG/REMO/REMOLUX/GONÇALVES NETO, inscrito no CNPJ sob o nº 26.510.879/0001-05.

Art. 3º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 64.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 64 de 05 de Maio de 2016, EXCLUSIVAMENTE em relação a ROGERIO MAZZARO DE ASSIS - ME, CNPJ 10.831.060/0001-00, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 11.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 011 de 31 de Janeiro de 2017, EXCLUSIVAMENTE em relação a MOVEIS JARDIM LTDA-ME, CNPJ 21.377.858/0001-40, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 78.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 078 de 16 de Outubro de 2015, EXCLUSIVAMENTE em relação a EXCELENCIA CAFE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 06.164.561/0001-02, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Termo de Diligência e Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 28, publicado no Diário Oficial, de 22 de agosto de 2017, e demais documentos integrantes do Processo nº 10660.720241/2018-96, aprova:

Art. 1º O fornecimento de 83.970 (oitenta e três mil, novecentos e setenta) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0019-62, localizada na Rodovia Fernão Dias, km. 947,5, Área C, Bairro dos Pires, cidade de Extrema, MG, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/158, para selagem no exterior dos seguintes produtos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| Marca Comercial | Características do Produto | Quantidade |
|---|---|---|
| ROYAL SALUTE | 180 caixas de 6 garrafas de 700ml, 40%, idade 21 anos | 1.080 |
| CHIVAS REGAL 12YO | 6.480 caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40%, idade 12 anos | 77.760 |
| BALLANTINES 12YO RESGATE 1000ML | 200 caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40%, idade 12 anos | 2.400 |
| CHIVAS REGAL EXTRA 750ML | 455 caixas de 6 garrafas de 750ml, 40% | 2.730 |

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS ROCHA

**RETIFICAÇÃO**

No ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR Nº 2, de 08 de janeiro de 2018, publicado no DOU de 09/01/2018, Seção 1, página 18:

Onde se lê:

"Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012"

Leia-se:

"Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017"

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ

**PORTARIA Nº 8, DE 22 DE JANEIRO DE 2018**

Regulamenta os procedimentos de controle de fornecimento de bordo em conformidade com os artigos 52, I e 53 caput e parágrafo 1º da Instrução Normativa SRF nº 28 de 27 de abril de 1994.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE ITAGUAÍ, no uso das atribuições legais previstas no art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 52 e 53 da Instrução Normativa SRF nº 28 de 27 de abril de 1994, resolve:

Art. 1º O fornecimento de alimentos e outros produtos, exceto combustível, para uso e consumo de bordo em embarcação de bandeira estrangeira e nacional em viagem internacional, atracada em local sob jurisdição da Alfândega do Porto de Itaguaí, deverá observar o disposto nesta Portaria.

Art. 2º A empresa que desejar promover o fornecimento de bordo deverá: comunicar a previsão de embarque, por meio de mensagem eletrônica direcionada ao endereço fornecimento.alfigi@receita.fazenda.gov.br, indicando no assunto: "Consumo de Bordo - identificação da embarcação - indicação da data e hora da operação - local de fornecimento".

§ 1º A mensagem deverá conter arquivo no formato PDF das respectivas notas fiscais que devem informar:

I.nome do fornecedor;

II.bandeira da embarcação e nome da empresa a que pertence;

III.identificação da embarcação;

IV.quantidade e especificação dos produtos fornecidos;

V.dados do veículo condutor que transportará as mercadorias até a embarcação. (Caso esta informação não conste da respectiva nota fiscal, ela poderá constar do corpo da mensagem);

VI.autorização do órgão anuente, quando for o caso; e

VII.número do dossiê de atendimento no qual serão anexados os documentos relativos ao fornecimento de bordo.

§ 2º O prazo da informação de que trata o caput deverá ocorrer em dias úteis, no mínimo, 24 (horas) horas antes do horário previsto para a operação de fornecimento.

§ 3º Os pedidos para o final de semana deverão ser apresentados até as 15 horas de sexta-feira.

§ 4º Caso não seja enviada, no prazo estabelecido, a informação prevista neste artigo, o embarque é considerado não autorizado para todos os efeitos.

§ 5º Se por algum motivo houver alteração do horário previsto de embarque ou qualquer outra dado, deverá ser enviada nova mensagem corrigindo os dados da operação antes informada. O assunto da nova mensagem deverá ser: "Retificação Consumo de Bordo - identificação da embarcação - indicação da data e hora - local de fornecimento".

Art. 3º Tratando-se de complemento do fornecimento já autorizado, deverá ser emitida nova mensagem no termos do artigo 2º. Neste caso, o prazo mínimo para envio da mensagem será de 1 (uma) hora antes da operação de fornecimento. O assunto da nova mensagem deverá ser: "Complemento Consumo de Bordo - identificação da embarcação - indicação da data e hora - local de fornecimento".

Art. 4º Ao receber a mensagem, o servidor da ALFIGI, responderá a mensagem autorizando, com cópia para o respectivo terminal de embarque, e informando se haverá ou não acompanhamento fiscal.

§ Único O servidor responsável pela análise do requerimento poderá definir prazo e horário diferentes dos mencionados no art. 2º, para que coincidam com os dias e horários de expediente normal na repartição.

Art. 5º Para o fornecedor ou veículo acessar o local ou recinto alfandegado, é obrigatório o porte de crachá de identificação e registro da motivação pela administradora do local no seu sistema eletrônico de controle, em tempo real e disponível para consulta no COV da Alfândega, nos termos da Portaria ALF/IGI n° 04, de 11 de janeiro 2018.

§ Único Poderá ser solicitado ao recinto alfandegado, a qualquer tempo, para fins de comprovação, o registro de entrada e saída do veículo que efetuou a entrega do fornecimento de bordo.

Art 6º Os locais autorizados para embarque do fornecimento de bordo são:

a) TRANSPETRO - INSTALAÇÃO PORTUÁRIA - ADE SRRF07 nº 298/2006;

b) SEPETIBA TECON SA - ADE SRRF07 nº 67/2002;

c) TERMINAL PORTUÁRIO DE ANGRA DOS REIS SA - TPAR - ADE SRRF07 nº 178/2012;

d) COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - TECAR - ADE SRRF07 137/2001.

Art. 7º Sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei, está sujeita à suspensão, por até seis meses, da utilização do instituto especial previsto no art. 52 da IN SRF 28, de 1994, o fornecedor que:

I. omitir ou prestar informações falsas no pedido de embarque ou descumprir o prazo previsto na IN SRF n° 28, de 1994 para registrar a correspondente Declaração de Exportação; e

II. deixar de observar qualquer dispositivo desta Portaria.

Art. 8º A empresa fornecedora deverá, até o último dia da quinzena subsequente àquela em que as mercadorias para uso e consumo de bordo foram embarcadas, registrar Declaração de Despacho de Exportação (DDE) e apresentar à SADAD da ALF/IGI, via dossiê de atendimento, os documentos que instruem o despacho (arts. 52, inciso I e 56, inciso I, da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994), independente do canal de conferência aduaneira, incluindo a nota fiscal datada, com o carimbo e assinatura do comandante da embarcação.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 01 de março de 2018, revogando as disposições em contrário.

ALEXANDRE MIGUEL DA SILVA

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria ALF/IGI nº 5, de 12 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 16 de janeiro de 2018, na Seção 1, página 31, onde se lê: "Art. 3º A empresa de navegação operadora da embarcação deverá manter à disposição da fiscalização aduaneira pelo prazo de 5 (cinco) anos os documentos relacionados no art. 1º ", leia-se: "Art. 3º A empresa de navegação operadora da embarcação deverá manter à disposição da fiscalização aduaneira pelo prazo de 5 (cinco) anos os documentos relacionados no art. 2º ".

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

Declara a Inaptidão a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, com base na Lei nº 9.430/96, na Lei nº11.941/09 e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB Nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art 1º - TORNAR INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade abaixo, conforme os artigos 40, inciso II e 42, inciso I, parágrafo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, em virtude da empresa não ter sido localizada em seu domicílio fiscal.

| PROCESSO ADMINISTRATIVO | INSCRIÇÃO CNPJ | NOME EMPRESARIAL |
|---|---|---|
| 18470.728932/2017-04 | 11.040.944/0001-09 | MMX TRANSPORTES EIRELLI - ME |

Art. 2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo os efeitos constantes dos art. 45 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

MÔNICA PAES BARRETO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

Declara a Inaptidão a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, com base na Lei nº 9.430/96, na Lei nº11.941/09 e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB Nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art 1º - TORNAR INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade abaixo, conforme os artigos 40, incisos I e II, 41, parágrafo 2º e 42, inciso I, parágrafo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, em virtude da empresa não ter apresentado em 2 ( dois ) exercícios consecutivos qualquer das declarações e demonstrativos relacionados no inciso I do caput do art. 29 da IN RFB 1.634 e não ter sido localizada em seu domicílio fiscal .

| PROCESSO ADMINISTRATIVO | INSCRIÇÃO CNPJ | NOME EMPRESARIAL |
|---|---|---|
| 12448.729819/2017-39 | 68.842.624/0001-90 | PHD EDIFICAÇÕES LTDA -ME |

Art. 2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo os efeitos constantes dos art. 45 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

MÔNICA PAES BARRETO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

Declara a Inaptidão a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, com base na Lei nº 9.430/96, na Lei nº11.941/09 e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB Nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art 1º - TORNAR INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade abaixo, conforme os artigos 40, inciso II e 42, inciso I, parágrafo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, em virtude da empresa não ter sido localizada em seu domicílio fiscal.

| PROCESSO ADMINISTRATIVO | INSCRIÇÃO CNPJ | NOME EMPRESARIAL |
|---|---|---|
| 18470.728933/2017-41 | 03.451.327/0001-78 | SUCURI SANEAMENTO E DESENTUPIDORA LTDA |

Art. 2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo os efeitos constantes dos art. 45 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

MÔNICA PAES BARRETO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

Declara a Inaptidão a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, com base na Lei nº 9.430/96, na Lei nº11.941/09 e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB Nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art 1º - TORNAR INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade abaixo, conforme os artigos 40, incisos I e II, 41, parágrafo 2º e 42, inciso I, parágrafo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, em virtude da empresa não ter apresentado em 2 ( dois ) exercícios consecutivos qualquer das declarações e demonstrativos relacionados no inciso I do caput do art. 29 da IN RFB 1.634 e não ter sido localizada em seu domicílio fiscal

| PROCESSO ADMINISTRATIVO | INSCRIÇÃO CNPJ | NOME EMPRESARIAL |
|---|---|---|
| 18470.729507/2017-24 | 06.375.568/0001-73 | L. MARTINS TELECOM EIRELLI- ME |

Art. 2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo os efeitos constantes dos art. 45 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

MÔNICA PAES BARRETO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 17 DE JANEIRO DE 2018**

Altera o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 22/2005

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência conferida pelo art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, c/c/ art. 13 da Instrução Normativa SRF nº 241, de 06 de novembro de 2002, nos termos e condições destas mesmas normas e à vista do que consta do processo nº 11128.723849/2017-91, declara:

Art. 1º. Fica alterado o item 1 do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 22, de 1º de abril de 2005, o qual passa a viger com a seguinte redação:

"1. Alfandegada a título permanente até 30/11/2014, para operar na movimentação e armazenagem de barrilha, sulfato de sódio e fertilizantes no segmento de importação, a Instalação Portuária de Uso Público administrada por RODRIMAR S/A - TERMINAIS PORTUÁRIOS E ARMAZÉNS GERAIS e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.836.442/0002-00, localizada na Zona Primária do Porto Organizado de Santos, à Avenida Engenheiro Eduardo Guinle, s/nº, constituída pelo Armazém III, com área de 9.233,12 m², e pelo Armazém VIII, com área de 7.320,00 m², em conformidade com o Contrato de Arrendamento PRES/CO 12/93 e seus Primeiro a Sexto Instrumentos de Retificação, Ratificação e Aditamento, o qual continua produzindo efeitos por força da medida liminar concedida em 20/11/2014 pelo Juízo da 4ª Vara Federal de Brasília nos autos do processo n 0084947-16.2014.4.01.3400, que estendeu a sua eficácia até que seja proferida sentença nesse processo, ou até que seja concluído o Processo Administrativo nº 00045.003381/2014-76 em trâmite perante a SEP/PR, o que primeiro ocorrer."

Art. 2º. Permanece o recinto em questão credenciado, a título precário, a operar o Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Aduaneiro na Importação, na atividade de armazenagem, no Armazém III, em sua área total de 9.233,12 m², e no Armazém VIII, na área demarcada de 4.000 m², credenciamento este originalmente outorgado por meio dos Atos Declaratórios Executivos SRRF08 nº 120, de 21 de dezembro de 2004, e nº 55, de 17 de junho de 2005, os quais ficam revogados sem interrupção de sua força normativa.

Art. 3º. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento e/ou este credenciamento poderão ser suspensos ou cancelados por aplicação de sanção administrativa, bem como poderão ser extintos a pedido do interessado e não impede a RFB de revê-los a qualquer momento para adequá-los às normas aplicáveis.

Art. 4º. Permanecem válidas e eficazes as demais disposições do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 22, de 1º de abril de 2005, enquanto subsistir a medida liminar mencionada no item 1 acima, até o advento de uma das ocorrências por ela determinadas.

Art. 5º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

Cancelamento de Inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 336 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, e considerando ainda o que consta no processo administrativo fiscal abaixo discriminado, resolve:

1. Cancelar a seguinte inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros em razão de renúncia expressa do interessado, formalizada através do processo nº 10010.016044/1217-14.

| Nome | CPF | Processo nº |
|---|---|---|
| ENNIO PEDOTE CABRITA | 709.111.001-30 | 11128.007886/ 2010- 82 |

2. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO ROBERTO MARTINS

## DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 15 DE JANEIRO DE 2018**

Concede Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), instituído pelos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006 e o constante do processo administrativo nº 16592.725.756/2016-58, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006.

Nome empresarial: CARGIL AGRÍCOLA SA

Nº Inscrição no CNPJ: 60.498.706/0001-57

Art. 2º Observar o disposto nos artigos 13 e 14 da Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006, em relação ao prazo para fruição do benefício e conversão da suspensão da exigência das contribuições em alíquota zero.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 22 DE JANEIRO DE 2018**

Concede Regime Especial de Suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que tratam o art. 5° da Lei n° 9.826, de 23 de agosto de 1999, e o art. 29 da Lei n° 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 226 e 305 (dada a delegação prevista pelo artigo 303), do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 10880.728.475/2017-14, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica a seguir identificada e a seus estabelecimentos o Regime Especial de que trata a Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e alterações posteriores.

Nome empresarial: COFCO BRASIL S/A

Nº Inscrição no CNPJ : 06.315.338/0001-19

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

## DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

## SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

**RETIFICAÇÃO**

No Ato Declaratório Executivo nº 87 de 26 de outubro de 2017, publicado no DOU de 27de outubro de 2017, Seção 1, pág 75, Onde se lê: "Gp 08190/00519", Leia-se: "Up-08190/01116"

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

Registro de Despachante Aduaneiro

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação do interessado:

| CPF | Nome | E-Processo |
|---|---|---|
| 964.603.850-68 | Maicol Pereira Correa | 10909.720104/2018-00 |

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DALTRO JOSÉ CARDOZO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

Declara CANCELADA Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e à de Terceiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017, publicado no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Declarar CANCELADA a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros de número 002402017-88888382, emitida indevidamente em 23 de outubro de 2017, em favor de LRP Construtora e Incorporadora EIRELI, CEI 51.238.60382/79, CNPJ 21.450.707/0001-70.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), com efeito retroativo a 26 de janeiro de 2018.

PAULO SÉRGIO CORDERIO BINI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

Declara CANCELADA Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e à de Terceiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017, publicado no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Declarar CANCELADA a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros de número 002252017-88888381, emitida indevidamente em 23 de outubro de 2017, em favor de LRP Construtora e Incorporadora EIRELI, CEI 51.238.60381/77, CNPJ 21.450.707/0001-70.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), com efeito retroativo a 26 de janeiro de 2018.

PAULO SÉRGIO CORDERIO BINI

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

**PORTARIA Nº 21, DE 18 DE JANEIRO DE 2018**

Aprova o Regulamento Administrativo e Operacional e delega competências no âmbito da Alfândega da Receita Federal de Uruguaiana.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA-RS, no uso das atribuições que são conferidas pelos artigos 336, 340 e 341 da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU em 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200/67, regulamentado pelos Decretos nº 83.937/79 e,

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a operacionalidade da ALF/URA aos serviços disponibilizados e a conveniência da desburocratização, descentralização administrativa e principalmente a necessidade de assegurar maior rapidez, objetividade e segurança às decisões e aos procedimentos adotados, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento Administrativo e Operacional da ALF/URA.

Parágrafo único. O instrumento aprovado no caput regulamentará as atividades e atribuições dos Serviços, das Seções, das Equipes e do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC da ALF/URA, conforme ANEXO I da presente portaria.

Art. 2º Delegar competência aos Chefes dos Serviços, das Seções, das Equipes e do CAC, bem como ao respectivo substituto eventual para no âmbito das atribuições:

I - organizar e distribuir a carga de trabalho aos servidores;

II - fixar os períodos de férias dos servidores;

III - aplicar a legislação de pessoal;

IV - manifestar sobre pleitos de contribuintes na sua área de competência;

V - promover a identificação das necessidades de capacitação e desenvolvimento de pessoas nas respectivas áreas de competência;

VI - proceder à emissão e encaminhamento para publicação de intimação e editais, no Diário Oficial da União - DOU, bem como expedir editais, comunicados e ordens de serviço;

VII - diligenciar para o cumprimento das decisões tomadas no âmbito do Setor; e

VIII - decidir quanto à movimentação de processos administrativos.

Art. 3º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados na Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro - SAATA, para dentro das atribuições desta Seção:

I - decidir quanto à aplicação da pena de perdimento de mercadorias, veículos e moedas, bem como sobre as multas aplicadas com base no art. 75 da Lei nº 10.833/03; e

II - revisar e assinar as informações a serem prestadas aos órgãos do Poder Judiciário em mandado de segurança, no âmbito da Alfândega, sem prejuízo das informações das demais áreas no caso concreto;

Art. 4º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados no Serviço de Vigilância Aduaneira - SEVIG e no Serviço de Conferência de Bagagem - SEBAG, para dentro de suas respectivas atribuições:

I - expedir edital para que contribuintes provem a propriedade das mercadorias e bens deixados em recinto aduaneiro ou encontrados na zona secundária quando recolhidos ao depósito, bem como, declará-los abandonados quando não reclamados por quem de direito, em conformidade com o art. 1º, I e II da Portaria MF nº 159 de 03 de fevereiro de 2010; e

II - emitir Ordens de Vigilância e Repressão - OVR previstas no art. 16 e seus §§1º e 2º da Portaria Coana nº 35, de 22 de dezembro de 2011.

Art. 5º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados na Seção de Controle de Cargas e Trânsito Aduaneiro - SACTA, para dentro de suas respectivas atribuições:

I - proceder à inscrição de despachantes aduaneiros e ajudante de despachantes no "Registro de Despachantes Aduaneiros", mantido pela SRFB, quando atendidos os requisitos de que tratam os art. 10 a 14 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 07 de novembro de 2011 e art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 6º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados no SAPEA e SARAD, para dentro das atribuições de cada Seção:

I - selecionar as operações a serem submetidas ao procedimento especial previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011;

II - dispensar a instauração do procedimento especial de controle aduaneiro e emitir decisão quanto a esta dispensa, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011; e

III - determinar a qualquer tempo que se proceda à ação fiscal pertinente, se tiver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram a necessidade de verificação da mercadoria, ou de propor ou aplicar o procedimento aduaneiro especial previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011, conforme previsão do art. 49 da IN SRF nº 680/2006.

Art. 7º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados nas Equipes do SEDAD, para dentro das atribuições de cada Equipe:

I - autorizar o acesso de quaisquer pessoas e ainda o de servidores de outros órgãos intervenientes no âmbito do respectivo Porto Seco;

II - decidir quanto ao reconhecimento do direito de imunidade, isenção e redução tributária pleiteada, bem assim a solicitação de tratamento preferencial decorrente de acordo internacional firmado pelo Brasil;

III - autorizar o embarque de produtos com declaração para despacho aduaneiro de exportação a posteriori, nas situações e condições previstas no art. 52 da IN SRF nº 28/94, alterado pela IN SRF nº 510/05 e IN RFB n° 1742/2017;

IV - determinar a qualquer tempo que se proceda à ação fiscal pertinente, se tiver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram a necessidade de verificação da mercadoria, ou de propor ou aplicar o procedimento aduaneiro especial previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011, conforme previsão do art 49 da IN SRF nº 680/2006;

V - autorizar o início ou a retomada do despacho aduaneiro, antes da lavratura do auto de infração de pena de perdimento e/ou antes de aplicada a pena de perdimento, mediante o cumprimento das formalidades exigidas e o pagamento dos tributos, dos acréscimos e das despesas decorrentes da permanência da mercadoria no recinto alfandegado, conforme disposições do art. 2º da IN SRF nº 69/99, com nova redação do art. 2º da IN SRF nº 109/99;

VI - fixar prazo maior do que o estabelecido no §1º do art. 58 da IN SRF 028/1994 quando, comprovadamente, as características de produção, transporte, armazenagem ou comercialização das mercadorias a exportar justifiquem tal tratamento;

VII - autorizar o cancelamento de DI no curso do despacho aduaneiro ou de DI desembaraçada em canal verde com base em requerimento fundamentado do importador, ou de ofício, no Siscomex, nas hipóteses previstas no art. 63 da IN SRF nº 680/2006;

VIII - autorizar o cancelamento de DSI já registrada, nas hipóteses previstas no art. 27 da IN SRF nº 611/2006;

IX - autorizar a verificação de mercadoria, total ou parcialmente, no estabelecimento do importador ou em outro local adequado, de ofício ou a requerimento do interessado, nas hipóteses previstas no art 35 da IN SRF nº 680/2006;

X - autorizar a devolução ao exterior de mercadoria estrangeira importada, conforme art. 65 da IN SRF nº 680/2006, desde que o pedido seja apresentado antes do registro da DI e não tenha sido iniciado o processo de que trata o art. 27 do Decreto-lei nº 1.455, de 1976, ou na hipótese de ser autorizado o cancelamento da DI;

XI - autorizar o registro de mais de uma declaração de importação para o mesmo conhecimento de carga, conforme previsto no parágrafo único do art. 67 da IN SRF nº 680/06;

XII - decidir quanto ao reconhecimento da suspensão tributária em declaração de importação amparada pelo regime aduaneiro especial de drawback;

XIII - decidir sobre os pedidos de correção de conhecimento de carga e de manifesto de carga, nos termos dos artigos 46, 47, 49 e 50 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009;

XIV - decidir sobre os pedidos de apresentação de termos de responsabilidade no curso de despacho aduaneiro - cujo adimplemento fica suspenso pela postergação de cumprimento de formalidades ou de apresentação de documentos - suas prorrogações e respectivas baixas;

XV - decidir sobre os termos de responsabilidade apresentados, nos casos de suspensão de tributos e contribuições incidentes nas operações de comércio exterior, decidir sobre suas baixas e/ou encaminhamentos para providências;

XVI - reconhecer a não-incidência do imposto, conforme previsto no artigo 71 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009;

XVII - autorizar o retorno ao país de mercadorias, conforme previsto no artigo 70 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009;

XVIII - autorizar a devolução ao exterior de mercadoria, conforme previsto na Portaria MF nº 150/82;

XIX - decidir quanto à oportunidade e conveniência de solicitação de assistência técnica de que trata o art. 15, art. 16 e art. 17 da IN RFB nº 1120/2010;

XX - decidir quanto ao cancelamento de registros e declarações aduaneiras, com a devida justificativa;

XXI - reconhecer a impossibilidade de acesso ao Siscomex Exportação e autorizar a aplicação dos procedimentos especiais na exportação, nos termos da Portaria Conjunta SRF/SECEX nº 05/93 e do § 2º do art. 31 da IN SRF nº 611/2006, bem como reconhecer a impossibilidade de acesso ao Siscomex Importação e autorizar a aplicação dos procedimentos especiais na importação, nos termos do § 2º do art. 4º da IN SRF nº 611/2006 e ainda autorizar a utilização dos formulários de que tratam os arts. 4º e 31, em casos justificados e não previstos na IN SRF n.º 611/2006; e

XXII - autorizar o desembaraço de mercadorias importadas, retidas exclusivamente em virtude de litígio, a partir do início da fase litigiosa do processo, nos termos do art. 14 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, mediante depósito em dinheiro, caução de títulos de dívida pública federal ou fiança bancária, no valor do montante exigido, conforme Portaria nº 389/1976.

Art. 8º As competências delegadas serão exercidas tão-somente no âmbito do respectivo Serviço, Seção, Equipe, local ou recinto alfandegado em que o servidor estiver exercendo suas atividades.

Art. 9º Todos os ofícios, despachos, memorando, comunicados, editais, intimações e quaisquer outros documentos emitidos no âmbito da jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana, deverão constar cumulativamente o nome do servidor, a denominação do cargo efetivo que este ocupa, bem como do cargo em comissão, se for o caso, após da assinatura.

Art. 10. Os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil expedirão e assinarão informações fiscais, intimações, comunicações, despachos, memorandos, editais e quaisquer outros atos congêneres, necessários ao pleno exercício de suas atividades e, ainda, decidirão quanto à movimentação de processos administrativos.

Art. 11. As competências delegadas neste ato continuam vigentes mesmo com a revogação tácita ou expressa da legislação referida nesta Portaria, desde que não sejam contrárias à legislação superveniente.

Art. 12. Fica expressamente vedada a subdelegação de competência em relação a qualquer delegação prevista nesta Portaria.

Art. 13. A autoridade delegante, sempre que julgar conveniente, poderá avocar a decisão de assunto inerente às atribuições ora delegadas, sem que isso implique na revogação parcial ou total do presente ato.

Art. 14. Em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas, deverão ser mencionados o número e a data de publicação desta Portaria.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Portarias DRF/URA nº 90 e 91, de 11 de maio de 2009, Portaria DRF/URA nº 067, de 09 de julho de 2012, e demais disposições em contrário.

ANEXO I

REGULAMENTO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE URUGUAIANA

Art. 1º O Regulamento Administrativo e Operacional das Atividades e Atribuições dos Serviços, das Seções, das Equipes e do Centro de Atendimento da ALF/URA se regerá pelas normas e artigos seguintes.

Art. 2º Definir a estrutura administrativa e operacional da Alfândega da Receita Federal, em Uruguaiana - ALF/URA que será composta pelos seguintes cargos em comissão:

a) Delegado

b) Delegado Adjunto

c) Chefe da Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro - SAATA

, Chefe de Equipe Aduaneira - EAD 04

d) Chefe do Serviço de Despacho Aduaneiro - SEDAD

, Chefe de Equipe Aduaneira - EAD 06 - Regimes

, Chefe de Equipe Aduaneira - EAD 05 - Importação

, Chefe de Equipe Aduaneira - EAD 01 - Exportação

, Chefe de Equipe Aduaneira - EAD 03 - Ferroviário

, Chefe de Equipe Aduaneira - EAD 02 - Conferência Física

e) Chefe do Serviço de Conferência de Bagagem - SEBAG

f) Chefe da Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro - SACTA

g) Chefe da Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros - SAPEA

h) Chefe do Serviço de Vigilância Aduaneira - SEVIG

, Chefe da Equipe de Vigilância e Repressão - EVR

i) Chefe da Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros - SARAD

j) Chefe do Serviço de Gestão Corporativa - SECOR

k) Chefe da Seção de Programação e Logística - SAPOL

l) Chefe da Seção de Tecnologia e Segurança da Informação - SATEC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

m) Chefe da Seção de Gestão de Pessoas - SAGEP

n) Chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC

Art. 3º À Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro - SAATA - localizada no prédio sede da Alfândega, compete:

I - prestar assessoramento técnico ao respectivo Delegado, inclusive em processos administrativos e judiciais; e

II - reconhecer o direito creditório relativo ao comércio exterior.

Parágrafo único. Compete, ainda, à SAATA:

I - orientar as unidades da respectiva região fiscal acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria aduaneira e correlata, na esfera administrativa ou judicial;

II - revisar os pedidos de consulta sobre a interpretação da legislação aduaneira elaborados pelos demais serviços, seções e equipes, bem como encaminhá-los ao setor competente;

III - analisar os recursos das penas de perdimento e multas aplicadas com base no art. 75 da Lei nº 10.833/03;

IV - emitir parecer em recursos administrativos dirigidos ao Delegado, no âmbito de sua competência;

V - preparar, revisar e assinar as informações a serem prestadas aos órgãos do Poder Judiciário em mandado de segurança, no âmbito da Alfândega, sem prejuízo das informações das demais áreas no caso concreto;

VI - analisar pedidos de cancelamento e retificação de declaração de importação que gerem o reconhecimento de direito de crédito;

VII - analisar pedidos de retificação e ou cancelamento de declarações de exportação, após o despacho; e

VIII - Encaminhar ao Ministério Público Federal as representações fiscais para fins penais.

Art. 3º Ao Serviço de Despacho Aduaneiro (SEDAD), localizado no PSR/URA, compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao controle aduaneiro nas operações de importação e exportação, inclusive de bagagem desacompanhada, e de internação.

Art. 4º Às Equipes Aduaneiras (EAD), localizadas no PSR/URA, subordinadas ao SEDAD, competem gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro.

I) Equipe Aduaneira de Regimes:

a) analisar os pedidos de concessão, prorrogação e extinção dos regimes aduaneiros especiais, bem como os correspondentes despachos aduaneiros, além de controlar o cumprimento dos prazos;

b) analisar o pedido de retorno ao país de mercadorias, conforme previsto no artigo 70, inciso II do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009;

c) analisar o pedido de devolução ao exterior de mercadoria, conforme previsto na Portaria MF nº 150/82;

d) reconhecer a não-incidência do imposto, conforme previsto no artigo 71 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009;

e) analisar pedidos de entrada e saída de bagagem desacompanhada em caso de visto temporário;

f) formalizar auto de infração para os casos de descumprimento de regimes aduaneiros especiais;

g) analisar e aceitar Termos de Responsabilidade, no âmbito de suas atribuições;

h) analisar os pedidos de prestação de garantia, no âmbito de suas atribuições;

i) proceder ao despacho e controle do regime de trânsito aduaneiro de mercadorias na entrada (porta a porta em canal amarelo e vermelho) e na saída do país, e adotar as cautelas fiscais necessárias;

j) proceder à análise e tratamento dos casos de descumprimento de prazo, desvio de rotas e violação dos elementos de segurança ou da carga, no regime de trânsito aduaneiro, inclusive o simplificado;

k) analisar os pedidos de retificação ou cancelamento de declarações de trânsito aduaneiro após o registro;

l) analisar pedidos de cadastramento de novas rotas a serem utilizados no trânsito aduaneiro; e

m) formalizar auto de infração relativo às exigências no curso do despacho aduaneiro de trânsito processado no Porto Seco Rodoviário.

II) Equipe Aduaneira de Despacho (Importação, Exportação e Ferroviário)

a) proceder ao despacho aduaneiro de importação e exportação de mercadorias;

b) solicitar exame laboratorial e assistência técnica quando necessários à identificação e classificação de mercadorias;

c) cancelar os registros e as declarações aduaneiras, devidamente justificadas;

d) orientar os intervenientes do comércio exterior no plantão fiscal;

e) proceder ao despacho aduaneiro de bagagem desacompanhada;

f) analisar, deferir os pedidos de retorno ao país de mercadorias, conforme previsto no artigo 70, I, III, IV e V, do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009;

g) reconhecer os casos de não-incidência, conforme previsto no artigo 71 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, bem como as isenções e imunidades previstas na legislação;

h) exigir o recolhimento dos créditos tributários cabíveis no curso do despacho;

i) analisar os pedidos de cancelamento de declarações de importação e exportação de mercadorias que se encontrem no recinto alfandegado;

j) apoiar e supervisionar a Equipe Aduaneira de Conferência Física na realização de verificação física de mercadorias; e

k) lavrar auto de infração com proposta de aplicação da pena de perdimento das mercadorias ou para lançamento de crédito tributário, nos termos da legislação vigente.

III) Equipe Aduaneira de Verificação Física

a) realizar a verificação física das mercadorias e registrar o resultado nos respectivos relatórios;

b) acompanhar e controlar operações de carga, descarga e transbordo de volumes e unidades de carga;

c) realizar busca aduaneira em veículo procedente do exterior ou a ele destinado;

d) realizar recepção dos documentos de trânsito aduaneiro processados no Porto Seco Rodoviário; e

e) informar os elementos de segurança aplicados nas unidades de carga em regime de trânsito aduaneiro.

Art. 5º Ao Serviço de Conferência de Bagagem (SEBAG), localizado na Área de Controle Integrado em Paso de Los Libres/Argentina - ACI/PLL, compete gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro de bens de viajantes, exceto bagagem desacompanhada.

Parágrafo único. Compete, ainda, ao SEBAG:

I - controlar bens que acompanham os viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados;

II - proceder ao despacho aduaneiro simplificado de importação para concessão do regime de admissão temporária de veículos não comunitários do MERCOSUL, bem como o despacho simplificado de reexportação dos mesmos;

III - proceder ao despacho aduaneiro de bagagem;

IV - realizar busca aduaneira em veículo procedente do exterior ou a ele destinado;

V - formalizar auto de infração relativo a bens e mercadorias abandonadas e apreendidas;

VI - exercer a vigilância e a repressão aduaneira no âmbito de sua competência;

VII - instruir processos de retenção e apreensão de mercadorias;

VIII - proceder a conferência, a tributação, o reconhecimento do direito à isenção e o desembaraço da bagagem acompanhada de viajante procedente do exterior;

IX - registrar as declarações de ativos financeiros e saída temporária de bens;

X - proceder ao armazenamento temporário de bagagem tributada cujo despacho for postergado por ação ou omissão do passageiro e de mercadorias trazidas como bagagem;

XI - proceder ao despacho sumário de urnas funerárias;

XII - proceder ao despacho aduaneiro de material promocional e amostras sem valor comercial, no âmbito de sua competência;

XIII - proceder ao despacho de importação de mercadorias descaracterizadas do conceito de bagagem;

XIV - exercer o controle do comércio vicinal fronteiriço; e

XV - manter registros para fins de controle do gozo das isenções previstas na legislação de bagagem e de comércio fronteiriço.

Art. 6º À Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro (SACTA), localizada no Terminal Aduaneiro BR 290, compete gerir e executar as atividades relativas ao controle de carga, de veículos e de trânsito aduaneiro.

Parágrafo único. Compete, ainda, à SACTA:

I - controlar operações de entrada e saída no recinto das cargas, veículos e unidades de carga;

II - proceder ao despacho e controle do regime de trânsito aduaneiro de mercadorias na entrada (porta a porta em canal verde) e na saída do país e adotar as cautelas fiscais necessárias;

III - realizar o cadastramento, autorização e manutenção de rotas e prazos para o regime de trânsito aduaneiro;

IV - realizar o controle sobre o trânsito aduaneiro simplificado, MIC/DTA e MIC/DTA de passagem, bem assim controlar o cumprimento dos prazos;

V - analisar e proceder ao cancelamento e à retificação de declarações de trânsito aduaneiro;

VI - realizar busca aduaneira em veículo de carga procedente do exterior ou a ele destinado;

VII - formalizar auto de infração relativo às exigências no curso do despacho aduaneiro de trânsito processado naquele recinto;

VIII - preparar e instruir processos de inscrição de ajudantes de despachantes e de despachantes aduaneiros, bem como decidir sobre a inclusão dos mesmos no "Registro de Despachantes Aduaneiros";

IX - expedir crachás de identificação dos despachantes e ajudantes de despachantes aduaneiros;

X - manter cadastro de despachantes aduaneiros, de ajudantes de despachantes e de transportadores que atuam na unidade e jurisdição;

XI - executar o controle sobre as atividades dos transportadores, despachantes aduaneiros e outros intervenientes no comércio exterior;

XII - instruir processos que envolvam controle de carga e trânsito aduaneiro na área de sua competência;

XIII - analisar e aceitar Termos de Responsabilidade para Trânsito Aduaneiro (TRTA); e

XIV - orientar os intervenientes do comércio exterior nas atividades relacionadas ao Trânsito Aduaneiro, no âmbito de sua competência.

Art. 7º À Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros (SAPEA), localizada no prédio sede da Alfândega, compete gerir e executar as atividades relativas às ações de combate à fraude no curso do despacho aduaneiro.

Parágrafo único. Compete, ainda, à SAPEA:

I - selecionar, dispensar, instaurar e executar as operações a serem submetidas ao procedimento especial previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011.

II - fiscalizar as operações de importação e de exportação de bens ou de mercadorias sobre as quais recaia suspeita de irregularidade punível com a pena de perdimento, independentemente de ter sido iniciado o despacho aduaneiro ou de que o mesmo tenha sido concluído;

III - lavrar auto de infração com proposta de aplicação da pena de perdimento das mercadorias ou para lançamento de crédito tributário, nos termos da legislação vigente;

IV - propor as representações para fins penais decorrentes de fiscalizações;

V - instaurar procedimento administrativo próprio para apuração e aplicação das sanções pertinentes aos intervenientes, conforme legislação vigente; e

VI - exercer de forma concorrente as competências da Seção Gestão de Riscos Aduaneiros (SARAD).

Art. 8º Ao Serviço de Vigilância Aduaneira (SEVIG), localizado no Terminal Aduaneiro BR 290, compete gerir e executar as atividades relativas ao combate ao contrabando, ao descaminho e a outros ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive:

I - à gestão de risco para a vigilância e repressão;

II - às atividades de vigilância; e

III - às operações de repressão, sob coordenação da DIREP da SRRF.

Parágrafo único. Compete, ainda, ao SEVIG:

I - abertura e instrução de processos administrativos referentes a perdimento de mercadorias, multas, representações fiscais para fins penais e outros relacionados às suas atividades;

II - lavratura de auto de infração relativo a exigências aduaneiras, bens e mercadorias sujeitos a pena de perdimento;

III - proceder à representação fiscal para fins penais, nos termos da legislação vigente;

IV - gerir atividades de cães de faro; e

V - gerir a utilização de armamento institucional e demais equipamentos relacionados à atividade de vigilância e repressão.

Art. 9º À Equipe de Vigilância e Repressão (EVR), localizada no Terminal Aduaneiro BR 290, compete gerir e executar as atividades relativas a vigilância e repressão em toda jurisdição da ALF/URA, sob a coordenação do SEVIG.

Art. 10. À Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros (SARAD), localizada no prédio sede da Alfândega, compete gerir e executar as atividades relativas à gestão de riscos para o controle aduaneiro e à análise de habilitação e monitoramento de intervenientes para o comércio exterior.

Parágrafo único. Compete, ainda, à SARAD:

I - efetuar estudos e coletar informações com vistas a caracterizar irregularidades fiscais, para elaboração de programas de fiscalização e estabelecimento de critérios para a seleção de contribuintes;

II - monitorar as operações de importação e exportação;

III - realizar atividades de pesquisa e investigação para identificar, verificar e avaliar risco quanto a empresas e pessoas que participem de atividades aduaneiras, bem assim de suas transações;

IV - promover a habilitação de importadores e exportadores para operar no comércio exterior, em seu âmbito de competência;

V - exercer de forma subsidiária as competências da Equipe Aduaneira de Despacho (Importação, Exportação e Ferroviário);

VI - manter controle de dados de contribuintes inidôneos, na área de sua competência;

VII - validar, no âmbito de suas competências, os formulários de habilitação dos representantes do depositário, importador e exportador nos sistemas relacionados ao comércio exterior; e

VIII - exercer de forma concorrente as competências da Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros (SAPEA).

Art. 11. Ao Serviço de Gestão Corporativa (SECOR), localizado no prédio sede da Alfândega, compete, no âmbito das respectivas unidades e das Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI do Regimento Interno da RFB, gerir e executar as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados:

I - à gestão de pessoas;

II - à governança de Tecnologia da Informação (TI);

III - à gestão de materiais e logística; e

IV - à gestão orçamentária e financeira.

Parágrafo único. Compete, ainda, ao SECOR:

I - elaborar estudo preliminar, plano de trabalho, termo de referência ou projeto básico, pesquisa de mercado e de preços, e realizar gerenciamento de riscos para aquisições, obras e contratações de serviços em geral;

II - conduzir as equipes de planejamento de contratações;

III - elaborar Editais;

IV - processar licitações em suas diversas modalidades;

V - celebrar contratos, termos aditivos termos de execução descentralizada, convênios, ajustes e acordos;

VI - realizar repactuações, prorrogações, reajustes e revisões, bem como aplicar sanções administrativas nos contratos;

VII - realizar a gestão contratual e a fiscalização administrativa e técnica dos contratos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - realizar o planejamento e a programação de aquisição de material permanente e de consumo;
IX - movimentar e controlar depósito de bens inservíveis, bem como adotar providências para seu desfazimento;
X - controlar o patrimônio;
XI - realizar o Inventário Anual de Bens móveis;
XII - controlar o material de consumo e sua destinação;
XIII - controlar o uso, a manutenção e o abastecimento de veículos oficiais;
XIV - gerir Desfazimento de Materiais;
XV - controlar o serviço de terceirizados;
XVI - controlar a liberações de valores relacionadas às contas vinculadas para os contratos de terceirização de mão-de-obra;
XVII - realizar a gestão do consumo de água, luz, manutenção predial, telefonia, dentre outros contratos de serviços;
XVIII - registrar e acompanhar informações nos Sistemas Informatizados pertinentes à manutenção predial;
XIX - executar reparos e conservação de bens imóveis e instalações prediais da sua unidade e das unidades vinculadas;
XX - acompanhar indicadores e metas relativos à gestão de mercadorias apreendidas;
XXI - orientar e prestar informações a entes externos acerca da legislação e procedimentos relacionados à administração de mercadorias apreendidas;
XXII - executar procedimentos para destinação de mercadorias apreendidas;
XXIII - articular-se com órgãos externos, no âmbito dos procedimentos relacionados à administração de mercadorias apreendidas;
XXIV - controlar mercadorias apreendidas, mediante o registro de mercadorias e movimentações contábeis no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas (CTMA);
XXV - armazenar, guardar, recepcionar e entregar mercadorias apreendidas;
XXVI - organizar Arquivos e Bibliotecas, caso existam na Unidade;
XXVII - receber, controlar e expedir documentos e processos, no âmbito do serviço de protocolo;
XXVIII - efetuar o controle de malote; e
XXIX - realizar procedimentos para credenciamento de peritos.

Art. 12. À Seção de Programação e Logística (SAPOL), localizada no prédio sede da Alfândega, compete gerir e executar as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados à gestão orçamentária e financeira, no âmbito da respectiva unidade e das Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI do Regimento Interno da RFB.

Parágrafo único. Compete, ainda, à SAPOL:

I - identificar e justificar as necessidades para a elaboração da proposta orçamentária de sua unidade e unidades vinculadas;
II - solicitar recursos financeiros;
III - emitir empenho, efetuar liquidação e pagamentos de despesas;
IV - realizar a concessão, contabilização, execução e prestação de contas de suprimento de fundos;
V - realizar acompanhamento e controle da execução orçamentária de sua unidade e unidades vinculadas;
VI - solicitar ajustes aos Referenciais Orçamentários;
VII - registrar a conformidade de gestão;
VIII - atualizar o Rol de Responsáveis;
IX - verificar registros contábeis na unidade;
X - registrar a conformidade de operadores no Siafi;
XI - elaborar, eventualmente, processos de prestação de contas extraordinária;
XII - cadastrar, executar e prestar contas dos deslocamentos no SCDP; e
XIII - executar e prestar contas dos suprimentos de fundos.

Art. 13. À Seção de Tecnologia e Segurança da Informação (SATEC), localizada no prédio sede da Alfândega, compete gerir e executar as atividades relativas à governança de Tecnologia da Informação (TI), no âmbito da respectiva unidade e das Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI do Regimento Interno da RFB.

Parágrafo único. Compete, ainda, à SATEC:

I - subsidiar a gestão de Políticas, Normas e Padrões de TI;
II - acompanhar a implantação de soluções de TI;
III - tratar solicitações de serviços, atividades e incidentes;
IV - acompanhar a implantação de soluções de infraestrutura;
V - supervisionar a prestação de serviços de Rede LAN e WAN;
VI - verificar a adequação da configuração dos ambientes de rede nas ferramentas de gestão corporativa;
VII - monitorar a disponibilidade de serviços;
VIII - gerir o fluxo de encaminhamento de dúvidas sobre infraestrutura tecnológica;
IX - gerir os fluxos da Central de Serviços;
X - gerir e administrar o ambiente informatizado;
XI - gerir conscientização em segurança da informação;
XII - gerir a segurança física e lógica do ambiente informatizado;
XIII - gerir e administrar a implantação da Política de Segurança do ambiente informatizado;
XIV - gerir e garantir que o ambiente do PAGR da gestão regional esteja de acordo com as normas do ITI;
XV - gerir e expedir Certificação Digital para usuários internos;
XVI - realizar cadastramento inicial e habilitação de usuários externos; e
XVII - realizar cadastramento inicial, habilitação, desabilitação, atualização e exclusão de usuários em Sistemas.

Art. 14. À Seção de Gestão de Pessoas (SAGEP), localizada no prédio sede da Alfândega, compete gerir e executar as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados à gestão de pessoas, no âmbito da respectiva unidade e das Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI do Regimento Interno da RFB.

Parágrafo único. Compete, ainda, à SAGEP:

I - elaborar expedientes e preparar atos relacionados com a aplicação da legislação de pessoal;
II - manutenção de cadastros funcionais;
III- Emissão de declarações e certidões;
IV - Procedimentos de identificação funcional;
V - controle de jornada de trabalho;
VI - admissão, administração e desligamento de estagiários;
VII - procedimentos de posse e vacância em cargo efetivo;
VIII - procedimentos relativos a cargos em comissão e funções;
IX - encaminhamento de intimações judiciais à Unidade Pagadora (UPAG);
X - levantamento de necessidade de capacitação e desenvolvimento;
XI - planejamento e execução das ações locais de capacitação e desenvolvimento;
XII - acompanhamento e avaliação de ações de capacitação e desenvolvimento;
XIII - planejamento, acompanhamento e avaliação de desempenho individual;
XIV - reconhecimento e valorização dos servidores e colaboradores;
XV - saúde e qualidade de vida no trabalho; e
XVI - acompanhar e consolidar a escala anual de férias.

Art. 15. Ao Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), localizado no prédio sede da Alfândega, compete gerir e executar as atividades de atendimento ao contribuinte e, especificamente:

I - prestar informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem a interpretação da legislação tributária, aduaneira e correlata;
II - recepcionar documentos, manifestações de inconformidade, impugnações e recursos voluntários e formalizar processos administrativos;
III - fornecer cópias de declarações, processos e outros documentos;
IV - expedir e cancelar certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte;
V - realizar ajustes nos sistemas de cadastro, controle de créditos tributários e pagamentos;
VI - executar as atividades relativas aos pedidos de regularização de obras de construção civil que não impliquem verificação de escrituração contábil;
VII - executar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se os de valor total e data de arrecadação;
VIII - examinar pedidos de parcelamento de débitos;
IX - preparar os processos administrativos fiscais, excetuando-se os que envolverem ações judiciais;
X - supervisionar atividades de autoatendimento orientado; e
XI - Prestar informações solicitadas por autoridades e órgãos externos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados.

CLAUDIO AFONSO JAUREGUY MONTANO

## SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

### PORTARIA Nº 69, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

A SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 579, de 27 de dezembro de 2017, do MF, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto no inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XXV do art. 32 do Anexo I do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017; resolve:

Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016, da STN, relativo ao mês de dezembro de 2017, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os demonstrativos, anexos 1 a 8 e 14, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016, da STN. Os outros demonstrativos da execução orçamentária são divulgados conforme o inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e também o compromisso do Tesouro Nacional de dar continuidade à transparência das contas públicas aos órgãos de controle e à sociedade.
2. Os Balanços e os demonstrativos da execução orçamentária referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Federal.
3. Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias pela Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 - Lei Orçamentária Anual, acrescidas dos créditos adicionais abertos até o período de referência deste relatório. Esta composição está estruturada em:
3.1. Órgãos da Administração Direta, compreendendo inclusive os valores relativos às despesas de transferências para entidades não contempladas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
3.2. Fundos Especiais;
3.3. Entidades da Administração Indireta, tais como:
3.3.1. Fundações;
3.3.2. Autarquias;
3.3.3. Empresas Públicas dependentes; e
3.3.4. Sociedades de Economia Mista dependentes.
4. Considera-se como execução orçamentária da despesa a ocorrência do estágio da liquidação, efetivado ou não o seu respectivo pagamento. No encerramento do exercício, as despesas inscritas em restos a pagar não processados (empenhadas, mas não liquidadas) também são consideradas.
5. Nos Anexos 1, 2 e 7 são destacadas as operações intra-orçamentárias, às quais se referem o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016. No Anexo 3, as operações intra-orçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
6. A Tabela 1-A - Demonstrativo das Receitas Desvinculadas por Força de Dispositivo Constitucional apresenta a desvinculação de receitas da União - DRU aplicada aos recursos da Seguridade Social. Nos termos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, são desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, trinta por cento da receita da União proveniente das contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.
7. Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes, em função de arredondamentos.
8. Foram realizados ajustes na contabilização dos encargos negativos apropriados em títulos da dívida pública mobiliária federal interna. Esses registros ocorrem quando, em determinado período, a atualização monetária com base no IGP-M é superior aos fatores de remuneração do título (indexador, deságio e juros), sendo outrora classificados como outras receitas correntes financeiras, embora não houvesse fluxo financeiro efetivo. Nesse sentido, em dezembro/2017 foi reclassificado de outras receitas correntes para outras receitas de operações de crédito o montante de R$ 14,08 bilhões, passando os eventos dos encargos negativos a ser classificados nessa nova natureza de receita.
9. Estas informações estão disponíveis na Internet no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/contabilidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS No Mês (b) | % (b/a) | Até o Mês (c) | % (c/a) | SALDO A REALIZAR (a-c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I) | 2.431.446.504 | 2.431.446.504 | 177.968.779 | 7,32 | 2.028.142.414 | 83,41 | 403.304.091 |
| RECEITAS CORRENTES | 1.450.150.464 | 1.450.150.464 | 121.291.589 | 8,36 | 1.407.900.047 | 97,09 | 42.250.416 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 506.229.241 | 506.229.241 | 44.724.804 | 8,83 | 464.984.461 | 91,85 | 41.244.779 |
| Impostos | 498.376.794 | 498.376.794 | 44.300.750 | 8,89 | 456.876.585 | 91,67 | 41.500.208 |
| Taxas | 7.852.447 | 7.852.447 | 424.054 | 5,40 | 8.107.876 | 103,25 | -255.429 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 792.634.517 | 792.634.517 | 81.462.825 | 10,28 | 799.732.986 | 100,90 | -7.098.469 |
| Contribuições Sociais | 776.390.408 | 776.390.408 | 80.202.193 | 10,33 | 783.861.653 | 100,96 | -7.471.245 |
| Contribuições Econômicas | 16.244.108 | 16.244.108 | 1.260.632 | 7,76 | 15.871.333 | 97,71 | 372.776 |
| Contribuições para Ent. Privadas de Serv. Social e de Form. Profissional | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 83.282.129 | 83.282.129 | 17.401.672 | 20,89 | 99.907.573 | 119,96 | -16.625.444 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 12.069.525 | 12.069.525 | 146.905 | 1,22 | 1.976.895 | 16,38 | 10.092.629 |
| Valores Mobiliários | 27.374.841 | 27.374.841 | 2.022.974 | 7,39 | 28.030.900 | 102,40 | -656.058 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | 7.605.216 | 7.605.216 | 4.525.701 | 59,51 | 8.907.125 | 117,12 | -1.301.909 |
| Exploração de Recursos Naturais | 34.755.012 | 34.755.012 | 10.460.255 | 30,10 | 58.541.602 | 168,44 | -23.786.590 |
| Exploração do Patrimônio Intangível | 2 | 2 | 0 | 17,31 | 27 | 1.130,50 | -25 |
| Cessão de Direitos | 1.471.515 | 1.471.515 | 243.159 | 16,52 | 2.433.681 | 165,39 | -962.167 |
| Demais Receitas Patrimoniais | 6.018 | 6.018 | 2.677 | 44,49 | 17.342 | 288,18 | -11.325 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 28.675 | 28.675 | 1.362 | 4,75 | 18.957 | 66,11 | 9.718 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 1.735.137 | 1.735.137 | 56.110 | 3,23 | 880.986 | 50,77 | 854.151 |
| RECEITA DE SERVICOS | 37.168.893 | 37.168.893 | 2.177.585 | 5,86 | 38.325.132 | 103,11 | -1.156.239 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 4.405.526 | 4.405.526 | 223.519 | 5,07 | 3.263.200 | 74,07 | 1.142.326 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | 2.832.047 | 2.832.047 | 254.374 | 8,98 | 3.241.700 | 114,46 | -409.653 |
| Serviços e Atividades referentes à Saúde | 1.739.219 | 1.739.219 | 174.072 | 10,01 | 1.774.596 | 102,03 | -35.377 |
| Serviços e Atividades Financeiras | 28.159.246 | 28.159.246 | 1.522.228 | 5,41 | 30.014.957 | 106,59 | -1.855.711 |
| Outros Serviços | 32.854 | 32.854 | 3.392 | 10,32 | 30.678 | 93,38 | 2.176 |
| TRANSFERENCIAS CORRENTES | 1.365.819 | 1.365.819 | 201.980 | 14,79 | 1.387.468 | 101,59 | -21.649 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 27.706.054 | 27.706.054 | -8.657.163 | -31,25 | 37.255.194 | 134,47 | -9.549.139 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 12.838.360 | 12.838.360 | 555.672 | 4,33 | 6.849.561 | 53,35 | 5.988.799 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 5.767.318 | 5.767.318 | 3.462.923 | 60,04 | 17.456.176 | 302,67 | -11.688.858 |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | 478.467 | 478.467 | 48.304 | 10,10 | 729.639 | 152,50 | -251.172 |
| Demais Receitas Correntes | 8.621.910 | 8.621.910 | -12.724.061 | -147,58 | 12.219.818 | 141,73 | -3.597.908 |
| RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR | 0 | 0 | -16.077.587 | - | -34.592.708 | - | 34.592.708 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 981.296.040 | 981.296.040 | 56.677.190 | 5,78 | 620.242.366 | 63,21 | 361.053.674 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 622.711.150 | 622.711.150 | 47.616.151 | 7,65 | 442.880.841 | 71,12 | 179.830.309 |
| Operações de Crédito Internas | 611.479.573 | 611.479.573 | 46.204.536 | 7,56 | 436.400.453 | 71,37 | 175.079.121 |
| Operações de Crédito Externas | 11.231.577 | 11.231.577 | 1.411.615 | 12,57 | 6.480.388 | 57,70 | 4.751.189 |
| ALIENACAO DE BENS | 8.074.271 | 8.074.271 | 85.523 | 1,06 | 739.157 | 9,15 | 7.335.114 |
| Alienação de Bens Móveis | 1.995.236 | 1.995.236 | 72.220 | 3,62 | 600.064 | 30,07 | 1.395.172 |
| Alienação de Bens Imóveis | 1.079.036 | 1.079.036 | 13.303 | 1,23 | 139.092 | 12,89 | 939.944 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 5.000.000 | 5.000.000 | 0 | 0,00 | 1 | 0,00 | 4.999.999 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | 20.726.378 | 20.726.378 | 1.660.682 | 8,01 | 75.258.579 | 363,11 | -54.532.201 |
| TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 222.506 | 222.506 | 36.142 | 16,24 | 127.487 | 57,30 | 95.019 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 329.561.736 | 329.561.736 | 7.278.692 | 2,21 | 101.236.303 | 30,72 | 228.325.433 |
| Integralização do Capital Social | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| Resultado do Banco Central | 215.022.839 | 215.022.839 | 0 | 0,00 | 19.426.769 | 9,03 | 195.596.070 |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | 114.535.647 | 114.535.647 | 7.278.692 | 6,35 | 81.809.534 | 71,43 | 32.726.114 |
| Resgate de Títulos do Tesouro | 3.250 | 3.250 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 3.250 |
| Demais receitas de Capital | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS No Mês (b) | % (b/a) | Até o Mês (c) | % (c/a) | SALDO A REALIZAR (a-c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II) | 37.576.969 | 37.576.969 | 2.701.524 | 7,19 | 34.193.515 | 91,00 | 3.383.454 |
| RECEITAS CORRENTES | 37.576.969 | 37.576.969 | 2.701.524 | 7,19 | 34.084.628 | 90,71 | 3.492.341 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 624 | 624 | 124 | 19,80 | 1.515 | 242,76 | -891 |
| Impostos | 299 | 299 | 19 | 6,23 | 364 | 121,67 | -65 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Taxas | 325 | 325 | 105 | 32,26 | 1.151 | 354,00 | -826 |
| RECEITA DE CONTRIBUICOES | 21.328.926 | 21.328.926 | 1.780.935 | 8,35 | 20.011.492 | 93,82 | 1.317.434 |
| Contribuições Sociais | 21.328.901 | 21.328.901 | 1.780.935 | 8,35 | 20.011.459 | 93,82 | 1.317.442 |
| Contribuições Econômicas | 25 | 25 | 1 | 2,37 | 32 | 130,90 | -8 |
| Contribuições para Ent. Privadas de Serv. Social e de Form. Profissional | | | | | | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | 2.234 | 2.234 | 3.018 | 135,05 | 7.155 | 320,22 | -4.920 |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 2.234 | 2.234 | 781 | 34,94 | 2.235 | 100,02 | -0 |
| Valores Mobiliários | 0 | 0 | 2.235 | - | 4.867 | - | -4.867 |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | 0 | 0 | 2 | - | 53 | - | -53 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 183.087 | 183.087 | 15.819 | 8,64 | 116.074 | 63,40 | 67.013 |
| RECEITA DE SERVICOS | 58.610 | 58.610 | 3.830 | 6,54 | 34.559 | 58,96 | 24.051 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 22.223 | 22.223 | 2.329 | 10,48 | 15.025 | 67,61 | 7.198 |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| Serviços e Atividades referentes à Saúde | 36.351 | 36.351 | 1.501 | 4,13 | 19.538 | 53,75 | 16.812 |
| Serviços e Atividades Financeiras | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| Outros Serviços | 36 | 36 | 0 | 0,00 | -5 | -13,13 | 41 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 16.003.489 | 16.003.489 | 897.798 | 5,61 | 13.913.834 | 86,94 | 2.089.654 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 4 | 4 | 2.059 | 47.910,31 | 2.028 | 47.189,67 | -2.023 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 549 | 549 | 152 | 27,61 | 6.962 | 1.268,19 | -6.413 |
| Demais Receitas Correntes | 16.002.935 | 16.002.935 | 895.588 | 5,60 | 13.904.844 | 86,89 | 2.098.091 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0 | 0 | 0 | - | 108.887 | - | -108.887 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| Operações de Crédito Internas | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| Operações de Crédito Externas | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| ALIENACAO DE BENS | 0 | 0 | 0 | - | 108.887 | - | -108.887 |
| Alienação de Bens Móveis | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| Alienação de Bens Imóveis | 0 | 0 | 0 | - | 108.887 | - | -108.887 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| Integralização do Capital Social | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| Resultado do Banco Central | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| Resgate de Títulos do Tesouro | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| Demais receitas de Capital | 0 | 0 | 0 | - | 0 | - | 0 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 2.469.023.474 | 2.469.023.474 | 180.670.303 | 7,32 | 2.062.335.929 | 83,53 | 406.687.545 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV) | 946.407.727 | 946.407.727 | 5.902.811 | 0,62 | 506.272.950 | 53,49 | 440.134.777 |
| Operações de Crédito Internas | 925.084.469 | 925.084.469 | 5.902.811 | 0,64 | 501.465.216 | 54,21 | 423.619.253 |
| Mobiliária | 925.084.469 | 925.084.469 | 5.902.811 | 0,64 | 501.465.216 | 54,21 | 423.619.253 |
| Operações de Crédito Externas | 21.323.258 | 21.323.258 | 0 | 0,00 | 4.807.734 | 22,55 | 16.515.524 |
| Mobiliária | 21.323.258 | 21.323.258 | 0 | 0,00 | 4.807.734 | 22,55 | 16.515.524 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | 3.415.431.200 | 3.415.431.200 | 186.573.114 | 5,46 | 2.568.608.879 | 75,21 | 846.822.321 |
| AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA (VI) | | 35.204 | | | | | |
| DÉFICIT (VII) | - | - | - | - | 15.118.280 | - | - |
| TOTAL (VIII) = (V + VI + VII) | 3.415.431.200 | 3.415.466.404 | 186.573.114 | 5,46 | 2.583.727.159 | 75,65 | 831.739.245 |
| DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA | - | | - | - | - | - | - |
| Créditos adicionais abertos com Superávit Financeiro | | 34.687 | | | | | |
| Créditos adicionais abertos com Excesso de Arrecadação | | 517 | | | | | |
| Créditos cancelados líquidos | | 0 | | | | | |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS No Mês | DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (f) | SALDO (g) = (e - f) | DESPESAS LIQUIDADAS No Mês | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (h) | SALDO (i) = (e - h) | DESPESAS PAGAS Até o Mês (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (IX) | 2.547.243.781 | 2.538.257.044 | -73.299.434 | 2.076.914.440 | 461.342.604 | 148.016.984 | 2.000.055.231 | 538.201.813 | 1.978.227.852 | 76.859.209 |
| DESPESAS CORRENTES | 1.814.464.184 | 1.809.622.950 | -74.683.365 | 1.646.715.675 | 162.907.276 | 131.286.960 | 1.603.334.837 | 206.288.114 | 1.582.241.465 | 43.380.838 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 282.866.017 | 286.563.915 | 7.153.224 | 281.881.607 | 4.682.308 | 25.167.926 | 281.304.357 | 5.259.557 | 280.696.661 | 577.249 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 339.076.868 | 339.503.287 | -103.947.483 | 203.158.871 | 136.344.416 | 803.433 | 203.109.395 | 136.393.891 | 203.108.885 | 49.476 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.192.521.299 | 1.183.555.749 | 22.110.894 | 1.161.675.197 | 21.880.552 | 105.315.602 | 1.118.921.084 | 64.634.665 | 1.098.435.919 | 42.754.113 |
| Transferência a Estados, DF e Municípios | 322.612.356 | 325.491.441 | 6.124.093 | 320.036.532 | 5.454.908 | 37.445.265 | 306.248.757 | 19.242.684 | 306.244.103 | 13.787.775 |
| Benefícios Previdenciários | 548.120.699 | 545.697.312 | 1.804.763 | 545.696.130 | 1.182 | 41.002.013 | 545.691.007 | 6.305 | 528.105.737 | 5.123 |
| Demais Despesas Correntes | 321.788.244 | 312.366.996 | 14.182.037 | 295.942.535 | 16.424.461 | 26.868.323 | 266.981.320 | 45.385.676 | 264.086.079 | 28.961.215 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 698.250.879 | 693.529.152 | 1.383.931 | 430.198.765 | 263.330.387 | 16.730.024 | 396.720.394 | 296.808.758 | 395.986.388 | 33.478.371 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| INVESTIMENTOS | 58.058.379 | 54.042.659 | 14.587.121 | 45.033.293 | 9.009.366 | 6.610.737 | 18.858.131 | 35.184.528 | 18.420.205 | 26.175.162 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 77.729.729 | 77.439.107 | 5.063.950 | 64.778.851 | 12.660.256 | 10.062.787 | 57.485.889 | 19.953.218 | 57.196.892 | 7.292.962 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 562.462.771 | 562.047.387 | -18.267.139 | 320.386.622 | 241.660.765 | 56.499 | 320.376.374 | 241.671.013 | 320.369.291 | 10.247 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 34.528.718 | 35.104.941 | 0 | 0 | 35.104.941 | 0 | 0 | 35.104.941 | 0 | - |
| DESPESAS (Intra-Orçamentárias) (X) | 47.458.882 | 56.480.823 | 575.365 | 44.180.061 | 12.300.761 | 7.952.610 | 42.887.383 | 13.593.440 | 42.851.261 | 1.292.678 |
| DESPESAS CORRENTES | 41.298.466 | 50.328.962 | -1.068.923 | 38.031.804 | 12.297.158 | 3.147.673 | 36.802.416 | 13.526.547 | 36.766.400 | 1.229.388 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 24.049.995 | 34.991.504 | 474.206 | 22.943.039 | 12.048.465 | 2.081.568 | 22.823.513 | 12.167.991 | 22.790.948 | 119.526 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | | 0 | 0 | - |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 17.248.471 | 15.337.458 | -1.543.128 | 15.088.766 | 248.693 | 1.066.104 | 13.978.903 | 1.358.555 | 13.975.452 | 1.109.862 |
| Demais Despesas Correntes | 17.248.471 | 15.337.458 | -1.543.128 | 15.088.766 | 248.693 | 1.066.104 | 13.978.903 | 1.358.555 | 13.975.452 | 1.109.862 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 6.160.416 | 6.151.861 | 1.644.288 | 6.148.257 | 3.603 | 4.804.937 | 6.084.967 | 66.893 | 6.084.861 | 63.290 |
| INVESTIMENTOS | 77.088 | 70.031 | 27.152 | 69.925 | 106 | 1.222 | 7.665 | 62.366 | 7.559 | 62.260 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 6.083.328 | 6.081.829 | 1.617.135 | 6.078.332 | 3.497 | 4.803.715 | 6.077.302 | 4.527 | 6.077.302 | 1.030 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = ( IX + X) | 2.594.702.663 | 2.594.737.867 | -72.724.069 | 2.121.094.502 | 473.643.365 | 155.969.593 | 2.042.942.614 | 551.795.253 | 2.021.079.113 | 78.151.888 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII) | 820.728.538 | 820.728.538 | -153.050.757 | 462.632.658 | 358.095.880 | 8.869.012 | 462.632.658 | 358.095.880 | 462.632.658 | |
| Amortização da Dívida Interna | 777.974.009 | 777.974.009 | -159.479.444 | 442.304.260 | 335.669.749 | 2.151.298 | 442.304.260 | 335.669.749 | 442.304.260 | |
| Dívida Mobiliária | 775.023.127 | 775.023.127 | -159.843.521 | 440.633.938 | 334.389.189 | 1.787.221 | 440.633.938 | 334.389.189 | 440.633.938 | |
| Outras Dívidas | 2.950.882 | 2.950.882 | 364.077 | 1.670.322 | 1.280.560 | 364.077 | 1.670.322 | 1.280.560 | 1.670.322 | |
| Amortização da Dívida Externa | 42.754.528 | 42.754.528 | 6.428.688 | 20.328.398 | 22.426.131 | 6.717.713 | 20.328.398 | 22.426.131 | 20.328.398 | |
| Dívida Mobiliária | 39.461.358 | 39.461.358 | 5.716.947 | 17.781.056 | 21.680.302 | 5.909.348 | 17.781.056 | 21.680.302 | 17.781.056 | |
| Outras Dívidas | 3.293.170 | 3.293.170 | 711.740 | 2.547.341 | 745.829 | 808.365 | 2.547.341 | 745.829 | 2.547.341 | |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII) | 3.415.431.200 | 3.415.466.404 | -225.774.826 | 2.583.727.159 | 831.739.245 | 164.838.605 | 2.505.575.272 | 909.891.133 | 2.483.711.771 | 78.151.888 |
| SUPERÁVIT (XIV) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (XV) = (XIII + XIV) | 3.415.431.200 | 3.415.466.404 | -225.774.826 | 2.583.727.159 | 831.739.245 | 164.838.605 | 2.505.575.272 | 909.891.133 | 2.483.711.771 | 78.151.888 |
| RESERVA DO RPPS | | | - | - | | - | - | | - | - |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

HERIBERTO HENRIQUE VILELA DO NASCIMENTO
Coordenador-Geral de Contabilidade da União
Contador - CRC-DF 019.051/O

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

| FUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS No Mês | DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (b) | DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b) | SALDO c = (a - b) | DESPESAS LIQUIDADAS No Mês | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (d) | DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d) | SALDO (e) = (a - d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| LEGISLATIVA | 8.115.447 | 7.933.832 | -170.700 | 7.232.162 | 0,34 | 701.670 | 854.821 | 7.077.351 | 0,35 | 856.481 | 154.811 |
| JUDICIARIA | 34.775.746 | 36.107.751 | 2.369.171 | 34.522.433 | 1,63 | 1.585.319 | 3.860.104 | 33.342.965 | 1,63 | 2.764.786 | 1.179.468 |
| ESSENCIAL A JUSTICA | 7.576.021 | 7.494.507 | 729.843 | 7.307.453 | 0,34 | 187.054 | 997.069 | 7.018.419 | 0,34 | 476.088 | 289.034 |
| ADMINISTRACAO | 27.908.980 | 29.603.154 | 1.350.836 | 27.445.891 | 1,29 | 2.157.263 | 2.862.821 | 25.544.276 | 1,25 | 4.058.877 | 1.901.614 |
| DEFESA NACIONAL | 69.921.316 | 69.925.027 | 3.916.659 | 68.701.012 | 3,24 | 1.224.014 | 8.656.162 | 63.649.492 | 3,12 | 6.275.535 | 5.051.521 |
| SEGURANCA PUBLICA | 8.895.302 | 11.548.519 | 1.072.319 | 10.860.870 | 0,51 | 687.649 | 951.931 | 9.170.115 | 0,45 | 2.378.404 | 1.690.755 |
| RELACOES EXTERIORES | 3.429.930 | 2.990.293 | 175.505 | 2.992.080 | 0,14 | -1.787 | 423.466 | 2.899.805 | 0,14 | 90.488 | 92.275 |
| ASSISTENCIA SOCIAL | 83.350.236 | 85.287.456 | 3.972.343 | 84.718.166 | 3,99 | 569.290 | 8.064.161 | 84.114.245 | 4,12 | 1.173.212 | 603.921 |
| PREVIDENCIA SOCIAL | 650.486.009 | 656.528.302 | 3.793.448 | 655.771.851 | 30,92 | 756.451 | 50.578.111 | 655.483.277 | 32,09 | 1.045.025 | 288.574 |
| SAUDE | 117.168.044 | 120.356.456 | 15.078.747 | 117.602.483 | 5,54 | 2.753.973 | 11.013.984 | 103.247.634 | 5,05 | 17.108.822 | 14.354.850 |
| TRABALHO | 74.821.583 | 77.378.653 | -1.107.437 | 71.493.629 | 3,37 | 5.885.024 | 6.655.731 | 69.912.202 | 3,42 | 7.466.451 | 1.581.427 |
| EDUCACAO | 112.558.593 | 115.111.615 | 5.526.794 | 111.405.469 | 5,25 | 3.706.146 | 16.842.185 | 102.137.016 | 5,00 | 12.974.599 | 9.268.454 |
| CULTURA | 2.343.129 | 2.183.256 | 154.360 | 1.904.144 | 0,09 | 279.112 | 161.690 | 1.023.897 | 0,05 | 1.159.359 | 880.247 |
| DIREITOS DA CIDADANIA | 1.635.857 | 2.620.243 | 807.458 | 1.763.727 | 0,08 | 856.516 | 725.039 | 1.421.468 | 0,07 | 1.198.775 | 342.259 |
| URBANISMO | 8.445.700 | 7.666.172 | 1.818.353 | 6.355.265 | 0,30 | 1.310.907 | 206.974 | 1.875.391 | 0,09 | 5.790.781 | 4.479.874 |
| HABITACAO | 139.080 | 69.313 | 40.305 | 51.352 | 0,00 | 17.961 | 120 | 6.221 | 0,00 | 63.092 | 45.131 |
| SANEAMENTO | 1.525.954 | 909.567 | 264.507 | 858.729 | 0,04 | 50.839 | 319.111 | 714.603 | 0,03 | 194.964 | 144.126 |
| GESTAO AMBIENTAL | 5.509.422 | 4.735.272 | 852.726 | 4.186.974 | 0,20 | 548.299 | 714.540 | 3.108.805 | 0,15 | 1.626.467 | 1.078.168 |
| CIENCIA E TECNOLOGIA | 8.732.110 | 8.049.066 | 972.167 | 7.333.296 | 0,35 | 715.770 | 977.949 | 6.237.954 | 0,31 | 1.811.112 | 1.095.342 |
| AGRICULTURA | 37.110.835 | 27.621.028 | 587.739 | 23.226.443 | 1,10 | 4.394.585 | 1.000.181 | 15.476.380 | 0,76 | 12.144.648 | 7.750.063 |
| ORGANIZACAO AGRARIA | 3.197.133 | 3.214.784 | 724.951 | 2.753.906 | 0,13 | 460.878 | 417.392 | 1.837.260 | 0,09 | 1.377.524 | 916.646 |
| INDUSTRIA | 2.411.240 | 2.402.763 | 174.672 | 2.293.023 | 0,11 | 109.740 | 425.290 | 2.184.000 | 0,11 | 218.763 | 109.023 |
| COMERCIO E SERVICOS | 5.741.757 | 4.335.579 | -170.590 | 2.784.625 | 0,13 | 1.550.953 | 224.239 | 2.095.989 | 0,10 | 2.239.589 | 688.636 |
| COMUNICACOES | 1.424.618 | 1.360.653 | 108.950 | 1.262.769 | 0,06 | 97.884 | 304.650 | 1.171.092 | 0,06 | 189.561 | 91.677 |
| ENERGIA | 2.150.717 | 2.030.825 | 57.052 | 1.911.791 | 0,09 | 119.035 | 227.935 | 1.802.573 | 0,09 | 228.253 | 109.218 |
| TRANSPORTE | 21.494.170 | 18.624.237 | 2.378.152 | 15.307.400 | 0,72 | 3.316.837 | 2.072.755 | 10.990.076 | 0,54 | 7.634.161 | 4.317.324 |
| DESPORTO E LAZER | 1.416.040 | 1.510.010 | 437.492 | 1.294.609 | 0,06 | 215.401 | 123.369 | 315.858 | 0,02 | 1.194.152 | 978.750 |
| ENCARGOS ESPECIAIS | 1.245.835.680 | 1.239.034.146 | -118.639.892 | 847.752.950 | 39,97 | 391.281.195 | 36.307.813 | 829.084.249 | 40,58 | 409.949.896 | 18.668.701 |
| RESERVA DE CONTINGENCIA | 46.582.011 | 48.105.387 | 0 | 0 | 0,00 | 48.105.387 | 0 | 0 | 0,00 | 48.105.387 | - |
| TOTAL | 2.594.702.663 | 2.594.737.867 | -72.724.069 | 2.121.094.502 | 100,00 | 473.643.365 | 155.969.593 | 2.042.942.614 | 100,00 | 551.795.253 | 78.151.888 |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Mês | Até o Mês | % | | No Mês | Até o Mês | % | | |
| (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias) | | (a) | | (b) | (b/total b) | c = (a - b) | | (d) | (d/total d) | e = (a - d) | (f) |
| LEGISLATIVA | 7.114.232 | 6.932.617 | -93.937 | 6.367.663 | 0,31 | 564.953 | 739.475 | 6.213.442 | 0,31 | 719.174 | 154.221 |
| Acao Legislativa | 1.053.549 | 1.053.549 | -15.230 | 870.462 | 0,04 | 183.087 | 111.927 | 759.835 | 0,04 | 293.714 | 110.628 |
| Controle Externo | 234.223 | 234.223 | 4.217 | 152.800 | 0,01 | 81.423 | 26.082 | 132.795 | 0,01 | 101.428 | 20.005 |
| Administracao Geral | 5.088.547 | 4.885.027 | -125.028 | 4.617.706 | 0,22 | 267.321 | 509.908 | 4.613.461 | 0,23 | 271.566 | 4.244 |
| Comunicacao Social | 141.548 | 141.548 | 164 | 110.215 | 0,01 | 31.333 | 19.705 | 99.853 | 0,00 | 41.695 | 10.362 |
| Atencao Basica | 260.737 | 287.592 | 38.808 | 286.617 | 0,01 | 975 | 44.112 | 278.032 | 0,01 | 9.559 | 8.584 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 335.628 | 330.678 | 3.132 | 329.864 | 0,02 | 814 | 27.740 | 329.466 | 0,02 | 1.212 | 398 |
| JUDICIARIA | 31.002.536 | 31.928.129 | 2.197.849 | 30.548.670 | 1,47 | 1.379.458 | 3.535.658 | 29.404.874 | 1,47 | 2.523.255 | 1.143.797 |
| Controle Externo | 84.683 | 84.683 | -931 | 48.956 | 0,00 | 35.727 | 6.700 | 41.763 | 0,00 | 42.920 | 7.193 |
| Acao Judiciaria | 3.084.939 | 3.047.860 | 204.966 | 2.402.340 | 0,12 | 645.520 | 481.941 | 2.128.656 | 0,11 | 919.204 | 273.684 |
| Administracao Geral | 25.071.742 | 25.973.395 | 1.909.545 | 25.448.608 | 1,23 | 524.788 | 2.688.870 | 24.655.079 | 1,23 | 1.318.317 | 793.529 |
| Tecnologia Da Informacao | 411.199 | 397.260 | 7.503 | 272.200 | 0,01 | 125.059 | 113.687 | 241.261 | 0,01 | 155.999 | 30.940 |
| Formacao De Recursos Humanos | 16.219 | 15.019 | -870 | 11.225 | 0,00 | 3.794 | 1.813 | 8.693 | 0,00 | 6.326 | 2.532 |
| Comunicacao Social | 119.431 | 113.083 | -583 | 90.311 | 0,00 | 22.771 | 24.361 | 81.829 | 0,00 | 31.254 | 8.482 |
| Atencao Basica | 822.961 | 909.850 | 60.488 | 908.156 | 0,04 | 1.693 | 107.248 | 885.565 | 0,04 | 24.285 | 22.591 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 1.383.638 | 1.379.255 | 17.725 | 1.366.835 | 0,07 | 12.420 | 111.016 | 1.361.990 | 0,07 | 17.265 | 4.845 |
| Outros Encargos Especiais | 7.724 | 7.724 | 5 | 39 | 0,00 | 7.686 | 21 | 39 | 0,00 | 7.686 | - |
| ESSENCIAL A JUSTICA | 6.471.618 | 6.375.281 | 670.806 | 6.205.909 | 0,30 | 169.372 | 859.768 | 5.929.929 | 0,30 | 445.353 | 275.981 |
| Controle Externo | 40.789 | 40.234 | 531 | 31.226 | 0,00 | 9.008 | 7.043 | 30.281 | 0,00 | 9.953 | 945 |
| Defesa Do Interesse Publico No Processo Judiciario | 938.954 | 805.762 | 60.737 | 754.389 | 0,04 | 51.373 | 142.379 | 679.221 | 0,03 | 126.541 | 75.168 |
| Representacao Judicial E Extrajudicial | 436.147 | 431.144 | 16.077 | 423.269 | 0,02 | 7.875 | 49.685 | 342.741 | 0,02 | 88.403 | 80.528 |
| Administracao Geral | 4.201.983 | 4.294.646 | 552.432 | 4.213.745 | 0,20 | 80.901 | 603.269 | 4.153.320 | 0,21 | 141.326 | 60.425 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 6.535 | 5.235 | 2.882 | 2.882 | 0,00 | 2.352 | 633 | 633 | 0,00 | 4.601 | 2.249 |
| Tecnologia Da Informacao | 17.350 | 16.500 | 14.951 | 16.500 | 0,00 | 0 | 0 | 51 | 0,00 | 16.449 | 16.449 |
| Formacao De Recursos Humanos | 19.986 | 18.986 | 1.709 | 17.388 | 0,00 | 1.599 | 2.609 | 15.259 | 0,00 | 3.727 | 2.128 |
| Comunicacao Social | 28.004 | 26.104 | 645 | 23.797 | 0,00 | 2.307 | 2.430 | 21.557 | 0,00 | 4.547 | 2.240 |
| Atencao Basica | 152.124 | 154.220 | 2.928 | 154.216 | 0,01 | 4 | 7.537 | 152.670 | 0,01 | 1.550 | 1.546 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 308.151 | 317.261 | 14.393 | 316.528 | 0,02 | 734 | 26.069 | 314.742 | 0,02 | 2.520 | 1.786 |
| Direitos Individuais, Coletivos E Difusos | 321.596 | 265.189 | 3.522 | 251.969 | 0,01 | 13.220 | 18.113 | 219.453 | 0,01 | 45.736 | 32.516 |
| ADMINISTRACAO | 25.153.577 | 26.671.052 | 1.266.183 | 24.617.553 | 1,19 | 2.053.499 | 2.621.261 | 22.773.146 | 1,14 | 3.897.906 | 1.844.407 |
| Representacao Judicial E Extrajudicial | 167.508 | 212.843 | 32.993 | 212.044 | 0,01 | 799 | 24.073 | 181.120 | 0,01 | 31.723 | 30.924 |
| Planejamento E Orcamento | 618.182 | 555.901 | -8.179 | 439.472 | 0,02 | 116.429 | 110.285 | 323.591 | 0,02 | 232.310 | 115.881 |
| Administracao Geral | 18.919.144 | 20.498.913 | 541.355 | 19.716.506 | 0,95 | 782.406 | 1.974.999 | 19.052.629 | 0,95 | 1.446.284 | 663.878 |
| Administracao Financeira | 52.660 | 44.564 | 8.079 | 36.507 | 0,00 | 8.057 | 5.415 | 24.156 | 0,00 | 20.407 | 12.351 |
| Controle Interno | 80.309 | 82.898 | 10.240 | 81.141 | 0,00 | 1.758 | 7.390 | 60.431 | 0,00 | 22.468 | 20.710 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 428.182 | 331.988 | 81.294 | 280.222 | 0,01 | 51.766 | 12.680 | 95.719 | 0,00 | 236.269 | 184.503 |
| Tecnologia Da Informacao | 2.146.321 | 2.215.349 | 344.459 | 2.069.989 | 0,10 | 145.360 | 272.684 | 1.547.321 | 0,08 | 668.029 | 522.668 |
| Ordenamento Territorial | 584.482 | 205.658 | 13.446 | 61.069 | 0,00 | 144.590 | 7.283 | 42.983 | 0,00 | 162.675 | 18.085 |
| Formacao De Recursos Humanos | 16.354 | 15.420 | 2.203 | 13.048 | 0,00 | 2.373 | 2.974 | 10.530 | 0,00 | 4.890 | 2.518 |
| Administracao De Receitas | 54.315 | 32.729 | -761 | 26.084 | 0,00 | 6.645 | 3.158 | 22.468 | 0,00 | 10.261 | 3.617 |
| Comunicacao Social | 332.939 | 482.047 | 101.638 | 475.867 | 0,02 | 6.180 | 27.850 | 244.799 | 0,01 | 237.247 | 231.068 |
| Defesa Civil | 883 | 883 | 36 | 463 | 0,00 | 420 | 45 | 429 | 0,00 | 454 | 34 |
| Atencao Basica | 379.322 | 396.922 | 29.084 | 374.752 | 0,02 | 22.169 | 35.339 | 364.464 | 0,02 | 32.458 | 10.289 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 611.836 | 676.564 | 22.439 | 652.380 | 0,03 | 24.184 | 54.772 | 644.661 | 0,03 | 31.903 | 7.719 |
| Ensino Superior | 21.484 | 13.701 | 3.245 | 13.370 | 0,00 | 331 | 4.109 | 12.996 | 0,00 | 705 | 375 |
| Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico | 18.438 | 22.420 | 4.537 | 22.410 | 0,00 | 10 | 2.050 | 17.751 | 0,00 | 4.668 | 4.658 |
| Desenvolvimento Cientifico | 13.806 | 13.806 | 882 | 13.631 | 0,00 | 175 | 1.326 | 11.131 | 0,00 | 2.675 | 2.500 |
| Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico | 7.576 | 7.746 | 1.316 | 6.985 | 0,00 | 761 | 536 | 4.977 | 0,00 | 2.769 | 2.008 |
| Producao Industrial | 59.941 | 59.941 | 5.243 | 46.929 | 0,00 | 13.012 | 2.650 | 37.306 | 0,00 | 22.635 | 9.623 |
| Outros Encargos Especiais | 2.551 | 163.416 | 72.634 | 74.684 | 0,00 | 88.732 | 71.641 | 73.685 | 0,00 | 89.731 | 999 |
| Reserva De Contingencia | 637.343 | 637.343 | 0 | 0 | 0,00 | 637.343 | 0 | 0 | 0,00 | 637.343 | - |
| DEFESA NACIONAL | 69.345.848 | 69.342.624 | 3.880.238 | 68.151.146 | 3,28 | 1.191.479 | 8.592.748 | 63.156.792 | 3,16 | 6.185.833 | 4.994.354 |
| Planejamento E Orcamento | 882 | 882 | 5 | 474 | 0,00 | 408 | 143 | 414 | 0,00 | 468 | 60 |
| Administracao Geral | 48.579.480 | 49.322.029 | 1.080.098 | 48.968.877 | 2,36 | 353.152 | 4.204.333 | 48.441.034 | 2,42 | 880.995 | 527.843 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 51.066 | 42.053 | 10.439 | 36.138 | 0,00 | 5.915 | 3.467 | 20.768 | 0,00 | 21.286 | 15.370 |
| Tecnologia Da Informacao | 51.181 | 43.378 | 7.866 | 34.080 | 0,00 | 9.298 | 12.678 | 19.094 | 0,00 | 24.284 | 14.986 |
| Formacao De Recursos Humanos | 151.545 | 138.860 | 19.807 | 130.688 | 0,01 | 8.172 | 18.831 | 89.509 | 0,00 | 49.351 | 41.179 |
| Comunicacao Social | 2.106 | 2.026 | 103 | 1.932 | 0,00 | 94 | 282 | 1.205 | 0,00 | 822 | 727 |
| Defesa Aerea | 6.245.913 | 5.523.495 | 853.999 | 5.309.601 | 0,26 | 213.894 | 1.825.404 | 4.188.706 | 0,21 | 1.334.789 | 1.120.895 |
| Defesa Naval | 3.285.634 | 3.351.358 | 745.893 | 3.117.216 | 0,15 | 234.141 | 1.101.026 | 2.575.158 | 0,13 | 776.199 | 542.058 |
| Defesa Terrestre | 2.412.913 | 2.274.873 | 524.646 | 2.174.912 | 0,10 | 99.961 | 443.856 | 1.152.500 | 0,06 | 1.122.373 | 1.022.412 |
| Informacao E Inteligencia | 10.039 | 9.745 | 854 | 7.847 | 0,00 | 1.898 | 1.294 | 4.786 | 0,00 | 4.959 | 3.061 |
| Cooperacao Internacional | 207.817 | 180.817 | 15.951 | 175.879 | 0,01 | 4.938 | 25.666 | 102.308 | 0,01 | 78.509 | 73.570 |
| Assistencia A Crianca E Ao Adolescente | 4.624 | 4.524 | 327 | 2.614 | 0,00 | 1.910 | 372 | 2.122 | 0,00 | 2.402 | 492 |
| Assistencia Comunitaria | 520.501 | 469.214 | 103.609 | 359.468 | 0,02 | 109.746 | 2.165 | 13.066 | 0,00 | 456.148 | 346.402 |
| Atencao Basica | 2.617.325 | 2.703.351 | 145.022 | 2.691.879 | 0,13 | 11.472 | 269.343 | 2.350.734 | 0,12 | 352.617 | 341.145 |
| Assistencia Hospitalar E Ambulatorial | 49.059 | 49.059 | 2.289 | 38.922 | 0,00 | 10.137 | 2.513 | 33.777 | 0,00 | 15.282 | 5.145 |
| Suporte Profilatico E Terapeutico | 9.490 | 9.490 | 1.041 | 7.490 | 0,00 | 1.999 | 1.432 | 4.145 | 0,00 | 5.344 | 3.345 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 4.147.842 | 4.209.130 | 222.630 | 4.152.122 | 0,20 | 57.009 | 536.205 | 3.532.782 | 0,18 | 676.348 | 619.340 |
| Empregabilidade | 4.510 | 4.510 | 170 | 2.349 | 0,00 | 2.161 | 782 | 1.464 | 0,00 | 3.046 | 885 |
| Ensino Profissional | 90.805 | 83.805 | 16.758 | 76.290 | 0,00 | 7.515 | 25.350 | 71.065 | 0,00 | 12.740 | 5.225 |
| Ensino Superior | 21.690 | 16.631 | 3.539 | 13.926 | 0,00 | 2.704 | 2.654 | 8.740 | 0,00 | 7.890 | 5.186 |
| Educacao De Jovens E Adultos | 2.920 | 3.020 | -26 | 1.666 | 0,00 | 1.355 | 287 | 1.070 | 0,00 | 1.950 | 595 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Educacao Basica | 16.527 | 16.527 | 434 | 16.415 | 0,00 | 112 | 3.270 | 13.927 | 0,00 | 2.600 | 2.488 |
| Habitacao Urbana | 284.665 | 294.598 | 44.156 | 282.060 | 0,01 | 12.538 | 17.141 | 210.506 | 0,01 | 84.092 | 71.553 |
| Controle Ambiental | 63.893 | 68.437 | 28.986 | 53.636 | 0,00 | 14.801 | 3.716 | 19.127 | 0,00 | 49.310 | 34.509 |
| Desenvolvimento Cientifico | 146.250 | 37.548 | 14.610 | 32.340 | 0,00 | 5.208 | 860 | 6.849 | 0,00 | 30.699 | 25.491 |
| Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia | 261.960 | 399.289 | 35.992 | 398.075 | 0,02 | 1.214 | 87.461 | 232.104 | 0,01 | 167.185 | 165.971 |
| Telecomunicacoes | 105.211 | 83.975 | 1.039 | 64.249 | 0,00 | 19.726 | 2.216 | 59.830 | 0,00 | 24.145 | 4.419 |
| SEGURANCA PUBLICA | 7.943.670 | 10.406.435 | 1.024.918 | 9.751.648 | 0,47 | 654.787 | 867.823 | 8.097.425 | 0,40 | 2.309.010 | 1.654.222 |
| Administracao Geral | 5.508.317 | 6.362.129 | 107.286 | 6.303.851 | 0,30 | 58.279 | 611.554 | 6.044.720 | 0,30 | 317.409 | 259.131 |
| Formacao De Recursos Humanos | 5.940 | 17.740 | 3.679 | 14.641 | 0,00 | 3.099 | 4.233 | 11.713 | 0,00 | 6.026 | 2.927 |
| Comunicacao Social | 200 | 200 | 0 | 0 | 0,00 | 200 | 0 | 0 | 0,00 | 200 | - |
| Policiamento | 1.886.524 | 1.867.816 | 442.074 | 1.322.651 | 0,06 | 545.165 | 106.496 | 576.854 | 0,03 | 1.290.962 | 745.797 |
| Defesa Civil | 187.230 | 1.793.409 | 451.081 | 1.765.781 | 0,09 | 27.629 | 117.459 | 1.141.901 | 0,06 | 651.509 | 623.880 |
| Informacao E Inteligencia | 68.902 | 74.580 | 12.605 | 63.660 | 0,00 | 10.920 | 4.886 | 43.920 | 0,00 | 30.660 | 19.740 |
| Atencao Basica | 97.772 | 100.879 | 1.498 | 98.154 | 0,00 | 2.725 | 8.103 | 96.134 | 0,00 | 4.745 | 2.019 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 188.786 | 189.681 | 6.696 | 182.910 | 0,01 | 6.771 | 15.093 | 182.183 | 0,01 | 7.499 | 728 |
| RELACOES EXTERIORES | 3.308.033 | 2.839.928 | 164.469 | 2.847.874 | 0,14 | -7.945 | 398.986 | 2.757.858 | 0,14 | 82.071 | 90.016 |
| Administracao Geral | 1.385.037 | 1.345.784 | 118.403 | 1.334.162 | 0,06 | 11.622 | 204.123 | 1.289.516 | 0,06 | 56.268 | 44.646 |
| Formacao De Recursos Humanos | 3.198 | 3.194 | 1.424 | 3.166 | 0,00 | 28 | 751 | 2.464 | 0,00 | 730 | 702 |
| Relacoes Diplomaticas | 1.093.888 | 742.987 | 27.355 | 763.048 | 0,04 | -20.062 | 69.380 | 727.281 | 0,04 | 15.705 | 35.767 |
| Cooperacao Internacional | 34.965 | 40.444 | 4.535 | 39.943 | 0,00 | 502 | 6.978 | 38.326 | 0,00 | 2.118 | 1.616 |
| Atencao Basica | 126.756 | 132.266 | 8.181 | 137.274 | 0,01 | -5.008 | 21.270 | 137.274 | 0,01 | -5.008 | - |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 607.462 | 523.895 | 604 | 525.479 | 0,03 | -1.584 | 90.149 | 522.993 | 0,03 | 903 | 2.487 |
| Difusao Cultural | 25.571 | 28.198 | 2.186 | 28.742 | 0,00 | -544 | 3.464 | 26.770 | 0,00 | 1.428 | 1.972 |
| Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico | 9.621 | 7.458 | 12 | 7.063 | 0,00 | 394 | 1.221 | 6.387 | 0,00 | 1.071 | 676 |
| Promocao Comercial | 14.722 | 8.892 | 1.769 | 8.893 | 0,00 | -2 | 1.649 | 6.743 | 0,00 | 2.149 | 2.150 |
| Outros Encargos Especiais | 6.811 | 6.811 | 0 | 103 | 0,00 | 6.708 | 0 | 103 | 0,00 | 6.708 | - |
| ASSISTENCIA SOCIAL | 83.334.347 | 85.269.205 | 3.971.766 | 84.700.457 | 4,08 | 568.747 | 8.062.858 | 84.098.780 | 4,20 | 1.170.424 | 601.677 |
| Planejamento E Orcamento | 15.565 | 10.095 | 333 | 2.820 | 0,00 | 7.276 | 35 | 170 | 0,00 | 9.925 | 2.650 |
| Administracao Geral | 211.112 | 213.280 | 5.302 | 209.185 | 0,01 | 4.095 | 22.130 | 190.716 | 0,01 | 22.564 | 18.468 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 24.150 | 29.196 | 1.562 | 27.125 | 0,00 | 2.072 | 3.311 | 24.347 | 0,00 | 4.849 | 2.778 |
| Tecnologia Da Informacao | 68.539 | 71.757 | 6.180 | 68.543 | 0,00 | 3.214 | 19.311 | 61.888 | 0,00 | 9.869 | 6.655 |
| Formacao De Recursos Humanos | 512 | 662 | -25 | 524 | 0,00 | 139 | 28 | 498 | 0,00 | 164 | 25 |
| Comunicacao Social | 32.303 | 22.612 | 20.000 | 20.000 | 0,00 | 2.612 | 0 | 0 | 0,00 | 22.612 | 20.000 |
| Cooperacao Internacional | 618 | 574 | 13 | 569 | 0,00 | 5 | 59 | 569 | 0,00 | 5 | - |
| Assistencia Ao Idoso | 21.701.689 | 23.243.391 | 1.454.937 | 23.144.819 | 1,11 | 98.571 | 1.916.345 | 23.135.319 | 1,16 | 108.071 | 9.500 |
| Assistencia Ao Portador De Deficiencia | 28.192.866 | 30.137.850 | 1.847.175 | 30.009.999 | 1,44 | 127.851 | 2.483.749 | 29.993.499 | 1,50 | 144.351 | 16.500 |
| Assistencia A Crianca E Ao Adolescente | 328.983 | 239.993 | 84.591 | 211.726 | 0,01 | 28.267 | 49.726 | 174.484 | 0,01 | 65.509 | 37.243 |
| Assistencia Comunitaria | 32.012.167 | 30.807.384 | 328.275 | 30.597.937 | 1,47 | 209.447 | 3.439.221 | 30.305.588 | 1,52 | 501.796 | 292.348 |
| Atencao Basica | 960 | 1.352 | -115 | 1.238 | 0,00 | 115 | 97 | 1.164 | 0,00 | 188 | 73 |
| Alimentacao E Nutricao | 354.448 | 345.810 | 157.514 | 311.461 | 0,01 | 34.349 | 64.902 | 138.704 | 0,01 | 207.106 | 172.757 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 4.559 | 5.772 | -310 | 5.461 | 0,00 | 310 | 459 | 5.438 | 0,00 | 334 | 23 |
| Educacao Infantil | 137.044 | 67.644 | 40.000 | 40.000 | 0,00 | 27.644 | 39.920 | 39.920 | 0,00 | 27.724 | 80 |
| Saneamento Basico Rural | 248.831 | 71.831 | 26.334 | 49.051 | 0,00 | 22.780 | 23.564 | 26.474 | 0,00 | 45.357 | 22.576 |
| PREVIDENCIA SOCIAL | 649.453.657 | 655.494.607 | 3.849.087 | 654.798.660 | 31,53 | 695.947 | 50.503.186 | 654.512.234 | 32,72 | 982.373 | 286.426 |
| Representacao Judicial E Extrajudicial | 30.000 | 30.000 | 940 | 29.926 | 0,00 | 74 | 2.159 | 29.665 | 0,00 | 335 | 262 |
| Administracao Geral | 5.018.337 | 5.002.808 | 135.450 | 4.988.815 | 0,24 | 13.993 | 517.252 | 4.981.473 | 0,25 | 21.335 | 7.342 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 10.023 | 9.862 | 1.144 | 9.089 | 0,00 | 773 | 620 | 7.686 | 0,00 | 2.176 | 1.403 |
| Tecnologia Da Informacao | 264.472 | 435.170 | 119.464 | 420.836 | 0,02 | 14.334 | 124.865 | 417.850 | 0,02 | 17.319 | 2.985 |
| Formacao De Recursos Humanos | 14.784 | 9.424 | -22 | 8.876 | 0,00 | 548 | 812 | 8.730 | 0,00 | 694 | 146 |
| Comunicacao Social | 3.916 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 | - |
| Informacao E Inteligencia | 82.698 | 136.125 | 36.811 | 129.421 | 0,01 | 6.705 | 47.997 | 129.421 | 0,01 | 6.705 | 0 |
| Previdencia Basica | 551.553.811 | 549.162.970 | 1.482.831 | 549.138.336 | 26,44 | 24.634 | 41.352.062 | 549.048.187 | 27,45 | 114.783 | 90.149 |
| Previdencia Do Regime Estatutario | 89.120.661 | 97.256.134 | 2.096.753 | 96.850.421 | 4,66 | 405.713 | 8.201.749 | 96.672.476 | 4,83 | 583.658 | 177.945 |
| Previdencia Complementar | 1.723 | 1.497 | 746 | 1.300 | 0,00 | 197 | 752 | 1.215 | 0,00 | 283 | 85 |
| Previdencia Especial | 2.899.332 | 2.987.640 | -14.921 | 2.783.213 | 0,13 | 204.427 | 212.381 | 2.780.867 | 0,14 | 206.773 | 2.346 |
| Atencao Basica | 167.495 | 177.533 | -55 | 168.402 | 0,01 | 9.131 | 18.930 | 164.768 | 0,01 | 12.765 | 3.634 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 271.040 | 272.356 | -11.256 | 260.205 | 0,01 | 12.151 | 21.389 | 260.178 | 0,01 | 12.178 | 27 |
| Normalizacao E Qualidade | 14.694 | 12.414 | 1.204 | 9.820 | 0,00 | 2.594 | 2.217 | 9.718 | 0,00 | 2.696 | 102 |
| Outros Encargos Especiais | 673 | 673 | 0 | 0 | 0,00 | 673 | 0 | 0 | 0,00 | 673 | - |
| SAUDE | 115.226.077 | 118.407.145 | 15.112.188 | 115.758.088 | 5,57 | 2.649.057 | 10.824.964 | 101.423.262 | 5,07 | 16.983.883 | 14.334.827 |
| Planejamento E Orcamento | 33.628 | 25.228 | 2.099 | 21.939 | 0,00 | 3.289 | 194 | 12.686 | 0,00 | 12.542 | 9.253 |
| Administracao Geral | 14.513.861 | 14.510.316 | 1.791.671 | 13.799.277 | 0,66 | 711.039 | 2.107.449 | 12.600.568 | 0,63 | 1.909.748 | 1.198.709 |
| Controle Interno | 5.825 | 5.825 | 4.262 | 5.422 | 0,00 | 403 | 1.440 | 1.865 | 0,00 | 3.960 | 3.557 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 55.039 | 47.614 | -719 | 26.970 | 0,00 | 20.644 | 1.963 | 20.328 | 0,00 | 27.286 | 6.642 |
| Tecnologia Da Informacao | 586.574 | 460.196 | 66.281 | 458.370 | 0,02 | 1.826 | 39.731 | 262.065 | 0,01 | 198.131 | 196.305 |
| Formacao De Recursos Humanos | 905.185 | 852.896 | 105.954 | 844.922 | 0,04 | 7.974 | 57.938 | 725.145 | 0,04 | 127.751 | 119.776 |
| Comunicacao Social | 225.797 | 266.797 | 43.482 | 266.446 | 0,01 | 351 | 19.862 | 215.285 | 0,01 | 51.512 | 51.161 |
| Atencao Basica | 21.908.980 | 21.858.191 | 2.811.696 | 21.403.988 | 1,03 | 454.203 | 1.766.428 | 18.863.638 | 0,94 | 2.994.553 | 2.540.350 |
| Assistencia Hospitalar E Ambulatorial | 50.291.456 | 54.355.817 | 6.610.753 | 53.118.082 | 2,56 | 1.237.735 | 4.508.229 | 48.627.594 | 2,43 | 5.728.223 | 4.490.488 |
| Suporte Profilatico E Terapeutico | 14.934.533 | 13.848.618 | 1.498.581 | 13.838.249 | 0,67 | 10.369 | 1.411.226 | 11.599.712 | 0,58 | 2.248.906 | 2.238.538 |
| Vigilancia Sanitaria | 371.484 | 361.684 | 47.287 | 327.968 | 0,02 | 33.716 | 66.811 | 271.962 | 0,01 | 89.722 | 56.006 |
| Vigilancia Epidemiologica | 6.967.462 | 7.056.550 | 881.166 | 7.037.041 | 0,34 | 19.510 | 474.317 | 5.156.410 | 0,26 | 1.900.140 | 1.880.630 |
| Alimentacao E Nutricao | 73.475 | 71.475 | 13.024 | 69.448 | 0,00 | 2.027 | 10.097 | 53.403 | 0,00 | 18.072 | 16.045 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 637.591 | 642.105 | -10.557 | 614.363 | 0,03 | 27.742 | 51.066 | 612.907 | 0,03 | 29.198 | 1.455 |
| Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico | 8.672 | 8.672 | 283 | 7.991 | 0,00 | 682 | 1.020 | 6.823 | 0,00 | 1.850 | 1.168 |
| Direitos Individuais, Coletivos E Difusos | 100.227 | 85.227 | 30.490 | 83.382 | 0,00 | 1.845 | 2.029 | 37.228 | 0,00 | 47.999 | 46.154 |
| Assistencia Aos Povos Indigenas | 1.501.601 | 1.732.101 | 322.107 | 1.729.411 | 0,08 | 2.691 | 130.230 | 1.427.589 | 0,07 | 304.512 | 301.822 |
| Saneamento Basico Rural | 324.776 | 428.785 | 340.490 | 417.759 | 0,02 | 11.026 | 5.320 | 34.286 | 0,00 | 394.499 | 383.474 |
| Saneamento Basico Urbano | 788.014 | 891.112 | 400.667 | 848.962 | 0,04 | 42.150 | 47.567 | 324.415 | 0,02 | 566.697 | 524.546 |
| Preservacao E Conservacao Ambiental | 15.975 | 21.975 | 15.682 | 21.359 | 0,00 | 616 | 82 | 2.474 | 0,00 | 19.501 | 18.885 |
| Desenvolvimento Cientifico | 448.526 | 500.190 | 96.372 | 485.193 | 0,02 | 14.998 | 63.953 | 364.942 | 0,02 | 135.249 | 120.251 |
| Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia | 431.376 | 315.751 | 41.095 | 272.201 | 0,01 | 43.549 | 27.096 | 148.595 | 0,01 | 167.156 | 123.607 |
| Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico | 25.349 | 25.349 | 20 | 25.345 | 0,00 | 3 | 918 | 23.341 | 0,00 | 2.007 | 2.004 |
| Outras Transferencias | 70.000 | 34.000 | 0 | 34.000 | 0,00 | 0 | 30.000 | 30.000 | 0,00 | 4.000 | 4.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Outros Encargos Especiais | 670 | 670 | 0 | 0 | 0,00 | 670 | 0 | 0 | 0,00 | 670 | 0 |
| TRABALHO | 74.808.182 | 77.365.239 | -1.103.759 | 71.481.112 | 3,44 | 5.884.126 | 6.654.492 | 69.899.958 | 3,49 | 7.465.281 | 1.581.155 |
| Administracao Geral | 402.965 | 404.266 | 22.879 | 353.460 | 0,02 | 50.806 | 62.336 | 284.481 | 0,01 | 119.785 | 68.978 |
| Administracao Financeira | 6.100 | 18.514 | 836 | 6.646 | 0,00 | 11.868 | 3 | 152 | 0,00 | 18.362 | 6.494 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 58.817 | 59.842 | 276 | 39.719 | 0,00 | 20.123 | 4.791 | 23.568 | 0,00 | 36.274 | 16.151 |
| Tecnologia Da Informacao | 74.010 | 136.068 | 38.824 | 130.018 | 0,01 | 6.050 | 26.545 | 86.093 | 0,00 | 49.976 | 43.926 |
| Formacao De Recursos Humanos | 2.072 | 1.412 | 28 | 368 | 0,00 | 1.044 | 72 | 367 | 0,00 | 1.045 | 1 |
| Comunicacao Social | 4.175 | 4.175 | 0 | 0 | 0,00 | 4.175 | 0 | 0 | 0,00 | 4.175 | - |
| Atencao Basica | 698 | 698 | -61 | 540 | 0,00 | 158 | 42 | 540 | 0,00 | 158 | - |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 57.442.797 | 60.005.284 | -1.302.369 | 54.237.840 | 2,61 | 5.767.445 | 4.784.217 | 53.767.075 | 2,69 | 6.238.209 | 470.765 |
| Relacoes De Trabalho | 9.100 | 15.420 | 9.778 | 14.679 | 0,00 | 741 | 1.588 | 2.032 | 0,00 | 13.388 | 12.647 |
| Empregabilidade | 193.588 | 101.955 | 93.109 | 93.892 | 0,00 | 8.062 | 17.454 | 18.155 | 0,00 | 83.800 | 75.737 |
| Fomento Ao Trabalho | 16.602.228 | 16.606.966 | 29.180 | 16.599.145 | 0,80 | 7.821 | 1.756.609 | 15.715.753 | 0,79 | 891.213 | 883.392 |
| Desenvolvimento Cientifico | 11.614 | 10.619 | 3.772 | 4.800 | 0,00 | 5.819 | 834 | 1.737 | 0,00 | 8.883 | 3.063 |
| Outros Encargos Especiais | 19 | 19 | -11 | 5 | 0,00 | 14 | 0 | 5 | 0,00 | 14 | - |
| EDUCACAO | 99.151.266 | 101.174.645 | 3.652.397 | 97.763.017 | 4,71 | 3.411.628 | 11.310.958 | 88.630.962 | 4,43 | 12.543.683 | 9.132.055 |
| Administracao Geral | 1.199.838 | 1.264.053 | 41.189 | 1.073.129 | 0,05 | 190.924 | 105.933 | 892.017 | 0,04 | 372.036 | 181.112 |
| Administracao Financeira | 793.800 | 913.800 | 199.508 | 814.608 | 0,04 | 99.192 | 186.547 | 632.564 | 0,03 | 281.236 | 182.045 |
| Formacao De Recursos Humanos | 102.968 | 97.824 | -3.539 | 70.189 | 0,00 | 27.635 | 8.317 | 54.800 | 0,00 | 43.024 | 15.389 |
| Comunicacao Social | 31.347 | 38.447 | 5.254 | 34.842 | 0,00 | 3.605 | 2.366 | 24.803 | 0,00 | 13.644 | 10.039 |
| Atencao Basica | 696.804 | 714.265 | 7.332 | 689.376 | 0,03 | 24.889 | 58.265 | 678.517 | 0,03 | 35.748 | 10.859 |
| Assistencia Hospitalar E Ambulatorial | 7.020.264 | 7.216.726 | 185.153 | 7.109.443 | 0,34 | 107.283 | 738.748 | 6.795.956 | 0,34 | 420.770 | 313.487 |
| Suporte Profilatico E Terapeutico | 696 | 696 | 0 | 0 | 0,00 | 696 | 0 | 0 | 0,00 | 696 | - |
| Alimentacao E Nutricao | 4.146.961 | 3.959.365 | 14.194 | 3.905.880 | 0,19 | 53.486 | 457.891 | 3.894.072 | 0,19 | 65.293 | 11.807 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 2.053.305 | 2.148.396 | 10.805 | 2.103.629 | 0,10 | 44.766 | 177.250 | 2.102.738 | 0,11 | 45.658 | 891 |
| Ensino Profissional | 11.028.317 | 12.121.629 | 839.196 | 11.644.387 | 0,56 | 477.241 | 1.641.337 | 10.602.322 | 0,53 | 1.519.307 | 1.042.066 |
| Ensino Superior | 32.633.046 | 34.235.166 | 1.596.206 | 32.874.548 | 1,58 | 1.360.618 | 3.459.554 | 30.502.211 | 1,53 | 3.732.955 | 2.372.337 |
| Educacao Infantil | 808.766 | 177.059 | 52.313 | 162.226 | 0,01 | 14.833 | 45.860 | 104.545 | 0,01 | 72.514 | 57.682 |
| Educacao De Jovens E Adultos | 278.568 | 158.690 | 47.514 | 123.401 | 0,01 | 35.290 | 48.281 | 79.938 | 0,00 | 78.752 | 43.462 |
| Educacao Basica | 8.194.517 | 8.019.789 | 1.911.697 | 7.128.414 | 0,34 | 891.375 | 1.342.039 | 3.969.552 | 0,20 | 4.050.237 | 3.158.862 |
| Desenvolvimento Cientifico | 296.162 | 289.531 | 81.002 | 286.510 | 0,01 | 3.021 | 156.510 | 271.510 | 0,01 | 18.021 | 15.000 |
| Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico | 409.397 | 407.514 | 99.368 | 418.378 | 0,02 | -10.864 | 31.067 | 301.938 | 0,02 | 105.576 | 116.440 |
| Servicos Financeiros | 13.924.130 | 13.924.130 | -1.616.524 | 13.924.130 | 0,67 | 0 | 1.356.392 | 13.499.272 | 0,67 | 424.858 | 424.858 |
| Outros Encargos Especiais | 79.665 | 79.665 | -185 | 1.069 | 0,00 | 78.597 | -1 | 1.069 | 0,00 | 78.597 | - |
| Transferencias Para A Educacao Basica | 15.452.714 | 15.407.901 | 181.914 | 15.398.860 | 0,74 | 9.041 | 1.494.604 | 14.223.139 | 0,71 | 1.184.762 | 1.175.721 |
| CULTURA | 2.257.896 | 2.101.842 | 155.838 | 1.828.642 | 0,09 | 273.199 | 150.776 | 949.696 | 0,05 | 1.152.146 | 878.947 |
| Administracao Geral | 693.203 | 686.096 | 1.220 | 666.190 | 0,03 | 19.906 | 69.597 | 612.012 | 0,03 | 74.085 | 54.179 |
| Administracao Financeira | 800 | 800 | 0 | 0 | 0,00 | 800 | 0 | 0 | 0,00 | 800 | - |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 98 | 98 | 98 | 98 | 0,00 | 0 | 98 | 98 | 0,00 | 0 | - |
| Formacao De Recursos Humanos | 3.668 | 3.635 | 119 | 2.721 | 0,00 | 914 | 529 | 1.714 | 0,00 | 1.921 | 1.007 |
| Comunicacao Social | 5.759 | 5.759 | 0 | 5.759 | 0,00 | 0 | 157 | 1.388 | 0,00 | 4.371 | 4.371 |
| Atencao Basica | 8.962 | 8.962 | -655 | 7.936 | 0,00 | 1.027 | 561 | 6.719 | 0,00 | 2.243 | 1.216 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 26.915 | 27.259 | -987 | 25.355 | 0,00 | 1.904 | 2.126 | 25.290 | 0,00 | 1.969 | 65 |
| Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico | 305.144 | 170.379 | 39.896 | 146.287 | 0,01 | 24.092 | 27.932 | 89.702 | 0,00 | 80.677 | 56.585 |
| Difusao Cultural | 706.286 | 592.860 | 76.182 | 370.632 | 0,02 | 222.229 | 49.733 | 146.002 | 0,01 | 446.858 | 224.630 |
| Desenvolvimento Cientifico | 4.357 | 3.290 | 0 | 3.141 | 0,00 | 149 | 0 | 0 | 0,00 | 3.290 | 3.141 |
| Promocao Comercial | 500.000 | 600.000 | 40.000 | 600.000 | 0,03 | 0 | 0 | 66.248 | 0,00 | 533.752 | 533.752 |
| Outros Encargos Especiais | 2.703 | 2.703 | -34 | 524 | 0,00 | 2.179 | 43 | 524 | 0,00 | 2.179 | - |
| DIREITOS DA CIDADANIA | 1.550.229 | 2.530.197 | 818.760 | 1.685.440 | 0,08 | 844.757 | 718.650 | 1.343.991 | 0,07 | 1.186.207 | 341.449 |
| Acao Legislativa | 685 | 685 | -3 | 20 | 0,00 | 666 | 0 | 8 | 0,00 | 677 | 12 |
| Administracao Geral | 344.141 | 341.647 | 1.021 | 316.951 | 0,02 | 24.697 | 30.917 | 295.318 | 0,01 | 46.330 | 21.633 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 15.728 | 18.720 | 5.711 | 18.518 | 0,00 | 203 | 1.537 | 7.945 | 0,00 | 10.775 | 10.573 |
| Comunicacao Social | 4.894 | 4.894 | 4.000 | 4.000 | 0,00 | 894 | 0 | 0 | 0,00 | 4.894 | 4.000 |
| Assistencia Ao Portador De Deficiencia | 6.724 | 6.620 | 472 | 3.314 | 0,00 | 3.306 | 887 | 1.519 | 0,00 | 5.101 | 1.795 |
| Assistencia A Crianca E Ao Adolescente | 66.050 | 63.002 | 37.076 | 43.084 | 0,00 | 19.917 | 0 | 1.258 | 0,00 | 61.744 | 41.826 |
| Atencao Basica | 12.280 | 14.229 | -784 | 12.601 | 0,00 | 1.628 | 1.232 | 12.021 | 0,00 | 2.207 | 579 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 31.424 | 37.860 | -1.856 | 35.601 | 0,00 | 2.259 | 2.888 | 35.437 | 0,00 | 2.423 | 164 |
| Custodia E Reintegracao Social | 657.847 | 1.649.195 | 702.139 | 979.704 | 0,05 | 669.491 | 647.229 | 873.134 | 0,04 | 776.062 | 106.571 |
| Direitos Individuais, Coletivos E Difusos | 386.629 | 365.278 | 60.061 | 244.167 | 0,01 | 121.110 | 30.353 | 104.974 | 0,01 | 260.304 | 139.193 |
| Assistencia Aos Povos Indigenas | 23.827 | 28.067 | 10.923 | 27.480 | 0,00 | 587 | 3.606 | 12.377 | 0,00 | 15.690 | 15.103 |
| URBANISMO | 8.391.960 | 7.612.420 | 1.815.662 | 6.301.925 | 0,30 | 1.310.496 | 200.080 | 1.822.805 | 0,09 | 5.789.616 | 4.479.120 |
| Planejamento E Orcamento | 734 | 747 | 0 | 600 | 0,00 | 147 | 0 | 540 | 0,00 | 207 | 60 |
| Administracao Geral | 757.656 | 804.108 | 68.131 | 784.411 | 0,04 | 19.698 | 70.707 | 740.512 | 0,04 | 63.596 | 43.898 |
| Ordenamento Territorial | 2.184 | 1.450 | 9 | 950 | 0,00 | 500 | 0 | 0 | 0,00 | 1.450 | 950 |
| Formacao De Recursos Humanos | 1.991 | 2.021 | 405 | 1.855 | 0,00 | 166 | 338 | 1.257 | 0,00 | 764 | 598 |
| Comunicacao Social | 21.239 | 21.089 | 15.156 | 15.311 | 0,00 | 5.779 | 16 | 70 | 0,00 | 21.020 | 15.241 |
| Assistencia Comunitaria | 1.975.218 | 2.358.006 | 1.111.350 | 1.988.988 | 0,10 | 369.018 | 18.720 | 28.577 | 0,00 | 2.329.429 | 1.960.411 |
| Atencao Basica | 21.299 | 24.674 | 1.522 | 24.529 | 0,00 | 146 | 2.087 | 24.376 | 0,00 | 298 | 152 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 57.955 | 60.001 | 4.547 | 59.765 | 0,00 | 236 | 5.088 | 53.017 | 0,00 | 6.984 | 6.748 |
| Infra-Estrutura Urbana | 3.406.017 | 3.019.045 | 426.235 | 2.191.109 | 0,11 | 827.936 | 7.039 | 21.306 | 0,00 | 2.997.739 | 2.169.803 |
| Servicos Urbanos | 130.694 | 148.087 | 27.231 | 146.044 | 0,01 | 2.043 | 18.285 | 136.507 | 0,01 | 11.580 | 9.537 |
| Transportes Coletivos Urbanos | 2.016.332 | 1.172.942 | 161.075 | 1.088.364 | 0,05 | 84.578 | 77.799 | 816.643 | 0,04 | 356.299 | 271.722 |
| Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia | 250 | 250 | 0 | 0 | 0,00 | 250 | 0 | 0 | 0,00 | 250 | - |
| Normalizacao E Qualidade | 392 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 | - |
| HABITACAO | 139.080 | 69.313 | 40.305 | 51.352 | 0,00 | 17.961 | 120 | 6.221 | 0,00 | 63.092 | 45.131 |
| Infra-Estrutura Urbana | 19.940 | 24.327 | 14.913 | 23.359 | 0,00 | 968 | 120 | 4.938 | 0,00 | 19.388 | 18.420 |
| Habitacao Urbana | 119.140 | 44.986 | 25.393 | 27.993 | 0,00 | 16.993 | 0 | 1.283 | 0,00 | 43.703 | 26.710 |
| SANEAMENTO | 1.525.926 | 909.539 | 264.484 | 858.701 | 0,04 | 50.839 | 319.111 | 714.601 | 0,04 | 194.938 | 144.100 |
| Saneamento Basico Urbano | 1.525.926 | 909.539 | 264.484 | 858.701 | 0,04 | 50.839 | 319.111 | 714.601 | 0,04 | 194.938 | 144.100 |
| GESTAO AMBIENTAL | 5.299.496 | 4.524.305 | 863.669 | 3.983.581 | 0,19 | 540.724 | 698.580 | 2.908.606 | 0,15 | 1.615.698 | 1.074.975 |
| Administracao Geral | 1.357.027 | 1.348.914 | 89.499 | 1.327.506 | 0,06 | 21.408 | 154.303 | 1.277.184 | 0,06 | 71.730 | 50.323 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 129.944 | 124.350 | 7.175 | 117.872 | 0,01 | 6.478 | 21.765 | 98.074 | 0,00 | 26.276 | 19.798 |
| Ordenamento Territorial | 296 | 296 | -4 | 162 | 0,00 | 134 | 6 | 42 | 0,00 | 254 | 120 |
| Formacao De Recursos Humanos | 2.896 | 3.018 | 698 | 1.869 | 0,00 | 1.149 | 344 | 886 | 0,00 | 2.132 | 983 |
| Comunicacao Social | 1.468 | 1.468 | 0 | 0 | 0,00 | 1.468 | 0 | 0 | 0,00 | 1.468 | - |
| Atencao Basica | 22.679 | 21.902 | -560 | 20.188 | 0,00 | 1.714 | 1.748 | 20.052 | 0,00 | 1.850 | 136 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 44.106 | 44.041 | -676 | 41.847 | 0,00 | 2.194 | 3.489 | 41.821 | 0,00 | 2.221 | 27 |
| Preservacao E Conservacao Ambiental | 519.482 | 422.837 | 68.213 | 305.607 | 0,01 | 117.230 | 78.778 | 232.923 | 0,01 | 189.914 | 72.684 |
| Controle Ambiental | 107.614 | 90.094 | 27.471 | 66.946 | 0,00 | 23.148 | 3.248 | 29.544 | 0,00 | 60.550 | 37.403 |
| Recuperacao De Areas Degradadas | 28.130 | 26.051 | 5.110 | 24.845 | 0,00 | 1.207 | 553 | 20.178 | 0,00 | 5.873 | 4.667 |
| Recursos Hidricos | 3.073.392 | 2.428.983 | 665.824 | 2.072.833 | 0,10 | 356.150 | 433.502 | 1.185.398 | 0,06 | 1.243.585 | 887.435 |
| Desenvolvimento Cientifico | 1.914 | 2.296 | 311 | 2.296 | 0,00 | 0 | 822 | 1.959 | 0,00 | 337 | 337 |
| Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico | 2.113 | 2.160 | 608 | 1.608 | 0,00 | 552 | 23 | 546 | 0,00 | 1.614 | 1.062 |
| Irrigacao | 539 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 | - |
| Outros Encargos Especiais | 7.893 | 7.893 | 0 | 0 | 0,00 | 7.893 | 0 | 0 | 0,00 | 7.893 | - |
| CIENCIA E TECNOLOGIA | 8.373.939 | 7.691.067 | 993.150 | 6.999.041 | 0,34 | 692.026 | 939.309 | 5.904.636 | 0,30 | 1.786.431 | 1.094.405 |
| Planejamento E Orcamento | 12.891 | 4.421 | 2.282 | 3.582 | 0,00 | 839 | 2.282 | 3.582 | 0,00 | 839 | - |
| Administracao Geral | 1.893.239 | 1.813.579 | -13.817 | 1.777.810 | 0,09 | 35.769 | 178.314 | 1.746.234 | 0,09 | 67.345 | 31.576 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 8.415 | 8.067 | 1.501 | 7.546 | 0,00 | 521 | 1.808 | 5.449 | 0,00 | 2.619 | 2.097 |
| Tecnologia Da Informacao | 97.642 | 55.883 | 4.569 | 44.145 | 0,00 | 11.738 | 23.568 | 37.065 | 0,00 | 18.818 | 7.080 |
| Formacao De Recursos Humanos | 3.918 | 3.918 | 142 | 3.855 | 0,00 | 63 | 471 | 3.754 | 0,00 | 164 | 101 |
| Comunicacao Social | 9.327 | 9.327 | 0 | 6.349 | 0,00 | 2.978 | 1.428 | 5.999 | 0,00 | 3.328 | 350 |
| Cooperacao Internacional | 7.649 | 1.097 | 707 | 956 | 0,00 | 142 | 85 | 251 | 0,00 | 847 | 705 |
| Atencao Basica | 55.090 | 65.047 | 1.885 | 63.593 | 0,00 | 1.454 | 7.633 | 59.963 | 0,00 | 5.083 | 3.630 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 90.834 | 95.838 | -2.473 | 90.409 | 0,00 | 5.429 | 8.393 | 87.107 | 0,00 | 8.731 | 3.303 |
| Controle Ambiental | 8.147 | 6.364 | 1.077 | 3.119 | 0,00 | 3.245 | 821 | 2.683 | 0,00 | 3.681 | 436 |
| Recuperacao De Areas Degradadas | 6.028 | 6.028 | 308 | 1.027 | 0,00 | 5.001 | 600 | 727 | 0,00 | 5.301 | 300 |
| Desenvolvimento Cientifico | 2.503.541 | 2.420.179 | 496.298 | 2.342.948 | 0,11 | 77.231 | 494.448 | 1.946.184 | 0,10 | 473.995 | 396.764 |
| Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia | 2.468.448 | 2.078.828 | 192.886 | 1.767.682 | 0,09 | 311.146 | 147.120 | 1.591.210 | 0,08 | 487.618 | 176.472 |
| Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico | 31.574 | 32.647 | 4.433 | 26.930 | 0,00 | 5.717 | 3.036 | 23.936 | 0,00 | 8.711 | 2.994 |
| Producao Industrial | 745.880 | 742.719 | 198.207 | 647.528 | 0,03 | 95.191 | 66.581 | 367.978 | 0,02 | 374.741 | 279.550 |
| Mineracao | 43.079 | 35.579 | 13 | 24.425 | 0,00 | 11.154 | 480 | 19.471 | 0,00 | 16.108 | 4.954 |
| Promocao Comercial | 374.175 | 303.388 | 103.972 | 184.946 | 0,01 | 118.442 | 1.023 | 1.134 | 0,00 | 302.254 | 183.812 |
| Combustiveis Minerais | 13.822 | 7.922 | 1.145 | 2.051 | 0,00 | 5.872 | 1.153 | 1.824 | 0,00 | 6.098 | 227 |
| Outros Encargos Especiais | 238 | 236 | 15 | 140 | 0,00 | 96 | 66 | 85 | 0,00 | 151 | 55 |
| AGRICULTURA | 36.129.379 | 26.618.260 | 550.851 | 22.224.945 | 1,07 | 4.393.315 | 918.974 | 14.487.223 | 0,72 | 12.131.037 | 7.737.722 |
| Administracao Geral | 4.768.114 | 4.843.204 | 381.141 | 4.813.896 | 0,23 | 29.309 | 470.056 | 4.750.391 | 0,24 | 92.814 | 63.505 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 28.446 | 7.369 | -34 | 6.650 | 0,00 | 718 | 386 | 6.342 | 0,00 | 1.027 | 309 |
| Comunicacao Social | 17.394 | 14.269 | 4.736 | 11.130 | 0,00 | 3.139 | 2.760 | 6.839 | 0,00 | 7.430 | 4.291 |
| Atencao Basica | 107.188 | 131.306 | 5.891 | 130.373 | 0,01 | 934 | 11.568 | 129.667 | 0,01 | 1.639 | 705 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 243.549 | 247.964 | -3.251 | 243.690 | 0,01 | 4.274 | 19.313 | 241.690 | 0,01 | 6.274 | 2.000 |
| Preservacao E Conservacao Ambiental | 2.872 | 1.206 | 158 | 1.206 | 0,00 | 0 | 355 | 999 | 0,00 | 207 | 207 |
| Meteorologia | 36.792 | 28.555 | 52 | 28.474 | 0,00 | 81 | 1.649 | 27.972 | 0,00 | 584 | 503 |
| Desenvolvimento Cientifico | 5.691 | 4.070 | 0 | 4.070 | 0,00 | 0 | 4.070 | 4.070 | 0,00 | 0 | - |
| Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia | 321.546 | 281.536 | 73.207 | 243.303 | 0,01 | 38.233 | 15.464 | 134.090 | 0,01 | 147.447 | 109.214 |
| Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico | 32.544 | 29.251 | 340 | 15.536 | 0,00 | 13.716 | 1.662 | 10.670 | 0,00 | 18.582 | 4.866 |
| Abastecimento | 14.659.502 | 8.527.802 | -120.596 | 5.756.262 | 0,28 | 2.771.540 | 125.353 | 3.008.542 | 0,15 | 5.519.261 | 2.747.721 |
| Extensao Rural | 23.200 | 21.439 | 7.592 | 13.707 | 0,00 | 7.732 | 96 | 1.510 | 0,00 | 19.929 | 12.197 |
| Irrigacao | 171.242 | 106.158 | 45.440 | 98.863 | 0,00 | 7.295 | 8.743 | 49.773 | 0,00 | 56.385 | 49.090 |
| Promocao Da Producao Agropecuaria | 15.438.098 | 12.173.643 | 132.259 | 10.695.872 | 0,51 | 1.477.770 | 237.776 | 5.987.186 | 0,30 | 6.186.456 | 4.708.686 |
| Defesa Agropecuaria | 229.967 | 171.923 | 22.701 | 151.393 | 0,01 | 20.530 | 18.989 | 120.483 | 0,01 | 51.441 | 30.911 |
| Normalizacao E Qualidade | 5.944 | 2.860 | 216 | 2.787 | 0,00 | 73 | 128 | 1.225 | 0,00 | 1.634 | 1.562 |
| Promocao Comercial | 19.677 | 8.093 | 1.000 | 7.733 | 0,00 | 360 | 606 | 5.777 | 0,00 | 2.316 | 1.956 |
| Outros Encargos Especiais | 15.468 | 15.468 | 0 | 0 | 0,00 | 15.468 | 0 | 0 | 0,00 | 15.468 | - |
| Reserva De Contingencia | 2.144 | 2.144 | 0 | 0 | 0,00 | 2.144 | 0 | 0 | 0,00 | 2.144 | - |
| ORGANIZACAO AGRARIA | 3.098.281 | 3.109.635 | 724.135 | 2.648.847 | 0,13 | 460.788 | 409.003 | 1.735.872 | 0,09 | 1.373.763 | 912.975 |
| Administracao Geral | 765.940 | 835.307 | 48.698 | 789.654 | 0,04 | 45.652 | 91.530 | 734.337 | 0,04 | 100.970 | 55.317 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 861 | 861 | -73 | 665 | 0,00 | 196 | 79 | 581 | 0,00 | 280 | 84 |
| Ordenamento Territorial | 232.756 | 173.357 | 50.902 | 135.872 | 0,01 | 37.485 | 20.449 | 33.297 | 0,00 | 140.059 | 102.574 |
| Comunicacao Social | 3.933 | 3.933 | 0 | 0 | 0,00 | 3.933 | 0 | 0 | 0,00 | 3.933 | - |
| Assistencia Comunitaria | 468.041 | 468.041 | 0 | 468.041 | 0,02 | 0 | 81.648 | 366.799 | 0,02 | 101.242 | 101.242 |
| Atencao Basica | 21.305 | 21.305 | -231 | 20.647 | 0,00 | 658 | 1.561 | 18.762 | 0,00 | 2.543 | 1.885 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 39.236 | 39.326 | -305 | 38.419 | 0,00 | 907 | 2.972 | 36.343 | 0,00 | 2.983 | 2.076 |
| Ensino Profissional | 14.771 | 14.771 | 3.193 | 12.409 | 0,00 | 2.362 | 2.911 | 6.848 | 0,00 | 7.923 | 5.561 |
| Direitos Individuais, Coletivos E Difusos | 2.912 | 2.912 | 0 | 0 | 0,00 | 2.912 | 0 | 0 | 0,00 | 2.912 | - |
| Abastecimento | 9.999 | 11.484 | 3.762 | 4.853 | 0,00 | 6.631 | 1.595 | 1.652 | 0,00 | 9.832 | 3.201 |
| Extensao Rural | 401.061 | 363.743 | 125.136 | 286.283 | 0,01 | 77.460 | 124.007 | 185.555 | 0,01 | 178.188 | 100.728 |
| Reforma Agraria | 1.137.375 | 1.174.504 | 493.057 | 891.916 | 0,04 | 282.588 | 82.247 | 351.610 | 0,02 | 822.894 | 540.306 |
| Outros Encargos Especiais | 92 | 92 | -4 | 88 | 0,00 | 4 | 5 | 88 | 0,00 | 4 | - |
| INDUSTRIA | 2.200.077 | 2.185.137 | 161.056 | 2.077.723 | 0,10 | 107.414 | 399.107 | 1.973.602 | 0,10 | 211.535 | 104.121 |
| Administracao Geral | 1.375.114 | 1.467.005 | 101.846 | 1.433.901 | 0,07 | 33.104 | 184.692 | 1.376.554 | 0,07 | 90.451 | 57.347 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 527.303 | 450.806 | 12.259 | 447.148 | 0,02 | 3.658 | 178.715 | 446.138 | 0,02 | 4.668 | 1.010 |
| Tecnologia Da Informacao | 8.636 | 8.636 | 5.260 | 8.630 | 0,00 | 6 | 1.528 | 3.829 | 0,00 | 4.807 | 4.801 |
| Ordenamento Territorial | 13.843 | 11.073 | 4.455 | 6.747 | 0,00 | 4.326 | 1.245 | 3.147 | 0,00 | 7.927 | 3.600 |
| Formacao De Recursos Humanos | 1.146 | 1.146 | 279 | 1.140 | 0,00 | 6 | 143 | 764 | 0,00 | 382 | 376 |
| Relacoes Diplomaticas | 50 | 50 | 23 | 37 | 0,00 | 13 | 23 | 37 | 0,00 | 13 | - |
| Atencao Basica | 27.445 | 31.936 | 1.856 | 31.088 | 0,00 | 847 | 3.028 | 30.732 | 0,00 | 1.204 | 357 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 51.183 | 58.648 | 1.501 | 57.706 | 0,00 | 942 | 7.276 | 56.883 | 0,00 | 1.766 | 823 |
| Empregabilidade | 10.349 | 5.349 | -299 | 4.098 | 0,00 | 1.251 | 9 | 22 | 0,00 | 5.327 | 4.076 |
| Recursos Hidricos | 9.378 | 9.228 | 7.115 | 9.127 | 0,00 | 101 | 878 | 2.756 | 0,00 | 6.472 | 6.371 |
| Desenvolvimento Cientifico | 700 | 700 | 73 | 700 | 0,00 | 0 | 201 | 603 | 0,00 | 97 | 97 |
| Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico | 2.000 | 2.000 | 708 | 1.967 | 0,00 | 33 | 208 | 1.108 | 0,00 | 892 | 859 |
| Promocao Da Producao Agropecuaria | 0 | 27.721 | 7.103 | 10.157 | 0,00 | 17.564 | 2.624 | 4.461 | 0,00 | 23.260 | 5.695 |
| Promocao Industrial | 56.663 | 24.752 | 5.468 | 16.230 | 0,00 | 8.521 | 6.178 | 10.620 | 0,00 | 14.131 | 5.610 |
| Mineracao | 50.942 | 39.672 | 9.151 | 23.635 | 0,00 | 16.038 | 5.075 | 16.661 | 0,00 | 23.011 | 6.974 |
| Propriedade Industrial | 8.160 | 250 | 0 | 0 | 0,00 | 250 | 0 | 0 | 0,00 | 250 | - |
| Normalizacao E Qualidade | 28.377 | 28.377 | 4.141 | 12.557 | 0,00 | 15.820 | 7.285 | 12.234 | 0,00 | 16.143 | 323 |
| Promocao Comercial | 1.000 | 1.000 | 0 | 0 | 0,00 | 1.000 | 0 | 0 | 0,00 | 1.000 | - |
| Comercio Exterior | 27.788 | 16.788 | 115 | 12.854 | 0,00 | 3.934 | 0 | 7.054 | 0,00 | 9.734 | 5.800 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| COMERCIO E SERVICOS | 5.733.706 | 4.327.521 | -169.909 | 2.777.337 | 0,13 | 1.550.184 | 223.643 | 2.088.873 | 0,10 | 2.238.648 | 688.464 |
| Administracao Geral | 115.792 | 111.817 | 10.885 | 110.210 | 0,01 | 1.607 | 13.629 | 98.221 | 0,00 | 13.596 | 11.990 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 1.350 | 1.350 | 25 | 948 | 0,00 | 402 | 93 | 931 | 0,00 | 419 | 17 |
| Tecnologia Da Informacao | 100 | 100 | 0 | 0 | 0,00 | 100 | 0 | 0 | 0,00 | 100 | - |
| Comunicacao Social | 309 | 309 | 0 | 0 | 0,00 | 309 | 0 | 0 | 0,00 | 309 | - |
| Atencao Basica | 1.120 | 1.205 | -60 | 1.011 | 0,00 | 194 | 79 | 953 | 0,00 | 251 | 57 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 3.149 | 3.247 | -125 | 3.041 | 0,00 | 205 | 247 | 3.041 | 0,00 | 205 | - |
| Desenvolvimento Cientifico | 1.740 | 1.740 | 325 | 481 | 0,00 | 1.259 | 300 | 406 | 0,00 | 1.334 | 75 |
| Promocao Comercial | 48.254 | 46.119 | 1.703 | 26.738 | 0,00 | 19.381 | 5.432 | 22.559 | 0,00 | 23.561 | 4.180 |
| Comercio Exterior | 4.834.414 | 3.258.324 | -619.111 | 1.828.176 | 0,09 | 1.430.149 | 116.529 | 1.822.929 | 0,09 | 1.435.395 | 5.247 |
| Turismo | 727.463 | 903.295 | 436.451 | 806.718 | 0,04 | 96.577 | 87.334 | 139.821 | 0,01 | 763.475 | 666.898 |
| Outros Encargos Especiais | 15 | 15 | -2 | 13 | 0,00 | 2 | 1 | 13 | 0,00 | 2 | - |
| COMUNICACOES | 1.264.383 | 1.213.351 | 91.687 | 1.121.565 | 0,05 | 91.785 | 281.434 | 1.030.574 | 0,05 | 182.776 | 90.991 |
| Administracao Geral | 761.527 | 769.917 | 48.915 | 700.933 | 0,03 | 68.984 | 65.098 | 675.501 | 0,03 | 94.416 | 25.432 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 22.529 | 21.256 | 1.129 | 14.094 | 0,00 | 7.162 | 1.298 | 10.615 | 0,00 | 10.641 | 3.479 |
| Tecnologia Da Informacao | 53.413 | 22.433 | 6.216 | 21.876 | 0,00 | 557 | 726 | 2.453 | 0,00 | 19.979 | 19.422 |
| Atencao Basica | 3.827 | 4.179 | 45 | 4.174 | 0,00 | 5 | 349 | 4.017 | 0,00 | 162 | 157 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 10.297 | 10.323 | -143 | 10.129 | 0,00 | 194 | 825 | 9.959 | 0,00 | 364 | 170 |
| Direitos Individuais, Coletivos E Difusos | 26.600 | 26.600 | -706 | 22.736 | 0,00 | 3.864 | 2.430 | 20.710 | 0,00 | 5.890 | 2.026 |
| Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia | 224.275 | 224.275 | 6.901 | 219.422 | 0,01 | 4.853 | 205.186 | 219.422 | 0,01 | 4.853 | - |
| Telecomunicacoes | 161.916 | 134.368 | 29.330 | 128.200 | 0,01 | 6.168 | 5.521 | 87.896 | 0,00 | 46.472 | 40.304 |
| ENERGIA | 2.041.284 | 1.921.318 | 59.581 | 1.805.171 | 0,09 | 116.147 | 215.357 | 1.701.151 | 0,09 | 220.167 | 104.020 |
| Planejamento E Orcamento | 2.731 | 2.501 | 57 | 1.300 | 0,00 | 1.201 | 155 | 977 | 0,00 | 1.524 | 322 |
| Administracao Geral | 708.274 | 682.856 | 15.178 | 665.230 | 0,03 | 17.626 | 67.278 | 619.309 | 0,03 | 63.547 | 45.921 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 94.813 | 89.020 | 3.778 | 61.126 | 0,00 | 27.895 | 6.853 | 46.708 | 0,00 | 42.312 | 14.418 |
| Formacao De Recursos Humanos | 4.850 | 4.326 | 343 | 2.161 | 0,00 | 2.165 | 464 | 1.706 | 0,00 | 2.620 | 455 |
| Administracao De Concessoes | 2.942 | 2.817 | -179 | 2.637 | 0,00 | 179 | 408 | 1.866 | 0,00 | 950 | 771 |
| Comunicacao Social | 600 | 6.600 | 0 | 500 | 0,00 | 6.100 | 0 | 500 | 0,00 | 6.100 | - |
| Atencao Basica | 4.680 | 4.779 | 75 | 4.701 | 0,00 | 78 | 411 | 4.513 | 0,00 | 267 | 188 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 13.421 | 13.830 | -84 | 13.547 | 0,00 | 282 | 1.107 | 13.172 | 0,00 | 658 | 375 |
| Controle Ambiental | 5.517 | 4.200 | 0 | 0 | 0,00 | 4.200 | 0 | 0 | 0,00 | 4.200 | - |
| Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia | 20.643 | 21.028 | 8.221 | 16.302 | 0,00 | 4.726 | 47 | 2.356 | 0,00 | 18.672 | 13.945 |
| Normalizacao E Qualidade | 4.213 | 3.571 | 310 | 3.548 | 0,00 | 23 | 540 | 2.114 | 0,00 | 1.458 | 1.435 |
| Energia Eletrica | 948.932 | 953.545 | 18.610 | 941.393 | 0,05 | 12.152 | 116.946 | 936.301 | 0,05 | 17.244 | 5.092 |
| Combustiveis Minerais | 136.165 | 90.042 | 13.271 | 55.223 | 0,00 | 34.819 | 21.149 | 51.226 | 0,00 | 38.816 | 3.997 |
| Biocombustiveis | 93.503 | 42.203 | 2 | 37.503 | 0,00 | 4.700 | 0 | 20.403 | 0,00 | 21.800 | 17.100 |
| TRANSPORTE | 21.221.517 | 18.318.773 | 2.370.728 | 15.018.415 | 0,72 | 3.300.357 | 2.050.337 | 10.705.477 | 0,54 | 7.613.296 | 4.312.939 |
| Planejamento E Orcamento | 523.913 | 408.841 | 52.882 | 390.515 | 0,02 | 18.326 | 37.549 | 206.419 | 0,01 | 202.422 | 184.096 |
| Administracao Geral | 2.619.812 | 2.617.868 | 173.374 | 2.521.981 | 0,12 | 95.887 | 269.654 | 2.197.405 | 0,11 | 420.463 | 324.576 |
| Normatizacao E Fiscalizacao | 113.664 | 113.092 | 7.942 | 107.321 | 0,01 | 5.770 | 14.433 | 83.837 | 0,00 | 29.254 | 23.484 |
| Formacao De Recursos Humanos | 7.968 | 3.298 | -377 | 1.118 | 0,00 | 2.180 | 50 | 374 | 0,00 | 2.924 | 744 |
| Administracao De Concessoes | 1.181 | 1.181 | 0 | 1.181 | 0,00 | 0 | 117 | 975 | 0,00 | 206 | 206 |
| Comunicacao Social | 5.396 | 5.040 | 0 | 5.040 | 0,00 | 0 | 253 | 4.908 | 0,00 | 132 | 132 |
| Atencao Basica | 52.230 | 52.569 | 795 | 52.268 | 0,00 | 301 | 3.709 | 50.448 | 0,00 | 2.120 | 1.820 |
| Promocao Industrial | 4.665.299 | 4.659.454 | 757.178 | 2.298.968 | 0,11 | 2.360.486 | 757.178 | 2.298.968 | 0,11 | 2.360.486 | - |
| Transporte Aereo | 573.869 | 167.012 | 59.619 | 150.841 | 0,01 | 16.171 | 1.232 | 14.916 | 0,00 | 152.097 | 135.925 |
| Transporte Rodoviario | 10.363.330 | 8.697.076 | 1.094.343 | 8.108.316 | 0,39 | 588.760 | 855.004 | 5.164.007 | 0,26 | 3.533.069 | 2.944.309 |
| Transporte Ferroviario | 1.010.213 | 647.808 | 64.586 | 615.114 | 0,03 | 32.694 | 75.023 | 347.804 | 0,02 | 300.004 | 267.311 |
| Transporte Hidroviario | 1.192.363 | 860.724 | 157.381 | 685.893 | 0,03 | 174.830 | 30.670 | 266.820 | 0,01 | 593.903 | 419.073 |
| Outros Encargos Especiais | 25.500 | 9.094 | 0 | 7.000 | 0,00 | 2.094 | 0 | 0 | 0,00 | 9.094 | 7.000 |
| DESPORTO E LAZER | 1.409.301 | 1.503.042 | 437.310 | 1.288.537 | 0,06 | 214.505 | 122.196 | 310.351 | 0,02 | 1.192.690 | 978.185 |
| Administracao Geral | 124.968 | 146.603 | 17.493 | 138.598 | 0,01 | 8.004 | 16.223 | 108.028 | 0,01 | 38.574 | 30.570 |
| Comunicacao Social | 36.219 | 26.338 | 0 | 26.338 | 0,00 | 0 | 4.726 | 6.722 | 0,00 | 19.615 | 19.615 |
| Atencao Basica | 720 | 720 | -10 | 710 | 0,00 | 10 | 52 | 459 | 0,00 | 261 | 251 |
| Protecao E Beneficios Ao Trabalhador | 1.995 | 2.009 | -241 | 1.735 | 0,00 | 275 | 151 | 1.674 | 0,00 | 336 | 61 |
| Desporto De Rendimento | 457.908 | 384.092 | 64.590 | 273.719 | 0,01 | 110.373 | 26.312 | 57.286 | 0,00 | 326.806 | 216.433 |
| Desporto Comunitario | 787.491 | 943.280 | 355.479 | 847.437 | 0,04 | 95.843 | 74.731 | 136.182 | 0,01 | 807.098 | 711.256 |
| ENCARGOS ESPECIAIS | 1.228.824.954 | 1.224.091.444 | -117.068.947 | 833.251.420 | 40,12 | 390.840.023 | 35.398.129 | 815.472.890 | 40,77 | 408.618.554 | 17.778.531 |
| Cooperacao Internacional | 0 | 13.700 | 13.700 | 13.700 | 0,00 | 0 | 10.000 | 10.000 | 0,00 | 3.700 | 3.700 |
| Refinanciamento Da Divida Interna | 110.599.984 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 | - |
| Servico Da Divida Interna | 540.829.396 | 650.984.380 | -122.507.950 | 390.585.158 | 18,81 | 260.399.223 | 554.609 | 390.581.435 | 19,53 | 260.402.946 | 3.723 |
| Servico Da Divida Externa | 14.510.259 | 14.535.259 | 237.328 | 9.436.392 | 0,45 | 5.098.867 | 305.323 | 9.436.392 | 0,47 | 5.098.867 | - |
| Outras Transferencias | 198.061.828 | 195.583.281 | -1.188.420 | 192.927.131 | 9,29 | 2.656.150 | 23.021.920 | 186.622.813 | 9,33 | 8.960.468 | 6.304.318 |
| Outros Encargos Especiais | 314.919.732 | 313.071.069 | 7.894.395 | 191.903.285 | 9,24 | 121.167.784 | 6.917.903 | 183.267.541 | 9,16 | 129.803.528 | 8.635.744 |
| Transferencias Para A Educacao Basica | 49.903.755 | 49.903.755 | -1.518.000 | 48.385.755 | 2,33 | 1.518.000 | 4.588.375 | 45.554.710 | 2,28 | 4.349.045 | 2.831.045 |
| RESERVA DE CONTINGENCIA | 45.469.333 | 37.322.974 | 0 | 0 | 0,00 | 37.322.974 | 0 | 0 | 0,00 | 37.322.974 | - |
| Reserva De Contingencia | 45.469.333 | 37.322.974 | 0 | 0 | 0,00 | 37.322.974 | 0 | 0 | 0,00 | 37.322.974 | - |
| TOTAL (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias) (I) | 2.547.243.781 | 2.538.257.044 | -73.299.434 | 2.076.914.440 | 100,00 | 461.342.604 | 148.016.984 | 2.000.055.231 | 100,00 | 538.201.813 | 76.859.209 |
| TOTAL (Despesas Intra-Orçamentárias) (II) | 47.458.882 | 56.480.823 | 575.365 | 44.180.061 | 2,13 | 12.300.761 | 7.952.610 | 42.887.383 | 2,14 | 13.593.440 | 1.292.678 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 2.594.702.663 | 2.594.737.867 | -72.724.069 | 2.121.094.502 | 100,00 | 473.643.365 | 155.969.593 | 2.042.942.614 | 100,00 | 551.795.253 | 78.151.888 |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Notas:

a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

b) Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação da respectiva subfunção decorre de variação cambial.

c) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/17 ATÉ DEZEMBRO/17

RREO - Anexo 3 (LRF, art. 53, inciso I) R$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL ÚLTIMOS | PREVISÃO ATUALIZADA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JAN/17 | FEV/17 | MAR/17 | ABR/17 | MAI/17 | JUN/17 | JUL/17 | AGO/17 | SET/17 | OUT/17 | NOV/17 | DEZ/17 | 12 MESES | EXERCÍCIO[2] |
| RECEITA CORRENTE (I) | 160.667.359 | 96.533.782 | 108.725.318 | 124.890.721 | 101.688.512 | 107.351.624 | 118.780.449 | 110.517.422 | 106.465.524 | 122.574.703 | 128.413.045 | 121.291.589 | 1.407.900.047 | 1.450.150.464 |
| Receita Tributária | 56.590.019 | 32.024.441 | 36.759.136 | 48.083.805 | 33.129.673 | 36.907.910 | 37.600.956 | 31.787.808 | 31.909.544 | 41.175.257 | 34.291.108 | 44.724.804 | 464.984.461 | 506.229.241 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Receita de Contribuições | 72.585.302 | 56.772.629 | 60.350.456 | 61.821.361 | 58.007.961 | 58.975.663 | 61.062.515 | 62.175.650 | 63.634.563 | 66.160.497 | 96.723.564 | 81.462.825 | 799.732.986 | 792.634.517 |
| Receita Patrimonial | 8.545.936 | 4.538.094 | 5.569.602 | 9.416.286 | 4.070.467 | 6.265.395 | 10.012.916 | 4.515.324 | 4.066.358 | 7.945.676 | 17.559.847 | 17.401.672 | 99.907.573 | 83.282.129 |
| Receita Agropecuária | 1.242 | 1.534 | 1.678 | 2.209 | 1.564 | 1.558 | 1.284 | 1.472 | 1.414 | 736 | 2.906 | 1.362 | 18.957 | 28.675 |
| Receita Industrial | 58.502 | 64.978 | 76.267 | 77.322 | 101.518 | 82.557 | 102.908 | 86.384 | 59.367 | 54.192 | 60.879 | 56.110 | 880.986 | 1.735.137 |
| Receita de Serviços | 7.682.894 | 1.595.966 | 2.355.834 | 3.309.057 | 2.634.416 | 2.588.301 | 7.751.559 | 1.940.403 | 1.879.724 | 2.319.578 | 2.089.815 | 2.177.585 | 38.325.132 | 37.168.893 |
| Transferências Correntes | 65.083 | 94.880 | 91.865 | 161.249 | 83.865 | 72.909 | 85.198 | 99.801 | 205.601 | 101.957 | 123.080 | 201.980 | 1.387.468 | 1.365.819 |
| Receitas Correntes a Classificar[1] | 652.267 | -529.975 | 767.181 | -175.675 | 1.833.601 | 757.243 | -476.413 | 2.135.138 | 3.112.345 | 1.698.954 | -28.289.786 | -16.077.587 | -34.592.708 | 0 |
| Outras Receitas Correntes | 14.486.114 | 1.971.236 | 2.753.298 | 2.195.107 | 1.825.447 | 1.700.087 | 2.639.527 | 7.775.442 | 1.596.610 | 3.117.857 | 5.851.632 | -8.657.163 | 37.255.194 | 27.706.054 |
| DEDUÇÕES (II) | 47.644.680 | 58.556.163 | 49.477.416 | 52.712.998 | 56.342.151 | 52.953.998 | 54.142.326 | 54.224.996 | 49.695.391 | 53.610.454 | 61.390.433 | 89.894.717 | 680.645.723 | 685.639.828 |
| Transf. Constitucionais e Legais | 13.124.267 | 25.390.877 | 15.804.829 | 18.365.202 | 22.128.990 | 18.512.408 | 19.845.986 | 18.727.487 | 14.182.337 | 17.931.111 | 18.589.431 | 37.053.521 | 239.656.445 | 243.703.476 |
| Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social | 28.022.593 | 27.498.168 | 27.907.139 | 28.372.723 | 28.410.804 | 28.631.940 | 28.569.132 | 29.328.642 | 29.167.171 | 29.283.619 | 30.021.518 | 46.008.383 | 361.221.834 | 364.549.806 |
| Contrib. Plano Seg. Social do Servidor | 1.032.881 | 1.013.873 | 1.033.211 | 1.033.505 | 1.019.573 | 1.203.146 | 1.051.854 | 1.048.170 | 1.044.266 | 1.057.030 | 1.960.904 | 1.230.400 | 13.728.814 | 14.392.710 |
| Compensação Financeira RGPS/RPPS | 1.268 | 631 | 38.612 | 1.457 | 1.606 | 1.495 | 1.491 | 1.336 | 1.061 | 1.106 | 1.096 | 1.854 | 53.013 | 37.419 |
| Contr. p/ Custeio Pensões Militares | 211.717 | 275.977 | 276.148 | 277.040 | 278.624 | 280.505 | 281.498 | 279.775 | 281.249 | 280.283 | 275.490 | 344.458 | 3.342.763 | 3.160.415 |
| Contribuição p/ PIS/PASEP | 5.251.954 | 4.376.637 | 4.417.477 | 4.663.072 | 4.502.554 | 4.324.503 | 4.392.364 | 4.839.587 | 5.019.307 | 5.057.306 | 10.541.993 | 5.256.101 | 62.642.855 | 59.796.001 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) | 113.022.679 | 37.977.619 | 59.247.901 | 72.177.723 | 45.346.361 | 54.397.626 | 64.638.124 | 56.292.426 | 56.770.133 | 68.964.249 | 67.022.612 | 31.396.872 | 727.254.324 | 764.510.636 |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Os valores deste anexo levam em consideração apenas os constantes da Categoria Econômica da Receita 1, excluindo, consequentemente, os movimentos intra-orçamentários e de capital, conforme o disposto no §3º da LRF.

[1] A ocorrência de valores negativos no mês refere-se à classificação de receitas de meses anteriores, superiores às receitas a classificar do mês.

[2] A previsão da receita é a constante na Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 - Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2017.

*A metodologia e memória de cálculo estão disponíveis no endereço eletrônico: www.tesouro.fazenda.gov.br/-/relatorio-resumido-de-execucao-orcamentaria

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

| **RECEITAS** | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Mês/2017 | Até o Mês/2016 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS[1] (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 365.721.556 | 365.721.556 | 365.242.124 | 342.786.783 |
| RECEITAS CORRENTES | 365.220.414 | 365.220.414 | 365.215.981 | 342.763.162 |
| Receitas de Contribuições | 362.595.660 | 362.595.660 | 360.050.386 | 339.854.579 |
| Dos empregadores, trabalhadores e demais segurados | 362.510.004 | 362.510.004 | 359.789.694 | 339.675.535 |
| Outras Contribuições | 85.656 | 85.656 | 260.691 | 179.044 |
| Outras Receitas Correntes | 2.624.754 | 2.624.754 | 5.165.595 | 2.908.583 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 1.992.307 | 1.992.307 | 2.087.636 | 2.055.433 |
| Demais Receitas Correntes | 632.447 | 632.447 | 3.077.959 | 853.151 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 501.142 | 501.142 | 26.144 | 23.620 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 501.142 | 501.142 | 26.144 | 23.620 |
| Outras Receitas de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 16.002.935 | 16.002.935 | 14.010.237 | 17.593.297 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (III) = (I + II) | 381.724.491 | 381.724.491 | 379.252.361 | 360.380.080 |

| **DESPESAS** | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até Mês/2017 | Até Mês/2016 | Até Mês/2017 | Até Mês/2016 | Até Mês/2017 | Até Mês/2016 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS[2] (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) | 550.477.700 | 548.054.313 | 548.053.131 | 498.456.337 | 548.038.132 | 498.086.124 | 14.998 | 370.213 |
| Benefícios Previdenciários do Governo Federal | 545.697.312 | 545.697.312 | 545.696.130 | 495.915.953 | 545.691.007 | 495.731.547 | 5.123 | 184.406 |
| Aposentadorias | 374.379.284 | 374.379.284 | 374.379.135 | 328.388.113 | 374.374.066 | 328.288.133 | 5.069 | 99.979 |
| Pensões | 131.653.091 | 131.653.091 | 131.653.090 | 123.624.415 | 131.653.090 | 123.577.266 | - | 47.149 |
| Outros Benefícios | 39.664.938 | 39.664.938 | 39.663.906 | 43.903.426 | 39.663.852 | 43.866.148 | 54 | 37.278 |
| Outras Despesas | 2.357.001 | 2.357.001 | 2.357.001 | 2.540.384 | 2.347.125 | 2.354.577 | 9.876 | 185.807 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 2.356.996 | 2.356.996 | 2.356.996 | 2.540.283 | 2.347.120 | 2.354.476 | 9.876 | 185.807 |
| Demais Despesas | 5 | 5 | 5 | 101 | 5 | 101 | - | - |
| A detalhar | 2.423.387 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | - |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (VI) = (IV + V) | 550.477.700 | 548.054.313 | 548.053.131 | 498.456.337 | 548.038.132 | 498.086.124 | 14.998 | 370.213 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) | -168.753.208 | -166.329.821 | -168.800.770 | -138.076.257 | -168.800.770 | -138.076.257 | - | - |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] Constam destes valores as contribuições sociais sobre a folha de salário e sobre o faturamento (CF, art. 195), os juros, as multas e os encargos incidentes sobre as receitas previdenciárias.

[2] As despesas previdenciárias apresentadas neste relatório não incluem precatórios e sentenças judiciais.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS**

| **RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS** | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Mês/ 2017 | Até o Mês/ 2016 |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 35.721.445 | 35.721.445 | 33.783.331 | 30.696.403 |
| Receita de Contribuições | 35.721.445 | 35.721.445 | 33.783.331 | 30.696.403 |
| Segurados | 14.392.710 | 14.392.710 | 13.772.129 | 12.442.788 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Ativo - Receita vinculada | 10.845.273 | 10.845.273 | 9.911.711 | 9.260.441 |
| Ativo - Receita desvinculada (DRU) | 0 | 0 | 26.303 | 10.306 |
| Inativos e Pensionistas - Receita vinculada | 3.547.437 | 3.547.437 | 3.818.276 | 3.166.031 |
| Inativos e Pensionistas - Receita desvinculada (DRU) | 0 | 0 | 15.839 | 6.009 |
| Patronal | 21.328.735 | 21.328.735 | 20.011.202 | 18.253.615 |
| Ativo - Receita vinculada | 21.061.156 | 21.061.156 | 19.958.896 | 17.874.301 |
| Ativo - Receita desvinculada (DRU) | 0 | 0 | 52.306 | 0 |
| Inativos e Pensionistas - Receita vinculada | 267.579 | 267.579 | 0 | 379.314 |
| Inativos e Pensionistas - Receita desvinculada (DRU) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (incluindo Receitas Desvinculadas) (III) = (I + II)** | **35.721.445** | **35.721.445** | **33.783.331** | **30.696.403** |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (excluindo Receitas Desvinculadas) (IV) = (III - DRU)** | **35.721.445** | **35.721.445** | **33.688.883** | **30.680.088** |

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Mês/ 2017 | Até o Mês/ 2016 | Até o Mês/ 2017 | Até o Mês/ 2016 | Até o Mês/ 2017 | Até o Mês/ 2016 |
| ADMINISTRAÇÃO (V) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PREVIDÊNCIA (VI) | 74.370.488 | 83.052.920 | 82.448.080 | 73.778.658 | 82.268.890 | 73.721.191 | 179.190 | 57.467 |
| Benefícios | 72.649.019 | 81.144.407 | 80.702.973 | 69.581.349 | 80.523.784 | 69.525.078 | 179.190 | 56.271 |
| A detalhar | -8.204.421 | 290.967 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Aposentadorias | 56.168.419 | 56.168.419 | 56.099.199 | 47.958.515 | 56.073.477 | 47.940.604 | 25.723 | 17.911 |
| Pensões | 22.987.185 | 22.987.185 | 22.928.693 | 20.339.440 | 22.877.314 | 20.335.622 | 51.380 | 3.818 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 1.697.836 | 1.697.836 | 1.675.081 | 1.283.394 | 1.572.993 | 1.248.852 | 102.087 | 34.542 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 1.721.469 | 1.908.513 | 1.745.106 | 4.197.309 | 1.745.106 | 4.196.113 | 0 | 1.196 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | 1.721.469 | 1.908.513 | 1.745.106 | 4.197.309 | 1.745.106 | 4.196.113 | 0 | 1.196 |
| **TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (VII) = (V + VI)** | **74.370.488** | **83.052.920** | **82.448.080** | **73.778.658** | **82.268.890** | **73.721.191** | **179.190** | **57.467** |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (incluindo Receitas Desvinculadas) (VIII) = (III - VII)** | **-38.649.043** | **-47.331.475** | **-48.664.748** | **-43.082.255** | **-48.664.748** | **-43.082.255** | | |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (excluindo Receitas Desvinculadas) (IX) = (IV - VII) [b]** | **-38.649.043** | **-47.331.475** | **-48.759.197** | **-43.098.571** | **-48.759.197** | **-43.098.571** | | |

**RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS AOS MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS DAS FORÇAS ARMADAS**

| RECEITAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS DAS FORÇAS ARMADAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Mês/ 2017 | Até o Mês/ 2016 |
| RECEITAS CORRENTES | 3.160.415 | 3.160.415 | 3.342.763 | 2.929.514 |
| Receita de Contribuições | 3.160.415 | 3.160.415 | 3.342.763 | 2.929.514 |
| Segurados | 3.160.415 | 3.160.415 | 3.342.763 | 2.929.514 |
| Receita vinculada | 2.212.291 | 2.212.291 | 2.339.937 | 2.050.661 |
| Receita desvinculada (DRU) | 948.125 | 948.125 | 1.002.826 | 878.853 |
| **TOTAL DAS RECEITAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS DAS FORÇAS ARMADAS (incluindo Receitas Desvinculadas) (X)** | **3.160.415** | **3.160.415** | **3.342.763** | **2.929.514** |
| **TOTAL DAS RECEITAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS DAS FORÇAS ARMADAS (excluindo Receitas Desvinculadas) (XI)** | **2.212.291** | **2.212.291** | **2.339.937** | **2.050.661** |

| DESPESAS ASSOCIADAS AOS MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS DAS FORÇAS ARMADAS [a] | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Mês/ 2017 | Até o Mês/ 2016 | Até o Mês/ 2017 | Até o Mês/ 2016 | Até o Mês/ 2017 | Até o Mês/ 2016 |
| PREVIDÊNCIA | 40.234.846 | 41.081.426 | 41.026.959 | 36.998.811 | 41.026.959 | 36.998.811 | 0 | 0 |
| Benefícios | 40.234.846 | 41.081.426 | 41.026.959 | 36.998.811 | 41.026.959 | 36.998.811 | 0 | 0 |
| A detalhar | -827.139 | 19.440 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reformas | 21.885.995 | 21.885.995 | 21.864.392 | 19.626.968 | 21.864.392 | 19.626.968 | 0 | 0 |
| Pensões | 19.065.855 | 19.065.855 | 19.053.660 | 17.253.701 | 19.053.660 | 17.253.701 | 0 | 0 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 110.136 | 110.136 | 108.907 | 118.142 | 108.907 | 118.142 | 0 | 0 |
| **TOTAL DAS DESPESAS ASSOCIADAS AOS MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS DAS FORÇAS ARMADAS (XII)** | **40.234.846** | **41.081.426** | **41.026.959** | **36.998.811** | **41.026.959** | **36.998.811** | 0 | 0 |
| **RESULTADO - MILITARES (incluindo Receitas Desvinculadas) (XIII) = (X - XII)** | **-37.074.431** | **-37.921.010** | **-37.684.197** | **-34.069.298** | **-37.684.197** | **-34.069.298** | | |
| **RESULTADO - MILITARES (excluindo Receitas Desvinculadas) (XIV) = (XI - XII) [b]** | **-38.022.555** | **-38.869.135** | **-38.687.022** | **-34.948.151** | **-38.687.022** | **-34.948.151** | | |

Fonte: SIAFI/STN/CCONT/GEINF

a. A metodologia de apuração deste demonstrativo contempla os entendimentos e determinações contidos no Acórdão nº 2059/2012 - TCU - Plenário. Por este motivo, foram efetuadas algumas adaptações ao modelo do demonstrativo estabelecido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, tais como a inclusão de linhas para evidenciar a incidência de Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as receitas. Além disso, estão incluídos neste demonstrativo os valores gastos na Ação 214H - Inativos Militares das Forças Armadas, classificada na Esfera Orçamentária Fiscal, mas que apresentou pagamentos a Inativos das Forças Armadas. Os valores foram identificados como despesas de inativos militares não só pela ação, mas também por outros detalhamentos orçamentários.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RENÚNCIA DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - PROJEÇÃO 2018

R$ milhões

| Renúncia / Mês | Desoneração da Folha | Simples Nacional | Filantrópicas | Exportação Rural | MEI | Olimpíadas | Dona de Casa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JAN | 1.123 | 1.976 | 821 | 338 | 135 | 0 | 19 |
| FEV | 1.314 | 1.972 | 802 | 409 | 135 | 0 | 20 |
| MAR | 1.112 | 2.011 | 825 | 552 | 167 | 0 | 20 |
| ABR | 1.032 | 2.038 | 833 | 590 | 156 | 0 | 20 |
| MAI | 1.161 | 2.067 | 862 | 576 | 157 | 0 | 20 |
| JUN | 1.018 | 2.079 | 864 | 572 | 152 | 0 | 20 |
| JUL | 700 | 2.116 | 890 | 578 | 155 | 0 | 20 |
| AGO | 1.168 | 2.137 | 872 | 531 | 154 | 0 | 20 |
| SET | 1.117 | 2.156 | 884 | 507 | 152 | 0 | 20 |
| OUT | 1.051 | 2.191 | 888 | 505 | 153 | 0 | 20 |
| NOV | 1.118 | 2.204 | 893 | 392 | 159 | 0 | 20 |
| DEZ | 2.856 | 3.491 | 1.633 | 445 | 161 | 0 | 20 |
| **TOTAL** | **14.771** | **26.437** | **11.069** | **5.996** | **1.838** | **0** | **237** |

Fonte: DGT Bases Efetivas 2014, série 2012 a 2017; DGT PLOA 2018; Estimativas Oficiais Desoneração da Folha de Pagamento.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RENÚNCIA DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - PROJEÇÃO 2017

R$ milhões

| Renúncia / Mês | Desoneração da Folha | Simples Nacional | Filantrópicas | Exportação Rural | MEI | Olimpíadas | Dona de Casa |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JAN | 1.059 | 1.807 | 891 | 312 | 128 | 1 | 19 |
| FEV | 1.239 | 1.803 | 871 | 377 | 128 | 1 | 19 |
| MAR | 1.048 | 1.839 | 895 | 510 | 158 | 2 | 20 |
| ABR | 973 | 1.864 | 903 | 545 | 148 | 2 | 20 |
| MAI | 1.094 | 1.890 | 935 | 532 | 149 | 2 | 20 |
| JUN | 959 | 1.902 | 938 | 528 | 144 | 2 | 20 |
| JUL | 660 | 1.935 | 966 | 533 | 147 | 3 | 20 |
| AGO | 892 | 1.955 | 946 | 490 | 146 | 4 | 19 |
| SET | 1.053 | 1.972 | 959 | 468 | 144 | 3 | 20 |
| OUT | 990 | 2.004 | 963 | 466 | 145 | 2 | 20 |
| NOV | 1.054 | 2.016 | 969 | 362 | 150 | 1 | 19 |
| DEZ | 2.691 | 3.193 | 1.772 | 411 | 153 | 1 | 19 |
| **TOTAL** | **13.712** | **24.181** | **12.008** | **5.534** | **1.741** | **24** | **234** |

Fonte: DGT Bases Efetivas 2014, série 2012 a 2017; Estimativas Oficiais Desoneração da Folha de Pagamento.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total (a + b) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inscritos | | Pagos | Cancelados | Saldo a Pagar (a) | Inscritos | | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo a Pagar (b) | |
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2016 | | | | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2016 | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 4.309.750 | 18.521.090 | 18.652.681 | 402.280 | 3.775.878 | 52.620.571 | 69.162.578 | 56.290.326 | 55.155.879 | 16.409.556 | 50.217.713 | 53.993.591 |
| EXECUTIVO | 4.250.715 | 18.473.866 | 18.601.307 | 399.815 | 3.723.459 | 51.976.702 | 68.041.099 | 55.335.059 | 54.202.831 | 16.094.758 | 49.720.212 | 53.443.671 |
| Presidência da República | 39.002 | 35.938 | 53.776 | 7.529 | 13.635 | 1.749.199 | 834.237 | 766.854 | 733.051 | 777.519 | 1.072.867 | 1.086.502 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 3.715 | 106.301 | 106.130 | 2 | 3.883 | 53.717 | 409.091 | 299.823 | 299.822 | 58.819 | 104.166 | 108.049 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 125.270 | 152.938 | 144.486 | 12.555 | 121.167 | 384.616 | 1.470.599 | 756.005 | 703.349 | 738.340 | 413.525 | 534.692 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 441.306 | 337.365 | 239.276 | 39.160 | 500.236 | 814.516 | 1.200.644 | 868.983 | 789.763 | 242.763 | 982.634 | 1.482.870 |
| Ministério da Fazenda | 7.431 | 202.922 | 196.012 | 7.399 | 6.943 | 2.627.126 | 17.927.726 | 16.315.701 | 16.315.435 | 3.353.786 | 885.631 | 892.574 |
| Ministério da Educação | 318.283 | 648.562 | 654.598 | 18.292 | 293.954 | 10.316.094 | 11.120.493 | 9.073.551 | 9.015.825 | 799.212 | 11.621.550 | 11.915.503 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 1.052 | 6.672 | 108 | 9 | 7.608 | 41.118 | 314.445 | 39.885 | 39.486 | 49.564 | 266.513 | 274.121 |
| Ministério da Justiça | 172.166 | 67.400 | 107.126 | 15.642 | 116.797 | 1.373.160 | 1.337.161 | 1.159.695 | 1.156.350 | 484.405 | 1.069.566 | 1.186.364 |
| Ministério de Minas e Energia | 667 | 20.093 | 19.606 | 103 | 1.051 | 683.333 | 1.118.938 | 157.837 | 156.204 | 893.058 | 753.009 | 754.060 |
| Ministério Previdência Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.952 | -10.897 | 168 | 168 | 1.887 | 0 | 0 |
| Ministério das Relações Exteriores | 5.303 | 8.974 | 9.925 | 2.142 | 2.210 | 9.956 | 119.606 | 84.624 | 84.621 | 11.572 | 33.369 | 35.579 |
| Ministério da Saúde | 570.591 | 186.855 | 216.962 | 157.117 | 383.368 | 5.539.555 | 7.417.945 | 5.848.488 | 5.824.000 | 744.357 | 6.389.143 | 6.772.511 |
| Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU | 0 | 1.444 | 474 | 394 | 577 | 0 | 24.268 | 10.247 | 10.100 | 8.922 | 5.246 | 5.823 |
| Ministério dos Transportes | 116.482 | 289.321 | 260.466 | 2.650 | 142.688 | 4.402.298 | 5.306.426 | 4.160.971 | 4.141.966 | 369.362 | 5.197.396 | 5.340.084 |
| Ministério do Trabalho e Previdência Social | 2.695 | 5.367 | 4.830 | 416 | 2.817 | 252.099 | 2.730.288 | 2.191.793 | 2.160.680 | 468.167 | 353.540 | 356.357 |
| Ministério das Comunicações | 2.527 | -2.527 | 0 | 0 | 0 | 152.197 | -152.197 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério da Cultura | 275.353 | 15.183 | 16.168 | 6.084 | 268.284 | 507.257 | 958.188 | 849.588 | 843.791 | 101.722 | 519.931 | 788.215 |
| Ministério do Meio Ambiente | 10.724 | 51.938 | 26.620 | 1.570 | 34.472 | 1.115.198 | 552.114 | 170.047 | 168.157 | 1.132.164 | 366.991 | 401.463 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 3.752 | -6.446 | 0 | 0 | -2.694 | 379.491 | -1.129.553 | 3.900 | 3.900 | 930 | -754.892 | -757.587 |
| Ministério do Esporte | 341.777 | 16.619 | 41.016 | 11.342 | 306.037 | 1.198.185 | 976.965 | 464.337 | 459.482 | 306.965 | 1.408.704 | 1.714.741 |
| Ministério da Defesa | 141.259 | 346.142 | 437.406 | 11.261 | 38.735 | 1.161.888 | 4.855.114 | 4.495.244 | 4.415.346 | 300.357 | 1.301.299 | 1.340.034 |
| Ministério da Integração Nacional | 1.108.216 | 339.854 | 422.099 | 70.905 | 955.066 | 5.596.181 | 5.368.906 | 2.856.521 | 2.283.027 | 3.348.526 | 5.333.534 | 6.288.600 |
| Ministério do Turismo | 421.343 | 22.160 | 91.151 | 21.760 | 330.592 | 2.276.697 | 688.891 | 506.359 | 456.693 | 304.032 | 2.204.864 | 2.535.456 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 55.781 | 15.547.283 | 15.509.135 | 9.729 | 84.200 | 669.226 | 2.178.279 | 1.630.204 | 1.626.847 | 421.754 | 798.904 | 883.104 |
| Ministério das Cidades | 85.913 | 63.058 | 34.065 | 3.292 | 111.614 | 10.647.064 | 2.290.911 | 2.551.156 | 2.441.840 | 1.163.328 | 9.332.806 | 9.444.420 |
| Min.das Mulh., da Ig.Racial e dos Dir.Humanos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9.126 | -9.126 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Advocacia-Geral da União | 109 | 10.433 | 9.874 | 465 | 203 | 4.453 | 87.573 | 71.313 | 71.161 | 8.737 | 12.129 | 12.332 |
| Ministério dos Direitos Humanos | 0 | 17 | 0 | 0 | 17 | 0 | 54.065 | 1.767 | 1.767 | 4.510 | 47.787 | 47.804 |
| LEGISLATIVO | 8.495 | 6.297,468 | 3.231 | 88 | 11.473 | 70.124 | 149.490 | 116.746 | 116.527 | 60.307 | 42.780 | 54.253 |
| Câmara dos Deputados | 4.854 | 2.510 | 2.132 | 88 | 5.143 | 19.541 | 43.890 | 35.232 | 35.084 | 20.179 | 8.168 | 13.311 |
| Senado Federal | 3.641 | 3.626 | 1.099 | 0 | 6.168 | 37.389 | 43.097 | 28.733 | 28.697 | 24.354 | 27.434 | 33.602 |
| Tribunal de Contas da União | 0 | 162 | 0 | 0 | 162 | 13.194 | 62.504 | 52.781 | 52.745 | 15.774 | 7.179 | 7.341 |
| JUDICIÁRIO | 49.413 | 38.409 | 46.403 | 1.587 | 39.833 | 427.662 | 758.136 | 638.150 | 636.296 | 204.677 | 344.825 | 384.658 |
| Supremo Tribunal Federal | 0 | 30 | 30 | 0 | 0 | 3.695 | 12.985 | 9.281 | 9.281 | 6.770 | 629 | 629 |
| Superior Tribunal de Justiça | 1.846 | 2.414 | 1.540 | 0 | 2.720 | 22.890 | 42.083 | 35.814 | 35.389 | 10.793 | 18.791 | 21.510 |
| Justiça Federal | 8.191 | 10.358 | 13.848 | 578 | 4.123 | 124.792 | 263.237 | 215.443 | 214.793 | 92.624 | 80.613 | 84.735 |
| Justiça Militar | 95 | 146 | 110 | 0 | 132 | 4.220 | 9.625 | 9.049 | 9.039 | 3.986 | 821 | 952 |
| Justiça Eleitoral | 1.733 | 13.057 | 9.505 | 189 | 5.095 | 74.329 | 166.313 | 132.803 | 132.289 | 28.404 | 79.948 | 85.043 |
| Justiça do Trabalho | 37.472 | 7.395 | 16.804 | 766 | 27.297 | 162.726 | 208.445 | 194.655 | 194.409 | 51.276 | 125.487 | 152.784 |
| Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 42 | 4.160 | 3.696 | 53 | 453 | 34.354 | 45.460 | 35.642 | 35.634 | 8.302 | 35.878 | 36.331 |
| Conselho Nacional de Justiça | 34 | 849 | 870 | 0 | 14 | 655 | 9.988 | 5.462 | 5.462 | 2.522 | 2.659 | 2.673 |
| MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO | 1.126 | 2.456 | 1.679 | 790 | 1.114 | 137.695 | 180.029 | 176.718 | 176.572 | 39.431 | 101.720 | 102.834 |
| Ministério Público da União | 1.126 | 2.456 | 1.679 | 790 | 1.114 | 135.791 | 176.174 | 173.516 | 173.507 | 37.599 | 100.858 | 101.971 |
| Conselho Nacional do Ministério Público | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.904 | 3.855 | 3.202 | 3.065 | 1.832 | 863 | 863 |
| DEFENSORIA PÚBLICA | 0 | 61 | 61 | 0 | 0 | 8.388 | 33.824 | 23.654 | 23.654 | 10.383 | 8.175 | 8.175 |
| Defensoria Pública da União | 0 | 61 | 61 | 0 | 0 | 8.388 | 33.824 | 23.654 | 23.654 | 10.383 | 8.175 | 8.175 |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 3.434 | 43.722 | 42.670 | 1.492 | 2.994 | 711.194 | 2.836.003 | 2.337.437 | 2.337.264 | 236.790 | 973.144 | 976.138 |
| TOTAL (I + II) | 4.313.184 | 18.564.811 | 18.695.350 | 403.772 | 3.778.872 | 53.331.765 | 71.998.581 | 58.627.762 | 57.493.143 | 16.646.346 | 51.190.857 | 54.969.730 |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

| PODER/ÓRGÃO (Despesas Intra-Orçamentárias) | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total (a + b) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inscritos | | Pagos | Cancelados | Saldo a Pagar (a) | Inscritos | | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo a Pagar (b) | |
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2016 | | | | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2016 | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | 3.434 | 43.722 | 42.670 | 1.492 | 2.994 | 711.194 | 2.836.003 | 2.337.437 | 2.337.264 | 236.790 | 973.144 | 976.138 |
| EXECUTIVO | 1.855 | 43.636 | 42.590 | 1.441 | 1.461 | 589.479 | 2.804.005 | 2.332.824 | 2.332.655 | 113.712 | 947.118 | 948.579 |
| Presidência da República | 7 | 54 | 51 | 3 | 6 | 10.462 | 22.742 | 11.223 | 11.215 | 6.565 | 15.424 | 15.430 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 0 | 9.440 | 9.440 | 0 | 0 | 2.597 | 31.296 | 28.733 | 28.733 | 3.449 | 1.712 | 1.712 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 8 | 4.598 | 4.603 | 0 | 4 | 13.025 | 814 | 10.638 | 10.638 | 1.400 | 1.801 | 1.805 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 23 | 69 | 69 | 17 | 6 | 2.389 | 3.843 | 1.942 | 1.942 | 843 | 3.447 | 3.453 |
| Ministério da Fazenda | 296 | 520 | 518 | 297 | 0 | 3.432 | 897.791 | 894.214 | 894.214 | 5.247 | 1.762 | 1.762 |
| Ministério da Educação | 1.295 | 14.483 | 13.917 | 620 | 1.241 | 477.023 | 1.630.551 | 1.318.196 | 1.318.093 | 21.699 | 767.782 | 769.023 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 610 | 3.857 | 465 | 465 | 1.271 | 2.732 | 2.732 |
| Ministério da Justiça | 3 | 6 | 5 | 0 | 4 | 9.746 | 4.705 | 1.249 | 1.249 | 4.258 | 8.946 | 8.949 |
| Ministério de Minas e Energia | 0 | 5.426 | 5.336 | 90 | 1 | 907 | 15.869 | 4.067 | 4.067 | 1.234 | 11.476 | 11.477 |
| Ministério das Relações Exteriores | 0 | 31 | 31 | 0 | 0 | 20 | 43.593 | 12.262 | 12.262 | 27 | 31.324 | 31.324 |
| Ministério da Saúde | 9 | 204 | 204 | 3 | 5 | 26.288 | 83.794 | 3.040 | 3.034 | 29.171 | 77.878 | 77.884 |
| Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.195 | 195 | 195 | 119 | 2.882 | 2.882 |
| Ministério dos Transportes | 3 | 8 | 8 | 0 | 3 | 11.903 | 6.375 | 2.886 | 2.886 | 12.239 | 3.153 | 3.156 |
| Ministério do Trabalho e Previdência Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 769 | 3.408 | 1.040 | 1.040 | 1.131 | 2.006 | 2.006 |
| Ministério das Comunicações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 275 | -275 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ministério da Cultura | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 5.202 | 6.429 | 402 | 402 | 6.828 | 4.402 | 4.403 |
| Ministério do Meio Ambiente | 191 | 779 | 459 | 339 | 173 | 1.187 | 470 | 100 | 100 | 1.213 | 344 | 516 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -3.193 | 291 | 291 | 0 | -3.484 | -3.484 |
| Ministério do Esporte | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 575 | 436 | 25 | 25 | 269 | 717 | 719 |
| Ministério da Defesa | 10 | 3.898 | 3.837 | 60 | 11 | 16.711 | 17.337 | 22.979 | 22.951 | 5.076 | 6.020 | 6.031 |
| Ministério da Integração Nacional | 2 | 3.929 | 3.923 | 6 | 2 | 3.403 | 14.194 | 13.325 | 13.300 | 2.347 | 1.951 | 1.953 |
| Ministério do Turismo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 26 | 224 | 66 | 66 | 184 | 0 | 0 |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2.709 | 7.885 | 4.892 | 4.892 | 1.623 | 4.079 | 4.079 |
| Ministério das Cidades | 5 | 60 | 60 | 4 | 1 | 52 | 457 | 293 | 293 | 83 | 134 | 135 |
| Advocacia-Geral da União | 0 | 126 | 126 | 0 | 0 | 166 | 8.112 | 301 | 301 | 7.401 | 576 | 576 |
| Ministério dos Direitos Humanos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 94 | 0 | 0 | 38 | 56 | 56 |
| LEGISLATIVO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.129 | 2.634 | 364 | 364 | 6.022 | 2.376 | 2.376 |
| Câmara dos Deputados | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 266 | 216 | 129 | 129 | 168 | 185 | 185 |
| Senado Federal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 369 | 157 | 59 | 59 | 364 | 103 | 103 |
| Tribunal de Contas da União | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.493 | 2.261 | 176 | 176 | 5.490 | 2.088 | 2.088 |
| JUDICIÁRIO | 1.579 | 84 | 79 | 51 | 1.533 | 102.591 | 25.182 | 3.494 | 3.490 | 109.936 | 14.347 | 15.880 |
| Supremo Tribunal Federal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 120 | 321 | 30 | 30 | 146 | 265 | 265 |
| Superior Tribunal de Justiça | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 | 99 | 38 | 38 | 72 | 6 | 6 |
| Justiça Federal | 41 | 3 | 44 | 0 | 0 | 86.313 | 5.159 | 876 | 876 | 89.006 | 1.590 | 1.590 |
| Justiça Militar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 145 | 192 | 177 | 174 | 148 | 16 | 16 |
| Justiça Eleitoral | 54 | 77 | 30 | 51 | 50 | 580 | 1.057 | 262 | 262 | 498 | 877 | 927 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Justiça do Trabalho | 1.484 | 4 | 4 | 0 | 1.484 | 15.014 | 17.376 | 1.723 | 1.723 | 19.131 | 11.536 | 13.020 |
| Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 363 | 887 | 369 | 369 | 878 | 3 | 3 |
| Conselho Nacional de Justiça | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 40 | 88 | 18 | 18 | 56 | 53 | 53 |
| MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 12.885 | 4.125 | 718 | 718 | 6.989 | 9.303 | 9.303 |
| Ministério Público da União | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 12.854 | 4.093 | 716 | 716 | 6.935 | 9.297 | 9.297 |
| Conselho Nacional do Ministério Público | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 31 | 32 | 3 | 3 | 54 | 7 | 7 |
| DEFENSORIA PÚBLICA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 110 | 58 | 36 | 36 | 131 | 0 | 0 |
| Defensoria Pública da União | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 110 | 58 | 36 | 36 | 131 | 0 | 0 |
| TOTAL | 3.434 | 43.722 | 42.670 | 1.492 | 2.994 | 711.194 | 2.835.909 | 2.337.437 | 2.337.264 | 236.751 | 973.088 | 976.082 |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Consideram-se Restos a Pagar Processados as obrigações decorrentes da execução das despesas orçamentárias liquidadas em exercícios anteriores.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 8 (Lei nº 9.394/96, art. 72) R$ milhares

**RECEITAS DO ENSINO**

| RECEITAS DE IMPOSTOS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Mês (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 1 - RECEITA DE IMPOSTOS | 498.377.092 | 498.377.092 | 456.876.949 | 91,67 |
| 1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre Importação - II | 38.769.522 | 38.769.522 | 32.426.490 | 83,64 |
| Imposto sobre Importação - II | 38.675.121 | 38.675.121 | 32.418.520 | 83,82 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do II | 81.739 | 81.739 | 78.858 | 96,48 |
| Dívida Ativa do II | 5.564 | 5.564 | 8.463 | 152,12 |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do II | 7.098 | 7.098 | 19.081 | 268,81 |
| (-) Deduções da Receita do II | 0 | 0 | -98.433 | |
| 1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Exportação - IE | 22.812 | 22.812 | 78.571 | 344,43 |
| Imposto sobre Exportação - IE | 17.084 | 17.084 | 12.336 | 72,21 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IE | 1.988 | 1.988 | 2.589 | 130,18 |
| Dívida Ativa do IE | 178 | 178 | 2.848 | 1.604,08 |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IE | 3.561 | 3.561 | 8.547 | 239,98 |
| (-) Deduções da Receita do IE | 0 | 0 | 52.252 | |
| 1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Rendas - IR | 352.852.710 | 352.852.710 | 340.018.834 | 96,36 |
| Imposto sobre Rendas - IR | 344.802.704 | 344.802.704 | 352.079.565 | 102,11 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IR | 5.260.652 | 5.260.652 | 3.820.123 | 72,62 |
| Dívida Ativa do IR | 1.750.213 | 1.750.213 | 1.823.101 | 104,16 |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IR | 1.039.140 | 1.039.140 | 2.181.807 | 209,96 |
| (-) Deduções da Receita do IR | 0 | 0 | -19.885.762 | |
| 1.4 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR | 1.398.796 | 1.398.796 | 1.337.086 | 95,59 |
| Imposto Territorial Rural - ITR | 1.286.577 | 1.286.577 | 1.271.208 | 98,81 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR | 102.875 | 102.875 | 59.260 | 57,60 |
| Dívida Ativa do ITR | 4.241 | 4.241 | 2.007 | 47,33 |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR | 5.102 | 5.102 | 4.629 | 90,73 |
| (-) Deduções da Receita do ITR | 0 | 0 | -20 | |
| 1.5 - Receita Resultante do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI | 52.210.120 | 52.210.120 | 48.032.503 | 92,00 |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI | 51.492.580 | 51.492.580 | 47.576.973 | 92,40 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPI | 450.090 | 450.090 | 304.322 | 67,61 |
| Dívida Ativa do IPI | 120.551 | 120.551 | 223.731 | 185,59 |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPI | 146.899 | 146.899 | 369.351 | 251,43 |
| (-) Deduções da Receita do IPI | 0 | 0 | -441.874 | |
| 1.6 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF | 37.623.776 | 37.623.776 | 34.965.368 | 92,93 |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF | 37.358.232 | 37.358.232 | 34.390.522 | 92,06 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF | 262.285 | 262.285 | 127.099 | 48,46 |
| Dívida Ativa do IOF | 1.485 | 1.485 | 3.893 | 262,11 |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF | 1.774 | 1.774 | 3.538 | 199,50 |
| (-) Deduções da Receita do IOF | 0 | 0 | 440.317 | - |
| 1.7 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro | 33.332 | 33.332 | 18.147 | 54,44 |
| Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro | 33.332 | 33.332 | 17.573 | 52,72 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF-Ouro | 0 | 0 | 574 | - |
| Dívida Ativa do IOF-Ouro | | | | |
| Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF-Ouro | | | | |
| (-) Deduções da Receita do IOF-Ouro | 0 | 0 | -0 | - |
| 1.8 - Receita de Outros Impostos | 15.466.025 | 15.466.025 | -49 | 0,00 |
| Outros Impostos - Principal | 0 | 0 | 0 | - |
| Outros Impostos - Multas e Juros | 0 | 0 | 942 | - |
| Outros Impostos - Dívida Ativa | 15.466.025 | 15.466.025 | 445 | 0,00 |
| Outros Impostos - Multas e Juros da Dívida Ativa | 0 | 0 | 230 | - |
| (-) Deduções de Outros Impostos | 0 | 0 | -1.665 | - |

| DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b) | RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100 |
|---|---|---|---|---|
| 2 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (21,5% de (1.3 + 1.5)) | 87.088.508 | 85.203.486 | 66.657.570 | 78,23 |
| 3 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS[1] (23,5% de (1.3 + 1.5)) | 95.189.765 | 95.189.765 | 77.634.613 | 81,56 |
| 4 - IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADO AOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (10% de 1.5) | 5.221.012 | 5.221.012 | 3.781.382 | 72,43 |
| 4A - PARCELAS DO FPE, FPM E IPI-EXPORTAÇÃO DESTINADAS AO FUNDEB | 0 | 0 | 35.685.345 | - |
| 5 - IOF-OURO REPASSADO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS[2] (1.7) | 33.332 | 33.332 | 17.771 | 53,32 |
| 6 - ITR REPASSADO AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.4) | 699.398 | 699.398 | 983.794 | 140,66 |
| 7 - TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (2 + 3 + 4 + 4A +5 + 6) | 188.232.016 | 186.346.993 | 184.760.476 | 99,15 |
| 8 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1-7) | 310.145.077 | 312.030.099 | 272.116.473 | 87,21 |
| RECEITAS ADICIONAIS DESTINADAS AO ENSINO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b) | RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100 |
| 9 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | 7.128.105 | 6.793.241 | 3.510.845 | 51,68 |
| 10 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO | 0 | 0 | 0 | 0,00 |
| 11 - OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO | 6.312.826 | 7.283.261 | 4.207.951 | 57,78 |
| 12 - TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (9 + 10 + 11) | 13.440.931 | 14.076.502 | 7.718.796 | 54,83 |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 8 (Lei nº 9.394/96, art. 72) R$ milhares

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

| RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b) | RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100 |
|---|---|---|---|---|
| 13 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (18% DE 8) | 55.826.114 | 56.165.418 | 48.980.965 | 87,21 |

| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Mês (e) | DESPESAS EMPENHADAS % (f) = (e/d)x100 | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (g) | DESPESAS LIQUIDADAS % (h) = (g/d)x100 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 14 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - PARCELA PROVENIENTE DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE | 4.114.755 | 4.114.755 | 4.114.755 | 100,00 | 4.099.244 | 99,63 | 15.511 |
| 15 - EDUCAÇÃO INFANTIL | 900 | 638 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | - |
| 16 - EDUCAÇÃO BÁSICA | 1.096.328 | 1.126.394 | 943.123 | 83,73 | 631.036 | 56,03 | 312.087 |
| 17 - ENSINO MÉDIO | 0 | 0 | 0 | | 0 | 0,00 | - |
| 18 - ENSINO SUPERIOR | 29.731.938 | 31.556.214 | 30.663.549 | 97,17 | 28.897.894 | 91,58 | 1.765.655 |
| 19 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | 9.517.771 | 11.004.524 | 10.681.227 | 97,06 | 9.934.047 | 90,27 | 747.180 |
| 20 - OUTRAS | 26.448.359 | 24.864.173 | 24.351.641 | 97,94 | 23.726.095 | 95,42 | 625.546 |
| 21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (14 + 15 + 16 + 17 + 18 + 19 + 20) | 70.910.052 | 72.666.697 | 70.754.295 | 97,37 | 67.288.316 | 92,60 | 3.465.979 |

| DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL | VALOR |
|---|---|
| 22 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | 0 |
| 23 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (36 p)** | 522.970 |
| 24 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DOS RECURSOS DE IMPOSTOS | 0 |
| 25 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (22 + 23 + 24)* | 0 |
| 26 - MÍNIMO DE 18% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO[3] [(21-25) / (8)] x 100% | 26,00 |

**CÁLCULO DO LIMITE COM A COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB**

| COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO | NO MÊS NOVEMBRO 2017 Valor (g) | NO MÊS NOVEMBRO 2017 %[4] (h)=100x(g)/(29) | NO MÊS DEZEMBRO 2017 Valor (i) | NO MÊS DEZEMBRO 2017 %[4] (j)=100x(i)/(29) | ATÉ O MÊS Valor (l) | ATÉ O MÊS %[5] (m)=100x(l)/(29) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 27 - PROGRAMAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ATÉ 10% DO VALOR ANUAL) | | 0 | | 0 | 0 | 0 |
| 28 - OUTROS | 889.799 | 100,00 | -295.879 | 100,00 | 11.671.346 | 100,00 |
| 29 - TOTAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO EM 2017 (27 + 28) | 889.799 | 100,00 | -295.879 | 100,00 | 11.671.346 | 100,00 |

ATÉ O MÊS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| LIMITE DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO | LIMITE ANUAL | Valor (n) | % (o)=100x(n)/(29) |
|---|---|---|---|
| 30 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PROVENIENTE DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (ATÉ 30% DE R$ 11671345923) | 3.501.404 | 4.114.755 | 35,26 |

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

| OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM AS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS Até o mês (e) | DESPESAS EMPENHADAS % (f) = (e/d)x100 | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Mês (g) | DESPESAS LIQUIDADAS % (h) = (g/d)x100 | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 31 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | 7.128.105 | 6.793.241 | 6.150.530 | 90,54 | 3.510.845 | 51,68 | 2.639.685 |
| 31.1 - Educação Infantil | 377.243 | 173.154 | 160.404 | 92,64 | 104.545 | 60,38 | 55.859 |
| 31.2 - Educação Básica | 4.990.355 | 4.979.701 | 4.407.286 | 88,51 | 1.973.857 | 39,64 | 2.433.428 |
| 31.3 - Ensino Médio | | | | | | | |
| 31.4 - Outras | 1.760.508 | 1.640.386 | 1.582.840 | 96,49 | 1.432.443 | 87,32 | 150.397 |
| 32 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS | 0 | 0 | 0 | | 0 | | - |
| 33 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 6.312.826 | 7.283.261 | 6.500.566 | 89,25 | 4.207.951 | 57,78 | 2.292.615 |
| 33.1 - Educação Infantil | 430.623 | 3.268 | 1.822 | 55,76 | 0 | 0,00 | 1.822 |
| 33.2 - Educação Básica | 2.198.792 | 2.004.652 | 1.868.448 | 93,21 | 1.405.560 | 70,11 | 462.888 |
| 33.3 - Ensino Médio | | | | | | | |
| 33.4 - Ensino Superior | 1.961.553 | 1.729.640 | 1.295.233 | 74,88 | 824.857 | 47,69 | 470.376 |
| 33.5 - Outras | 1.721.859 | 3.545.702 | 3.335.064 | 94,06 | 1.977.534 | 55,77 | 1.357.529 |
| 34 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (31 + 32 + 33) | 13.440.931 | 14.076.502 | 12.651.096 | 89,87 | 7.718.796 | 54,83 | 4.932.300 |
| 35 - TOTAL DAS DESPESAS COM MDE (21 + 34) | 84.350.983 | 86.743.199 | 83.405.391 | | 83.405.391 | | |

| RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | SALDO ATÉ O MÊS | CANCELADO EM 2017 (p) |
|---|---|---|
| 36 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | 108.308 | 0 |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] CF, art. 159, I, alíneas "b" e "d".

[2] CF, art. 153 §5º.

[3] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[4] A complementação da União contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, cinco por cento da complementação anual.

[5] Serão assegurados os repasses de, no mínimo, quarenta e cinco por cento da complementação anual até 31 de julho, e de cem por cento até 31 de dezembro.

[6] Dotação autorizada até o período de referência deste relatório.

* Em atendimento ao Acórdão nº 2424/2009 - TCU - Plenário, os valores das transferências constitucionais e legais nas colunas "Receitas Realizadas" correspondem àqueles efetivamente descentralizados no período. Uma vez que as transferências se processam por meio da execução de despesa orçamentária, o critério adotado para o cômputo dos valores efetivamente descentralizados foi o de apuração do pagamento efetivo das despesas orçamentárias do exercício, bem como de eventuais restos a pagar, identificadas como transferências constitucionais e legais a partir das respectivas ações orçamentárias.

** Em atendimento a determinação contida no Acórdão nº 2316/2008 TCU-Plenário, essa dedução não está sendo considerada no cálculo da aplicação da União em MDE, mas seu valor continuará sendo evidenciado no demonstrativo.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I) R$ milhares

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b) | SALDO A REALIZAR c = (a-b) |
|---|---|---|---|
| Receitas de Operações de Crédito[1] | 1.569.118.876 | 949.153.791 | 619.965.086 |
| (-) Variação do saldo da sub-conta Dívida Pública da Conta Única da União[3] | | 78.973.753 | |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIDERADAS (I) | | 870.180.038 | |

| DESPESAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS EMPENHADAS (e) | SALDO A EXECUTAR (f) = (d - e) |
|---|---|---|---|
| Despesas de Capital[2] | 1.520.409.551 | 898.979.680 | 621.429.870 |
| Investimentos | 54.112.690 | 45.103.218 | 9.009.472 |
| Inversões Financeiras | 83.520.936 | 70.857.183 | 12.663.753 |
| Amortização de Dívida | 1.382.775.925 | 783.019.279 | 599.756.645 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuintes | 0 | 0 | 0 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras | 0 | 0 | 0 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | |
|---|---|---|---|
| DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDAS (II) | 1.520.409.551 | 898.979.680 | 621.429.870 |

| | |
|---|---|
| RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)[4] | 28.799.643 |

FONTE: STN/CCONT/GEINF

[1] Receitas de Operação de Crédito: Conforme define a Lei Complementar nº 101/2000, consistem no compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros. São representadas pelas naturezas de receita de categoria econômica "2" e "8" (receita de capital), de origem "1" (operações de Crédito).

[2] Despesas de Capital: Consistem nas despesas executadas (liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados) com investimentos, inversões financeiras e amortização/refinanciamento da dívida. No exercício de 2017, as despesas liquidadas somaram R$ 865.438.019 e as Inscritas em Restos a Pagar Não Processados somaram R$ 33.541.661, totalizando o valor executado no demonstrativo, de R$ 898.979.680.

[3] Conforme define a Resolução do Senado nº 48, de 2007, as receitas das operações de crédito efetuadas no contexto da gestão da dívida pública mobiliária federal somente serão consideradas no exercício financeiro em que for realizada a respectiva despesa, sendo aplicada essa regra se as receitas das operações de crédito ficarem depositadas na sub-conta da dívida pública da Conta Única da União (§§ 4º e 5º do art. 6º). Assim, para se apurar o valor efetivo das receitas de operações de crédito utilizadas no exercício financeiro, a variação positiva nessa conta reduz o valor a ser considerado dessas receitas e a sua variação negativa aumenta, se for o caso.

[4] Para facilitar o entendimento e a leitura do Demonstrativo, a ordem da equação foi alterada para que o valor POSITIVO represente o cumprimento da Regra de Ouro.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ milhares

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO (a-b) |
|---|---|---|---|
| RECEITAS DE CAPITAL | | | |
| Alienação de Ativos | 8.074.271 | 848.044 | 7.226.227 |
| Alienação de Bens Móveis | 1.995.236 | 600.064 | 1.395.172 |
| Alienação de Bens Imóveis | 1.079.036 | 247.979 | 831.057 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 5.000.000 | 1 | 4.999.999 |
| TOTAL | 8.074.271 | 848.044 | 7.226.227 |

| DESPESAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EXECUTADAS[1,2] (d) | SALDO (c-d) |
|---|---|---|---|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS | | | |
| Despesas de Capital | 8.067.306 | 624.928 | 7.442.378 |
| Investimentos | 490.100 | 62.284 | 427.815 |
| Inversões Financeiras | 2.059.173 | 562.644 | 1.496.529 |
| Amortização/Refinanciamento da Dívida | 5.518.034 | 0 | 5.518.034 |
| Despesas Correntes dos Regimes de Previdência | 0 | 0 | 0 |
| Regime Geral de Previdência Social | 0 | 0 | 0 |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 8.067.306 | 624.928 | 7.442.378 |

| SALDO FINANCEIRO A APLICAR | EXERCÍCIO ANTERIOR (e) | EXERCÍCIO (f) = (b-d) | SALDO ATUAL (e+f) |
|---|---|---|---|
| | 12.363.443 | 223.116 | 12.586.558 |

FONTE: STN/CCONT/GEINF

[1] Inclui despesas empenhadas mas não efetivamente liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas executadas no encerramento do exercício, por força da Lei nº 4.320/64.

[2] Os valores aqui publicados são derivados da proporção do valor arrecadado, por fonte de recursos, em relação ao valor despendido no exercício em cada fonte, dadas as limitações técnicas de controle que relacionem a origem da receita com o grupo de despesa.

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** | **PREVISÃO ATUALIZADA (a)** | **RECEITAS REALIZADAS** | |
|---|---|---|---|
| | | **Até o Mês (b)** | **% (b/a) x 100** |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 1.450.150.464 | 1.407.900.047 | 97,09% |
| DEDUÇÕES (II) | 685.639.828 | 680.645.723 | 99,27% |
| **TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = I - II** | 764.510.636 | 727.254.324 | 95,13% |

| **DESPESAS COM SAÚDE** (Por Grupo de Natureza da Despesa) | **DOTAÇÃO INICIAL** | **DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)** | **DESPESAS EMPENHADAS** | | **DESPESAS LIQUIDADAS** | | **INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | **Até o Mês (d)** | **% (d/c) x 100** | **Até o Mês (e)** | **% (e/c) x 100** | |
| DESPESAS CORRENTES | 118.102.298 | 121.255.588 | 120.024.098 | 98,98 | 111.595.880 | 92,03 | 8.428.218 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 19.549.452 | 19.469.244 | 19.315.755 | 99,21 | 19.309.451 | 99,18 | 6.304 |
| Juros e Encargos da Dívida | 0 | 0 | 0 | | 0 | | - |
| Outras Despesas Correntes | 98.552.846 | 101.786.344 | 100.708.343 | 98,94 | 92.286.430 | 90,67 | 8.421.914 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 7.278.587 | 8.417.497 | 6.883.610 | 81,78 | 954.336 | 11,34 | 5.929.274 |
| Investimentos | 7.030.053 | 8.216.963 | 6.688.076 | 81,39 | 954.336 | 11,61 | 5.733.740 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Inversões Financeiras | 248.534 | 200.534 | 195.534 | 97,51 | 0 | 0,00 | 195.534 |
| Amortização da Dívida | 0 | 0 | 0 | | 0 | | - |
| **TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)** | 125.380.885 | 129.673.085 | 126.907.708 | 97,87 | 112.550.216 | 86,80 | 14.357.492 |

| **DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO** | **DOTAÇÃO INICIAL** | **DOTAÇÃO ATUALIZADA** | **DESPESAS EMPENHADAS** | | **DESPESAS LIQUIDADAS** | | **INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | **Até o Mês (f)** | **% (f/IVd)x100** | **Até o Mês (g)** | **% (g/IVe)x100** | |
| DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS | 8.058.769 | 9.144.650 | 9.128.663 | 7,19 | 9.128.663 | 8,11 | - |
| DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL | 394.136 | 384.093 | 347.074 | 0,27 | 332.530 | 0,30 | 14.544 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos de Operações de Crédito | - | - | - | - | - | - | - |
| OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS | 1.618.961 | 2.248.541 | 2.172.203 | 1,71 | 1.465.645 | 1,30 | 706.558 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA | | | | | | | |
| DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2] | - | 559.158 | 559.158 | 0 | 556.131 | 0 | 3.027 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3] | | | | | | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)** | 10.071.867 | 12.336.441 | 12.207.098 | 9,62 | 11.482.969 | 10,20 | 724.129 |
| **TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)** | **115.309.019** | **117.336.644** | **114.700.610** | **90,38** | **101.067.247** | **89,80** | 13.633.363 |

| **APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE[4]** | **DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O MÊS/2017 (h)** | **DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O MÊS/2017 (i)** | **PERCENTUAL MÍNIMO A SER APLICADO EM ASPS % (j)** | **VALOR MÍNIMO EM RELAÇÃO À RCL A SER APLICADO EM ASPS (k) = IIIb x j** | **VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ((h ou i) - k)[5]** |
|---|---|---|---|---|---|
| TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | 114.700.610 | 101.067.247 | 15,00% | 109.088.149 | 5.612.462 |

| **DESPESAS COM SAÚDE** (Por Subfunção) | **DOTAÇÃO INICIAL** | **DOTAÇÃO ATUALIZADA** | **DESPESAS EMPENHADAS** | | **DESPESAS LIQUIDADAS** | | **INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | **Até o Mês (l)** | **% (l/total l) x 100** | **Até o Mês (m)** | **% (m/total m) x 100** | |
| Atenção Básica | 22.113.615 | 22.062.827 | 21.608.608 | 17,03 | 19.066.647 | 16,94 | 2.541.960 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 50.309.915 | 54.370.776 | 53.132.938 | 41,87 | 48.640.168 | 43,22 | 4.492.770 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 14.935.398 | 13.849.483 | 13.839.115 | 10,90 | 11.600.279 | 10,31 | 2.238.836 |
| Vigilância Sanitária | 380.190 | 370.390 | 333.977 | 0,26 | 272.824 | 0,24 | 61.153 |
| Vigilância Epidemiológica | 6.967.526 | 7.056.614 | 7.037.105 | 5,55 | 5.156.420 | 4,58 | 1.880.685 |
| Alimentação e Nutrição | 73.475 | 71.475 | 69.448 | 0,05 | 53.403 | 0,05 | 16.045 |
| Outras Subfunções | 30.600.766 | 31.891.520 | 30.886.518 | 24,34 | 27.760.474 | 24,66 | 3.126.043 |
| **TOTAL** | **125.380.885** | **129.673.085** | **126.907.708** | **100,00** | **112.550.216** | **100,00** | 14.357.492 |

FONTE: SIAFI, elaboração STN/CCONT/GEINF

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA**

| Ano do Empenho | **Mínimo para Aplicação com Saúde** | **Executado com Saúde no Ano** | **RP Considerado no Limite [b]** | **Executado além do Limite** | **Inscritos [c]** | **Pagos [b]** | **A Pagar** | **Cancelados** | **Compensados [c]** | **Saldo Excedente [d]** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Empenhos de 2017 | 109.088.149 | 114.700.610 | 8.020.901 | 5.612.462 | 13.633.363 | 0 | 13.633.363 | 0 | 0 | 5.612.462 |
| Empenhos de 2016 [a] | 93.710.704 | 106.235.537 | 0 | 12.524.833 | 7.515.227 | 5.376.952 | 1.912.587 | 225.688 | 0 | 12.299.145 |
| Empenhos de 2015 [a] | 98.308.994 | 100.054.862 | 5.348.516 | 1.745.868 | 7.124.490 | 6.117.532 | 751.987 | 244.955 | 0 | 1.500.913 |
| Empenhos de 2014 | 91.614.082 | 91.898.531 | 6.530.733 | 284.449 | 6.816.861 | 5.403.682 | 735.810 | 623.204 | 229.655 | -109.100 |
| Empenhos de 2013 | 82.912.830 | 83.053.256 | 6.797.772 | 140.426 | 6.939.201 | 5.751.543 | 625.731 | 518.372 | 349.296 | -28.650 |
| Empenhos de 2012 | 79.512.720 | 80.073.777 | 7.740.832 | 561.057 | 8.297.156 | 6.622.871 | 769.836 | 846.480 | 615.298 | 329.875 |
| **Total** | **446.059.330** | **461.315.963** | **26.417.853** | **15.256.633** | **36.692.935** | **29.272.581** | **4.795.951** | **2.458.698** | **1.194.249** | **13.992.183** |

Notas: (2/2)

[1]Foram registrados no âmbito do Ministério da Saúde os recursos para a inscrição dos restos a pagar, autorizados por parte da Secretaria do Tesouro Nacional.
[2]A partir de maio de 2017, está sendo adotado o presente modelo para demonstrar mais detalhadamente o controle dos Restos a Pagar Não Processados dos exercícios referidos na LC nº 141/2012, tendo em vista a intenção de dar mais transparência à execução dos gastos com Serviço de Saúde. O valor mínimo para 2016 está atualizado de acordo com a retificação da Receita Corrente Líquida de 2016, publicada na Portaria nº 494, de 6 de junho de 2017.
a. Nos exercícios de 2016 e 2015 houve mais pagamentos do que o necessário para cumprir os limites dos respectivos anos. Portanto, este controle para esses exercícios é meramente demonstrativo.
b. A coluna de RP Considerado no Limite deve ser comparada com a coluna de RP Pagos. Sempre que os valores pagos de um ano forem maiores do que o total de RP Considerado no Limite, todo o restante do RP poderá ser cancelado sem comprometer o limite do respectivo ano.
c. Os valores compensados em 2015 foram pagos a menor, no valor de R$ 10.154,57, de modo que os RPNP Cancelados em 2014 não foram compensados em suas totalidades.
d. O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos para Fins da Aplicação da Disponibilidade de Caixa Conforme o Artigo 24" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo Excedente". Até o momento, há previsão para apenas o ano de 2013 ser controlado dessa forma no próximo exercício (2018).
e. Difere do valor inscrito em RPNP no RREO de cada exercício devido à variação cambial, pois considera os saldos de inscrição nos exercícios subsequêntes.

| CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Exercício do Cancelamento [a] | Ano do Empenho | Saldo Inicial [b] | Despesas custeadas no exercício de referência | Saldo Final (Não Aplicado) [c] |
| **Total** | | **0** | **0** | **0** |

Notas:
Não houve, no âmbito da União, descumprimento do percentual mínimo em exercícios anteriores.
a. Este quadro visa controlar os restos a pagar cancelados que comprometeram o cumprimento do limite de um determinado ano. Conforme o artigo 24, tal valor deve ser compensado até o exercício seguinte. Desse modo, este quadro só será utilizado no exercício seguinte ao cancelamento que comprometer o atendimento do limite de despesa com saúde, ano no qual a obrigação deverá ser quitada. Entretanto, sempre que tal obrigação não for compensada naquele ano, ela será controlada à parte no ano seguinte, com marcação que indica que a obrigação já foi descumprida e que o artigo não foi atendido. Portanto, o ideal é que este quadro nunca seja utilizado e, se for, contenha apenas as informações referentes aos cancelamentos que comprometeram o limite no exercício anterior ao ano corrente.
b. Sempre que a coluna "Saldo Excedente" do quadro "Execução dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos com Disponibilidade de Caixa" tiver valor negativo para os empenhos de determinado exercício, o valor do cancelamento que ultrapassar o saldo excedente naquele ano será transposto para este quadro com sinal positivo.
c. Sempre que, no exercício seguinte ao cancelamento dos restos a pagar que comprometeram o limite de um determinado ano, as despesas de compensação superarem os valores cancelados, zerando a coluna de "Saldo Final (Não Aplicado)", o obrigação será considerada quitada, deixando de constar deste quadro.

| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 25 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Exercício em que o limite não foi cumprido | Ano do Empenho | Saldo Inicial | Despesas custeadas no exercício de referência | Saldo Final (Não Aplicado) |
| **Total** | | **0** | **0** | **0** |

Não houve, no âmbito da União, descumprimento do percentual mínimo em exercícios anteriores.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) R$ milhares

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS | Até o Mês |
|---|---|
| RECEITAS | |
| Previsão Inicial | 3.415.431.200 |
| Previsão Atualizada | 3.415.431.200 |
| Receitas Realizadas | 2.568.608.879 |
| Déficit Orçamentário | 15.118.280 |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | 35.204 |

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS | Até o Mês |
|---|---|
| DESPESAS | |
| Dotação Inicial | 3.415.431.200 |
| Dotação Atualizada | 3.415.466.404 |
| Despesas Empenhadas | 2.583.727.159 |
| Despesas Executadas | 2.583.727.159 |
| Despesas Pagas | 2.483.711.771 |
| Superávit Orçamentário | - |

| DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO[1] | Até o Mês |
|---|---|
| Despesas Empenhadas | 2.121.094.502 |
| Despesas Liquidadas | 2.042.942.614 |

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | Até o Mês |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 727.254.324 |

| RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA (Líquido de DRU) | Até o Mês |
|---|---|
| Regime Geral de Previdência Social | |
| Receitas Previdenciárias (I) | 379.252.361 |
| Despesas Previdenciárias (II) | 548.053.131 |
| Resultado Previdenciário (III) = (I - II) | -168.800.770 |
| Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos[2] | |
| Receitas Previdenciárias (IV) | 36.028.820 |
| Despesas Previdenciárias (V) | 123.475.039 |
| Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V) | -87.446.219 |

| MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR | Inscrição | Cancelamento Até o Mês | Pagamento Até o Mês | Saldo a Pagar |
|---|---|---|---|---|
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 22.877.995 | 403.772 | 18.695.350 | 3.778.872 |
| Poder Executivo | 22.770.073 | 401.256 | 18.643.897 | 3.724.919 |
| Poder Legislativo | 14.792 | 88 | 3.231 | 11.473 |
| Poder Judiciário | 89.485 | 1.638 | 46.481 | 41.366 |
| Ministério Público | 3.584 | 790 | 1.680 | 1.114 |
| Defensoria Pública | 61 | 0 | 61 | 0 |
| RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | 125.330.346 | 16.646.346 | 57.493.143 | 51.190.857 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Poder Executivo | 123.411.286 | 16.208.470 | 56.535.486 | 50.667.330 |
| Poder Legislativo | 228.377 | 66.329 | 116.891 | 45.157 |
| Poder Judiciário | 1.313.570 | 314.613 | 639.786 | 359.172 |
| Ministério Público | 334.734 | 46.420 | 177.290 | 111.024 |
| Defensoria Pública | 42.379 | 10.514 | 23.690 | 8.175 |
| TOTAL | 148.208.341 | 17.050.118 | 76.188.493 | 54.969.730 |

| DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE | Valor Apurado Até o Mês | Limites Constitucionais Anuais | |
|---|---|---|---|
| | | Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Mês |
| Mínimo Anual de 18% da Receita de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 67.288.316 | 18% | 26,00 |
| Complementação da União ao FUNDEB | 11.671.346 | 11.671.346 | 100,00 |

| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | Mínimo em relação à RCL % | Valor Apurado Até o Mês | Percentual aplicado até o mês |
|---|---|---|---|
| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos | 15,00% | 101.067.247 | 13,90% |

FONTE: STN/CCONT/GEINF e STN/CESEF

[1] Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

[2] Excluídas as receitas desvinculadas (DRU).

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) R$ milhares

| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | Valor Apurado Até o Mês | Saldo a Realizar |
|---|---|---|
| Receita de Operação de Crédito | 870.180.038 | 619.965.086 |
| Despesa de Capital Líquida | 898.979.680 | 621.429.870 |

| RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | Valor Apurado Até o Mês | Saldo a Realizar |
|---|---|---|
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | 848.044 | 7.226.227 |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | 624.928 | 7.442.378 |

FONTE: STN/CCONT/GEINF

II - OUTROS DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO FEDERAL
TABELA 1 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LDO - Lei nº 13.408, de 26/12/2016, art. 40, §4º R$ milhares

| RECEITAS[1] | PREVISÃO INICIAL (a) | PREVISÃO ATUALIZADA (b) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO A REALIZAR (b-d) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Mês (c) | % (c/b) | Até o Mês (d) | % (d/b) | |
| RECEITAS CORRENTES | 683.537.856 | 683.537.856 | 70.461.381 | 10,31 | 675.097.717 | 98,77 | 8.440.139 |
| Receita Tributária | 491.701 | 491.701 | 27.566 | 5,61 | 295.460 | 60,09 | 196.241 |
| Receita de Contribuições | 637.004.352 | 637.004.352 | 68.177.783 | 10,70 | 630.388.258 | 98,96 | 6.616.094 |
| Receita Patrimonial | 9.239.630 | 9.239.630 | 686.481 | 7,43 | 10.207.843 | 110,48 | -968.213 |
| Receita Agropecuária | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 |
| Receita Industrial | 218 | 218 | 228 | 104,65 | 247 | 113,72 | -30 |
| Receita de Serviços | 12.543.185 | 12.543.185 | 175.738 | 1,40 | 13.474.467 | 107,42 | -931.282 |
| Transferências Correntes | 69.846 | 69.846 | 9.429 | 13,50 | 25.230 | 36,12 | 44.615 |
| Receitas Correntes a Classificar | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 |
| Outras Receitas Correntes | 24.188.925 | 24.188.925 | 1.384.155 | 5,72 | 20.706.212 | 85,60 | 3.482.714 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 564.746 | 564.746 | 2.321 | 58,86 | 114.068 | 142,56 | 450.678 |
| Operações de Crédito | 13.033 | 13.033 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 13.033 |
| Alienação de Bens | 548.213 | 548.213 | 262 | 0,05 | 109.779 | 20,02 | 438.434 |
| Transferências de Capital | 3.500 | 3.500 | 2.058 | 58,81 | 4.289 | 122,53 | -789 |
| Outras Receitas de Capital | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 |
| SUBTOTAL (I) | 684.102.602 | 684.102.602 | 70.463.701 | 10,30 | 675.211.785 | 98,70 | 8.890.817 |
| DÉFICIT (II) | - | - | - | - | 278.092.767 | - | - |
| TOTAL (I + II) | 684.102.602 | 684.102.602 | 70.463.701 | - | 953.304.552 | - | -269.201.950 |

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL (e) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS EXECUTADAS | | | | SALDO A EXECUTAR (f-j-k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | DESPESAS LIQUIDADAS | | Inscritas em RP não-processados (k) | % (j+k/f) | |
| | | | No Mês (g) | Até o Mês (h) | No Mês (i) | Até o Mês (j) | | | |
| DESPESAS CORRENTES | 938.554.213 | 953.541.577 | 19.663.125 | 944.755.594 | 77.658.966 | 934.268.341 | 10.487.254 | 99,08 | 8.785.983 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 120.281.169 | 128.222.263 | 2.330.097 | 127.401.227 | 11.022.064 | 127.139.565 | 261.662 | 99,36 | 821.036 |
| Juros e Encargos da Dívida | 188 | 188 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | 0,00 | 188 |
| Outras Despesas Correntes | 818.272.856 | 825.319.126 | 17.333.028 | 817.354.367 | 66.636.902 | 807.128.775 | 10.225.592 | 99,03 | 7.964.759 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 9.868.412 | 10.287.031 | 4.002.888 | 8.548.958 | 591.809 | 1.964.460 | 6.584.498 | 83,10 | 1.738.073 |
| Investimentos | 9.606.789 | 10.073.567 | 3.807.676 | 8.348.767 | 591.601 | 1.960.874 | 6.387.893 | 82,88 | 1.724.799 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Inversões Financeiras | 261.494 | 213.334 | 195.213 | 200.190 | 208 | 3.586 | 196.605 | 93,84 | 13.144 |
| Amortização da Dívida | 130 | 130 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | 0,00 | 130 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 3.129 | 3.129 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | 0,00 | 3.129 |
| SUBTOTAL (III) | 948.425.754 | 963.831.737 | 23.666.013 | 953.304.552 | 78.250.775 | 936.232.801 | 17.071.751 | 98,91 | 10.527.185 |
| SUPERÁVIT (IV) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III + IV) | 948.425.754 | 963.831.737 | 23.666.013 | 953.304.552 | 78.250.775 | 936.232.801 | 17.071.751 | - | 10.527.185 |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Notas:

[1]A partir do mês de abril de 2013, passamos a incluir as receitas intra-orçamentárias, para se adequar à metodologia utilizada pelo TCU, conforme observado no item 4.3 do Relatório e Parecer sobre Contas do Governo da República - Exercício 2011.

Notas:

a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação da respectiva subfunção decorre de variação cambial.

b) As receitas arrecadadas no Orçamento Fiscal, registradas na Natureza de Receita 79900211 (APORTES PRIOD. P/COMPENSAÇÕES AO RGPS-PRINC), que são compensações devidas pela União ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social pela renúncia previdenciária decorrente da desoneração da Folha de Pagamento, passaram a ser consideradas neste demonstrativo a partir de abril de 2017.

TABELA 1-A - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL DESVINCULADAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LDO - Lei nº 13.408, de 26/12/2016, art. 40, §4º

R$ milhares

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | SALDO A REALIZAR (a-c) |
|---|---|---|---|---|
| | | No Mês (b) | Até o Mês (c) | |
| **RECEITAS CORRENTES** | **113.007.179** | **8.195.241** | **100.373.078** | **12.634.101** |
| **IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA** | **1.196.406** | **11.812** | **126.523** | **1.069.883** |
| Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ | 1.191.436 | 11.633 | 124.804 | 1.066.632 |
| Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Div. At. | 4.944 | 178 | 1.716 | 3.228 |
| Taxas Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ. - Intra | 26 | 1 | 3 | 23 |
| **RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES** | **111.810.774** | **8.183.430** | **100.246.555** | **11.564.218** |
| Cofins-Principal | 65.716.806 | 5.712.903 | 66.211.677 | -494.871 |
| Cofins-Divida Ativa | 179.854 | 58.489 | 289.280 | -109.426 |
| Contrib.Social Sobre Lucro Liq.-Csll-Princ. | 23.046.115 | 1.326.744 | 20.945.894 | 2.100.221 |
| Contrib.Social Sobre Lucro Liq.-Csll-Dil.At. | 173.649 | 17.140 | 259.974 | -86.324 |
| Contrib. Servidor Ativo Civil p/RPPS - Principal | - | 3.984 | 26.303 | -26.303 |
| Contrib. Serv. Inat. e Pens. Civil p/RPPS - Principal | - | 2.495 | 15.839 | -15.839 |
| Contr.p/Custeio Das Pensoes Militares-Princ. | 948.125 | 103.337 | 1.002.826 | -54.701 |
| Contrib.p/Assist.Medico-Hospit.-Pmdf-Princ. | 5.130 | 403 | 4.809 | 321 |
| Contrib. p/Assist.Médico-Hospitalar. - CBMDF-Princ. | 2.646 | 419 | 2.384 | 261 |
| Contribuicao Sobre A Loteria Federal-Princip. | 25.019 | 1.597 | 16.595 | 8.424 |
| Contribuicao Sobre Loterias Esportivas-Princ. | 13.182 | 61 | 2.249 | 10.933 |
| Contribuicao Sobre Loterias de Numeros-Princ. | 1.621.398 | 46.457 | 656.648 | 964.750 |
| Contribuição sobre Loteria Instantânea-Princ. | 14 | 0 | 93 | -80 |
| Contrib.s/Concurs.Prognost.-Mod.Fut-Principal | 11.161 | 473 | 5.742 | 5.419 |
| Contrib. s/Sort. Realiz. Por Ent. Filant .- Princ. | 92 | 0 | 0 | 92 |
| Contribuicao para o Pis/Pasep-Principal | 17.530.440 | 889.774 | 10.508.298 | 7.022.143 |
| Contribuicao para o Pis/Pasep-Divida Ativa | 48.142 | 8.223 | 44.253 | 3.889 |
| Cota-Parte da Contribuicao Sindical-Principal | 178.662 | 785 | 196.012 | -17.351 |
| Contrib. Rel. Desped. Empreg. S/ Justa Causa - Principal | 1.634.148 | 0 | 0 | 1.634.148 |
| Contrib. S/ Remun. Devida ao Trabalhador - Principal | 44.673 | 0 | 0 | 44.673 |
| Contribuicao para o Ensino Aeroviario-Princ. | 66.383 | 0 | 0 | 66.383 |
| Contr.p/Desenv.Ensino Prof.Maritimo-Principal | 48.703 | 0 | 0 | 48.703 |
| Contribuicao Industrial Rural-Principal | 106.109 | 0 | 0 | 106.109 |
| Adicional à Contr.Prev. Rural - Princ. | 410.304 | 0 | 0 | 410.304 |
| Contr.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Nat.Fin.-Princ. | - | 0 | 16 | -16 |
| Contr.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Nat.Fin.-Div.At | - | 2.550 | 5.342 | -5.342 |
| Contrib.Patr. De Serv. Ativo Civ. p/ RPPS - Principal - Intra | - | 7.596 | 52.306 | -52.306 |
| Contribuicao para o Pis/Pasep-Principal - Intra | 21 | 1 | 15 | 6 |
| TOTAL | 113.007.179 | 8.195.241 | 100.373.078 | 12.634.101 |

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS DESVINCULADAS POR FORÇA DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL

TABELA 1-A, LDO - Lei nº 13.408, de 26/12/2016, art. 40, §4º

A Tabela 1-A - Demonstrativo das Receitas da Seguridade Desvinculadas apresenta a desvinculação de receitas da União - DRU aplicada aos recursos da Seguridade Social.

Art. 76 ADCT

São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data. (Redação dada pela Emenda constitucional nº 93)

[...]

§ 2° Excetua-se da desvinculação de que trata o caput a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 68, de 2011).

O Demonstrativo apresenta por categoria e subcategoria econômica, a previsão da receita, a realização no mês e até o mês, assim como o saldo a realizar no exercício. Este demonstrativo integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e suas informações são elaboradas a partir do Tesouro Gerencial, nas naturezas de receita da seguridade social que são afetadas pela DRU.

PREVISÃO DA RECEITA

Elabora-se a previsão da receita a partir dos valores registrados, conforme a Lei Orçamentária Anual, na conta contábil 52110.00.00 - Previsão Inicial da Receita, mais 52121.00.00 - Previsão Adicional da Receita, menos 52129.00.00 - Anulação da Previsão da Receita, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mês fechado no SIAFI, movimento líquido, nas naturezas de receita da seguridade social que sejam afetadas pela DRU.

RECEITA REALIZADA

Apura-se o valor das receitas realizadas a partir das informações armazenadas no Item de Informação RECEITA ORÇAMENTÁRIA (LÍQUIDA), que consolida as Contas Contábeis 62120.00.00, que registra as receitas realizadas, 62131.00.00, que deduz as restituições, 62132.00.00, que deduz as retificações, 62133.00.00, que deduz as compensações, 62134.00.00, que deduz os incentivos fiscais, e a 62139.00.00, que computa outras deduções da receita, apurado no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com o mês fechado no SIAFI, com a identificação dos detalhamentos de fonte referentes à desvinculação da Seguridade Social.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TABELA 2 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA UNIÃO POR ELEMENTO DE DESPESA E POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LDO - Lei nº 13.408, de 26/12/2016, art. 108 R$ milhares

| DOTAÇÃO DO EXERCÍCIO | ADMINISTRAÇÃO DIRETA | ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | | | | | | TOTAL GERAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Autarquias | Fundações | Empresas Públicas | Economia Mista | Fundos Especiais | Total Indireta | |
| APLICAÇÃO DIRETA | 210.788.081 | 67.453.663 | 19.057.378 | 9.810.257 | 2.534.532 | 11.870.695 | 110.726.525 | 321.514.607 |
| A detalhar | 14.989.311 | 381.142 | 143.934 | 43.597 | 16.160 | 36 | 584.868 | 15.574.180 |
| Pessoal Civil | 130.226.357 | 67.072.005 | 18.911.730 | 9.646.017 | 2.518.372 | 10.058.916 | 108.207.040 | 238.433.397 |
| Vencimentos e Vantagens Fixas | 59.493.072 | 36.169.967 | 9.803.756 | 6.543.903 | 1.646.063 | 3.858.267 | 58.021.957 | 117.515.029 |
| Outras Despesas Variáveis | 611.171 | 205.830 | 82.319 | 151.075 | 232.987 | 1.404 | 673.615 | 1.284.785 |
| Aposentadoria | 33.300.249 | 16.913.918 | 4.756.764 | 0 | 0 | 4.153.265 | 25.823.947 | 59.124.196 |
| Pensões | 17.187.863 | 4.361.156 | 1.341.831 | 0 | 0 | 656.330 | 6.359.317 | 23.547.181 |
| Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência | 88.590 | 83.304 | 21.348 | 234.687 | 44.543 | 1 | 383.883 | 472.473 |
| Obrigações Patronais | 11.100.500 | 7.239.472 | 1.999.469 | 2.271.194 | 328.491 | 181.256 | 12.019.882 | 23.120.382 |
| Outras Aplicações[1] | 8.444.912 | 2.098.359 | 906.243 | 445.158 | 266.287 | 1.208.393 | 4.924.439 | 13.369.351 |
| Pessoal Militar | 65.572.413 | 516 | 1.714 | 120.643 | 0 | 1.811.743 | 1.934.617 | 67.507.030 |
| Vencimentos e Vantagens Fixas | 22.862.669 | 19 | 13 | 0 | 0 | 1.811.743 | 1.811.775 | 24.674.444 |
| Outras Despesas Variáveis | 279.718 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 279.718 |
| Reformas | 21.886.186 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 21.886.186 |
| Pensões | 19.591.448 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19.591.448 |
| Obrigações Patronais | 366.697 | 497 | 1.670 | 100.400 | 0 | 0 | 102.567 | 469.264 |
| Outras Aplicações[1] | 585.695 | 0 | 32 | 20.244 | 0 | 0 | 20.275 | 605.970 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 40.812 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 40.812 |
| Transferências a Estados e ao DF | 40.812 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 40.812 |
| TOTAL (A) | 210.828.893 | 67.453.663 | 19.057.378 | 9.810.257 | 2.534.532 | 11.870.695 | 110.726.525 | 321.555.419 |
| EXECUÇÃO | ADMINISTRAÇÃO DIRETA | ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | | | | | | TOTAL GERAL |
| | | Autarquias | Fundações | Empresas Públicas | Economia Mista | Fundos Especiais | Total Indireta | |
| APLICAÇÃO DIRETA | 195.789.649 | 66.206.737 | 18.714.999 | 9.689.501 | 2.511.751 | 11.871.196 | 108.994.184 | 304.783.833 |
| Pessoal Civil | 130.335.722 | 66.206.513 | 18.713.302 | 9.576.191 | 2.511.751 | 10.059.453 | 107.067.209 | 237.402.931 |
| Vencimentos e Vantagens Fixas | 40.203.028 | 22.142.918 | 6.185.157 | 5.812.559 | 1.546.479 | 3.815.358 | 39.502.471 | 79.705.499 |
| Vencimentos e Vantagens Fixas - Cargos em Comissão[2] | 19.088.351 | 13.954.819 | 3.596.390 | 707.996 | 95.736 | 42.908 | 18.397.850 | 37.486.201 |
| Outras Despesas Variáveis | 605.708 | 203.339 | 81.470 | 150.672 | 232.700 | 1.404 | 669.584 | 1.275.292 |
| Aposentadoria | 33.244.466 | 16.901.719 | 4.753.684 | 0 | 0 | 4.153.255 | 25.808.658 | 59.053.124 |
| Pensões | 17.136.887 | 4.357.516 | 1.337.511 | 0 | 0 | 656.330 | 6.351.357 | 23.488.244 |
| Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência | 87.485 | 81.497 | 20.549 | 232.684 | 43.325 | 0 | 378.056 | 465.541 |
| Obrigações Patronais | 10.769.142 | 7.188.479 | 1.954.775 | 2.240.307 | 328.127 | 180.380 | 11.892.069 | 22.661.211 |
| Outras Aplicações[1] | 9.200.655 | 1.376.226 | 783.766 | 431.973 | 265.383 | 1.209.816 | 4.067.164 | 13.267.820 |
| Pessoal Militar | 65.453.927 | 224 | 1.698 | 113.310 | 0 | 1.811.743 | 1.926.975 | 67.380.902 |
| Vencimentos e Vantagens Fixas | 22.810.338 | 15 | 8 | 0 | 0 | 1.811.743 | 1.811.766 | 24.622.104 |
| Outras Despesas Variáveis | 279.717 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 279.717 |
| Reformas | 21.864.583 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 21.864.583 |
| Pensões | 19.573.846 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19.573.846 |
| Obrigações Patronais | 353.509 | 209 | 1.661 | 94.800 | 0 | 0 | 96.670 | 450.179 |
| Outras Aplicações[1] | 571.932 | 0 | 29 | 18.510 | 0 | 0 | 18.539 | 590.471 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 40.812 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 40.812 |
| Transferências a Estados e ao DF | 40.812 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 40.812 |
| TOTAL (B) | 195.830.461 | 66.206.737 | 18.714.999 | 9.689.501 | 2.511.751 | 11.871.196 | 108.994.184 | 304.824.645 |
| A EXECUTAR (% A/B) | 7,1 | 1,8 | 1,8 | 1,2 | 0,9 | (0,0) | 1,6 | 5,2 |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] Outras Aplicações compõem-se de: Outros Benefícios Assistenciais; Salário Família; Sentenças Judiciais; Despesas de Exercícios Anteriores; Indenizações Trabalhistas; Depósitos Compulsórios; Contrato por Tempo Determinado; Outras Desp.Pessoal Dec.Contratos Terceirização; e Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado.

[2] Os valores referentes aos Cargos em Comissão são identificados pelos subitens da despesa Gratificação por Exercício de Cargos e Gratificação por Exercício de Funções, do elemento Vencimentos e Vantagens Fixas.

TABELA 3 - DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E DECORRENTES DE EMENDAS INDIVIDUAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

R$ milhares

| ÓRGÃO SUPERIOR* | Despesas Discricionárias e Decorrentes de Emendas Individuais | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Dotação Inicial | Dotação Atualizada | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados | Valores Pagos |
| JUSTICA FEDERAL | 12.464 | 9.304 | 6.565 | 5.951 | 613 | 5.951 |
| JUSTICA ELEITORAL | 10.855 | 10.855 | 9.781 | 6.027 | 3.753 | 6.027 |
| JUSTICA DO TRABALHO | 7.441 | 7.441 | 5.265 | 4.116 | 1.149 | 4.096 |
| CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA | 1.538 | 688 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PRESIDENCIA DA REPUBLICA | 136.694 | 132.703 | 95.706 | 4.834 | 90.872 | 4.602 |
| MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO | 362.852 | 354.010 | 266.669 | 56.741 | 209.927 | 39.041 |
| MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES | 37.950 | 37.649 | 18.118 | 5.223 | 12.895 | 5.223 |
| MINISTERIO DA EDUCACAO | 345.971 | 345.982 | 234.255 | 26.602 | 207.653 | 17.859 |
| MINIST. DA INDUSTRIA, COM.EXTERIOR E SERVICOS | 10.060 | 20.964 | 10.332 | 598 | 9.734 | 598 |
| DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO | 250 | 250 | 250 | 0 | 250 | 0 |
| MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA | 166.624 | 165.029 | 70.445 | 2.534 | 67.912 | 2.534 |
| MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO | 17.668 | 17.668 | 11.918 | 9.296 | 2.621 | 8.797 |
| MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES | 210 | 210 | 210 | 167 | 43 | 167 |
| MINISTERIO DA TRANSPARENCIA E CGU | 300 | 300 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| MINISTERIO DA SAUDE | 4.820.252 | 4.832.261 | 3.932.377 | 1.367.192 | 2.565.185 | 1.365.871 |
| MINISTERIO DO TRABALHO | 13.322 | 12.822 | 5.661 | 0 | 5.661 | 0 |
| MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL | 3.290 | 2.290 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| MINISTERIO DA CULTURA | 82.556 | 81.051 | 42.783 | 1.786 | 40.998 | 1.786 |
| MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE | 12.918 | 12.118 | 6.146 | 15 | 6.132 | 0 |
| MINISTERIO DO ESPORTE | 381.314 | 382.080 | 299.676 | 750 | 298.926 | 750 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MINISTERIO DA DEFESA | 264.185 | 265.595 | 209.619 | 5.523 | 204.096 | 4.279 |
| MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL | 506.652 | 508.470 | 401.405 | 20.278 | 381.127 | 9.041 |
| MINISTERIO DO TURISMO | 264.579 | 263.050 | 191.396 | 8.743 | 182.653 | 8.499 |
| MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 103.219 | 100.249 | 69.780 | 105 | 69.675 | 105 |
| MINISTERIO DAS CIDADES | 1.534.995 | 1.535.618 | 1.239.869 | 0 | 1.239.869 | 0 |
| MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS | 0 | 0 | 27.291 | 0 | 27.291 | 0 |
| TOTAL | 9.098.657 | 9.098.657 | 7.155.516 | 1.526.481 | 5.629.035 | 1.485.225 |
| Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior (2016) | 709.929.575 | | | | | |
| % em relação à RCL do ano anterior | 1,28% | 1,28% | 1,01% | 0,22% | 0,79% | 0,21% |
| Participação preliminar da Saúde no total (§ 1º do artigo 52º da LDO) | 52,98% | 53,11% | 54,96% | 89,57% | 45,57% | 0,00% |

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

* Tabela incluída no mês de fevereiro de 2014 em atendimento ao inciso I, § 6º, do artigo 52º da Lei nº 12.919, de 24/12/2013, referente às Diretrizes Orçamentárias, que determina o acompanhamento da execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais em lei orçamentária, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para execução equitativa da programação definidos na lei complementar.

III - INFORMAÇÕES DE CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO Nº 3.324/2015 - PLENÁRIO

JUSTIFICATIVAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Em relação às justificativas de Limitação de Empenho exigidas pelo Acórdão nº 3.324/2015 - Plenário, de acordo com a Coordenação-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional, não houve limitação de empenho para o exercício de 2017 no bimestre novembro/dezembro.

JUSTIFICATIVAS PARA A FRUSTRAÇÃO DE RECEITAS E MEDIDAS DE COMBATE À SONEGAÇÃO E À EVASÃO FISCAL E AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO.

Quanto às Justificativas para Frustração de Receitas e Medidas de Combate à Sonegação e à Evasão Fiscal e Ações de Fiscalização, também pedidas pelo Acórdão nº 3.324/2015 - Plenário, a Coordenação-Geral de Auditoria Interna da Secretaria da Receita Federal do Brasil informou que não houve frustração de receitas administradas pela Receita Federal do Brasil no bimestre em questão.

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

### DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

### PORTARIA Nº 767, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.623349/2017-86, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ALM SEGURADORA S.A. - MICROSSEGURADORA, CNPJ n. 23.694.731/0001-80, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de julho de 2017:

I - Aumento do capital social em R$ 850.000,00, elevando-o para R$ 6.005.585,81, dividido em 296.784.382 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Ressaltar que a parcela de R$ 425.000,00 do aumento de capital subscrito deverá ser integralizada até 31 de julho de 2018.

Art. 3º Eta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS



# Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

## SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

## COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS

### RESOLUÇÃO Nº 44, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre alterações na Resolução nº 36, de 02 de maio de 2016.

O PRESIDENTE DO COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS - CGSIM, com fundamento no inciso XI do art. 5º do Regimento Interno do CGSIM aprovado pela Resolução nº 41, de 28 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 36, de 02 de maio de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

§ 2º O MEI que preencha os critérios definidos no caput, antes do cancelamento previsto no § 1º, terá sua inscrição suspensa no CNPJ pelo período de 95 dias. (NR)

.....

.....

Art. 2º As inscrições dos MEI que preencheram os critérios de cancelamento até a publicação desta resolução serão canceladas em fevereiro de 2018. (NR)"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA

# Ministério da Integração Nacional

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 55, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Florianópolis/SC, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Florianópolis/SC, no valor de R$ 2.066.804,46 (dois milhões, sessenta e seis mil oitocentos e quatro reais e quarenta e seis centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001422/2018-77.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

## SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

### PORTARIA Nº 22, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59204.007755/2016-67, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Resposta previstos no art. 3º da Portaria n. 51, de 08 de fevereiro de 2017, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, para ações de Defesa Civil, para até 13/05/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

### PORTARIA Nº 24, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59204.005178/2016-79, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 68, de 20 de fevereiro de 2017, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Estância de Atibaia - SP, para ações de Defesa Civil, para até 20/08/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

# Ministério da Justiça e Segurança Pública

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

### DESPACHO Nº 96, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.000160/2018-19. Requerentes: Nestlé S.A. e Atrium Innovations Inc. Advogados: Eduardo Molan Gaban, Natali de Vicente Santos e Gustavo Jorge Silva. Decido pela aprovação, sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

### DESPACHO Nº 102, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.007765/2017-41. Requerentes: B.S.A. International, Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda. e Itambé Alimentos S.A. Advogados: Barbara Rosemberg, Joyce Midori Honda e outros. Terceiro Interessado: Vigor Alimentos S.A. Advogados: Lauro Celidonio e outros. Acolho o Parecer nº 2/2018/CGAA3/SGA1/SG/CADE, de 29 de janeiro de 2018 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### DESPACHOS DE 11 DE JANEIRO DE 2018

Nº 56 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/33691 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, de 30/05/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: ANZEN SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ Nº 06.281.961/0001-06

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo a penalidade aplicada de multa, no valor de 1.167 UFIR, com fulcro no teor do Parecer nº 25930/2017-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 61 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/34606 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, de 01/06/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BRASEGUR SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ Nº 03.606.079/0001-97

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo a penalidade aplicada de multa, no valor de 5.000 UFIR, com fulcro no teor do Parecer nº 30241/2017-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 64 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/35160 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, de 05/06/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: RH SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 06.191.703/0001-20

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo a penalidade aplicada de multa, no valor de 1.167 UFIR, com fulcro no teor do Parecer nº 30242/2017-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

FERNANDO QUEIROZ SEGOVIA OLIVEIRA
Diretor-Geral

### DESPACHOS DE 12 DE JANEIRO DE 2018

Nº 81 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/38131 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, de 16/06/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BIKE NORTE FABRICAÇÃO DE BICICLETAS S/A, CNPJ Nº 13.072.986/0001-57

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo a penalidade aplicada de multa, no valor de 583 UFIR, com fulcro no teor do Parecer nº 26079/2017-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 105 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/27921 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, de 08/05/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BANCO DA AMAZONIA S/A, CNPJ Nº 04.902.979/0044-84

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, alterando de ofício a penalidade aplicada de multa, reduzindo para o valor de 10.001 UFIR, face a atenuante da primariedade, com fulcro no teor do Parecer nº 30465/2017-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 112 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/42497 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, de 03/07/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: CONFIANÇA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 15.156.374/0001-78

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo a penalidade aplicada de multa, no valor de 2.500 UFIR, com fulcro no teor do Parecer nº 30515/2017-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 113 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/42510 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, de 03/07/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: CONFIANÇA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 15.156.374/0001-78

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo a penalidade aplicada de multa, no valor de 1.250 UFIR, com fulcro no teor do Parecer nº 30516/2017-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 114 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/42517 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, de 03/07/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: CONFIANÇA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 15.156.374/0001-78

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo a penalidade aplicada de multa, no valor de 2.500 UFIR, com fulcro no teor do Parecer nº 30517/2017-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 115 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2017/42525 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, de 03/07/2017
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: CONFIANÇA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 15.156.374/0001-78

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo a penalidade aplicada de multa, no valor de 2.500 UFIR, com fulcro no teor do Parecer nº 30518/2017-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

FERNANDO QUEIROZ SEGOVIA OLIVEIRA
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

**ALVARÁ Nº 5.932, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/90091 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0045-56, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 6.174, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/93822 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0047-18, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

15 (quinze) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 41, DE 5 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/105666 - DPF/BRU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0113-31, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Pistolas calibre .380

225 (duzentas e vinte e cinco) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

**ALVARÁ Nº 67, DE 8 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101866 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S/A, CNPJ nº 04.265.872/0001-32 para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 2888/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

**ALVARÁ Nº 56, DE 8 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97763 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PONTO FORTE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 07.499.430/0001-49, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2816/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

**ALVARÁ Nº 133, DE 10 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/104770 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ISSAM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 00.327.385/0001-04 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 18/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

**ALVARÁ Nº 219, DE 16 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100893 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MMAGREP ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ nº 03.998.836/0001-15 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

**ALVARÁ Nº 285, DE 22 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/55752 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0003-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1961/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 291, DE 22 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89599 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IMPACTO SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 68.000.538/0003-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2405/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 311, DE 22 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/103621 - DPF/LGE/SC, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GALERIA BAR LTDA - EPP, CNPJ nº 07.450.783/0001-54, para atuar em Santa Catarina.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 315, DE 22 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/106775 - DPF/CZO/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECULUM VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 65.043.655/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 54/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 328, DE 22 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/450 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MC SEGURANÇA E VIGILANCIA S/S LTDA, CNPJ nº 03.928.862/0001-77, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Carabinas calibre 38

14 (quatorze) Revólveres calibre 38

300 (trezentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 344, DE 22 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/2902 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AMAZON SECURITY LTDA, CNPJ nº 04.718.633/0001-90, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

640 (seiscentas e quarenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 369, DE 22 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97008 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HSJ COMERCIAL S.A, CNPJ nº 02.091.365/0006-09 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 379, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95323 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa F3 ESCOLA PROFISSIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 17.066.640/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 130/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 387, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/988 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ACOSTA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI - EPP, CNPJ nº 08.676.101/0001-99, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3000 (três mil) Espoletas calibre .380

3000 (três mil) Projéteis calibre .380

666 (seiscentas e sessenta e seis) Buchas calibre 12

43 (quarenta e três) Quilos de chumbo calibre 12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

414 (quatrocentas e quatorze) Espoletas calibre 12

47662 (quarenta e sete mil e seiscentas e sessenta e duas) Espoletas calibre 38

13083 (treze mil e oitenta e três) Gramas de pólvora

46548 (quarenta e seis mil e quinhentos e quarenta e oito) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 391, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/3310 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.446.347/0003-88, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em Pernambuco.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 393, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/2725 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.446.347/0003-88, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em Pernambuco.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 399, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/103554 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa MERITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI-EPP, CNPJ nº 13.014.370/0001-20, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**PORTARIA Nº 34.099, DE 18 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08091.003285/2017-27- CV/DPF/LGE/SC, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento concedida à empresa BACK SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº 85.787.737/0001-59, localizada no Estado de SANTA CATARINA.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

**PORTARIA Nº 34.101, DE 18 DE JANEIRO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.034492/2017-57 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento concedida à empresa EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ/MF nº 57.574.154/0004-57, localizada no Estado do RIO DE JANEIRO.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

# Ministério da Saúde

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 3.859, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017**
ANEXO(*)

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS - EQUIPES DE CONSULTÓRIO NA RUA

| Estado | Município | IBGE | CnR 1 Novo Credenciamento | CnR 2 Novo Credenciamento | CnR 3 Novo Credenciamento | Total de CnR 1 | Total de CnR 2 | Total de CnR 3 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BA | Alagoinhas | 290070 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| BA Total | 1 | | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| MG | Poços de Caldas | 315180 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| MG Total | 1 | | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| MT | Rondonópolis | 510760 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| MT Total | 1 | | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| PB | Santa Rita | 251370 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| PB Total | 1 | | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| RJ | Barra Mansa | 330040 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| RJ Total | 1 | | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| RS | Rio Grande | 431560 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| RS Total | 1 | | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| SP | São Carlos | 354890 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| SP Total | 0 | | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Total Geral | 6 | | 4 | 2 | 1 | 4 | 2 | 1 |

Republicada por ter saído, no DOU nº 247-B, de 27-12-2017, Seção 1- Edição Extra, página 11, com incorreções no original.

RICARDO BARROS

## AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

**DECISÃO DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 473ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 22 de setembro de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

| Processo ANS n.º | Nome da Operadora | Tipo de Infração | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|
| 33903.004148/2011-60 | Sul América Serviços de Saúde S.A. | Negativa de Cobertura | 80.000,00 (oitenta mil reais) |

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**DECISÃO DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 476ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 07 de novembro de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

| Processo ANS n.º | Nome da Operadora | Tipo de Infração | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|
| 25779.042152/2015-21 | Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial | Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06 | 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) |

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente
Substituto

**DECISÃO DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 478ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 01 de dezembro de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

| Processo ANS n.º | Nome da Operadora | Tipo de Infração | Valor da Multa (R$) |
|---|---|---|---|
| 33903.007279/2014-41 | Plamheg Plano de Assistência Medica e Hospitalar do Estado de Goiás S/S Ltda | Mecanismos de Regulação - art. 71 da RN 124/06 | 12.000,00 (doze mil reais) |
| 33902.553459/2015-91 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro | Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 33903.002119/2016-78 | Allcare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. | Obrigações de natureza contratual - art. 78 da RN 124/06 | 36.000,00 (trinta e seis mil reais) |
| 33902.503854/2012-81 | Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. | Cláusulas de garantias legais - art. 66 da RN 124/06 | 30.000,00 (trinta mil reais) |
| 33902.450610/2016-11 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro | Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25789.094999/2014-64 | Prodent - Assistência Odontológica Ltda. | Obrigações de natureza contratual - art. 78 da RN 124/06 | 120.000,00 (cento e vinte mil reais) |
| 33902.249830/2015-13 | Dental Uni - Cooperativa Odontológica | Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06 | 72.000,00 (setenta e dois mil reais) |
| 33902.307330/2014-22 | Sociedade Cooperativa Cruzeiro - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativa - Em Liquidação Extrajudicial | Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 33902.372126/2015-63 | Special Assistência Odontológica Ltda. | Envio de informações periódicas mensais - art. 36 da RN 124/06 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 33902.372011/2015-79 | Interdental Odontologia Integrada Ltda. | Envio de informações periódicas mensais - art. 36 da RN 124/06 | 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) |
| 33902.376826/2015-27 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro | Renovação de Contratos - art. 62-F da RN 124/06 | 30.000,00 (trinta mil reais) |
| 25789.030537/2015-08 | Bio Saúde Serviços Médicos Ltda. | Renovação de Contratos - art.62-A da RN 124/06 | 20.000,00 (vinte mil reais) |
| 25789.043855/2015-21 | Biovida Saúde Ltda. | Urgência e Emergência - art.79 da RN 124/06 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25772.014365/2015-04 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro | Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 33902.006756/2016-23 | Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico | Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 33902.413871/2014-99 | Amil Assistência Médica Internacional S.A. | Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06 | 72.000,00 (setenta e dois mil reais) |
| 25789.053155/2015-44 | Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial | Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25782.013743/2015-13 | Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios | Obrigações de Natureza Contratual - art.78 da RN 124/06 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25779.032450/2015-86 | Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico | Mecanismos de Regulação - art. 71 da RN 124/06 | 33.000,00 (trinta e três mil reais) |
| 33902.012160/2016-62 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro | Negativa de Cobertura - art.77 da RN 124/06 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 33902.381630/2014-73 | Free Life Operadora de Planos de Saúde Ltda. | Envio de Informações Periódicas Mensais - art. 36 da RN 124/06 | 18.000,00 (dezoito mil reais) |
| 33902.233472/2012-84 | Odontoreal Ltda. | Envio de Informações - art. 35 da RN 124/06 | 20.000,00 (vinte mil reais) |
| 25789.014375/2013-91 | Santa Helena Assistência Médica S/A. | Suspensão ou Rescisão Unilateral do Contrato - art.82 da RN 124/06 | 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) |
| 33902.207756/2012-15 | Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico | Envio de Informações - art. 35 da RN 124/06 | 50.000,00 (cinquenta mil reais) |
| 25789.005154/2015-93 | Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. | Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN 124/06 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25779.005031/2015-71 | Massa Falida de Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda. | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais) |
| 25780.017921/2015-97 | Amil Assistência Médica Internacional S.A. | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 25782.008152/2015-16 | Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) |
| 25783.015022/2014-49 | Unimed Campina Grande - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais) |
| 25785.003023/2014-21 | Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais) |
| 25789.000088/2015-65 | Sul América Companhia de Seguro Saúde | Mudança de Faixa Etária - Art. 57 da RN 124/06 | 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) |
| 25789.012201/2015-55 | Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25789.015688/2016-17 | Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) |
| 25789.025416/2014-55 | Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial | Mudança de Faixa Etária - Art. 57 da RN 124/06 | 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) |
| 33902.238442/2015-15 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro | Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN 124/06 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 33902.487978/2011-21 | Plano de Saúde Unifenas | Operações Contrárias à Lei - Art. 45 da RN 124/06 | 36.000,00 (trinta e seis mil reais) |
| 33903.003438/2014-39 | Unimed Ji Paraná Cooperativa de Trabalho Médico | Produto Diverso do Registrado e Mecanismos de Regulação - Arts. 20 e 71 da RN 124/06 | 30.000,00 (trinta mil reais) |
| 33903.036497/2013-11 | Qualicorp Administradora de Beneficios S.A. | Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 RN 124/2006 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25789.090315/2014-55 | Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil | Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 RN 124/2006 | 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) |
| 25789.061018/2015-83 | São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada | Reajuste acima do Permitido - art. 59 RN 124/2006 | 82.665,00 (oitenta e dois mil seiscentos e sessenta e cinco reais) |
| 25789.035876/2015-72 | Porto Seguro - Seguro Saúde S/A | Negativa de cobertura - art. 77 RN 124/2006 | 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais) |
| 25772.027150/2015-45 | Hapvida Assistencia Medica Ltda | Negativa de cobertura - art. 77 RN 124/2006 | 72.000,00 (setenta e dois mil reais) |
| 25789.012915/2016-44 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico Do Rio De Janeiro | Negativa de cobertura - art. 77 RN 124/2006 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 33902.620426/2014-83 | Qualicorp Administradora de Beneficios S.A. | Cláusulas de Garantias Legais - art. 66 RN 124/2006 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 33902.251261/2015-76 | Qualicorp Administradora de Beneficios S.A. | Cláusulas de Garantias Legais - art. 66 RN 124/2006 | 30.000,00 (trinta mil reais) |
| 25789.020617/2014-66 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro | Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 RN 124/2006 | 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) |
| 25782.013863/2011-89 | Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos | Mudança de Faixa Etária - art. 57 RN 124/2006 Reajuste acima do Permitido - art. 59 RN 124/2006 | 345.211,58 (trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e onze reais e cinquenta e oito centavos) |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | |
|---|---|---|---|
| 25783.002563/2015-98 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro | Negativa de cobertura - art. 77 RN 124/2006 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 25785.017310/2014-18 | Amil Assistência Médica Internacional S.A. | Negativa de cobertura - art. 77 RN 124/2006 | 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais) |
| 25789.012357/2016-17 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 25789.004205/2016-41 | Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06; Informações devidas a consumidores - Art. 74 da RN 124/06; | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) e Advertência |
| 25780.013745/2015-14 | Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil | Urgência e emergência - Art. 79 da RN 124/06 | 100.000,00 (cem mil reais) |
| 25782.000643/2016-08 | Central Nacional Unimed - Cooperativa Central | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais) |
| 25789.003475/2016-34 | Unimed de Itatiba Cooperativa de Trabalho Médico | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 32.000,00 (trinta e dois mil reais) |
| 25779.022466/2014-08 | Vitallis Saúde S/A | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25772.000308/2013-78 | Plamed Plano de Assistência Médica Ltda | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25772.016841/2014-32 | Plamed Plano de Assistência Médica Ltda | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25789.038495/2015-45 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 25789.035595/2015-10 | Sul América Companhia de Seguro Saúde | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 25789.035353/2015-26 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 25789.033298/2015-30 | Sociedade Cooperativa Cruzeiro - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativa | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) |
| 25789.016230/2016-77 | Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 25782.001491/2014-91 | Associação De Assistência À Saúde Dos Servidores Públicos Do Município De Joinville | Mudança de faixa etária- Art. 57 e 37 da RN 124/06 | 18.000,00 (dezoito mil reais) e advertência |
| 25789.108689/2014-34 | Amil Assistência Médica Internacional S.A | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 25773.010969/2014-82 | Interbrasil Administradora De Benefícios LTDA | Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06 | 12.000,00 (doze mil reais) |
| 25772.009532/2014-14 | Odontoprev S.A. | Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25789.057733/2014-31 | Bradesco Saúde S.A. | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais |
| 25782.005737/2015-84 | Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa De Trabalho Médico Em Liquidação Extrajudicial | Urgência e emergência- Art.79 da RN 124/06 | 100.000,00 (cem mil reais) |
| 25782.006023/2015-93 | Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa De Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial | Negativa de cobertura e urgência e emergência - Art. 77 e 79 da RN 124/06 | 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais) |
| 25773.018351/2011-18 | Unimed Mossoró Cooperativa De Trabalhos Médicos | Redução de rede - Art. 88 da RN 124/06 | 64.440,00 (sessenta e quatro mil quatrocentos e quarenta reais), |
| 33903.036.092/2013-74 | Unimed Macapá Cooperativa De Trabalho Médico | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais) |
| 33902.553652/2013-61 | Instituto Brasileiro De Benefícios Para Cooperativas E Associações, | Reajuste de plano coletivo- Art.61-A da RN 124/06 | 36.000,00 (trinta e seis mil reais) |
| 25773.008597/2015-13 | Bradesco Saude S.A | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais) |
| 25773.012824/2015-05 | Unimed Macapá Cooperativa De Trabalho Médico | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais) |
| 25779.017311/2015-22 | Unimed Campinas Cooperativa De Trabalho Médico | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais |
| 33902.128016/2005-94 | Sulsaúde Participações S.A. | Contratualização - Art. 4º, inciso X, da RDC 24/2000 | 30.000,00 (trinta mil reais) |
| 25772.016063/2012-10 | Caixa de Assistência dos Empregados do Baneb | Redução de Rede Hospitalar - Art. 88 da RN n° 124/2006 | 22.022,00 (vinte e dois mil e vinte e dois reais) |
| 25789.058870/2015-73 | Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 | 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) |
| 33902.223567/2012-90 | Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico | Envio de Informações Periódicas - art. 35 da RN 124/2006 | Advertência; 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) |
| 33902.058378/2011-59 | Unimed de Fernandópolis - Cooperativa de Trabalho Médico | Produto Diverso do Registrado - Art. 20 da RN n° 124/2006 | 40.000,00 (quarenta mil reais) |
| 25789.055372/2013-15 | Unimed de Guarulhos Cooperativa de Trabalho Médico | Envio de Informações - Art. 34 da RN n° 124/2006; Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66 da RN n° 124/2006 | Advertência; 18.000,00 (dezoito mil reais) |
| 25789.106472/2014-90 | Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. | Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN n° 124/2006 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25773.018593/2013-73 | Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25779.006997/2016-15 | Cooperativa de Usuários Assistência Médico-Hospitalar do Sicob Ltda - Vivamed Saúde | Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Coletivo - art. 82-A da RN nº 124/2006 | 32.000,00 (trinta e dois mil reais) |
| 25779.028864/2015-19 | Green Life Saúde Assistência Médica Ltda | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 | 32.000,00 (trinta e dois mil reais) |
| 33902.442804/2014-81 | Odontoprev S.A. | Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 da RN n° 124/2006 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25782.012007/2010-25 | Unimed Noroeste do Paraná Cooperativa de Trabalho Médico | Doenças e Lesões Preexistentes - Art. 81 da RN n° 124/2006; Cláusulas de Garantias Legais - Art. 66 da RN n° 124/2006; Produto Diverso do Registrado - Art. 20 da RN n° 124/2006 | 105.084,00 (cento e cinco mil e oitenta e quatro reais) |
| 25779.004957/2016-21 | Agemed Saúde S.A. | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 | 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) |
| 25772.009513/2014-80 | Sociedade Cooperativa Cruzeiro - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativa - Em Liquidação Extrajudicial | Descumprimento Contratual - Art. 78 da RN n° 124/2006 | 36.000,00 (trinta e seis mil reais) |
| 25772.017051/2014-74 | Hapvida Assistência Medica Ltda | Descumprimento Contratual - Art. 78 da RN n° 124/2006 | 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) |
| 25773.007715/2016-49 | Unimed do Cariri Cooperativa De Trabalho Médico | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 | 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais) |
| 25773.002985/2014-00 | Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. | Impedimento de participação Art. 62 da RN n° 124/2006 | 50.000,00 (cinquenta mil reais) |
| 25779.003105/2015-35 | Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - em Liquidação Extrajudicial | Reajuste por faixa etária - Art. 57 da RN n° 124/2006 | 27.000,00 (vinte e sete mil reais) |
| 25779.006590/2015-07 | Massa Falida de Minas Center Med Ltda | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 | 32.000,00 (trinta e dois mil reais) |
| 25779.035386/2015-95 | Amico Saúde Ltda | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 (2x) | 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) |
| 25780.015064/2015-91 | Reunidas Operadora de Planos de Saúde Ltda | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 | 32.000,00 (trinta e dois mil reais) |
| 25782.000498/2016-57 | Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. | Cláusulas de garantias contratuais - Art. 66 da RN n° 124/2006 | 30.000,00 (trinta mil reais) |
| 25783.001142/2014-69 | Unimed Cajazeiras - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico | Urgência e Emergência - Art. 79 da RN n° 124/2006 | 20.000,00 (vinte mil reais) |
| 25783.007784/2014-71 | Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda | Rescisão Unilateral - Art. 82 da RN n° 124/2006 | 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) |
| 33902.031577/2016-24 | Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. | Reajuste por faixa etária - Art. 57 da RN n° 124/2006 | 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) |
| 33903.032115/2013-71 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro | Negativa de Cobertura - Art. 77 da RN n° 124/2006 (2x) | 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) |
| 25772.011821/2014-75 | Terramar Administradora de Planos de Saúde Ltda | Negativa de Cobertura - Art. 77 c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25783.010323/2015-67 | Amil Assistência Médica Internacional | Cláusulas de Garantias legais - Art. 66 c/c art.10, inciso V e art.9º, inciso II da RN n° 124/2006 | 133.686,32.000,00 (cento e trinta e três mil seiscentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos) |
| 25783.017133/2013-17 | Sul América Companhia de Seguro Saúde | Negativa de Cobertura - Art. 77 c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 25779.008653/2015-51 | Promed Assistência Médica Ltda | Cláusulas de Garantias legais - Art. 66 c/c art.10, inciso IV da RN n° 124/2006 | 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) |
| 25773.010169/2013-81 | Hapvida Assistência Médica Ltda | Exonerados, Demitidos ou Aposentados - Art. 84 c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006 | 30.000,00 (trinta mil reais) |
| 25779.002495/2016-15 | Fundação Santa Casa da Misericórdia de Belo Horizonte | Exonerados, Demitidos ou Aposentados - Art. 84 c/c art.10, inciso IV da RN n° 124/2006 | 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) |
| 25782.002726/2016-23 | Postal Saúde Caixa de Assistência e saúde dos empregados dos correios | Obrigações de natureza contratual - Art. 78 c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25782.005773/2015-48 | Sul América Companhia de Seguro Saúde | Obrigações de natureza contratual - Art. 78 c/c art.10, inciso V da RN n° 124/2006 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25773.002082/2015-00 | Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP | Negativa de Cobertura - Art. 77 c/c art.10, inciso IV c/c art.7º, inciso III da RN n° 124/2006 | 70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais) |
| 25780.007091/2015-90 | Unimed Oeste do Pará - Cooperativa de Trabalho Médico | Produto diverso do registrado - Art. 20 c/c art.10, inciso II da RN n° 124/2006 | 20.000,00 (vinte mil reais) |
| 25779.029326/2015-33 | Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro | Obrigações de natureza contratual - Art. 78 c/c art.10, inciso V c/c art.7º, inciso III da RN n° 124/2006 | 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) |
| 25779.004985/2016-48 | Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - em liquidação extrajudicial | Negativa de Cobertura - Art. 77 c/c art.10, inciso III da RN n° 124/2006 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25779.048180/2015-25 | Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - em liquidação extrajudicial | Negativa de Cobertura - Art. 77 c/c art.10, inciso III c/c art.7º, inciso III da RN n° 124/2006 | 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) |
| 25773.000461/2013-95 | Unihosp Serviços de Saúde Eireli | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25773.011533/2012-49 | Hapvida Assistência Médica Ltda | Reajuste acima do permitido - Art. 59 da RN 124/06 | 45.045,00 (quarenta e cinco mil e quarenta e cinco reais) |
| 25779.038024/2015-56 | Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial | Urgência e emergência - Art. 79 da RN 124/06 | 20.000,00 (vinte mil reais) |
| 25783.010851/2016-05 | Unimed Seguros Saúde S/A | Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25783.025795/2013-52 | Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. | Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06 | 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) |
| 25789.006962/2014-97 | Itauseg Saúde S.A. | Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06 | 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) |
| 25789.098683/2014-41 | Green Line Sistema de Saúde S.A. | Reajuste de plano coletivo - Art. 61-A da RN 124/06 | 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) |
| 33902.011971/2016-46 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 33902.374274/2011-99 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro | Contratualização - Art. 43 da RN 124/06, por três vezes | 105.000,00 (cento e cinco mil reais) |
| 33902.442960/2014-42 | Amil Assistência Médica Internacional S.A. | Suspensão ou rescisão unilateral de contrato individual - Art. 82 da RN 124/06 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 33902.719848/2014-13 | Caixa Econômica Federal | Redução de rede hospitalar - Art. 88 da RN 124/06 | 185.915,79 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e quinze reais e setenta e nove centavos) |
| 33903.005233/2016-50 | Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. | Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06 | 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) |
| 33903.019526/2014-52 | Ameron - Assistência Médica Rondônia S/A | Negativa de cobertura - Art. 77 da RN 124/06 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 33902.113826/2008-99 | Iben Instituto de Benefícios Alternativos do Brasil | Autorização de funcionamento - art. 18, RN 124/2006 | 900.000,00 (novecentos mil reais) |
| 33902.179365/2009-06 | Asg Odontologia Sistema de Prevenção Oral Ltda | Envio de informações periódicas mensais - art. 36, RN 124/2006 | 435.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil reais) |
| 25789.062828/2012-12 | Unimed Bauru Cooperativa de Trabalho Médico | Mecanismo de Regulação - art. 71, RN 124/2006 | Advertência |
| 33902.330813/2013-40 | Unimed do Oeste da Bahia Cooperativa de Trabalho Médico | Envio de informações periódicas - art. 35, RN 124/2006 | Advertência |
| 25782.006877/2013-16 | Unimed Ponta Grossa Coop. de Trabalho Médico | Mecanismo de Regulação; negativa de cobertura - arts. 71 e 77, RN 124/2006 | 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos reais) |
| 33902.330458/2013-17 | Bio Saúde Serviços Médicos Ltda | Envio de informações periódicas - art. 35, RN 124/2006 | 10.000,00 (dez mil reais), Advertência |
| 33902.330508/2013-58 | Cam-Operadora de Planos de Saúde Ltda | Envio de informações periódicas - art. 35, RN 124/2006 | 10.000,00 (dez mil reais), Advertência |
| 25789.023770/2013-64 | Sul América Companhia de Seguro Saúde | Exonerados, demitidos ou aposentados - art. 84, RN 124/2006 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 33902.474154/2014-33 | All Care Adminstradora de Benefícios S.A. | Ingresso de beneficiário em plano coletivo, cláusulas de garantias legais - arts. 20-D e 66, RN 124/2006 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 33903.010271/2014-62 | São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Ltda | Negativa de cobertura - art. 77, RN nº 124/2006 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25785.005589/2014-97 | Unimed Nordeste RS Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda | Negativa de cobertura - art. 77, RN nº 124/2006 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25789.017003/2014-05 | Sul América Companhia de Seguro Saúde | Obrigação de natureza contratual - art. 78 RN nº 124/2006 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25789.013620/2016-95 | Notre Dame Intermédica Saúde S.A. | Negativa de cobertura - art. 77, RN nº 124/2006 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 25789.014047/2015-56 | Biovida Saúde Ltda | Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual -Art. 82 RN 124/06 | 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) |
| 25779.009726/2015-22 | Sms-Assistência Médica Ltda | Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06 | 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) |
| 25789.038340/2015-17 | Sul América Companhia de Seguro Saúde | Urgência e Emergência- Art. 79 RN 124/06 | 100.000,00 (cem mil reais) |
| 25789.058227/2015-40 | Unimed do Estado de São Paulo-Federação Estadual das Coop. Médicas | Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 33902.276825/2015-83 | Qualicorp Administradora De Benefícios S.A | Clausulas e Garantias Legais- Art.66 RN 124/06 | 30.000,00 (trinta mil reais) |
| 25785.019088/2015-79 | Unimed Porto Alegre Cooperativa Médica Ltda | Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06 | 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais) |
| 25783.018532/2014-78 | Sbc Saúde Ltda | Redução de Rede- Art. 88 RN 124/06 | 20.220,00 (vinte mil, duzentos e vinte reais) |
| 33902.145069/2014-61 | Vision Med Assistência Médica Ltda | Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06 | 72.000,00 (setenta e dois mil reais) |
| 25779.005992/2016-67 | Promed Assistência Médica Ltda | Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06 | 63.360,00 (sessenta e três mil trezentos e sessenta reais) |
| 33902.033780/2016-35 | Qualicorp Administradora de Benefícios S.A | Clausulas e Garantias Legais- Art.66 RN 124/06 | 30.000,00 (trinta mil reais) |
| 25779.019452/2016-61 | Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - em Liquidação Extrajudicial | Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 33902.801945/2013-60 | Ibbca 2008 Gestão em Saúde Ltda | Reajuste - Art. 57 RN 124/06 | 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) |
| 25785.002470/2016-24 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro | Descumprimento Contratual - Art. 78 RN 124/06 | 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) |
| 25789.023035/2015-12 | Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência | Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25789.065521/2014-27 | Green Line Sistema de Saúde S/A | Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 25789.046801/2014-36 | IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda | Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/06 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 25789.104610/2015-87 | Portomed Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda | Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25789.087398/2013-14 | Qualicorp Administradora de Benefícios S/A | Negativa de Migração ou Adaptação dos Contratos - Art. 67-A RN 124/06 | 50.000,00 (cinquenta mil reais) |
| 25789.036303/2016-47 | Sul América Companhia de Seguro Saúde | Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 25789.049082/2015-96 | Santa Helena Assistência Médica S/A | Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/06 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | |
|---|---|---|---|
| 33902.009512/2016-01 | Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro | Obrigações de Natureza Contratual - Art. 78 RN 124/06 | 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) |
| 33902.007963/2015-14 | Unimed Paulistana Soc. Coop. de Trabalho Médico - em Liq. Extraj. | Produto Diverso do Registrado - Art. 20 RN 124/06 | 50.000,00 (cinquenta mil reais) |
| 25789.021693/2016-51 | Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico | Negativa de Cobertura - Art. 77 RN 124/06 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 33902.199067/2012-20 | Unimed Vale do Caí/RS Coop. de Assistência à Saúde Ltda | Envio de Informações Periódicas - Art. 35 RN 124/06 | 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) |
| 33902.195058/2012-60 | Unimed Curitiba Sociedade Cooperativa de Médicoa | Envio de Informações Periódicas - Art. 35 RN 124/06 | 50.000,00 (cinquenta mil reais) |
| 25779.024921/2015-82 | Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - em liquidação extrajudicial | Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06 | 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais) |
| 25789.042800/2015-01 | Unimed Campinas - Cooperativa de Trabalho Médico | Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06 | 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) |
| 33902.413663/2015-71 | Instituto de Geração de Renda e Emprego para Jovens e Adultos do Brasil - Igreja Brasil | Autorização de Funcionamento - art. 18 da RN 124/06 | 1.150.000,00 (um milhão cento e cinquenta mil reais) |
| 25773.008349/2015-64 | Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. | Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06 | 60.000,00 (sessenta mil reais) |
| 33902.335803/2014-81 | All Care Administradora de Benefícios | Cláusulas de Garantias Legais - art. 66 da RN 124/06 | 30.000,00 (trinta mil reais) |
| 25789.020080/2015-15 | H.B. Saúde S/A | Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06 | 47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais) |
| 25789.050778/2014-84 | Unimed de Santos Coop de Trab Médico | Mudança de Faixa Etária - art. 57 da RN 124/2006 | 36.000,00 (trinta e seis mil reais) |
| 25773.009474/2015-91 | Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico | Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06 | 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) |
| 25789.066073/2015-60 | Unimed de Birigui - Cooperativa de Trabalho Médico | Obrigações de Natureza Contratual - art. 78 da RN 124/06<br>Cláusulas de Garantias Legais - art. 66 da RN 124/06 | 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) |
| 33902.090874/2016-10 | Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro | Negativa de Cobertura - art. 77 da RN 124/06 | 80.000,00 (oitenta mil reais) |
| 25783.017377/2014-72 | Unimed João Pessoa - Cooperativa de Trabalho Médico | Contrato coletivo em desacordo com a regulamentação - art. 20-C da RN 124/06<br>Reajuste de Plano Coletivo - art. 61-A da RN 124/06 | 76.000,00 (setenta e seis mil reais) |
| 33902.678221/2011-44 | Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá | Envio de Informações Periódicas - art. 35 da RN 124/06 | Arquivamento |
| 25783.006216/2014-53 | Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda. | Suspensão ou Rescisão Unilateral de Contrato Individual - art. 82 da RN 124/06 | 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) |

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente
Substituto

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

### DESPACHO Nº 14, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor - Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 53, IX, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, o prazo para publicação de decisão referente ao recurso administrativo listado no Anexo.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

Empresa: ELEBAT ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 21.229.645/0014-95
Processo: 25351.033855/2017-21
Expediente: 2190558/17-4
Data do Protocolo: 08/11/2017

## DIRETORIA COLEGIADA

### ARESTO Nº 1.046, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 001, realizada em 16/01/2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: CM HOSPITALAR S. A.
CNPJ: 12.420.164/0009-04
Processo: 25351.555842/2017-00
Expediente: 2168719/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, fazendo retornar à Área Técnica para reforma da decisão, fazendo publicar a Autorização de Funcionamento para Distribuidora de Produtos para Saúde, nos termos do voto do relator - Voto 002/2018 - Diges.
Recorrente: DUARTE & BALDIN LTDA.
CNPJ: 06.078.963/0001-94
Processo: 25351.517750/2017-13
Expediente: 2180624/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto 001/2018 - Diges.

### ARESTO Nº 1.047, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 001, realizada em 16/01/2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Nestlé Brasil Ltda.
CNPJ: 60.409.075/0001-52
Processo: 25351.507278/2015-08
Expediente: 1683307/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 088/2017 - Corea/GGALI.

### CONSULTA PÚBLICA Nº 463, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 16 de janeiro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a alteração do IS de 21 para 10 dias na cultura do Abacate, de 21 para 10 dias na cultura do Figo, de 20 para 10 dias na cultura da Manga e inclusão da cultura do Maracujá, com LMR de 1,0 mg/kg e IS de 10 dias, modalidade de emprego (aplicação) Foliar, na monografia do ingrediente ativo M02 - MANCOZEBE, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.487704/2014-94
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo M02 - MANCOZEBE, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

**CONSULTA PÚBLICA Nº 464, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 16 de janeiro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a alteração do LMR da cultura da uva de 0,1mg/kg para 0,2 mg/kg, na monografia do ingrediente ativo P35 - PIRIDABEM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.176873/2014-67
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo P35 - PIRIDABEM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

**CONSULTA PÚBLICA Nº 465, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 16 de janeiro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão da cultura de alface, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,02 mg/kg e IS 25 dias; abacate, cacau, mamão e maracujá, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/kg e IS 21 dias, na monografia do ingrediente ativo F40 - FORMETANATO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25000.009710/90-10
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo F40 - FORMETANATO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

**CONSULTA PÚBLICA Nº 466, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 16 de janeiro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão da cultura da Melancia, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,05 mg/kg e IS 7 dias, na monografia do ingrediente ativo B26 - BIFENTRINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351428028/2005-71
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo B26 - BIFENTRINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

**CONSULTA PÚBLICA Nº 467, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 16 de janeiro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão da cultura de eucalipto, cujo uso é não alimentar, sem intervalo de segurança e LMR, na monografia do ingrediente ativo C32 - CLETODIM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.724479/2015-93
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo C32 - CLETODIM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**CONSULTA PÚBLICA Nº 468, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 16 de janeiro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão da cultura de eucalipto, cujo uso é não alimentar, sem intervalo de segurança e LMR, na monografia do ingrediente ativo Q05 - QUIZALOFOPE-P, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.724479/2015-93
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo Q05 - QUIZALOFOPE-P, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

## FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
## SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO TOCANTINS

**PORTARIA Nº 199, DE 19 DE JANEIRO DE 2018**

A SUPERINTENDENTE ESTADUAL DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE NO ESTADO DO TOCANTINS - SUBSTITUTA, designada pela Portaria n.º 1.514, de 26 de dezembro de 2017, publicada no DOU n.º 249 de 29/12/2017, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 930 de 10 de julho de 2013, publicada no DOU n.º 134 de 15 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar os critérios e os procedimentos dispostos no Anexo A desta Portaria concernente às diretrizes e critérios do Programa de Cooperação Técnica com vistas à seleção de Municípios do Estado do Tocantins, para capacitação e elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB, oferecendo assessoria, apoio, suporte, orientações e supervisão técnica aos municípios na elaboração de seus Planos, em atendimento às disposições contidas na Lei n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Decreto n.º 7.217, de 21 de junho de 2010 que define as diretrizes nacionais e estabelece a Política Federal de Saneamento Básico e da Lei n.º 12.305 de 02 de agosto de 2010 que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 2º Os municípios do Estado do Tocantins interessados, deverão candidatar-se com base nos critérios e procedimentos estabelecidos nesta Portaria e seus Anexos.

Parágrafo Único. A capacitação e elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico será realizada por intermédio do Termo de Execução Descentralizada - TED, celebrado entre esta Fundação Nacional de Saúde-FUNASA e a Universidade Federal do Tocantins-UFT, e guardarão conformidade com o Termo de Referência para elaboração de Plano Municipal de Saneamento básico que se encontra no sítio eletrônico da Funasa - www.funasa.gov.br.

Art. 3º Os proponentes deverão manifestar seu interesse através do encaminhamento dos Anexos desta Portaria, no período de 15 (quinze) dias após a data de publicação desta Portaria (considerando a data de postagem), para a Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins, situada à Av. Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 101 Sul, lote 03, Edifício Carpe Diem, sala 102 (protocolo). Em caso de dúvidas, deverão entrar em contato pelos telefones 63- 3218-1681 e 3218-1840.

Art. 4º A Presidência da Funasa dará publicidade à lista de municípios beneficiados em até 15 (quinze) dias após o término do prazo para candidatura dos municípios.

Art. 5º O atendimento aos Municípios interessados será limitado em razão da demanda apresentada, do recurso disponibilizado na Lei Orçamentária Anual, em observância aos critérios e procedimentos definidos nesta Portaria, seus anexos e na legislação específica sobre a matéria.

Art. 6° A Funasa notificará por meio de Portaria os municípios selecionados.

Art. 7.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

LIGIA MARIA MESQUITA MARQUES MOTA

ANEXO A

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DA SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA CAPACITAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

DO OBJETO

Considerando as disposições contidas no Art. 23 do Decreto no 7.217/2010, a saber:

O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto elaborar os planos de saneamento básico, observada a cooperação das associações representativas de vários segmentos da sociedade (conforme previsto no art. 2o, inciso II, da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001) e da ampla participação da população.

Este Chamamento Público tem por objetivo selecionar municípios com vistas a prestar-lhes apoio nas ações voltadas à capacitação, elaboração e desenvolvimento de Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB.

A capacitação, apoio, suporte, orientações e supervisão técnica para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico serão realizados de acordo com o (Termo de Cooperação ou Convênio) realizado entre a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e a entidade a selecionada.

DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E PRIORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Critérios De Elegibilidade

Serão elegíveis:

1. Municípios com população total (urbana e rural) de até 50.000 habitantes (Censo/2010).

2. Municípios que não possuam Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e não tenham recebido recurso da Funasa para elaboração de PMSB.

Critérios de Priorização

A priorização dos municípios considerados elegíveis será feita de acordo com a ordem dos seguintes critérios:

a) Municípios contemplados com recursos da Funasa em obras e/ou projetos de saneamento.

b) Possua menor IDH-M, constante no banco de dados do PNUD do ano de 2010.

c) Possuam maior percentual em extrema pobreza, conforme dados do Plano Brasil Sem Miséria (2010).

d) Municípios em situação de risco de desastres naturais, secas e estiagem prolongadas.

e) Possuam menores índices de cobertura dos serviços de abastecimento de água, constantes no banco de dados do IBGE (Censo/2010).

f) Apresente maior percentagem de população urbana, constante no banco de dados do IBGE, Censo 2010.

g) Municípios com comunidades rurais, assentamentos, quilombolas e outras comunidades tradicionais (tradicionais (ribeirinhos, Extrativistas, entre outras).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A Funasa não repassará recursos financeiros diretamente aos municípios.

A cooperação será realizada mediante disponibilização de profissionais capacitados para a realização de estudos e pesquisas, inclusive produzindo o material de divulgação dos eventos de mobilização social (profissionais da entidade selecionada).

Caberá ao município disponibilizar todas as informações, documentos e servidores do quadro municipal para efetiva participação em todas as etapas da capacitação e da elaboração do PMSB.

Ficará ainda a cargo do município a logística necessária para a mobilização social, incluindo a disponibilização de espaço para reuniões e divulgação dos eventos em meios de comunicação local, permitindo assim a elaboração do plano de forma participativa, conforme preceitua a Lei no 11.445/2007.

DA CAPACITAÇÃO

O município deverá designar no mínimo 02 (dois) profissionais do quadro municipal para serem capacitados. Eles serão os responsáveis pela aplicação do conteúdo adquirido no curso visando à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Serão exigidos profissionais com o seguinte perfil:

1 (um) Profissional com Formação Superior, preferencialmente engenheiro, arquiteto ou urbanista. Na ausência destes profissionais será aceito tecnólogo ou técnico com formação em áreas afins;

1 (um) Profissional com Formação Superior em ciências sociais e humanas, preferencialmente pedagogo ou assistente social.

O Município deverá assegurar a participação dos servidores na capacitação, custeando com recursos próprios as despesas com diárias, deslocamentos e outras de qualquer natureza necessárias à obtenção da frequência mínima de 100% da carga horária na capacitação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O encaminhamento dos pleitos implicará na aceitação dos termos contidos nesta Portaria e seus anexos.

A análise e seleção dos municípios serão procedidas pelo Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica da Superintendência Estadual da Funasa em Tocantins- NICT/TO com base nos critérios dispostos nesta Portaria e seus anexos, mediante parecer técnico assinado pelo Superintendente Estadual e pelo NICT.

Os casos omissos e as situações não previstas na presente Portaria serão avaliados e deliberados pela Funasa, por intermédio da Superintendência Estadual do Tocantins.

ANEXO B

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA DO MUNICÍPIO
(Timbre do Município)
MODELO DE OFÍCIO PARA O PLEITO
Ofício no ___/2015
Local, data
À Sua senhoria a Senhora
Selestina Delmundes Bezerra
Superintendente Estadual da Funasa - Substituta
Superintendência Estadual da Funasa em Tocantins
Qd. 101 Sul, Lt. 03 , Av. Joaquim Teotônio Segurado, Ed. Carpe Diem
Plano Diretor Sul
CEP - 77.015-002
Palmas-TO
Assunto: Processo de Seleção para capacitação e apoio a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico
Senhor Superintendente,
Venho através deste, candidatar o Município de _____ no processo seletivo para a capacitação e elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme Portaria Funasa No XXX de XX de mês de 2015.
2. Em anexo seguem os documentos exigidos pela portaria desta seleção.

_____
Prefeito Municipal de (nome do município)

ANEXO C

DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE
(Timbre do Município)
MODELO DE DECLARAÇÃO

Declaro que o Município de _____ não possui Plano Municipal de Saneamento Básico e não recebeu recursos públicos para execução deste objeto, não tendo licitado, contratado ou conveniado para elaboração do mesmo.

Local, data

_____
Prefeito Municipal de (nome do município)

ANEXO D

(Timbre do Município)
TERMO DE COMPROMISSO DE CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MUNICIPAIS

O Município de _____ compromete-se a encaminhar para capacitação em elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico os seguintes servidores:

*Profissional com Formação Superior, preferencialmente engenheiro, arquiteto ou urbanista. Na ausência destes profissionais será aceito tecnólogo ou técnico com formação em áreas afins:

Nome do Servidor: _____

Cargo/Função: _____

Formação: _____

Data de Nascimento: ___/___/___

Naturalidade: _____Nacionalidade:_____

RG: _____ Órgão Emissor: _____ UF: ____ CPF:_____

Telefone: ( ) _____ Celular: ( ) _____

Email: _____

Assinatura do servidor: _____

*Profissional com Formação Superior em ciências sociais e humanas, preferencialmente pedagogo ou assistente social.

Nome do Servidor: _____

Cargo/Função: _____

Formação: _____

Data de Nascimento: ___/___/___

Naturalidade:_____Nacionalidade: _____

RG: _____ Órgão Emissor:_____UF:____ CPF:_____

Telefone: ( ) _____ Celular: ( ) _____

Email: _____

Assinatura do servidor: _____

_____
Prefeito Municipal de (nome do município)

## SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

### PORTARIA Nº 39, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 101/SGTES/MS, de 26 de abril de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 101/SGTES/MS, de 26 de abril de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

| PROCESSO | NOME | RMS | UF | MUNICÍPIO |
|---|---|---|---|---|
| 25000.054361/2017-53 | DIOGO FERNANDES LIMA DOS SANTOS | 4101472 | PR | PARAISO DO NORTE |

### PORTARIA Nº 40, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 92/SGTES/MS, de 1 de abril de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 92/SGTES/MS, de 1 de abril de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

| PROCESSO | NOME | RMS | UF | MUNICÍPIO |
|---|---|---|---|---|
| 25000.043019/2017-28 | JORGE REY FERRERA | 4301917 | RS | ALVORADA |

### PORTARIA Nº 41, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 303/SGTES/MS, de 17 de outubro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 303/SGTES/MS, de 17 de outubro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

| PROCESSO | NOME | RMS | UF | MUNICÍPIO |
|---|---|---|---|---|
| 25000.436431/2017-98 | MARIA APARECIDA DOS SANTOS | 1100389 | RO | CACOAL |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

# Ministério de Minas e Energia

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 28, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 09/2015-ANEEL, e o que consta dos Processos nºs 48500.001161/2015-09 e 48500.005336/2015-49, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Energybras Energias Renováveis Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.019.497/0001-02, com Sede na Avenida Joaquim Alves Correa, nº 2.534, sala 2, Jardim Santo Antônio, Município de Valinhos, Estado de São Paulo, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Fazenda Esmeralda, no Município de Agrestina, Estado de Pernambuco, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PE.034305-6.01, com 30.000 kW de capacidade instalada, e 6.200 kW médios de garantia física de energia, constituída por trinta Unidades Geradoras de 1.000 kW, localizada às coordenadas planimétricas E 174230 m e N 9068481 m, Fuso 25S, Datum SIRGAS2000.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da UFV Fazenda Esmeralda, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/69 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 69 kV, com cerca de dois quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Agrestina, de propriedade da Companhia Energética de Pernambuco - Celpe, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Fotovoltaica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) início da Operação em Teste da 1ª à 30ª Unidade Geradora: até 1º de setembro de 2018; e

b) início da Operação Comercial da 1ª à 30ª Unidade Geradora: até 1º de novembro de 2018.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 09/2015-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 7.685.994,50 (sete milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da UFV Fazenda Esmeralda;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Leilão nº 09/2015-ANEEL.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e conforme o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UFV Fazenda Esmeralda, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

### PORTARIA Nº 33, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, e o que consta do processo nº 48340.008122/2017-76, resolve:

Art. 1º Instituir o Subcomitê de Tecnologia da Informação e Comunicações - STIC, de natureza consultiva, com a finalidade de assessorar o Comitê de Governança Digital - CGD-MME na integração entre as estratégias de Tecnologia da Informação e organizacionais do Ministério de Minas e Energia, competindo-lhe elaborar os seguintes instrumentos de planejamento ou outros documentos correlatos, cuja edição dependerá de prévia manifestação favorável do Comitê:

I - o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC;

II - o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC;

III - o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - PCTIC;

IV - o Plano de Dados Abertos - PDA; e

V - a atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC.

Art. 2º O STIC, de caráter permanente, será composto por um representante, titular e suplente, das seguintes unidades do Ministério:

I - Gabinete do Ministro;

II - Secretaria-Executiva;

III - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético;

IV - Secretaria de Energia Elétrica;

V - Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

VI - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;

VII - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração; e

VIII - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

§ 1º Os representantes serão indicados pelo dirigente da unidade que representam e designados por ato do Secretário-Executivo do Ministério.

§ 2º A coordenação do Subcomitê será exercida pelo titular da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - CGTI/SPOA.

Art. 3º A CGTI/SPOA, na condição de órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal, a que se refere o art. 3º, inciso II, do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, prestará assessoramento técnico ao STIC e exercerá, também, a função de Secretaria do colegiado.

Art. 4º Caberá à CGTI/SPOA a elaboração de minuta do PDTIC, a ser aprovada pelo CGD-MME, após validação pelos membros do STIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria MME nº 48, de 6 de fevereiro de 2014.

FERNANDO COELHO FILHO

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

### DESPACHO Nº 159, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006547/2017-61, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Impugnação interposto pela Itacá Energia S.A., em face de decisão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em sua 965ª reunião, referente a procedimento de desligamento por descumprimento de obrigação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

### SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

### DESPACHO Nº 197, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 48500.004881/2008-99. Interessado: Recanto Energética SPE S.A. Decisão: Alterar o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da PCH Recanto, cadastrada sob o Código Único do Empreendimento de Geração (CEG) PCH.PH.MT.034865-1.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

### SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

### DESPACHO N° 217, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 48500.001878/2008-13. Interessados: Energisa Mato Grosso do Sul, Pantanal Energética Ltda, Coxim Energia e São João Energia. Decisão: aprovar o Terceiro Termo Aditivo, o Termo de Cessão do Contrato e seu Primeiro Termo Aditivo e os Termos de Distrato. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente

### SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

### DESPACHOS DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 30 de Janeiro de 2018.

Nº 219 Processo nº 48500.004377/2014-37. Interessados: Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. Usina: EOL União dos Ventos 14. Unidades Geradoras: UG4, de 2.100 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Pedra Grande, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 220 Processo nº 48500.004376/2014-93. Interessados: Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A. Usina: EOL União dos Ventos 13. Unidades Geradoras: UG1 e UG6, de 2.100 kW cada, totalizando 4.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Pedra Grande, estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

### SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

### DESPACHO Nº 221, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Processos: 48500.005750/2015-58 e 48500.004186/2017-18. Interessados: Concessionárias e Permissionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar a bandeira tarifária verde com vigência no mês de fevereiro de 2018, nos termos da versão 1.4 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET e na Decisão proferida pela Diretoria Colegiada na instauração da Audiência Pública n° 61/2017. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

### SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

### DESPACHO Nº 212, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.002921/2015-97, decide: (i) aprovar a aplicação do valor provisório do Custo Variável Unitário - CVU de R$ 195,89/MWh (cento e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos por megawatt-hora) no processo de Contabilização do mês de dezembro de 2017 da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com vistas ao ressarcimento dos custos variáveis à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras pela importação de energia elétrica do Uruguai nos termos das Portarias nº 556, de 28 de dezembro de 2015, e nº 164, de 4 de maio de 2016; (ii) determinar à CCEE que contabilize em favor da Eletrobras o resultado da contabilização no mercado de curto prazo até o valor do CVU indicado no item "i"; e (iii) determinar à CCEE que contabilize a diferença entre o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD apurado para cada período de contabilização e o CVU indicado no item (i) como custo devido ao deslocamento entre PLD e CMO, nos termos do módulo Consolidação de Resultados das Regras de Comercialização vigentes.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

## AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

### DIRETORIA I

### SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

### AUTORIZAÇÃO Nº 53, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014866/2012-98, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da ATENA - TECNOLOGIAS EM ENERGIA NATURAL LTDA., CNPJ nº 07.458.537/0001-49, com capacidade de produção de 300 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Rodovia Homero

Severo Lins (SP284), km 535 mais 6 km, Laranja Doce, Martinópolis - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 218, de 05/03/2013, publicada no DOU de 06/03/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

**AUTORIZAÇÃO Nº 54, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014865/2012-43, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da BIOENERGÉTICA VALE DO PARACATU S.A., CNPJ nº 08.793.343/0001-62, com capacidade de produção de 1.000 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Rodovia MG 181, km 85, Estrada da Fazenda São Geraldo, Zona Rural, João Pinheiro - MG, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 215, de 05/03/2013, publicada no DOU de 06/03/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

**AUTORIZAÇÃO Nº 56, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O SUPERINTENDENTEDE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.001226/2013-07, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da BIOSEV BIOENERGIA S.A., CNPJ nº 49.213.747/0001-17, com capacidade de produção de 1.200 m³/dia de etanol hidratado e 600 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda Invernada, Zona Rural, Morro Agudo - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 323, de 18/03/2013, publicada no DOU de 19/03/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

**AUTORIZAÇÃO Nº 57, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000500/2013-12, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da ZAMBIANCO - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA., CNPJ nº 72.455.876/0001-33, com capacidade de produção de 120 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Fazenda Santo Antônio, Pederneiras, Tietê - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 349, de 18/03/2013, publicada no DOU de 19/03/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

**RETIFICAÇÃO**

Na Autorização Nº 41 de 25/01/2018, publicada no DOU de 26/01/2018, Seção 1, página 37, no caput, onde se lê: "AUTORIZAÇÃO N° 41, DE 25 DE JANEIRO DE 2017", leia-se: "AUTORIZAÇÃO N° 41, DE 25 DE JANEIRO DE 2018".

## DIRETORIA IV

## SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

**AUTORIZAÇÃO Nº 55, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 56, de 23 de fevereiro de 2016, com base na Resolução ANP nº 11, de 17 de fevereiro de 2011, bem como nas demais normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta no Processo 48610.000645/2018-28, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a PETREC - PETRÓLEO TECNOLOGIA E PESQUISA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.613.447/0001-50 com sede na Rua Helio de Almeida, s/n , sala 15, Ilha do Fundão - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 21941-614, autorizada a realizar aquisição e processamento de dados MT em 1D, 2D e 3D, de FOMENTO, no âmbito do projeto de P&D "Reservatórios Não-Convencionais, Uma Proposta de Metodologia para Identificação e Caracterização de Jazidas de Hidrocarbonetos no Brasil", na parte terrestre da bacia sedimentar do Recôncavo, em área definida pelo polígono com as seguintes coordenadas geográficas:

| VÉRTICES | LONGITUDE | LATITUDE |
|---|---|---|
| 1 | -38:31:21,84 | -12:38:46,88 |
| 2 | -38:28:03,42 | -12:37:02,47 |
| 3 | -38:25:33,05 | -12:41:25,48 |
| 4 | -38:28:58,12 | -12:43:13,19 |

Datum: SIRGAS2000

Art. 2° - Em decorrência da Autorização definida no Art 1º e em conformidade com os termos da resolução ANP no 11/2011, fica a PETREC - PETRÓLEO TECNOLOGIA E PESQUISA LTDA. compromissada a enviar à ANP:

I - Notificação de Início e Término da Aquisição de Dados,

II - Relatório Mensal e Notificação de Final de Processamento;

III - Cópias autenticadas de todas as autorização, licenças ou dispensa de licença ambiental se legalmente exigíveis por órgãos federais, estaduais e municipais para regular a execução dos trabalhos antes da efetiva operação de aquisição de dados;

IV - Dados e documentos referentes ao levantamento.

Art. 3° - De acordo com os padrões técnicos e a regulamentação de P&D, fica determinado que todos os dados devem ser identificados com o código « ENS-0411 ».

I - Os dados resultantes da aquisição e processamento deverão estar em conformidade com o Padrão ANP2B, disponível na internet no endereço http://www.anp.gov.br/.

II - O Relatório Final de Aquisição/Processamento e quaisquer outros documentos referentes aos dados deverão ser entregues à ANP no prazo máximo de 60 dias contados da data da conclusão das atividades de aquisição, processamento e interpretação dos dados.

Art. 4° - Esta autorização limita-se à execução das atividades descritas no Art. 1º desta publicação.

Art. 5°- O prazo de vigência da Autorização será de 04 (quatro) meses, a partir da data de sua publicação.

CLÁUDIO JORGE MARTINS DE SOUZA

## SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

**DESPACHO Nº 114, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

| Nº de Registro | Razão Social | CNPJ | Processo |
|---|---|---|---|
| AV/AL184514 | POSTO AEROTIGRE LTDA - EPP | 26.888.536/0001-89 | 48610.014828/2017-40 |

**DESPACHO Nº 115, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos a COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE ALVINOPOLIS LTDA., CNPJ nº 16.718.256/0003-30.

CEZAR CARAM ISSA

**DESPACHO Nº 116, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, tendo em vista o que contas dos processos nºs 48610.011847/2016-33, 48610.011851/2016-00, 48610.012224/2016-88 e 48610.012493/2016-44, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos das empresas ÁGUAS CLARAS POSTO DE SERVIÇOS LTDA, JADE COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, FRATELLI POSTO DE COMBUSTÍVEIS LTDA e AUTO POSTO EIXINHO LTDA, CNPJ nº 06.006.437/0001-19, 01.156.523/0001-94, 08.884.038/0001-86 e 05.470.808/0001-56, tendo em vista a apresentação da Licença de Operação expedida pelo órgão ambiental.

CEZAR CARAM ISSA

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

## SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 3/2018

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
858.075/2001-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DO LOURENÇO LTDA- DOU de 02/01/2018
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito despacho(657)
803.611/1978-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DO LOURENÇO LTDA- Publicado DOU de 02/01/2018
803.612/1978-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DO LOURENÇO LTDA- Publicado DOU de 02/01/2018

THIAGO REGIS DA JUSTA RIBEIRO

CEZAR CARAM ISSA

## SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

**DESPACHO DO SUPERINTENTENDE**
RELAÇÃO Nº 10/2018

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
872.728/2013-ALEX FABIANE SOUZA GUIMARÃES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
870.048/2016-EDUARDO CRUZ MORAES-OF. N°4607/2017
870.065/2016-JOSE FERNANDES PEREIRA NETO-OF. N°4603/2017
870.980/2017-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-OF. N°4628/2017
871.336/2017-OSWALDO PEREIRA CARDOSO-OF. N°4605/2017
871.439/2017-ECOLÓGICA DERSCHUM CONSULTORIA E ACESSORIA AGRONÔMICA LTDA.-OF. N°4611/2017
871.800/2017-ZUMBI MINERACAO LTDA ME-OF. N°4612/2017
871.821/2017-ARSIA MINERAÇÃO LTDA ME.-OF. N°4620/2017
871.824/2017-JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA-OF. N°4619/2017
871.826/2017-SC ELETRODIESEL LTDA-OF. N°4631/2017
871.827/2017-JOSÉ ROSA MACHADO-OF. N°4618/2017
871.831/2017-MGA MARMORES E GRANITOS ALTOÉ LTDA-OF. N°4617/2017
871.833/2017-J.A.SILVA SANTANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES ME-OF. N°4616/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

871.834/2017-COSPIERO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-OF. N°4615/2017
871.835/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-OF. N°4614/2017
871.836/2017-SUELANA SERAPIÃO MENDES-OF. N°4613/2017
871.837/2017-ECOLÓGICA DERSCHUM CONSULTORIA E ACESSORIA AGRONÔMICA LTDA.-OF. N°4609/2017
871.838/2017-MATA NATIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°4610/2017
871.839/2017-WILLIAM DA ROCHA SOUZA ME-OF. N°4608/2017
871.840/2017-WILLIAM DA ROCHA SOUZA ME-OF. N°4608/2017
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
870.847/2017-EDUARDO CRUZ MORAES
871.539/2017-MINERAÇÃO GRACOL LTDA.
871.540/2017-MINERAÇÃO GRACOL LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
870.992/2017-ROGERIO MARIANO DE ANDRADE
Nega provimento a defesa apresentada(242)
872.047/2013-MINERAÇÃO FERROS MGM LTDA
871.626/2014-GEOVERITAS GEOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
872.047/2013-MINERAÇÃO FERROS MGM LTDA-Alvará N°15120/2015
871.626/2014-GEOVERITAS GEOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-Alvará N°15195/2015
870.992/2017-ROGERIO MARIANO DE ANDRADE-Alvará N°9239/2017
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
872.986/2015-SUCURI GRANITOS DO BRASIL LTDA -Alvará N°7251/2016
870.085/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4039/2017
870.086/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4040/2017
870.088/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4650/2017
870.092/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4653/2017
870.093/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4654/2017
870.098/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4658/2017
870.100/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4043/2017
870.103/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4046/2017
870.109/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4662/2017
870.112/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4665/2017
870.113/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4666/2017
870.118/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4671/2017
870.119/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4672/2017
870.120/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4673/2017
870.121/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4674/2017
870.124/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4675/2017
870.125/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4676/2017
870.350/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4710/2017
870.351/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4711/2017
870.352/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4712/2017
870.353/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4713/2017
870.355/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4715/2017
870.358/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4718/2017
870.359/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4719/2017
870.360/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4720/2017
870.362/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4722/2017
870.363/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4723/2017
870.364/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4724/2017
870.365/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4725/2017
870.366/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°4726/2017

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 11/2018

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)
871.897/2016-EUCALIR MINERAÇÃO & EMPREENDIMENTOS LTDA ME- Publicado DOU de 29/12/2017
871.898/2016-EUCALIR MINERAÇÃO & EMPREENDIMENTOS LTDA ME- Publicado DOU de 29/12/2017
872.070/2016-EUCALIR MINERAÇÃO & EMPREENDIMENTOS LTDA ME- Publicado DOU de 29/12/2017
872.071/2016-EUCALIR MINERAÇÃO & EMPREENDIMENTOS LTDA ME- Publicado DOU de 29/12/2017
872.073/2016-EUCALIR MINERAÇÃO & EMPREENDIMENTOS LTDA ME- Publicado DOU de 29/12/2017
872.076/2016-EUCALIR MINERAÇÃO & EMPREENDIMENTOS LTDA ME- Publicado DOU de 29/12/2017

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Sunbstituto

## SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 5/2018

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
860.106/2003-ELSON FERREIRA GOMES-OF. N°004/2018
860.326/2010-MINAS RIO MINERADORA LTDA-OF. N°012/2018
860.327/2010-MINAS RIO MINERADORA LTDA-OF. N°011/2018
860.328/2010-MINAS RIO MINERADORA LTDA-OF. N°010/2018
860.329/2010-MINAS RIO MINERADORA LTDA-OF. N°009/2018
861.797/2010-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-OF. N°005/2018
860.797/2011-CPX GOIANA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°013/2018
862.934/2011-COPEBRAS INDÚSTRIA LTDA-OF. N°018/2018
861.078/2012-COPEBRAS INDÚSTRIA LTDA-OF. N°017/2018
861.633/2013-ITAFOS DESENVOLVIMENTO S.A.-OF. N°181/2018
861.634/2013-ITAFOS DESENVOLVIMENTO S.A.-OF. N°182/2018
860.619/2015-LEON BARCELOS DE URZEDO-OF. N°016/2018
860.730/2015-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°14/2018
860.756/2015-HELI OVÍDIO DA SIVA-OF. N°001/2018
860.163/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-OF. N°006/2018
860.234/2016-SANTASOPHIE AGROPECUARIA LTDA-OF. N°002/2018
861.126/2016-ENGEMID CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°022/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
861.447/2009-PEDRO ROBERTO ROCHA-OF. N°007/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
860.946/2016-DOMINGOS PEREIRA DA SILVA-MINAÇU/GO - Guia n° 001/2018-50.000t-Areia- Validade:20/01/2019
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
861.058/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.418/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.419/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.420/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.142/2015-VOTORANTIM CIMENTOS S A
861.087/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.088/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.120/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
861.121/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
861.122/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
861.124/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
861.135/2015-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA
861.148/2015-FALCON METAIS LTDA
861.151/2015-FALCON METAIS LTDA
861.152/2015-FALCON METAIS LTDA
861.288/2015-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.294/2015-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.306/2015-CENTRO MINERAÇÃO LTDA
861.476/2015-FALCON METAIS LTDA
861.477/2015-FALCON METAIS LTDA
860.367/2016-CALCÁRIO MARA ROSA LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
860.159/2005-PH INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°021/2018
860.160/2005-PH INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°020/2018
860.488/2008-GRUPO SHANZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-OF. N°003/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
861.272/2011-ARCAL MINERADORA LTDA EPP-OF. N°023/2018-60 dias
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
861.155/2003-MARIZA AGUAS MINERAIS LTDA- Fonte: Primavera; Marca: Mineiro Cristal; Embalagem: 6 L (sem gás).-HIDROLÂNDIA/GO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
862.644/1980-MINERAÇÃO CALDAS NOVAS LTDA-OF. N°015/2018
860.002/1985-TURISMO E MINERAÇÃO CALDAS LTDA-OF. N°183/2018

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

## SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 25/2018

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
A.d.g Mineração e Comércio de Granitos Ltda - 833454/14 - Not.2205/2018 - R$ 3.978,96
Adelia Severino Gomes - 833222/14 - Not.2195/2018 - R$ 2.539,32
Ademar André de Borba - 832173/14 - Not.2173/2018 - R$ 248,88
Adimar de Souza Neves me - 831898/16 - Not.45/2018 - R$ 3.191,24
Agrotécnica Comércio e Representações Ltda - 833334/14 - Not.2203/2018 - R$ 5.929,96
Alcide Henrique da Silva - 833204/15 - Not.2258/2018 - R$ 3.359,66
Alfié Minérios Ltda - 833720/06 - Not.2121/2018 - R$ 199,32, 830436/17 - Not.60/2018 - R$ 3.805,60
Antonio Rodrigues Azevedo - 831883/14 - Not.2164/2018 - R$ 2.609,84
Areial Raydan Ltda me - 831951/16 - Not.53/2018 - R$ 3.727,21
Areias do Vale Ltda me - 830899/15 - Not.2229/2018 - R$ 27,15
Arthur Henrique Franco Ribeiro de Paula - 832254/14 - Not.2181/2018 - R$ 3.890,11
Brasilandia Granitos Ltda Epp - 831436/16 - Not.15/2018 - R$ 3.958,56, 831437/16 - Not.17/2018 - R$ 3.959,48
Braspedras Comércio, Importação e Exportação Eireli me - 830238/16 - Not.2270/2018 - R$ 3.986,18
Brazminco Ltda - 833882/06 - Not.2123/2018 - R$ 6.384,49
Cerâmica Cruzado Ltda - 831796/14 - Not.2162/2018 - R$ 18,30, 831488/14 - Not.2158/2018 - R$ 440,55
Cerâmica Nossa Senhora da Aparecida Ltda me - 831671/14 - Not.2160/2018 - R$ 32,85
Cleveraldo Guidolini Grippa - 830504/15 - Not.2223/2018 - R$ 3.983,54, 830506/15 - Not.2225/2018 - R$ 3.982,55
Comilta Construção e Mineração Ltda me - 832959/15 - Not.2256/2018 - R$ 1.951,40
Companhia Dos Metais e Pedras Preciosas do Brasil Eireli - 830088/16 - Not.2262/2018 - R$ 46,00
Consesa Construtora Serra do Salitre Ltda Epp - 831027/16 - Not.2297/2018 - R$ 924,79
Cristal Mineração e Transporte de Mercês Ltda - 831126/14 - Not.2156/2018 - R$ 149,05, 832128/14 - Not.2169/2018 - R$ 227,31
Daniel Barbosa Procopio - 831783/11 - Not.2128/2018 - R$ 4.918,42
Daniella Cordeiro Nascimento - 833290/14 - Not.2201/2018 - R$ 190,83
do Carmo, G.R. - 831977/16 - Not.55/2018 - R$ 7.839,86
Domingos Gatto Nunes Comercio e Exploração de Mineral e Construção Civil - 833968/13 - Not.2146/2018 - R$ 7.629,76
Douglas Ferreira de Lima - 830920/16 - Not.2285/2018 - R$ 2.416,34
Edmo de Lima Pires - 830915/16 - Not.2283/2018 - R$ 4.413,33
Elmar Lopes de Oliveira - 831915/16 - Not.49/2018 - R$ 7.543,78
Emd Empresa de Mineração Dias Ltda - 832089/16 - Not.58/2018 - R$ 3.516,52
Emga Empresa Mineira de Granitos Ltda - 830974/16 - Not.3/2018 - R$ 2.494,72, 832746/15 - Not.2251/2018 - R$ 3.846,85
Empresa de Mineracao Altoé LTDA. me - 830972/16 - Not.2289/2018 - R$ 3.953,05
Ernane Felix de Sousa - 831338/16 - Not.9/2018 - R$ 3.955,96

Espirito Santo Mineracao e Exportacao Ltda - 830980/16 - Not.2291/2018 - R$ 0,00

Éxotica Mineração de Granitos Ltda me - 831801/16 - Not.35/2018 - R$ 2.345,02

Feldspato do Brasil Ltda me - 831062/14 - Not.2152/2018 - R$ 489,23, 831064/14 - Not.2154/2018 - R$ 356,44

Felipe Mendonça Gonçalves e Silva - 832701/14 - Not.2211/2018 - R$ 173,49

Fernanda do c. de Melo me - 831945/16 - Not.51/2018 - R$ 3.141,03

Fernando Pereira da Rocha Thomsen - 830745/16 - Not.2279/2018 - R$ 6.432,81

Foxfire Metals Intermediação Comercial LTDA. - 831442/16 - Not.19/2018 - R$ 7.207,51

Galante Granito Ltda me - 831681/16 - Not.27/2018 - R$ 5.887,54

Geominério Mineração e Logística Ltda Epp - 833520/13 - Not.2140/2018 - R$ 944,72

Gilson de Maio Reis - 831556/16 - Not.21/2018 - R$ 0,00, 830588/16 - Not.2277/2018 - R$ 3.723,79

Itazul Agronegócios Ltda - 832227/14 - Not.2179/2018 - R$ 3.983,59

Jjpf Mineração Ltda - 834214/10 - Not.2125/2018 - R$ 640,69

Joabe Jose Barbosa - 832404/14 - Not.2185/2018 - R$ 3.980,40

João Genuino Dos Reis - 831409/16 - Not.13/2018 - R$ 2.344,58

João Jaciel Pereira - 831320/16 - Not.2311/2018 - R$ 992,60

João Paulo de Castro Oliveira Vital - 831332/15 - Not.2239/2018 - R$ 7.765,90, 831333/15 - Not.2241/2018 - R$ 7.887,57, 831334/15 - Not.2243/2018 - R$ 7.765,50

João Vicente de Freitas - 833340/12 - Not.2130/2018 - R$ 3.600,16

José Alves Monteiro - 831053/16 - Not.2299/2018 - R$ 18,14

José Hermando Lemos - 833081/14 - Not.2191/2018 - R$ 7.953,58

José Leandro Alves Ferreira - 831579/16 - Not.23/2018 - R$ 3.966,64

Josiel Norato da Luz - 830449/15 - Not.2221/2018 - R$ 2.199,03

Lbc Agropecuária Ltda - 832656/14 - Not.2187/2018 - R$ 11,99

Leonardo Pimentel Torezani - 831102/15 - Not.2233/2018 - R$ 3.836,53, 830228/16 - Not.2266/2018 - R$ 3.925,54, 830229/16 - Not.2268/2018 - R$ 3.023,32

Lider Imobiliaria Lavras Ltda me - 831608/16 - Not.25/2018 - R$ 6.550,94

Luiz Cláudio Soaresa - 832799/13 - Not.2138/2018 - R$ 624,44

Lukstones Importação e Exportação Eireli - 830937/16 - Not.2287/2018 - R$ 5.815,27, 831834/16 - Not.37/2018 - R$ 7.763,82, 831837/16 - Not.39/2018 - R$ 5,54, 831838/16 - Not.41/2018 - R$ 7.759,37

Maquesuel Francisco de Araujo Dias - 831340/16 - Not.11/2018 - R$ 3.983,83, 831007/15 - Not.2231/2018 - R$ 1.223,89

Marcelo de Amorim Penido - 832672/15 - Not.2249/2018 - R$ 2.489,97, 831393/13 - Not.2134/2018 - R$ 543,56

Marcelo Francisco de Souza - 831231/16 - Not.2307/2018 - R$ 3.983,70

Marcos Carvalho - 833026/14 - Not.2189/2018 - R$ 360,53

Marcos Rogério Chaves de Souza - 831860/16 - Not.43/2018 - R$ 3.978,80

Maria Aparecida da Silva Rocha - 830879/15 - Not.2227/2018 - R$ 3.976,18

Maria do Carmo Valéria Pereira Leite Oliveira - 831283/15 - Not.2235/2018 - R$ 3.793,44, 831284/15 - Not.2237/2018 - R$ 2.429,65

Marildo Dos Santos Souza - 830367/16 - Not.2272/2018 - R$ 3.415,40

Mhp Representações Ltda - 832271/14 - Not.2183/2018 - R$ 2.165,03

Minas Goias Mineração Eireli me - 830122/16 - Not.2264/2018 - R$ 4.725,39, 831047/16 - Not.2301/2018 - R$ 7.972,93, 831093/16 - Not.2303/2018 - R$ 7.895,81, 830988/16 - Not.2293/2018 - R$ 7.929,51, 830989/16 - Not.2295/2018 - R$ 7.971,52

Mineração Areiaminas Transportes e Serviços LTDA. me - 833621/13 - Not.2144/2018 - R$ 3.704,58

Mineraçao Forte Minas Extraçao de Granitos Ltda - 830380/15 - Not.2219/2018 - R$ 3.943,77, 830147/15 - Not.2215/2018 - R$ 3.972,27

Mineração Noroeste - 830782/13 - Not.2132/2018 - R$ 300,34

Mineração Pancieri Ltda - 833524/14 - Not.2207/2018 - R$ 3.159,09

Mineração Pancieri Minas Ltda me - 833273/15 - Not.2260/2018 - R$ 2.408,56

Mineração Trindade Ltda - 832792/13 - Not.2136/2018 - R$ 815,68

Mineração Vale do São Francisco Ltda me - 833257/14 - Not.2197/2018 - R$ 3.796,82

n l Soares Mineração Epp - 832213/14 - Not.2175/2018 - R$ 1.848,50, 832215/14 - Not.2177/2018 - R$ 3.549,14, 830109/14 - Not.2150/2018 - R$ 2.766,00

Nelson Ribeiro de Souza me - 831755/16 - Not.31/2018 - R$ 2.131,14

Nilo Gonçalves Simão - 830564/11 - Not.2127/2018 - R$ 5.684,72

Nilson José Rodrigues - 832214/15 - Not.2247/2018 - R$ 198,25

Nilson Rosa Dos SANTOS. - 833211/14 - Not.2193/2018 - R$ 1.950,71

Paulo Henrique de Almeida Souza - 830882/16 - Not.2281/2018 - R$ 3.985,38

Pedreira União de Januária Ltda me - 833640/14 - Not.2209/2018 - R$ 7.862,70

Pires e Gambert Ltda - 832166/14 - Not.2171/2018 - R$ 3.752,02

Reinaldo Pimenta de Aguilar Neto - 831688/16 - Not.29/2018 - R$ 3.986,46

Roberval Correa de Rezende Bueno - 831769/16 - Not.33/2018 - R$ 3.981,59, 831770/16 - Not.62/2018 - R$ 0,00

Ronaldo Queiroz - 830322/15 - Not.2217/2018 - R$ 5.641,06

Rosania Garcia da Silva - 830423/16 - Not.2274/2018 - R$ 181,67

Saul Chaves Jardim - 831322/16 - Not.5/2018 - R$ 3.796,70

Stone Fort Industria e Mineração Eireli me - 831334/16 - Not.7/2018 - R$ 3.875,08

Tereza Cristina Nogueira Viana - 832834/15 - Not.2253/2018 - R$ 3.340,01

Terra do Brasil Mineração LTDA. - 832362/14 - Not.2213/2018 - R$ 7.324,75

Transportadora Prisma Ltda me - 832338/15 - Not.2245/2018 - R$ 159,85

Vantuil Costa Matos - 833273/14 - Not.2199/2018 - R$ 3.961,14

Victor Hugo Caixeta Borges - 831222/16 - Not.2305/2018 - R$ 6.314,58

Vilmar Alves Cordeiro - 832096/14 - Not.2167/2018 - R$ 146,62

w t Junior - 833524/13 - Not.2142/2018 - R$ 71,64, 830011/14 - Not.2148/2018 - R$ 224,04, 831297/16 - Not.2309/2018 - R$ 339,34, 831910/16 - Not.47/2018 - R$ 27,51

PABLO CÉSAR DE SOUZA

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 26/2018

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

A.d.g Mineração e Comércio de Granitos Ltda - 833454/14 - Not.2206/2018 - R$ 3.453,05

Adelia Severino Gomes - 833222/14 - Not.2196/2018 - R$ 3.453,05

Ademar André de Borba - 832173/14 - Not.2174/2018 - R$ 3.453,05

Adimar de Souza Neves me - 831898/16 - Not.46/2018 - R$ 3.474,43

Agrotécnica Comércio e Representações Ltda - 833334/14 - Not.2204/2018 - R$ 3.453,05

Alcide Henrique da Silva - 833204/15 - Not.2259/2018 - R$ 3.463,74

Alfié Minérios Ltda - 830436/17 - Not.61/2018 - R$ 3.474,43, 833720/06 - Not.2122/2018 - R$ 3.453,05

Antonio Rodrigues Azevedo - 831883/14 - Not.2165/2018 - R$ 3.453,05

Areial Raydan Ltda me - 831951/16 - Not.54/2018 - R$ 3.474,43

Areias do Vale Ltda me - 830899/15 - Not.2230/2018 - R$ 6.927,48

Arthur Henrique Franco Ribeiro de Paula - 832254/14 - Not.2182/2018 - R$ 3.453,05

Brasilandia Granitos Ltda Epp - 831436/16 - Not.16/2018 - R$ 3.474,43, 831437/16 - Not.18/2018 - R$ 3.474,43

Braspedras Comércio, Importação e Exportação Eireli me - 830238/16 - Not.2271/2018 - R$ 3.463,74

Brazminco Ltda - 833882/06 - Not.2124/2018 - R$ 3.453,05

Cerâmica Cruzado Ltda - 831796/14 - Not.2163/2018 - R$ 3.453,05, 831488/14 - Not.2159/2018 - R$ 3.453,05

Cerâmica Nossa Senhora da Aparecida Ltda me - 831671/14 - Not.2161/2018 - R$ 3.453,05

Claudio Machado Tupinamba fi - 830545/16 - Not.2276/2018 - R$ 3.463,74

Cleveraldo Guidolini Grippa - 830504/15 - Not.2224/2018 - R$ 3.463,74, 830506/15 - Not.2226/2018 - R$ 3.463,74

Comilta Construção e Mineração Ltda me - 832959/15 - Not.2257/2018 - R$ 3.463,74

Companhia Dos Metais e Pedras Preciosas do Brasil Eireli - 830088/16 - Not.2263/2018 - R$ 3.463,74

Consesa Construtora Serra do Salitre Ltda Epp - 831027/16 - Not.2298/2018 - R$ 3.463,74

Cristal Mineração e Transporte de Mercês Ltda - 831126/14 - Not.2157/2018 - R$ 6.906,10, 832128/14 - Not.2170/2018 - R$ 6.906,10

Daniel Barbosa Procopio - 831783/11 - Not.2129/2018 - R$ 6.906,10

Daniella Cordeiro Nascimento - 833290/14 - Not.2202/2018 - R$ 3.453,05

do Carmo, G.R. - 831977/16 - Not.56/2018 - R$ 3.474,43

Domingos Gatto Nunes Comercio e Exploração de Mineral e Construção Civil - 833968/13 - Not.2147/2018 - R$ 6.906,10

Douglas Ferreira de Lima - 830920/16 - Not.2286/2018 - R$ 3.463,74

Edmo de Lima Pires - 830915/16 - Not.2284/2018 - R$ 3.463,74

Elmar Lopes de Oliveira - 831915/16 - Not.50/2018 - R$ 3.474,43

Emd Empresa de Mineração Dias Ltda - 832089/16 - Not.59/2018 - R$ 3.474,43

Emga Empresa Mineira de Granitos Ltda - 830974/16 - Not.4/2018 - R$ 3.474,43, 832746/15 - Not.2252/2018 - R$ 3.463,74

Empresa de Mineracao Altoé LTDA. me - 830972/16 - Not.2290/2018 - R$ 3.463,74

Ernane Felix de Sousa - 831338/16 - Not.10/2018 - R$ 3.474,43

Espirito Santo Mineracao e Exportacao Ltda - 830980/16 - Not.2292/2018 - R$ 3.463,74

Éxotica Mineração de Granitos Ltda me - 831801/16 - Not.36/2018 - R$ 3.474,43

Feldspato do Brasil Ltda me - 831062/14 - Not.2153/2018 - R$ 3.453,05, 831064/14 - Not.2155/2018 - R$ 3.453,05

Felipe Mendonça Gonçalves e Silva - 832701/14 - Not.2212/2018 - R$ 3.453,05

Fermavi Mineração Ltda - 8506/41 - Not.2117/2018 - R$ 3.355,44, 8506/41 - Not.2118/2018 - R$ 6.710,89

Fernanda do c. de Melo me - 831945/16 - Not.52/2018 - R$ 3.474,43

Fernando Pereira da Rocha Thomsen - 830745/16 - Not.2280/2018 - R$ 3.463,74

Foxfire Metals Intermediação Comercial LTDA. - 831442/16 - Not.20/2018 - R$ 3.474,43

Galante Granito Ltda me - 831681/16 - Not.28/2018 - R$ 3.474,43

Geominério Mineração e Logística Ltda Epp - 833520/13 - Not.2141/2018 - R$ 3.453,05

Gilson de Maio Reis - 831556/16 - Not.22/2018 - R$ 3.474,43, 830588/16 - Not.2278/2018 - R$ 3.463,74

Itazul Agronegócios Ltda - 832227/14 - Not.2180/2018 - R$ 3.453,05

Jjpf Mineração Ltda - 834214/10 - Not.2126/2018 - R$ 3.453,05

Joabe Jose Barbosa - 832404/14 - Not.2186/2018 - R$ 6.906,10

João Genuino Dos Reis - 831409/16 - Not.14/2018 - R$ 3.474,43

João Jaciel Pereira - 831320/16 - Not.2312/2018 - R$ 3.463,74

João Paulo de Castro Oliveira Vital - 831332/15 - Not.2240/2018 - R$ 3.463,74, 831333/15 - Not.2242/2018 - R$ 3.463,74, 831334/15 - Not.2244/2018 - R$ 3.463,74

João Vicente de Freitas - 833340/12 - Not.2131/2018 - R$ 6.906,10

José Alves Monteiro - 831053/16 - Not.2300/2018 - R$ 3.463,74

José Hermando Lemos - 833081/14 - Not.2192/2018 - R$ 3.453,05

José Leandro Alves Ferreira - 831579/16 - Not.24/2018 - R$ 3.474,43

Josiel Norato da Luz - 830449/15 - Not.2222/2018 - R$ 3.463,74

Lbc Agropecuária Ltda - 832656/14 - Not.2188/2018 - R$ 6.906,10

Leonardo Pimentel Torezani - 831102/15 - Not.2234/2018 - R$ 6.927,48, 830228/16 - Not.2267/2018 - R$ 3.463,74, 830229/16 - Not.2269/2018 - R$ 3.463,74

Lider Imobiliaria Lavras Ltda me - 831608/16 - Not.26/2018 - R$ 3.474,43

Luiz Cláudio Soaresa - 832799/13 - Not.2139/2018 - R$ 6.906,10

Lukstones Importação e Exportação Eireli - 830937/16 - Not.2288/2018 - R$ 3.463,74, 831834/16 - Not.38/2018 - R$ 3.474,43, 831837/16 - Not.40/2018 - R$ 3.474,43, 831838/16 - Not.42/2018 - R$ 3.474,43

Maquesuel Francisco de Araujo Dias - 831340/16 - Not.12/2018 - R$ 3.474,43, 831007/15 - Not.2232/2018 - R$ 6.927,48

Marcelo de Amorim Penido - 832672/15 - Not.2250/2018 - R$ 3.463,74, 831393/13 - Not.2135/2018 - R$ 3.453,05

Marcelo Francisco de Souza - 831231/16 - Not.2308/2018 - R$ 3.463,74

Marcos Carvalho - 833026/14 - Not.2190/2018 - R$ 6.906,10

Marcos Rogério Chaves de Souza - 831860/16 - Not.44/2018 - R$ 3.474,43

Maria Aparecida da Silva Rocha - 830879/15 - Not.2228/2018 - R$ 3.463,74

Maria do Carmo Valéria Pereira Leite Oliveira - 831283/15 - Not.2236/2018 - R$ 6.927,48, 831284/15 - Not.2238/2018 - R$ 3.463,74

Marildo Dos Santos Souza - 830367/16 - Not.2273/2018 - R$ 3.463,74

Mhp Representações Ltda - 832271/14 - Not.2184/2018 - R$ 3.453,05

Minas Goias Mineração Eireli me - 830122/16 - Not.2265/2018 - R$ 3.463,74, 830988/16 - Not.2294/2018 - R$ 3.463,74, 830989/16 - Not.2296/2018 - R$ 3.463,74, 831047/16 - Not.2302/2018 - R$ 3.463,74, 831093/16 - Not.2304/2018 - R$ 3.463,74

Mineração Areiaminas Transportes e Serviços LTDA. me - 833621/13 - Not.2145/2018 - R$ 3.453,05

Mineraçao Forte Minas Extraçao de Granitos Ltda - 830380/15 - Not.2220/2018 - R$ 3.463,74, 830147/15 - Not.2216/2018 - R$ 3.453,05

Mineração Noroeste - 830782/13 - Not.2133/2018 - R$ 3.453,05

Mineração Pancieri Ltda - 833524/14 - Not.2208/2018 - R$ 3.453,05

Mineração Pancieri Minas Ltda me - 833273/15 - Not.2261/2018 - R$ 3.463,74

Mineração Trindade Ltda - 832792/13 - Not.2137/2018 - R$ 3.453,05

Mineração Vale do São Francisco Ltda me - 833257/14 - Not.2198/2018 - R$ 3.453,05

ms Mineração Ltda - 831329/85 - Not.2119/2018 - R$ 3.310,19, 831329/85 - Not.2120/2018 - R$ 3.310,19

Murilo Angelo de Souza - 832088/14 - Not.2166/2018 - R$ 3.453,05

n l Soares Mineração Epp - 830109/14 - Not.2151/2018 - R$ 3.453,05, 832213/14 - Not.2176/2018 - R$ 3.453,05, 832215/14 - Not.2178/2018 - R$ 3.453,05

Nelson Ribeiro de Souza me - 831755/16 - Not.32/2018 - R$ 3.474,43

Nilson José Rodrigues - 832214/15 - Not.2248/2018 - R$ 3.463,74

Nilson Rosa Dos SANTOS. - 833211/14 - Not.2194/2018 - R$ 3.453,05

Paulo Henrique de Almeida Souza - 830882/16 - Not.2282/2018 - R$ 3.463,74

Pedreira União de Januária Ltda me - 833640/14 - Not.2210/2018 - R$ 3.453,05

Pires e Gambert Ltda - 832166/14 - Not.2172/2018 - R$ 6.906,10

Reinaldo Pimenta de Aguilar Neto - 831688/16 - Not.30/2018 - R$ 3.474,43

Roberval Correa de Rezende Bueno - 831769/16 - Not.34/2018 - R$ 3.474,43, 831770/16 - Not.63/2018 - R$ 0,00

Ronaldo da Silva Amaral - 832087/16 - Not.57/2018 - R$ 3.474,43

Ronaldo Queiroz - 830322/15 - Not.2218/2018 - R$ 3.453,05

Rosania Garcia da Silva - 830423/16 - Not.2275/2018 - R$ 3.463,74

Saul Chaves Jardim - 831322/16 - Not.6/2018 - R$ 3.474,43

Sérgio Henrique Muschioni Epp - 832888/15 - Not.2255/2018 - R$ 6.927,48

Stone Fort Industria e Mineração Eireli me - 831334/16 - Not.8/2018 - R$ 3.474,43

Tereza Cristina Nogueira Viana - 832834/15 - Not.2254/2018 - R$ 3.463,74

Terra do Brasil Mineração LTDA. - 832362/14 - Not.2214/2018 - R$ 3.453,05

Transportadora Prisma Ltda me - 832338/15 - Not.2246/2018 - R$ 3.463,74

Vantuil Costa Matos - 833273/14 - Not.2200/2018 - R$ 6.906,10

Victor Hugo Caixeta Borges - 831222/16 - Not.2306/2018 - R$ 3.463,74

Vilmar Alves Cordeiro - 832096/14 - Not.2168/2018 - R$ 6.906,10

w t Junior - 833524/13 - Not.2143/2018 - R$ 3.453,05, 830011/14 - Not.2149/2018 - R$ 3.453,05, 831297/16 - Not.2310/2018 - R$ 3.463,74, 831910/16 - Not.48/2018 - R$ 3.474,43

PABLO CÉSAR DE SOUZA

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 27/2018

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Ernane Felix de Sousa - 831337/16
Ind e Com de Ceramica Joao de Barro Ltda - 831060/16
Izaias Dalmolin - 830026/15
Regio Fachin Dias - 831404/16, 831405/16
Reinaldo Luiz Vieira - 832050/16
v e m Mineradora LTDA. - 830327/15

PABLO CÉSAR DE SOUZA

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 28/2018

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)

Mineração jf Braga e Moura LTDA. - 833028/11 - Not.2035/2017 - R$ 759,75, 833209/11 - Not.2036/2017 - R$ 759,75

PABLO CÉSAR DE SOUZA

## SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 4/2018

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
848.265/2015-JUSSIER DA SILVA MONTEIRO
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
848.231/2016-CML CONSTRUÇÃO, MINERAÇÃO E LOCAÇÃO LTDA ME-Alvará N°13135/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.123/2007-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-OF. N°37/2018-SGTM/DNPM/RN
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.123/2007-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-OF. N°42/2018-SGTM/DNPM/RN-180 dias
Reitera exigência(366)
848.033/2014-METACOM MINERAÇÃO S A.-OF. N°15/2018-SGTM/DNPM/RN-180 dias
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
848.144/2017-ALEXANDRE DA GAMA FERNANDES VIEIRA MINERAÇÃO EPP
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
848.152/2017-CARAMURU MINERAÇÃO EIRELI ME-Licenciamento N°02/2018 - Prazo: 05 ano(s)
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
848.188/2017-PAULO CICERO DE OLIVEIRA
848.293/2017-JUSSIER DA SILVA MONTEIRO

ROGER GARIBALDI MIRANDA

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

**PORTARIA Nº 20, DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.007121/2017-12. Interessada: Enel Green Power São Abraão Eólica S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.869.030/0001-09. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2°, § 1°, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de São Abraão, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.032884-7.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.311, de 30 de junho de 2015, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

**PORTARIA Nº 21, DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.006908/2017-59. Interessada: CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.758.522/0001-52. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2°, § 1°, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Porto de Sergipe I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - UTE.GN.SE.032228-8.01, objeto da Portaria MME nº 530, de 23 de novembro de 2015, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

**PORTARIA Nº 22, DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.007048/2017-71. Interessada: Energisa Goiás Transmissora de Energia I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.092.478/0001-08. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote 3 do Leilão nº 05/2016-ANEEL (Contrato de Concessão nº 24/2017-ANEEL, de 11 de agosto de 2017), de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

**PORTARIA Nº 23, DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, resolve:

Processo nº 48500.004484/2017-16. Interessada: EKTT 12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.847.973/0001-17. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote 4 do Leilão nº 05/2016-ANEEL (Contrato de Concessão nº 25/2017-ANEEL, de 31 de julho de 2017), de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

# Ministério do Esporte

## SECRETARIA EXECUTIVA

**DELIBERAÇÃO Nº 1.161, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

Dá publicidade ao projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 06/12/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação do projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 06/12/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo I.

Art. 2º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.003491/2015-18
Proponente: Liga Desportiva ADESC
Título: Academias - Saúde do Motorista
Valor autorizado para captação: R$ 365.193,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3692 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17904-3
Período de Captação até: 31/12/2018

**RETIFICAÇÕES**

Processo Nº 58000.010784/2016-30

No Diário Oficial da União nº 85, de 5 de maio de 2017, na Seção 1, página 47 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.053/2017, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1531 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22461-8, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4328 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22463-4.

Processo Nº 58000.010904/2016-07

No Diário Oficial da União nº 86, de 8 de maio de 2017, na Seção 1, página 66 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.054/2017, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3051 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 31294-0, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0009 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 131294-4.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## COMITÊ GESTOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016

### RESOLUÇÃO Nº 1, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre o levantamento e consolidação das informações relacionadas à prestação de contas relativas aos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paralímpicos

O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016 - CGOLIMPÍADAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, do Decreto de 13 de setembro de 2012, e considerando a necessidade de tempestivo atendimento ao disposto no art. 29 da Lei Nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, resolve:

Art. 1º Os procedimentos para atendimento ao disposto no art. 29 da Lei nº 12.780/2013 serão regulamentados por esta Resolução, envolvendo o levantamento, o encaminhamento ao Ministério do Esporte e a consolidação de informações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO 2016 relativas a:

I - renúncia fiscal total;

II - aumento de arrecadação;

III - geração de empregos;

IV - número de estrangeiros que ingressaram no País para assistir aos Jogos; e

V - custo das obras de que tratam os Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paralímpicos de 2016.

Parágrafo Único: As informações relativas aos incisos I a V deverão ser encaminhadas ao Ministério do Esporte até o dia 02/05/2018.

Art. 2º O Ministério da Fazenda, em conjunto com a Receita Federal do Brasil - RFB, deverá encaminhar ao Ministério do Esporte, no prazo previsto no parágrafo único do art. 1º, as informações relativas à renúncia fiscal total e ao aumento de arrecadação em decorrência dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paralímpicos de 2016.

Art. 3º O Ministério do Trabalho deverá encaminhar ao Ministério do Esporte, no prazo previsto no parágrafo único do art. 1º, as informações relativas à geração de empregos em decorrência dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paralímpicos de 2016.

Art. 4º O Ministério da Justiça e Segurança Pública deverá encaminhar ao Ministério do Esporte, no prazo previsto no parágrafo único do art. 1º, as informações relativas ao número de estrangeiros que ingressaram no País para assistir aos Jogos em decorrência dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paralímpicos de 2016.

Art. 5º As informações relativas ao custo das obras realizadas em decorrência dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paralímpicos de 2016 deverão ser providenciadas pelo Ministério do Esporte, que poderá acionar outros órgãos e entidades com vistas a obter informações relacionadas a recursos não incluídos em seu orçamento.

Art. 6º A Secretaria Executiva do Ministério do Esporte dará conhecimento desta Resolução aos órgãos interessados e consolidará as informações recebidas, para posterior encaminhamento ao Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, com vistas ao atendimento ao art. 29 da Lei nº 12.780 de 09 de janeiro de 2013.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AVELINO B. VIEIRA

# Ministério do Meio Ambiente

## AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
## ÁREA DE REGULAÇÃO
## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

### OUTORGAS DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 1.942, de 30/10/2017, torna público que o DIRETOR NEY MARANHÃO, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 106 - Neemias Alves de Menezes, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 107 - José Valter dos Passos Cunha, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 108 - Airton Rodrigues de Lima, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 109 - João Ribeiro Lima, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 111 - João Ribeiro Lima, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 112 - Amauri Ribeiro Tavares da Cunha, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 113 - José Luiz Lima Santos, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 114 - Diógenes Moraes Santos, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 115 - Levide Jesus Lima, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 116 - Amauri Ribeiro Tavares da Cunha, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 117 - Jason de Almeida, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 118 - Fernando Gonçalves dos Santos, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 119 - Gecivaldo Siva Barbosa, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 120 - Jilvando Gama dos Santos, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Nº 121 - Neemias Alves de Menezes, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

## INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

### PORTARIA Nº 73, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Prorrogação de prazo para produção dos efeitos relativos à circunscrição das unidades de conservação da CR-10 (Processo nº 02070.008695/2017-26).

A PRESIDENTE, SUBSTITUTA, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 475/MMA, de 27 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2016, e resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a contar de 30 de janeiro de 2018, o prazo estipulado no art. 4º da Portaria nº 578, de 28 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de outubro de 2017, para produção dos efeitos relativos à alteração da circunscrição das unidades de conservação vinculadas à Coordenação Regional 10.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA CANUTO

# Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

## GABINETE DO MINISTRO

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 24 DE JANEIRO DE 2018
(Publicada no DOU de 25-1-2018)

ANEXO II(*)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº __/2018 (CPS PADRÃO)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO MINISTÉRIO XXXXXXXX, E A INSTITUIÇÃO MANDATÁRIA, PARA GESTÃO OPERACIONAL DE CONTRATOS DE REPASSE PARA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS GERIDOS PELA UNIÃO, LASTREADOS COM RECURSOS CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS.

A UNIÃO, por meio do MINISTÉRIO XXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXX doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo XXXXXXXXX, ou representante legal portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____-__, residente nesta Capital Federal, nomeado conforme o Decreto de XXXXX, publicado no DOU, Seção XXX, de XXXXXXX, e, de outro lado, a XXXXXXX (XXXXXX), doravante denominada CONTRATADA, (natureza jurídica)com sede no XXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXX, neste ato representada por seu XXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____-__, residente nesta Capital Federal, nomeado conforme o Decreto/Portaria/Ata XXXXXX, publicado no DOU (nem sempre é publicado no DOU), Seção XX, de XX/XX/XX, resolvem celebrar o presente CONTRATO com base no regime instituído pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e em observância ao Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, à Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, e suas alterações, ao Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e ao artigo 25 da Lei nº 8.666, de 1993, mediante as seguintes CLÁUSULAS e o estabelecido, detalhadamente, nos documentos ANEXOS:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato, firmado com base no princípio da descentralização administrativa expresso no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no que couber, e na tipologia definida no art. 1º, §1º, VIII, e art. 6º, §1º, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA à CONTRATANTE abrangendo todas as atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pela CONTRATANTE, lastreados com recursos consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferência voluntária, na forma definida no "Anexo I - Detalhamento dos Serviços", "Anexo II - Acordo de Níveis de Serviços", "Anexo III - Gestão e Fiscalização" e "Anexo IV - Da Metodologia de Preços".

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA à CONTRATANTE são apresentados no "Anexo I - Detalhamento dos Serviços, documento que integra o presente Contrato, e se fundamenta, especificamente, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 2016.

2.2. Os conceitos relativos aos serviços contratados são os estabelecidos no art. 1º, §1º, do Decreto nº 6.170, de 2007, na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 2016, e nas definições constantes dos documentos Anexos.

2.3. Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA à CONTRATANTE, conforme o Anexo I, constituem um conjunto de atividades logicamente encadeadas e distribuídas nas várias etapas do ciclo de gestão operacional de contratos de repasses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços descritos, detalhadamente, no Anexo I deste contrato deverão ser executados pela CONTRATADA de forma direta, podendo, na medida da necessidade, ser parcialmente terceirizados, até o limite de 30% dos serviços.

3.1.1. Os serviços prestados são de responsabilidade da CONTRATADA, independente se prestados de forma direta ou terceirizados.

3.2. A CONTRATADA iniciará a prestação dos serviços detalhados no Anexo I somente após a comunicação das propostas selecionadas pela CONTRATANTE via Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

4.1. Estima-se o valor global do contrato como de R$ _____,__ (_____), estabelecido conforme estimativas da CONTRATANTE com base nos limites máximos de metas a serem alcançadas de serviços acordados no Anexo IV - Metodologia de Preços.

4.1.1. A despesa decorrente desta contratação está programada em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União, na classificação abaixo:

UASG: Programa de trabalho: _____

Elemento de Despesa:_____

Ação Orçamentária:_____

Fonte:_____

4.2. Considerando-se o caráter estimativo do valor global, os valores a serem pagos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços executados e atestados pela CONTRATANTE.

4.3. O contrato poderá ser aditado, com ampliação ou redução de serviços a serem executados e dos respectivos valores a serem pagos à CONTRATADA, conforme as circunstâncias e limites previstos no art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.4. Os serviços extras, que não compõem os serviços ordinários, deverão ser custeados pelo causador da demanda, fora do âmbito do Contrato de Prestação de Serviços em questão, se o causador não for o contratante, e no âmbito do contrato, na parte dos serviços extraordinários, se de responsabilidade do contratante, observando-se os meios e procedimentos legais previstos para tanto.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado mensalmente mediante a apresentação do documento de cobrança da CONTRATADA à CONTRATANTE, cujo valor será calculado conforme os serviços executados pela CONTRATADA e os preços acordados e expressos no Anexo IV.

5.2. Estão incluídos no valor do contrato estabelecido na CLÁUSULA QUARTA e nos preços definidos no Anexo IV todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços pela CONTRATADA, inclusive tributos e/ou impostos, e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, assim como taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros itens com despesas para CONTRATADA no cumprimento integral do objeto contratado.

5.3. O documento de cobrança, somente deverá ser apresentada pela CONTRATADA à CONTRATANTE após a inserção de todos os dados dos serviços executados pela CONTRATADA no SICONV, ou outro que vier a substituí-lo, no período de cobrança de acordo com os fluxos, modelos, formatos e conteúdos de negócios estabelecidos no "Anexo II - Instrumento de Medição de Resultado".

5.4. O prazo da CONTRATADA para apresentação do documento de cobrança é até o décimo dia do mês subsequente ao da execução do serviço.

5.5. A CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, por meio eletrônico extraído do SICONV e apenso ao documento de cobrança, relatório detalhado contendo, no mínimo, registros de todos os contratos passíveis de cobrança da CONTRATANTE com os CONVENENTES, contendo o número do contrato de repasse, o número do SICONV, o Evento Gerador de Tarifa (EGT) a Unidade da Federação (UF), o município, a sigla da secretaria finalística responsável pela gestão na CONTRATANTE, o objeto da avença, as datas de início e encerramento da execução do objeto, se for o caso.

5.6. O endereço físico para entrega de qualquer documentação em suporte papel será na sede da CONTRATANTE em dias úteis e horário comercial.

5.7. A análise sobre o aceite dos serviços prestados deverá ocorrer até 15 dias após a disponibilização do relatório constante do documento de cobrança.

5.7.1. Na eventualidade de retificação dos dados de cobrança, por motivo justificado pela CONTRATANTE, formalizado no prazo do subitem 5.8, e aceito pela CONTRATADA, o prazo de análise e pagamento será prorrogado por mais 10 (dez) dias, contados da data de recebimento do ofício de resposta pela CONTRATADA.

5.7.2. Na hipótese de não aceitação pela CONTRATADA, admite-se recurso à CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do mesmo, devendo ser decidido em igual prazo.

5.7.3. No caso da divergência não solucionada pelos pelo subitem 5.7.2, a solução da lide deverá atender ao rito previsto no subitem 17.1 apenas sobre o valor controverso.

5.8. O pagamento à CONTRATADA será efetuado até o 30º (trigésimo) dia corrido contados a partir da data de aceite dos serviços.

5.9. Com base no art.53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, os aceites pela CONTRATANTE dos serviços cobrados poderão sempre ser revistos e caso sejam identificados, posteriormente aos pagamentos, valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE à CONTRATADA, esta deverá deduzir de faturas imediatamente subsequentes os valores identificados como indevidos.

5.9.1. No caso de divergência sobre a revisão, a solução da lide deverá atender ao rito previsto no subitem 17.1.

5.10. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA por meio do Banco XXX - XXXXXXX, Favorecido xxxxxx, conta corrente.

5.11. O pagamento após o prazo estabelecido no subitem 5.8 sujeitará o CONTRATANTE ao pagamento de juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, e de atualização mensal do valor cobrado pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice oficial que vier a substituí-lo, calculado a partir do 1º dia útil subsequente ao vencimento até a data da efetivação do pagamento, aplicando-se como base o índice do mês anterior ao da cobrança.

5.12. Ocorrendo inadimplência por parte da CONTRATANTE por período superior a 90 (noventa) dias, a contar do vencimento da obrigação, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE para efetuar a quitação do débito, devidamente corrigido, no prazo de até 15 (quinze) dias. Nessa situação, independentemente da notificação para pagamento, a CONTRATADA, também mediante notificação, poderá suspender, interromper ou encerrar a prestação de serviços cobrando os valores devidos pela CONTRATANTE, com os acréscimos previstos por atraso nos pagamentos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, situações em que não incidirão os acréscimos por atrasos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

6.1. Os preços dos serviços estabelecidos no Anexo IV poderão ser reajustados, somente após 1 (um) ano de vigência do contrato e com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou índice oficial que vier a substituí-lo, sendo aplicável sobre os contratos de repasse futuros, a serem firmados.

6.2. Caso haja alteração, inclusão ou supressão dos serviços constantes no Anexo I do presente contrato, que acarretem acréscimo ou decréscimo dos valores ou serviços, o presente instrumento deverá ser repactuado para atendê-las, estabelecendo a abrangência de sua aplicação e a forma de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ARMAZENAMENTO DOS DADOS DAS PROPOSTAS E DOS CONTRATOS DE REPASSES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATADA deverá manter, pelo período de execução deste contrato, todos os registros de dados em suporte papel e eletrônicos sobre todos os projetos e contratos de repasses em carteira da CONTRATANTE, ativos, inativos e concluídos.

7.2. A CONTRATADA deverá manter a contar da apresentação da prestação de contas do contrato de repasse, todos os registros de dados em suporte papel e eletrônicos sobre todos os projetos e contratos de repasses por um período de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA OITAVA - DO PROCESSAMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS DAS PROPOSTAS E DOS CONTRATOS DE REPASSES DA CONTRATANTE

8.1. Quaisquer requisições de informações sobre projetos e contratos de repasses, apresentadas à CONTRATADA pelo Ministério Público, pelas autoridades policiais e judiciais e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública ou por órgãos do Poder Legislativo, conforme as normas aplicáveis a cada caso, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem necessidade de consulta prévia à CONTRATANTE, que deve ser comunicada formalmente sobre o fato.

8.2. Quando as requisições de informações mencionadas no subitem anterior forem encaminhadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA, e não constarem no SICONV, os prazos de atendimento serão definidos pela CONTRATANTE, de acordo com os prazos estabelecidos pelos órgãos requisitantes em seus expedientes.

8.3. Quando expirar o prazo de vigência do contrato e não houver interesse da CONTRATANTE em sua continuidade por aditamento, ou na continuidade dos serviços por outro instrumento, todos os registros administrativos sobre os projetos e contratos de repasses da CONTRATANTE produzidos pela CONTRATADA no âmbito deste e de outros contratos anteriores deverão ser entregues à CONTRATANTE, preferencialmente em meio eletrônico digital em arquivos cujos conteúdos possam ser copiados para Sistemas de Gerenciamento de Bancos de Dados Relacionais (SGBDR), no prazo máximo de 30 (trinta) dias para os contratos ativos e de 1 (um) ano para o restante, contados do fim da vigência.

CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO DE RISCOS

9.1. A CONTRATADA, no escopo de seus processos e atividades para cumprimento do presente contrato, deverá aplicar os dispositivos de controles internos, gestão de riscos e governança que dispõe a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016.

9.2. Todos os instrumentos celebrados pela CONTRATADA com os CONVENENTES que foram objeto de alguma auditoria e/ou questionamento de órgãos de Controle, Ministério Público, de qualquer esfera, inclusive auditoria interna, deverão ter essas ações registradas no SICONV, desde que a CONTRATADA tenha sido formalmente notificada, acompanhadas preferencialmente do relatório e/ou ofício, de forma a melhorar a gestão de riscos dos instrumentos.

9.3. Caso sejam identificados serviços elencados no Anexo I executados em desconformidade pela CONTRATADA, inclusive em contratos encerrados, aplicar-se-ão à CONTRATADA as respectivas penalidades previstas no Anexo III.

9.4. Constatada irregularidade na execução da obra, decorrente de erro profissional de engenharia ou arquitetura, que resulte Tomada de Contas Especial, a CONTRATADA comunicará ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e aos Ministérios Públicos Federal, Estadual e do Distrito Federal e Territórios sobre a irregularidade e os dados do responsável pela Anotação de Responsabilidade Técnica -ART ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT, conforme o caso, de projeto, execução e fiscalização associada à irregularidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. O presente contrato terá vigência por um período de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante termos aditivos.

10.2. Após os 36 (trinta e seis) meses, nos casos em que a vigência for prorrogada, não poderão ser encaminhadas nesse novo período novas seleções de propostas, ainda a serem iniciadas. O período de prorrogação, se houver, se destinará a finalizar os contratos de repasse celebrados no período inicial do presente contrato de prestação de serviço.

10.3. No prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes de finda a vigência do contrato de prestação de serviço, a CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE relação da carteira que estará ativa na data de encerramento da vigência para que a CONTRATANTE avalie as providências a serem tomadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS AÇÕES E OBRIGAÇÕES A CARGO DA CONTRATANTE

11.1. Realizar a gestão e a fiscalização do presente contrato de prestação de serviço.

11.2. Estabelecer e divulgar no SICONV, no momento da disponibilização do programa, as diretrizes programáticas com as regras e critérios para a sua implementação, inclusive os limites de contrapartida.

11.3. Dar conhecimento, tempestivamente, à CONTRATADA sobre suas decisões, alterações dos manuais, normas técnicas e outras fontes de referência para verificação de conformidade na execução das atividades previstas neste contrato.

11.3.1. Previamente à publicação dessas alterações, a CONTRATADA deverá ser consultada para apresentação de suas sugestões e contribuições com relação à viabilidade da execução e operacionalização com base no instrumento contratual vigente.

11.3.2. Caso as alterações propostas acarretarem acréscimo ou decréscimo dos valores ou serviços o presente instrumento deverá ser repactuado para atendê-las.

11.4. Promover, sempre que possível, nos termos do §1º do art. 21 e art. 74 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 2016, a padronização de objetos e metas dos programas e ações sob sua gestão com o apoio e análise prévia da CONTRATADA.

11.5. Estabelecer e encaminhar à CONTRATADA a metodologia do plano de fiscalização da execução dos serviços prestados, mediante instrumento específico.

11.6. Apresentar os achados decorrentes da execução do plano de fiscalização à direção geral e à unidade de auditoria da CONTRATADA, para as devidas providências em termos de controles internos, gestão de riscos e governança, conforme a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 2016.

11.7. Executar a descentralização dos recursos orçamentários e financeiros em Unidade Gestora específica para a CONTRATADA na medida de suas necessidades para cumprimento dos cronogramas de desembolsos aprovados nos contratos de repasses.

11.8. Habilitar a CONTRATADA na Unidade Gestora do SIAFI para execução orçamentária e financeira dos recursos necessários à consecução dos contratos de repasse.

11.9. Registrar em dotação específica os recursos destinados ao pagamento dos serviços prestados pela CONTRATADA, objeto do presente instrumento, mantendo-se a compatibilidade contábil, bem como eventuais suplementações para fins de celebração de termos aditivos de acréscimo, se o valor originalmente previsto na Cláusula Quarta não se mostrar suficiente.

11.10. Destacar em parecer no SICONV o enquadramento do objeto e das justificativas, constantes das propostas, às diretrizes programáticas, cujo objeto deve ser claro e específico.

11.11. Analisar e aprovar, no SICONV, o enquadramento da contrapartida até a contratação, com emissão de parecer, se diferente dos limites previstos na LDO, passando ser de responsabilidade da CONTRATADA após a contratação.

11.12. Analisar e aprovar, no SICONV, as propostas.

11.13. Encaminhar o plano de trabalho para a CONTRATADA analisar.

11.13.1. Fica facultado à CONTRATANTE realizar a análise do plano de trabalho

11.14. Empenhar as propostas no SICONV, após a aprovação do plano de trabalho e cancelar ou anular aquelas que não foram contratadas.

11.15. Homologar, por meio de Parecer no SICONV a Síntese do Projeto Aprovado - SPA, submetida pela CONTRATADA, quando o objeto do instrumento envolver a execução de obras e serviços de engenharia enquadrados nos incisos II e III do art. 3º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 2016.

11.16. Analisar e aprovar/reprovar as alterações nos termos dos contratos de repasse submetidas pela CONTRATADA, que modifiquem as condições da Proposta e do Plano de Trabalho, observadas as vedações expressas nos § 3º e § 4º, do art. 6º, bem como, o previsto no art. 36 Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 2016.

11.17. Analisar as consultas da CONTRATADA referente à execução dos contratos de repasse e manifestar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11.18 Indicar à CONTRATADA os contratos de repasse que devem ter o crédito do recurso financeiro efetivado.

11.19 Atestar os serviços prestados pela CONTRATADA em estrita conformidade com os requisitos expressos neste contrato e seus anexos e com os padrões, melhores práticas e recomendações dos órgãos de controle, procedendo então aos respectivos pagamentos nos prazos acordados.

11.20. Comunicar formalmente à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias, contados do conhecimento do evento, desconformidades contratuais observadas.

11.21. Divulgar o presente contrato, no âmbito de sua área de ação, com as orientações pertinentes a sua operacionalização.

11.22. Acompanhar e avaliar a execução e os resultados dos Programas, promovendo os ajustes que se façam necessários.

11.23. Fiscalizar, continuamente, a execução do contrato mediante o uso de evidências produzidas por meio de quaisquer recursos lícitos, tais como, entre outros:

a) as informações contidas no SICONV;

b) os relatórios enviados à CONTRATANTE apensos aos documentos de cobrança ou disponíveis no SICONV para atestes de serviços;

c) notícias publicadas pelos meios de comunicação;

d) denúncias apresentadas por cidadãos, organizações públicas, privadas e do terceiro setor, além dos próprios CONVENENTES, e ações movidas pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública e pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário;

e) estudos e pesquisas; e/ou

f) plano de fiscalização.

11.24. Quando identificadas falhas ou inconformidades na execução dos objetos dos contratos de repasse em relação aos aprovados, comunicar formalmente tais falhas ou inconformidades à CONTRATADA para as devidas providências corretivas em sua alçada de controle.

11.25. Quando, em suas ações de supervisão identificar irregularidade na execução da obra decorrente de erro profissional de engenharia ou arquitetura, que resulte Tomada de Contas Especial, comunicará à CONTRATADA para as providências do subitem 9.4.

11.26. Aplicar as penalidades previstas no Anexo III, quando a CONTRATADA incorrer em falhas previstas no referido anexo.

11.27. Conceder o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis à CONTRATADA para execução de obrigações que possuam prazo limite para conclusão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS AÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Aplicar os conteúdos dos manuais dos programas e ações da CONTRATANTE, que se aplicam à execução do contrato, adequando seus normativos internos quando verificada divergência.

12.2. Cumprir as determinações dos órgãos de controle interno e externo da administração pública, que se aplicam à execução do contrato, dando ciência à CONTRATANTE.

12.3. Organizar seus processos e atividades internos de forma eficaz e eficiente, de modo a cumprir os prazos estabelecidos no contrato e executar os serviços detalhados no Anexo I, atendendo aos requisitos de fluxos de dados e de qualidade expressos no Anexo II.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12.4. Cumprir as normas do Poder Executivo federal relativas à governança, gestão de riscos, controles, transparência e segurança da informação.

12.5. Manter recursos de contingência para garantir a continuidade, ainda que parcial, dos serviços objeto do presente contrato, mesmo em casos de paralisações e greves dos seus empregados.

12.6. Executar todos os serviços definidos no Anexo I nos moldes do Instrumento de Medição de Resultado -IMR do Anexo II do presente contrato.

12.7. Atualizar, dentro dos prazos previstos no Anexo II, as informações dos contratos de repasse no SICONV.

12.8. Entregar, tempestivamente, ao CONTRATANTE documento de cobrança mensal, conforme especificado na CLÁUSULA QUINTA.

12.9. Dar acesso à CONTRATANTE, quando solicitado, aos documentos relativos aos contratos de repasse de posse de suas unidades administrativas centrais, regionais ou locais.

12.9.1. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE os documentos classificados como de uso restrito, ficando à CONTRATANTE proibida de divulgá-lo, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

12.10. Promover a execução orçamentária e financeira, por meio da Unidade Gestora (UG) específica, referentes aos contratos de repasse em execução.

12.11. Manter toda a documentação relativas aos contratos de repasses executados sob a vigência deste contrato à disposição da CONTRATANTE e Órgãos de Controle Interno e Externo. A CONTRATADA deverá manter a citada documentação arquivada em meio físico, conforme a temporalidade definida na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 2016.

12.12. Atender, observados os prazos estipulados nos respectivos expedientes, aos comandos da CONTRATANTE, de autoridades policiais e judiciais e dos órgãos de controle interno e externo da administração pública federal, quando identificadas irregularidades na execução de contratos de repasse, dando ciência à CONTRATANTE.

12.13. Incluir cláusula específica no contrato de repasse a ser firmado com o CONVENENTE explicitando que os custos de serviços previstos no Anexo I - Detalhamento de Serviços, executados em quantidade superior ao pactuado no Anexo IV - Preços serão pagos pelo demandante do serviço, não podendo onerar o orçamento do contrato de repasse.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 Constituem motivos para rescisão deste contrato:

a) o não cumprimento ou cumprimento irregular por parte da CONTRATADA, sem a devida justificativa, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos estabelecidos;

b) atraso ou paralisação na execução dos serviços, sem a devida justificativa e a prévia comunicação à CONTRATANTE;

c) atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos à CONTRATADA por serviços executados e aceitos pela CONTRATANTE, salvo nos casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; ou

d) interesse mútuo das partes contratantes, desde que manifestado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, na forma e na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Em caso de rescisão administrativa do presente contrato, à CONTRATADA será assegurado o que prevê o art. 79, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. No caso de rescisão do presente contrato, cessar-se-ão as obrigações da CONTRATADA explicitadas na Cláusula Décima Segunda, devendo haver a devolução da documentação técnica à CONTRATANTE, das análises em andamento, bem como a cobrança das tarifas proporcionais aos serviços prestados, no estágio em que se encontrarem.

13.3.1. De posse da documentação acerca dos Contratos de Repasse em andamento, incumbirá à CONTRATANTE optar por transferi-los a outro CPS, ou assumir o acompanhamento das obras, hipótese em que a CONTRATADA passará a figurar tão somente como agente financeiro dessas operações.

13.3.2. Caso os contratos de repasse que estavam neste CPS não se enquadrem nas hipóteses do art. 9º, I da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 2016, a CONTRATANTE não poderá assumir a gestão destes, devendo transferi-los para outro CPS.

13.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente registrados nos autos do processo administrativo, consignada a motivação e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO DO CONTRATO

14.1. Os processos e atividades para gestão do presente contrato por parte da CONTRATANTE, são descritos nos Anexos II e III.

14.2. A CONTRATANTE poderá utilizar recursos de organizações parceiras para apoio técnico às atividades de gestão do contrato, conforme previsto no § 6º, art. 10, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, e no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. É facultado à CONTRATANTE designar quantos representantes ou grupos de trabalho forem necessários para viabilizar e racionalizar as atividades de gestão do contrato, devendo informar à CONTRATADA sobre sua existência.

14.4. As reuniões entre os representantes designados pelas partes para gestão do contrato, deverão ser registradas em atas que serão apensas a processo específico no sistema digital de registro de fluxos de documentos da CONTRATANTE.

14.5. A CONTRATADA deverá manter pelo menos um preposto para gestão do contrato domiciliado em Brasília -DF, nos termos do art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

15.1.2. Multas, que poderão ser aplicadas conforme o disposto no item 5 do Anexo III do CPS- Gestão e Fiscalização.

15.1.2.1. Conforme os arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993, havendo inexecução total ou parcial dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATANTE poderá, por meio do gestor do contrato sob a égide de necessária qualidade dos serviços executados, aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no Anexo III, sem prejuízo das notificações ou glosas previstas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR)- Anexo II.

15.1.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois (2) anos.

15.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.2. As sanções previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.3 e 15.1.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

15.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração o disposto no anexo III do CPS-Gestão e Fiscalização, a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores (SICAF).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA PUBLICAÇÃO

16.1. A CONTRATANTE providenciará, por sua conta, a publicação do extrato deste contrato e subsequentes Termos Aditivos, no Diário Oficial da União, Seção 3, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão regulados pelos preceitos do direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direto privado, na forma do art. 54, c/c inciso XII, do artigo 55, ambos da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. As controvérsias oriundas do presente instrumento que não forem resolvidas de comum acordo entre as partes serão submetidas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), nos termos do art. 18 da Estrutura Regimental da Advocacia Geral da União (AGU), aprovada pelo Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e só após, se persistir o impasse, submetido à Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

18.2. E assim, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, assinam as partes o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para o mesmo efeito de direito.

Brasília (DF), ___ de _____ de 2018.

CONTRATANTE CONTRATADA

| | |
|---|---|
| Testemunhas: | |
| Nome: | Nome: |
| CPF: | CPF: |
| Identidade: | Identidade: |

(*)Republicado por ter saído no DOU de 25-1-2018, Seção 1, páginas 129 a 131, com incorreção no original.

## SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

### PORTARIA Nº 1.021, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, resolve:

Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais relativa ao bimestre novembro/dezembro de 2017, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2017

Relatório de Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre

1. O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais para o exercício de 2017 foi aprovado pela Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017, Lei Orçamentária Anual, publicada no Diário Oficial da União de 11.01.2017, no valor global de R$ 90.027.068.171,00 (Noventa bilhões, vinte e sete milhões, sessenta e oito mil, cento e setenta e um reais). Esse montante agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 262 projetos e 279 atividades, distribuídos em 90 empresas estatais federais.

2. O Orçamento de Investimento de 2017 teve sua dotação aumentada em decorrência da reabertura de créditos, transposições, incorporações e suplementações de créditos, no decorrer do exercício, no montante de R$ 4.656.839.667,00 (Quatro bilhões, seiscentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais). Desse movimento resultou uma Dotação Autorizada no montante de R$ 85.370.228.504 (Oitenta e cinco bilhões, trezentos e setenta milhões, duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e quatro reais). Ademais, o número de empresas estatais federais abrangidas no Orçamento de Investimento passou para 89, sendo 83 do setor produtivo e 6 do setor financeiro. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social nem aquelas que não programaram investimentos.

3. As 89 empresas computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- 6, no setor financeiro e de seguros;
- 3, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- 41, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- 17, no setor de petróleo, derivados e gás natural, em pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- 8, no setor de administração portuária;
- 1, no setor de serviços postais;
- 1, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- 3, no setor industrial de transformação, em segmentos diversificados, como produção de moeda, projetos navais e hemoderivados;
- 7, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos;
- 1, no setor de pesquisa e desenvolvimento de energia; e
- 1, no setor de comunicações.

4. Na Tabela 01 a seguir, está demonstrado o movimento que resultou na Dotação Autorizada de R$ 85.370.228.504,00 (Oitenta e cinco bilhões, trezentos e setenta milhões, duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e quatro reais). Como consequência, o Orçamento de Investimento de 2017 passou a agregar dotações para a execução de obras e serviços em 241 projetos e 277 atividades.

TABELA 01 - Demonstrativo da evolução da dotação - até 6º bimestre

| Especificação | Créditos Suplementação | Créditos Cancelamento | Movimento Líquido |
|---|---|---|---|
| Dotação Inicial (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017) | | | R$ 90.027.068.171,00 |
| | | | |
| Decreto s/n de 23.02.2017 (Reabertura de Crédito Especial DEST) | 201.346.867 | 0 | 201.346.867 |
| Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 2.840.000 | 0 | 2.840.000 |
| Eólica Hermenegildo I S.A. | 9.000.000 | 0 | 9.000.000 |
| Eólica Hermenegildo II S.A. | 6.000.000 | 0 | 6.000.000 |
| Eólica Hermenegildo III S.A. | 10.000.000 | 0 | 10.000.000 |
| Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. | 118.371.183 | 0 | 118.371.183 |
| FURNAS - Centrais Elétricas S.A. | 15.000.000 | 0 | 15.000.000 |
| Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS | 16.818.322 | 0 | 16.818.322 |
| Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE | 23.317.362 | 0 | 23.317.362 |
| Decreto s/n de 26.04.2017 (Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo) | 26.888.515 | 26.888.515 | 0 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE | 26.888.515 | 0 | 26.888.515 |
| Linha Verde Transmissora de Energia S.A. - LVTE | 0 | 26.888.515 | -26.888.515 |
| Portaria/Ato/Resolução 166 de 01.06.2017 (Saldos de exercícios anteriores, suplementação de subtítulos para atender despesas relativas a ações em execução em 2013) | 579.790.374 | 0 | 579.790.374 |
| Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 46.062.900 | 0 | 46.062.900 |
| Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 40.563.757 | 0 | 40.563.757 |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 121.917.721 | 0 | 121.917.721 |
| Companhia Docas do Pará - CDP | 2.722.227 | 0 | 2.722.227 |
| Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | 790.387 | 0 | 790.387 |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 6.933.382 | 0 | 6.933.382 |
| Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS | 360.800.000 | 0 | 360.800.000 |
| Portaria/Ato/Resolução 185 de 20.06.2017 (Suplementação entre Subtítulos até o limite autorizado pela LOA) | 66.397.316 | 8.536.174 | 57.861.142 |
| Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT | 31.326.191 | 0 | 31.326.191 |
| Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA | 11.454.180 | 0 | 11.454.180 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE | 1.740.000 | 0 | 1.740.000 |
| Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 1.000.000 | 1.000.000 | 0 |
| Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE | 2.584.920 | 1.820.776 | 764.144 |
| Companhia Energética de Alagoas - CEAL | 1.185.398 | 1.185.398 | 0 |
| Companhia Energética do Piauí - CEPISA | 1.701.000 | 0 | 1.701.000 |
| ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. | 3.657.373 | 0 | 3.657.373 |
| Eólica Chuí IX S.A. | 105.000 | 0 | 105.000 |
| FURNAS - Centrais Elétricas S.A. | 4.530.000 | 4.530.000 | 0 |
| Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE | 22.500 | 0 | 22.500 |
| Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE | 7.090.754 | 0 | 7.090.754 |
| Portaria/Ato/Resolução 151 de 25.05.2017 (Suplementação de subtítulos constantes da LOA-2014 identificados com RP 3 ou 5 (PAC) por anulação de dotações ou geração adicional de recursos) | 240.757.694 | 0 | 240.757.694 |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF | 240.757.694 | 0 | 240.757.694 |
| Portaria/Ato/Resolução 150 de 25.05.2017 (Suplementação entre Subtítulos até o limite autorizado pela LOA) | 136.860.701 | 0 | 136.860.701 |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF | 136.860.701 | 0 | 136.860.701 |
| Lei 13512 de 24.11.2017 (Suplementação acima dos limites autorizados pela LOA) | 164.686.056 | 0 | 164.686.056 |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF | 164.686.056 | 0 | 164.686.056 |
| Portaria/Ato/Resolução 186 de 20.06.2017 (Suplementação de subtítulos constantes da LOA-2014 identificados com RP 3 ou 5 (PAC) por anulação de dotações ou geração adicional de recursos) | 283.876.000 | 113.876.000 | 170.000.000 |
| Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO | 170.000.000 | 0 | 170.000.000 |
| Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS | 113.876.000 | 113.876.000 | 0 |
| Decreto 2 de 02.11.2017 (Saldos de exercícios anteriores para ações em execução em 2014 não contempladas na LOA-2015) | 13.284.160 | 0 | 13.284.160 |
| Companhia Docas do Ceará - CDC | 3.677.677 | 0 | 3.677.677 |
| Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 1.132.089 | 0 | 1.132.089 |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 3.632.089 | 0 | 3.632.089 |
| Companhia Docas do Pará - CDP | 1.932.089 | 0 | 1.932.089 |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 2.910.216 | 0 | 2.910.216 |
| Portaria/Ato/Resolução 167 de 01.06.2017 (Adequação do Orçamento de Investimentos ao Orçamento Fiscal e da Seguridade) | 29.622.530 | 32.539.104 | -2.916.574 |
| Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 29.622.530 | 0 | 29.622.530 |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 0 | 29.622.530 | -29.622.530 |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 0 | 2.916.574 | -2.916.574 |
| Portaria/Ato/Resolução 220 de 12.07.2017 (Saldos de exercícios anteriores, suplementação de subtítulos para atender despesas relativas a ações em execução em 2013) | 92.429.879 | 0 | 92.429.879 |
| Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO | 92.429.879 | 0 | 92.429.879 |
| Portaria/Ato/Resolução 220 de 12.07.2017 (Adequação do Orçamento de Investimentos ao Orçamento Fiscal e da Seguridade) | 70.000.000 | 70.000.000 | 0 |
| Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS | 70.000.000 | 70.000.000 | 0 |
| Lei 514908 de 06.10.2017 (Crédito Especial) | 666.143.078 | 179.062.342 | 487.080.736 |
| Banco do Brasil S.A. - BB | 170.000.000 | 170.000.000 | 0 |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 12.721.736 | 0 | 12.721.736 |
| Companhia Energética de Alagoas - CEAL | 9.062.342 | 9.062.342 | 0 |
| Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV | 9.411.000 | 0 | 9.411.000 |
| Petrobras Netherlands B.V. - PNBV | 461.853.000 | 0 | 461.853.000 |
| Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS | 3.095.000 | 0 | 3.095.000 |
| Lei 514905 de 13.10.2017 (Suplementação acima dos limites autorizados pela LOA) | 8.480.320.523 | 15.278.975.941 | -6.798.655.418 |
| Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE | 0 | 707.615.236 | -707.615.236 |
| Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT | 22.096.569 | 47.033.076 | -24.936.507 |
| Araucária Nitrogenados S.A. | 30.442.000 | 0 | 30.442.000 |
| Banco da Amazônia S.A. - BASA | 959.070 | 22.952.216 | -21.993.146 |
| Banco do Brasil S.A. - BB | 0 | 245.361.213 | -245.361.213 |
| Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB | 0 | 112.242.586 | -112.242.586 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES | 0 | 93.991.858 | -93.991.858 |
| BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO | 100.000 | 0 | 100.000 |
| Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA | 2.603.018 | 2.603.018 | 0 |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS | 0 | 4.000.000 | -4.000.000 |
| Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON | 8.000.000 | 38.685.275 | -30.685.275 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE | 0 | 428.998.091 | -428.998.091 |
| COBRA Tecnologia S.A. | 11.755.706 | 3.027.480 | 8.728.226 |
| Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 2.500.000 | 37.759.447 | -35.259.447 |
| Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE | 215.064 | 7.957.423 | -7.742.359 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Companhia Docas do Ceará - CDC | 0 | 4.064.695 | -4.064.695 |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 358.608 | 0 | 358.608 |
| Companhia Docas do Pará - CDP | 9.336.940 | 3.500.000 | 5.836.940 |
| Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | 22.496.758 | 11.586.467 | 10.910.291 |
| Companhia Energética de Alagoas - CEAL | 4.638.490 | 20.959.239 | -16.320.749 |
| Companhia Energética do Piauí - CEPISA | 0 | 115.946.932 | -115.946.932 |
| Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE | 0 | 4.912.000 | -4.912.000 |
| Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE | 0 | 6.764.000 | -6.764.000 |
| Eletrobras Participações S.A. - ELETROPAR | 0 | 202.000 | -202.000 |
| Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR | 0 | 1.189.480.645 | -1.189.480.645 |
| ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. | 2.315.000 | 72.586.148 | -70.271.148 |
| Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO | 0 | 46.706.582 | -46.706.582 |
| Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV | 0 | 90.000.000 | -90.000.000 |
| Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON | 190.800 | 2.373.351 | -2.182.551 |
| Energia dos Ventos IX S.A. | 0 | 11.092.604 | -11.092.604 |
| Energia dos Ventos V S.A. | 0 | 11.322.414 | -11.322.414 |
| Energia dos Ventos VI S.A. | 0 | 17.306.485 | -17.306.485 |
| Energia dos Ventos VII S.A. | 0 | 17.607.651 | -17.607.651 |
| Energia dos Ventos VIII S.A. | 0 | 10.916.797 | -10.916.797 |
| Eólica Chuí IX S.A. | 1.395.000 | 0 | 1.395.000 |
| Eólica Hermenegildo I S.A. | 0 | 406.078 | -406.078 |
| Eólica Hermenegildo II S.A. | 0 | 225.733 | -225.733 |
| Eólica Hermenegildo III S.A. | 0 | 472.272 | -472.272 |
| Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. | 0 | 92.685.649 | -92.685.649 |
| FURNAS - Centrais Elétricas S.A. | 0 | 356.127.280 | -356.127.280 |
| Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD | 0 | 15.720.000 | -15.720.000 |
| Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS | 1.867.000 | 6.755.000 | -4.888.000 |
| Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO | 112.000 | 4.412.000 | -4.300.000 |
| Petrobras Distribuidora S.A. - BR | 144.696.000 | 83.772.000 | 60.924.000 |
| Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV | 243.577.000 | 358.302.000 | -114.725.000 |
| Petrobras Netherlands B.V. - PNBV | 3.725.137.000 | 736.035.000 | 2.989.102.000 |
| Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO | 27.644.000 | 249.270.000 | -221.626.000 |
| Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS | 4.211.389.000 | 9.706.060.000 | -5.494.671.000 |
| Stratura Asfaltos S.A. | 135.000 | 307.000 | -172.000 |
| Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS | 0 | 20.000.000 | -20.000.000 |
| Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE | 3.502.500 | 0 | 3.502.500 |
| Transpetro International B.V. - TI B.V. | 0 | 28.732.000 | -28.732.000 |
| Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG | 2.733.000 | 228.982.000 | -226.249.000 |
| Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG | 0 | 1.157.000 | -1.157.000 |
| Uirapuru Transmissora de Energia S.A. | 125.000 | 0 | 125.000 |
| Portaria/Ato/Resolução 440 de 13.12.2017 (Suplementação entre Subtítulos até o limite autorizado pela LOA) | 4.564.716 | 3.930.000 | 634.716 |
| Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF | 79.716 | 0 | 79.716 |
| ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros | 555.000 | 0 | 555.000 |
| Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 930.000 | 930.000 | 0 |
| Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO | 3.000.000 | 3.000.000 | 0 |
| Portaria/Ato/Resolução 440 de 13.12.2017 (Suplementação de subtítulos constantes da LOA-2014 identificados com RP 3 ou 5 (PAC) por anulação de dotações ou geração adicional de recursos) | 786.798.153 | 786.798.153 | 0 |
| Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 6.000.000 | 6.000.000 | 0 |
| Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO | 106.741.153 | 106.741.153 | 0 |
| Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS | 674.057.000 | 674.057.000 | 0 |
| Resumo dos Créditos | 11.843.766.562 | 16.500.606.229 | -4.656.839.667 |
| Dotação Total Autorizada | | | R$ 85.370.228.504,00 |

5. O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2017 (Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016), contempla os dispêndios de capital destinados à aquisição ou manutenção de bens do Ativo Imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado, benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais, e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

6. Até o sexto bimestre de 2017, as empresas estatais realizaram investimentos no valor de R$ 50.396.418.542,00 (Cinquenta bilhões, trezentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta e dois reais) equivalentes a 59,0% da dotação autorizada.

Despesa por Órgão

7. A Tabela 02 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por Órgão, informando a dotação autorizada de cada ministério setorial para o exercício de 2017 e os valores já realizados no período de janeiro a dezembro deste ano.

8. A Tabela 03 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 02 - Execução OI - porÓrgão

Valores em R$ 1,00

| Descritores | Dotação Final (a) | Realizado no 6° Bimestre (b) | Realizado até 6° Bimestre (c) | % (c/a) |
|---|---|---|---|---|
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 40.153.469 | 259.622 | 2.102.643 | 5,2 |
| Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | 1.466.604.750 | 161.322.301 | 597.137.140 | 40,7 |
| Ministério da Fazenda | 5.513.696.663 | 677.172.484 | 2.426.196.781 | 44,0 |
| Ministério de Minas e Energia | 76.449.601.229 | 11.531.100.687 | 46.599.198.847 | 61,0 |
| Ministério da Saúde | 243.534.000 | 16.191.911 | 39.393.155 | 16,2 |
| Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil | 1.597.224.201 | 170.832.255 | 709.509.027 | 44,4 |
| Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão | 54.655.428 | 3.011.504 | 20.953.394 | 38,3 |
| Ministério da Defesa | 4.758.764 | 1.641.285 | 1.927.555 | 40,5 |
| Total | 85.370.228.504 | 12.561.532.049 | 50.396.418.542 | 59,0 |

Fontes de financiamento dos investimentos

TABELA 03 -Fontes de Financiamento dos Investimentos - OI

Valores em R$ 1,00

| Descritores | Dotação Final (a) | Realizado no 6° Bimestre (b) | % (b/tb) | Realizado até 6° Bimestre (c) | % (c/tc) |
|---|---|---|---|---|---|
| Recursos Próprios | 72.194.601.272 | 11.447.915.164 | 91,1 | 44.557.189.588 | 88,4 |
| Geração Própria | 72.194.601.272 | 11.447.915.164 | 91,1 | 44.557.189.588 | 88,4 |
| Recursos Para Aumento Do Patrimônio Líquido | 10.733.568.448 | 959.544.310 | 7,6 | 4.496.058.040 | 8,9 |
| Controladora | 8.456.153.111 | 704.442.066 | 5,6 | 3.472.909.581 | 6,9 |
| Tesouro | 2.277.415.337 | 255.102.244 | 2,0 | 1.023.148.459 | 2,0 |
| Direto | 1.748.611.758 | 159.825.343 | 1,3 | 720.242.064 | 1,4 |
| Saldos de Exercícios Anteriores | 528.803.579 | 95.276.901 | 0,8 | 302.906.395 | 0,6 |
| Operações De Crédito De Longo Prazo | 2.020.903.226 | 92.940.237 | 0,7 | 1.139.378.293 | 2,3 |
| Internas | 2.020.903.226 | 92.940.237 | 0,7 | 1.139.378.293 | 2,3 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Outros Recursos De Longo Prazo | 421.155.558 | 61.132.338 | 0,5 | 203.792.621 | 0,4 |
| Controladora | 362.747.442 | 46.799.280 | 0,4 | 183.828.703 | 0,4 |
| Debêntures | 58.408.116 | 14.333.058 | 0,1 | 19.963.918 | 0,0 |
| Total | 85.370.228.504 | 12.561.532.049 | 100,0 | 50.396.418.542 | 100,0 |

9. Dos gastos realizados com investimentos em 2017, parcela equivalente a 88,4% do total realizado foi financiada com recursos de Geração Própria.

Despesa por Funções e Subfunções

10. Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. A subfunção constitui parte da função em que se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções.

11. As tabelas 04 e 05 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no sexto bimestre de 2017 e no acumulado do exercício, agrupados, respectivamente, por funções e subfunções.

TABELA 04 - Execução OI - porFunção

Valores em R$ 1,00

| Descritores | Dotação Final (a) | Realizado no 6° Bimestre (b) | Realizado até 6° Bimestre (c) | % (c/a) |
|---|---|---|---|---|
| Agricultura | 40.153.469 | 259.622 | 2.102.643 | 5,2 |
| Previdência Social | 110.000.000 | 1.303.695 | 13.004.749 | 11,8 |
| Saúde | 243.534.000 | 16.191.911 | 39.393.155 | 16,2 |
| Defesa Nacional | 4.758.764 | 1.641.285 | 1.927.555 | 40,5 |
| Comunicações | 1.384.560.500 | 160.606.966 | 595.639.965 | 43,0 |
| Comércio e Serviços | 5.484.296.341 | 663.262.771 | 2.409.631.364 | 43,9 |
| Transporte | 1.620.696.201 | 176.836.433 | 717.699.009 | 44,3 |
| Indústria | 66.559.000 | 17.234.806 | 33.682.074 | 50,6 |
| Energia | 76.415.670.229 | 11.524.194.560 | 46.583.338.028 | 61,0 |
| Total | 85.370.228.504 | 12.561.532.049 | 50.396.418.542 | 59,0 |

TABELA 05 - Execução OI - porSubFunção

Valores em R$ 1,00

| Descritores | Dotação Final (a) | Realizado no 6° Bimestre (b) | Realizado até 6° Bimestre (c) | % (c/a) |
|---|---|---|---|---|
| Administração Geral | 1.826.243.041 | 125.071.883 | 523.629.116 | 28,7 |
| Tecnologia da Informação | 3.118.527.075 | 424.592.654 | 1.494.746.634 | 47,9 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 230.305.423 | 15.319.017 | 37.670.415 | 16,4 |
| Produção Industrial | 97.258.000 | 17.604.576 | 72.738.808 | 74,8 |
| Comercialização | 488.567.000 | 55.854.327 | 244.859.087 | 50,1 |
| Serviços Financeiros | 1.990.815.942 | 293.563.114 | 953.909.886 | 47,9 |
| Comunicações Postais | 450.000.000 | 42.573.164 | 214.327.938 | 47,6 |
| Telecomunicações | 572.200.000 | 89.863.190 | 306.478.524 | 53,6 |
| Conservação de Energia | 271.000 | 0 | 241.735 | 89,2 |
| Energia Elétrica | 6.135.016.500 | 920.636.271 | 3.484.229.712 | 56,8 |
| Combustíveis Minerais | 62.852.995.322 | 9.967.323.945 | 38.389.049.824 | 61,1 |
| Biocombustíveis | 10.275.000 | 141.563 | 885.587 | 8,6 |
| Transporte Aéreo | 923.412.847 | 114.997.758 | 532.378.195 | 57,7 |
| Transporte Hidroviário | 1.873.066.354 | 166.315.067 | 1.317.299.811 | 70,3 |
| Transportes Especiais | 4.801.275.000 | 327.675.520 | 2.823.973.270 | 58,8 |
| Total | 85.370.228.504 | 12.561.532.049 | 50.396.418.542 | 59,0 |

Despesa por Programa

12. Os programas constituem-se instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que o compõem.

TABELA 06 - Execução OI - por Programa

Valores em R$ 1,00

| Descritores | Dotação Final (a) | Realizado no 6° Bimestre (b) | Realizado até 6° Bimestre (c) | % (c/a) |
|---|---|---|---|---|
| Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais | 1.990.815.942 | 293.563.114 | 953.909.886 | 47,9 |
| Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais | 5.657.384.010 | 624.630.068 | 2.467.097.909 | 43,6 |
| Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) | 230.305.423 | 15.319.017 | 37.670.415 | 16,4 |
| Aviação Civil | 923.412.847 | 114.997.758 | 532.378.195 | 57,7 |
| Combustíveis | 6.435.140.000 | 785.993.317 | 4.293.847.745 | 66,7 |
| Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia | 672.200.000 | 95.765.892 | 327.591.580 | 48,7 |
| Energia Elétrica | 6.054.290.323 | 916.911.414 | 3.437.388.030 | 56,8 |
| Petróleo e Gás | 62.737.626.000 | 9.659.474.859 | 38.155.233.478 | 60,8 |
| Transporte Aquaviário | 624.880.354 | 52.044.468 | 164.901.977 | 26,4 |
| Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia | 44.173.605 | 2.832.142 | 26.399.327 | 59,8 |
| Total | 85.370.228.504 | 12.561.532.049 | 50.396.418.542 | 59,0 |

13. Alguns programas, principalmente no âmbito do setor de Petróleo e Gás, destacam-se em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados como, também, pelo empenho das empresas. São apresentados em seguida os programas com os 5 maiores valores realizados e a participação de cada um no total realizado pelas empresas estatais nos 10 programas:

- Petróleo e Gás, 75,7%;
- Combustíveis, 8,5%;
- Energia Elétrica, 6,8%;
- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, 4,9%; e
- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais, 1,9%.

Despesa por Órgão/Unidade

14. A Tabela 07 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados para cada Órgão e Unidade, discriminado os valores da respectiva dotação autorizada para 2017, do realizado no 6º bimestre, e o acumulado no exercício, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

TABELA 07 - Execução OI - por Órgão/Unidade

Valores em R$ 1,00

| Descritores | Dotação Final (a) | Realizado no 6° Bimestre (b) | Realizado até 6° Bimestre (c) | % (c/a) |
|---|---|---|---|---|
| MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | 40.153.469 | 259.622 | 2.102.643 | 5,2 |
| Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS | 1.150.000 | 16.603 | 57.185 | 5,0 |
| Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG | 3.348.450 | 51.269 | 342.005 | 10,2 |
| Ceagesp - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO | 35.655.019 | 191.750 | 1.703.453 | 4,8 |
| MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES | 1.466.604.750 | 161.322.301 | 597.137.140 | 40,7 |
| Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP | 80.044.250 | 691.599 | 1.370.923 | 1,7 |
| Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT | 800.000.000 | 68.346.347 | 282.124.337 | 35,3 |
| Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS | 586.560.500 | 92.284.355 | 313.641.880 | 53,5 |
| MINISTÉRIO DA FAZENDA | 5.513.696.663 | 677.172.484 | 2.426.196.781 | 44,0 |
| Banco da Amazônia S.A. - BASA | 40.218.626 | 9.935.415 | 21.645.996 | 53,8 |
| Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO | 200.000.000 | 60.621.490 | 100.230.896 | 50,1 |
| Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB | 89.497.934 | 143.477 | 10.398.470 | 11,6 |
| Casa da Moeda do Brasil - CMB | 54.100.000 | 16.309.121 | 25.884.985 | 47,8 |
| Caixa Econômica Federal - CAIXA | 2.693.227.575 | 167.150.220 | 844.048.633 | 31,3 |
| Cobra Tecnologia S.A. | 48.327.866 | 5.351.890 | 35.101.070 | 72,6 |
| Banco do Brasil S.A. - BB | 2.271.275.567 | 414.917.976 | 1.372.567.307 | 60,4 |
| Bbtur Viagens e Turismo Ltda | 200.000 | 0 | 18.323 | 9,2 |
| Empresa Gestora de Ativos - EMGEA | 4.294.095 | 766.500 | 1.607.843 | 37,4 |
| Ativos S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS | 2.555.000 | 672.700 | 1.688.509 | 66,1 |
| Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV | 110.000.000 | 1.303.695 | 13.004.749 | 11,8 |
| MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA | 76.449.601.229 | 11.531.100.687 | 46.599.198.847 | 61,0 |
| Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL | 8.000.000 | 2.490.149 | 5.401.968 | 67,5 |
| Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR | 897.753.034 | 114.061.955 | 479.476.327 | 53,4 |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS | 25.976.851 | 4.634.812 | 5.720.267 | 22,0 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE | 278.016.392 | 42.190.667 | 135.500.639 | 48,7 |
| Eletrosul Centrais Elétricas S.A. | 154.812.394 | 31.228.160 | 97.228.323 | 62,8 |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF | 1.442.589.292 | 290.397.329 | 927.950.636 | 64,3 |
| Furnas - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. | 463.236.765 | 86.122.231 | 336.591.894 | 72,7 |
| Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS | 50.016.452.322 | 8.292.769.200 | 32.736.353.108 | 65,5 |
| Petrobras Distribuidora S.A. - BR | 560.386.000 | 72.349.196 | 301.350.261 | 53,8 |
| Petrobras Gás S.A. - GASPETRO | 420.000 | 97.517 | 170.388 | 40,6 |
| Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR | 110.000 | 0 | 9.906 | 9,0 |
| Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE | 123.021.785 | 8.249.519 | 51.695.926 | 42,0 |
| Companhia Energética de Alagoas - CEAL | 182.679.251 | 46.438.427 | 162.014.707 | 88,7 |
| Companhia Energética do Piauí - CEPISA | 283.508.722 | 43.141.703 | 172.224.904 | 60,7 |
| Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON | 229.699.650 | 58.131.282 | 195.022.596 | 84,9 |
| Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-brasil S.A. - TBG | 83.731.000 | 7.813.659 | 59.018.523 | 70,5 |
| Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA | 55.531.080 | 14.275.009 | 30.809.319 | 55,5 |
| Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AME | 365.754.604 | 95.929.144 | 290.532.838 | 79,4 |
| Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO | 1.476.878.000 | 156.401.661 | 1.345.442.445 | 91,1 |
| Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE | 150.022.966 | 230.391 | 14.781.117 | 9,9 |
| Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG | 200.000 | 0 | 0 | 0,0 |
| Petrobras Netherlands B.v. - PNBV | 15.799.838.000 | 1.732.452.828 | 7.357.786.513 | 46,6 |
| Petrobras International Braspetro B.v. - PIB BV | 1.972.998.000 | 331.098.585 | 1.324.391.681 | 67,1 |
| Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG | 53.728.000 | 3.077.159 | 21.922.498 | 40,8 |
| Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS | 83.370.000 | 25.292.613 | 71.401.723 | 85,6 |
| Stratura Asfaltos S.A. | 3.199.000 | 342.940 | 1.703.158 | 53,2 |
| Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO | 12.275.000 | 243.745 | 1.382.008 | 11,3 |
| Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE | 32.139.000 | 2.603.964 | 18.676.565 | 58,1 |
| Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE | 37.124.000 | 3.693.618 | 36.497.026 | 98,3 |
| Gas Brasiliano Distribuidora S.A. | 28.495.000 | 2.600.993 | 21.923.301 | 76,9 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Uirapuru Transmissora de Energia S.A. | 296.000 | 4.347 | 4.347 | 1,5 |
| Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE | 3.600.000 | 0 | 0 | 0,0 |
| Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE | 73.025.616 | 14.333.058 | 34.581.418 | 47,4 |
| Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AMGT | 169.217.937 | 19.288.592 | 153.839.968 | 90,9 |
| Araucária Nitrogenados S.A. | 54.582.000 | 2.187.132 | 8.597.454 | 15,8 |
| Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. | 10.283.000 | 0 | 423.501 | 4,1 |
| Transpetro International B.v. | 66.916.000 | 15.241.748 | 53.427.362 | 79,8 |
| Celg Distribuição S.A. - CELG D | 743.639.050 | 0 | 64.161.713 | 8,6 |
| Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS | 113.170.000 | 0 | 3.857.861 | 3,4 |
| Brasil Ventos Energia S/a | 360.000 | 0 | 0 | 0,0 |
| Transenergia Goiás S.A. | 62.191.054 | 1.403.902 | 34.790.633 | 55,9 |
| Geradora Eolica Ventos de Angelim S.A. | 26.624.609 | 4.801 | 60.474 | 0,2 |
| Geradora Eolica Ventos de Santa Rosa S.A. | 26.624.609 | 9.533 | 110.734 | 0,4 |
| Geradora Eolica Ventos de Uirapuru S.A. | 26.624.609 | 0 | 21.767 | 0,1 |
| Geradora Eolica Arara Azul S.A. | 21.383.276 | 0 | 182.145 | 0,9 |
| Geradora Eolica Bentevi S.A. | 21.383.276 | 0 | 51.171 | 0,2 |
| Geradora Eolica Ouro Verde I S.A. | 21.383.276 | 0 | 121.000 | 0,6 |
| Geradora Eolica Ouro Verde Ii S.A. | 21.383.276 | 0 | 112.079 | 0,5 |
| Geradora Eolica Ouro Verde Iii S.A. | 21.383.276 | 0 | 80.077 | 0,4 |
| Energia dos Ventos V S.A. | 3.665.721 | 358.236 | 401.131 | 10,9 |
| Energia dos Ventos Vi S.A. | 3.853.235 | 837.034 | 1.131.086 | 29,4 |
| Energia dos Ventos Vii S.A. | 3.552.069 | 423.616 | 513.272 | 14,4 |
| Energia dos Ventos Viii S.A. | 4.071.338 | 655.763 | 715.749 | 17,6 |
| Energia dos Ventos Ix S.A. | 3.895.531 | 372.730 | 451.765 | 11,6 |
| Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. | 95.650.446 | 7.217.992 | 37.321.094 | 39,0 |
| Eólica Hermenegildo I S.A. | 9.593.922 | 59.402 | 360.629 | 3,8 |
| Eólica Hermenegildo Ii S.A. | 6.774.267 | 59.402 | 360.630 | 5,3 |
| Eólica Hermenegildo Iii S.A. | 10.527.728 | 50.121 | 304.400 | 2,9 |
| Eólica Chuí Ix S.A. | 2.000.000 | 234.822 | 234.822 | 11,7 |
| MINISTÉRIO DA SAÚDE | 243.534.000 | 16.191.911 | 39.393.155 | 16,2 |
| Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS | 243.534.000 | 16.191.911 | 39.393.155 | 16,2 |
| MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL | 1.597.224.201 | 170.832.255 | 709.509.027 | 44,4 |
| Companhia Docas do Ceará - CDC | 18.121.860 | 3.746.151 | 5.228.877 | 28,9 |
| Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 108.648.376 | 4.853.528 | 40.626.751 | 37,4 |
| Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA | 126.861.605 | 3.047.416 | 8.760.616 | 6,9 |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP | 267.693.752 | 20.369.049 | 88.895.049 | 33,2 |
| Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR | 85.000 | 0 | 27.535 | 32,4 |
| Companhia Docas do Pará - CDP | 33.535.704 | 0 | 3.137.942 | 9,4 |
| Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ | 73.470.297 | 21.403.252 | 26.957.452 | 36,7 |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN | 31.598.760 | 459.191 | 892.530 | 2,8 |
| Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO | 937.208.847 | 116.953.668 | 534.982.275 | 57,1 |
| MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO | 54.655.428 | 3.011.504 | 20.953.394 | 38,3 |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES | 53.385.490 | 2.512.824 | 20.375.583 | 38,2 |
| Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF | 1.269.938 | 498.680 | 577.811 | 45,5 |
| MINISTÉRIO DA DEFESA | 4.758.764 | 1.641.285 | 1.927.555 | 40,5 |
| Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON | 4.758.764 | 1.641.285 | 1.927.555 | 40,5 |
| Total | 85.370.228.504 | 12.561.532.049 | 50.396.418.542 | 59,0 |

15. Das 89 empresas que tiveram programação de dispêndios aprovada no âmbito do Orçamento de Investimento de 2017, vinte apresentaram, até o sexto bimestre, desempenho, em termos percentuais de realização das respectivas dotações autorizadas, superior à média geral de 59%. São elas: Petroquímicasuape, 98,3%; Transpetro, 91,1%; AmGT, 90,9%; Ceal, 88,7%; Liquigás, 85,6%; Ceron, 84,9%; TI B.V., 79,8%; AmE, 79,4%; Gás Brasiliano GBD, 76,9%; Furnas, 72,7%; Cobra, 72,6%; TBG, 70,5%; Cepel, 67,5%; PIB BV, 67,1%; Ativos S.A., 66,1%; Petrobras, 65,5%; Chesf, 64,3%; Eletrosul, 62,8%; Cepisa, 60,7%; BB, 60,4%. As empresas BRASIL VENTOS, PB-LOG, TSBE, não apresentaram execução no período.

Distribuição geográfica da despesa

16. A Tabela 08 apresenta quadro consolidado da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas dotações, os valores realizados no bimestre, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 63,4% do montante realizado. Os investimentos implementados no exterior participaram com 10,8%.

TABELA 08 - Execução OI - por Macrorregião

Valores em R$ 1,00

| Descritores | Dotação Final (a) | Realizado no 6° Bimestre (b) | Realizado até 6° Bimestre (c) | Composição % de(a) a/Ta | Composição % de(c) c/Tc |
|---|---|---|---|---|---|
| Exterior | 9.714.215.383 | 1.687.015.394 | 5.447.671.600 | 11,4 | 10,8 |
| Nacional | 52.039.881.118 | 8.363.917.024 | 31.962.797.657 | 61,0 | 63,4 |
| Região Centro-Oeste | 1.324.210.881 | 23.573.733 | 154.175.344 | 1,6 | 0,3 |
| Região Nordeste | 4.889.533.984 | 658.512.706 | 2.804.446.492 | 5,7 | 5,6 |
| Região Norte | 1.651.758.415 | 295.195.722 | 989.015.522 | 1,9 | 2,0 |
| Região Sudeste | 15.203.465.797 | 1.503.924.894 | 8.920.333.504 | 17,8 | 17,7 |
| Região Sul | 547.162.926 | 29.392.576 | 117.978.423 | 0,6 | 0,2 |
| Total | 85.370.228.504 | 12.561.532.049 | 50.396.418.542 | 100,0 | 100,0 |

17. Da relação percentual entre gasto efetivo e Dotação Autorizada de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 61,4%; Exterior, 56,1%; Região Norte, 59,9%; Região Nordeste, 57,4%; Região Sudeste, 58,7%; Região Sul, 21,6%; e Região Centro-Oeste, 11,6%.

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

18. As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO de 2017).

19. As tabelas de 9 a 13, a seguir, apresentam demonstrativos consolidados referentes à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, até o 6º bimestre de 2017, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 115 da LDO de 2017, tendo presente que:

1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo BNDES.

TABELAS 09 a 13

# Ministério do Trabalho

## GABINETE DO MINISTRO

## COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

### DESPACHO DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0037/2018 de 23/01/2018, 0038/2018 de 23/01/2018, 0039/2018 de 24/01/2018, 0040/2018 de 24/01/2018, 0042/2018 de 25/01/2018, 0043/2018 de 25/01/2018, 0044/2018 de 26/01/2018 e 0045/2018 de 26/01/2018, respectivamente:

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039009482201746 Empresa: BBCA BRAZIL INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sun Congle Passaporte: E16886736.

Residência Prévia - RN 02 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039010212201788 Empresa: ARANZ GEO BRASIL TECNOLOGIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rui Gonçalves Data Nascimento: 16/01/1987 Passaporte: A05391110 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Mãe: Deborah Jeffery Hayes Gonçalves Pai: Ernesto Jose Pires da Costa Gonçalves; Processo: 47039010287201769 Empresa: EORI - EMPRESA OPERADORA DE RESTAURANTES INTERNACIONAIS LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Enrique Zamora Campero Data Nascimento: 15/06/1990 Passaporte: G18864893 País: MÉXICO Mãe: guadalupe leticia campero mondragon Pai: enrique rafael zamora angeles; Processo: 47039010328201717 Empresa: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEVEN ALVARADO ACOSTA Data Nascimento: 05/07/1972 Passaporte: E327763 País: COSTA RICA Mãe: STELLA ACOSTA VALERIO Pai: FRANK ALVARADO HINDS; Processo: 47039010489201719 Empresa: ROBERT WALTERS BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN JOSEPH GIBSON Data Nascimento: 24/09/1969 Passaporte: PE0377838 País: AUSTRÁLIA Mãe: HELEN CAROLINE ANDERSON Pai: PETER GIBSON; Processo: 47039010607201781 Empresa: A I C E HECHER REPRESENTACOES LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIO ROSENDO LOJO ROCH Data Nascimento: 01/03/1970 Passaporte: H521019 País: CUBA Mãe: DELIA SABA ROCH MULET Pai: MARIO OPTACIANO LOJO CRUZ; Processo: 47039010730201700 Empresa: INDIAN GOURMET LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANKESH SINGH Data Nascimento: 10/01/1992 Passaporte: H8074989 País: ÍNDIA Mãe: GABODI DEVI Pai: CHATTER SINGH; Processo: 47039010756201740 Empresa: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALONSO JOSE SALAZAR VILLALOBOS Data Nascimento: 23/07/1983 Passaporte: 111770950 País: COSTA RICA Mãe: LILLIANA SALAZAR VILLALOBOS Pai: NAO INFORMADO; Processo: 47039000282201817 Empresa: BANCO JOHN DEERE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ASHISH BAJPAI Data Nascimento: 12/10/1976 Passaporte: Z4254751 País: ÍNDIA Mãe: SHASHI BAJPAI Pai: ASHOK KUMAR BAJPAI; Processo: 47039000409201890 Empresa: SOENERGY - SISTEMAS INTERNACIONAIS DE ENERGIA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE EDIMER RIAÑO MONTAÑO Data Nascimento: 30/09/1982 Passaporte: PE073355 País: COLÔMBIA Mãe: MARIA CECILIA MONTAÑO CALDERON Pai: JOSÉ MARIA RIAÑO MONTAÑO; Processo: 47039000611201811 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LATIF KALIN Data Nascimento: 25/03/1972 Passaporte: 488521272 País: EUA Mãe: Sala Kalin Pai: Duran Kalin; Processo: 47039000674201878 Empresa: EUROPA VIVI MODAS EIRELI - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LI, FENG Data Nascimento: 16/02/1982 Passaporte: E37241485 País: CHINA Mãe: Li Shanping Pai: Huang Jinyun; Processo: 47039000696201838 Empresa: POCOS DE CALDAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIAOFEI CHEN Data Nascimento: 05/06/1982 Passaporte: PE1333776 País: CHINA Mãe: FANG SUN Pai: YONG CHEN; Processo: 47039000773201850 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marta da Silva Albuquerque Data Nascimento: 21/01/1990 Passaporte: N985244 País: PORTUGAL Mãe: Ascensão Albuquerque Pai: Luís Albuquerque; Processo: 47039000846201811 Empresa: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHANIE YOLANDE PEREGRIN Data Nascimento: 31/07/1977 Passaporte: 11CA32958 País: FRANÇA Mãe: JOELLE MIREILLE PETIT Pai: CHARLES CHRISTOPHE PEREGRIN; Processo: 47039000952201897 Empresa: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUJAYA SATAPATHY Data Nascimento: 07/09/1987 Passaporte: H9312749 País: ÍNDIA Mãe: ARCHANA MISHRA Pai: SACHIDANANDA SATAPATHY; Processo: 47039000953201831 Empresa: DSV UTI AIR & SEA AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIAN MERTENS Data Nascimento: 03/09/1995 Passaporte: C72MHNHY7 País: ALEMANHA Mãe: ASTRID MERTENS Pai: RALPH JOHANNES MERTENS; Processo: 47039000958201864 Empresa: COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL DE LA TORRE JIMENEZ Data Nascimento: 29/09/1985 Passaporte: G20159487 País: MÉXICO Mãe: SILVESTRA JIMENEZ BETANCOURT Pai: ELEUTERIO DE LA TORRE JIMENEZ; Processo: 47039000967201855 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIAN BEIL Data Nascimento: 12/05/1986 Passaporte: C328Z95W6 País: ALEMANHA Mãe: ELISABETH BEIL Pai: HANS JOACHIM BEIL; Processo: 47039000978201835 Empresa: NEC LATIN AMERICA S.A. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: HIROKO ASHIDA Data Nascimento: 19/01/1985 Passaporte: TR9493138 País: JAPÃO Mãe: YUKIKO ASHIDA Pai: KEIICHI ASHIDA; Processo: 47039001001201835 Empresa: SF COMERCIO DE JOIAS ALIANCAS E BIJUTERIAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kiran Dulichand Patil Data Nascimento: 11/05/1987 Passaporte: K0456943 País: ÍNDIA Mãe: Dulichand Balchand Patil Pai: Sangita Dulichand Patil; Processo: 47039001027201883 Empresa:

ADATA INTEGRATION BRAZIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLIO CHEN Data Nascimento: 06/01/1968 Passaporte: 305146125 País: CHINA Mãe: CHIN-LIAN CHEN LO Pai: CHENG -HSIUNG CHEN; Processo: 47039001033201831 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEVEN THOMAS GARRISON Data Nascimento: 27/01/1987 Passaporte: 575375608 País: EUA Mãe: Lori Lynn Juntunen Pai: Gary Thomas Garrison; Processo: 47039001171201810 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TJACO AUGUST HENK SCHREIBER Data Nascimento: 10/05/1969 Passaporte: NX47DRK12 País: HOLANDA Mãe: JELKJE HANSMA Pai: GERBEN HESSEL SCHREIBER; Processo: 47039001184201899 Empresa: ABB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONAS CHRISTIAN WERNLI Data Nascimento: 28/10/1978 Passaporte: X8999950 País: SUIÇA Mãe: ANTOINETTE WERNLI Pai: CHRISTIAN WERNLI.

Residência Prévia - RN 21 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039001260201866 Empresa: ASSOCIACAO CULTURAL E ESPORTIVA NIKKEY DE MARILIA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: DARISNAY ESCOBAR NUNEZ Data Nascimento: 08/03/1993 Passaporte: J196828 País: CUBA Mãe: GUADALUPE IRENE NUNEZ SENAN Pai: FIDEL ESCOBAR MARIN.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039000017201821 Empresa: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUODENG LIU Data Nascimento: 03/04/1988 Passaporte: E18199898 País: CHINA; Processo: 47039000066201863 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TORE PEDERSEN Data Nascimento: 13/05/1959 Passaporte: 31408261 País: NORUEGA; Processo: 47039000105201822 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROAR JOERGENSEN Data Nascimento: 01/12/1956 Passaporte: 28294984 País: NORUEGA; Processo: 47039000240201878 Empresa: PRESSERV DO BRASIL LTDA Prazo: até 06/11/2018 Estrangeiro: Tom Magne Schei Data Nascimento: 24/05/1979 Passaporte: 31685295 País: NORUEGA; Processo: 47039000218201828 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: até 10/10/2018 Estrangeiro: Irwin Alan Jacquez Andrade Data Nascimento: 02/10/1990 Passaporte: G24951968 País: MÉXICO; Processo: 47039000546201824 Empresa: GNEUSS REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAETANO SALVATORE TOSCANO Data Nascimento: 21/08/1964 Passaporte: YB0153742 País: ITÁLIA; Processo: 47039000547201879 Empresa: VEOLIA WATER TECHNOLOGIES BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STUART STURGEON Data Nascimento: 31/05/1974 Passaporte: 538834435 País: INGLATERRA; Processo: 47039000703201800 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARNSTEIN SVEIA MELLEGAARD Data Nascimento: 11/03/1968 Passaporte: 30769506 País: NORUEGA; Processo: 47039000837201812 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA SASSI Data Nascimento: 01/11/1971 Passaporte: YA6122696 País: ITÁLIA Estrangeiro: DIEGO PANIZZA Data Nascimento: 06/05/1986 Passaporte: YA2068637 País: ITÁLIA Estrangeiro: LUCIANO MORA Data Nascimento: 17/03/1962 Passaporte: YA9938611 País: ITÁLIA Estrangeiro: MARCO TOMBOLATO Data Nascimento: 23/10/1986 Passaporte: YB0403374 País: ITÁLIA Estrangeiro: MAURO VACCARI Data Nascimento: 31/08/1959 Passaporte: YB1977625 País: ITÁLIA; Processo: 47039000868201873 Empresa: OCEANA ESTALEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VIDAR LARSEN Data Nascimento: 28/04/1984 Passaporte: 30768879 País: NORUEGA; Processo: 47039000875201875 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL ANGEL PEREZ YAÑEZ Data Nascimento: 30/01/1975 Passaporte: G19150875 País: MÉXICO; Processo: 47039000935201850 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SALMAN KHALIQ Data Nascimento: 16/01/1989 Passaporte: NA4100313 País: PAQUISTÃO; Processo: 47039000941201815 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL JANJANIN Data Nascimento: 19/03/1962 Passaporte: C7P80NKV5 País: ALEMANHA; Processo: 47039001078201813 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAKON HELMERSMO Data Nascimento: 08/02/1981 Passaporte: 30798460 País: NORUEGA; Processo: 47039001080201884 Empresa: POWER SOLUTIONS BRASIL SISTEMAS DE AUTOMACAO E POTENCIA LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Pedro Miguel da Silva Saraiva Data Nascimento: 08/02/1990 Passaporte: N904732 País: PORTUGAL; Processo: 47039001100201817 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN COLIN DEAKIN Data Nascimento: 10/01/1952 Passaporte: 508171652 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001159201813 Empresa: BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO JOSÉ NIETO BARAMBIO Data Nascimento: 26/01/1968 Passaporte: AAF298515 País: ESPANHA; Processo: 47039001160201830 Empresa: BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDROS IORDANOU Data Nascimento: 03/12/1992 Passaporte: AN4405085 País: GRÉCIA; Processo: 47039001168201804 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSHUA MITCHELL DITCH Data Nascimento: 07/03/1990 Passaporte: 516098545 País: EUA; Processo: 47039001169201841 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD JAMES BARNES Data Nascimento: 23/11/1965 Passaporte: 452011209 País: EUA; Processo: 47039001232201849 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALESSANDRO BRESCIANI Data Nascimento: 25/11/1990 Passaporte: YA9875633 País: ITÁLIA Estrangeiro: MATTIA RICOTTI Data Nascimento: 21/09/1987 Passaporte: YA8022325 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039000064201874 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS MICHAEL EISELE Data Nascimento: 14/02/1957 Passaporte: C7LNTZLPX País: ALEMANHA; Processo: 47039000065201819 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MAXIMILIAN EISELE Data Nascimento: 30/08/1995 Passaporte: C8HNLZ876 País: ALEMANHA; Processo: 47039000106201877 Empresa: NOV FIBER GLASS SYSTEMS FABRICACAO DE TUBOS E CONEXOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Suhaimi Bin Erman Data Nascimento: 22/10/1955 Passaporte: E4512055B País: CINGAPURA; Processo: 47039000497201820 Empresa: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DIEGO TERRAZAS BUTRON Data Nascimento: 18/01/1988 Passaporte: 5368242 País: BOLÍVIA; Processo: 47039000813201863 Empresa: ALIANCA S/A - INDUSTRIA NAVAL E EMPRESA DE NAVEGACAO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Vegar Bellen Krokevik Data Nascimento: 19/01/1993 Passaporte: 27415881 País: NORUEGA; Processo: 47039000916201823 Empresa: ROBBINS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GABRIELLA CIPRIANI Data Nascimento: 12/08/1972 Passaporte: YA5554960 País: ITÁLIA; Processo: 47039000928201858 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LI YANG Data Nascimento: 07/02/1987 Passaporte: PE0550416 País: CHINA; Processo: 47039000929201801 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BAI DAJIANG Data Nascimento: 20/01/1984 Passaporte: PE0525578 País: CHINA; Processo: 47039000930201827 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHENG HAO Data Nascimento: 30/08/1983 Passaporte: PE0997469 País: CHINA; Processo: 47039000931201871 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DAI FENG Data Nascimento: 05/03/1977 Passaporte: PE0463050 País: CHINA; Processo: 47039000932201816 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LI XINGLONG Data Nascimento: 06/05/1984 Passaporte: PE1384382 País: CHINA; Processo: 47039000933201861 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ZHANG LEI Data Nascimento: 13/12/1985 Passaporte: PE1384386 País: CHINA; Processo: 47039000934201813 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YANG WEIAN Data Nascimento: 28/09/1979 Passaporte: PE1384383 País: CHINA; Processo: 47039000936201802 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WANG LIQING Data Nascimento: 01/10/1984 Passaporte: PE1384385 País: CHINA; Processo: 47039000939201838 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL GUENTER KAUKE Data Nascimento: 30/10/1965 Passaporte: C74H2650R País: ALEMANHA; Processo: 47039000937201849 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WANG GUANGCHUN Data Nascimento: 25/12/1982 Passaporte: PE0618138 País: CHINA; Processo: 47039000938201893 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LIANG XINLIANG Data Nascimento: 17/11/1979 Passaporte: PE1384384 País: CHINA; Processo: 47039000940201862 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHENG WEIJUN Data Nascimento: 21/01/1981 Passaporte: PE1384381 País: CHINA; Processo: 47039000945201895 Empresa: INGETEAM LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALVARO MIRANDA ORDOBAS Data Nascimento: 21/01/1980 Passaporte: AAI998401 País: ESPANHA; Processo: 47039000947201884 Empresa: INGETEAM LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Manuel Antonio Navarrete Khibit Data Nascimento: 13/04/1990 Passaporte: PAF041088 País: ESPANHA; Processo: 47039000954201886 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHAOLONG ZHANG Data Nascimento: 14/02/1995 Passaporte: G51925757 País: CHINA; Processo: 47039000961201888 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LENKA CASTANEDA LARA Data Nascimento: 07/10/1988 Passaporte: BJ3584501 País: ESLOVÁQUIA; Processo: 47039000964201811 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DENGYU SONG Data Nascimento: 15/01/1979 Passaporte: E42248092 País: CHINA; Processo: 47039000969201844 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAMES ANDREW THOMPSON Data Nascimento: 20/12/1964 Passaporte: 099222945 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039000990201840 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RODRIGO TEODORO ZAMORA QUEZADA Data Nascimento: 27/09/1985 Passaporte: G16461994 País: MÉXICO; Processo: 47039000989201815 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LINDSAY CLAIRE FOX Data Nascimento: 27/12/1991 Passaporte: 487835172 País: EUA; Processo: 47039000986201881 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL JOHN KROLIKIEWICZ Data Nascimento: 04/07/1988 Passaporte: 505742916 País: EUA; Processo: 47039000984201892 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KELLIN ROBERT JAYNE Data Nascimento: 26/09/1989 Passaporte: 549877648 País: EUA; Processo: 47039000987201826 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JIANHUI HEI Data Nascimento: 14/06/1989 Passaporte: E93147255 País: CHINA; Processo: 47039000988201871 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YASUHIDE HORI Data Nascimento: 04/03/1965 Passaporte: TR5422691 País: JAPÃO; Processo: 47039000993201883 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JIANWEI ZHANG Data Nascimento: 20/09/1978 Passaporte: EB9043027 País: CHINA; Processo: 47039000997201861 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JING ZHAO Data Nascimento: 14/05/1992 Passaporte: G54705720 País: CHINA; Processo: 47039001026201839 Empresa: R & R INDUSTRIA, COMERCIO E INSTALACAO DE ISOLANTES REMOVIVEIS E REUTILIZAVEIS LTDA - EPP Prazo: 8 Dia(s) Estrangeiro: GREGORY WILLIAM THOMPSON Data Nascimento: 04/08/1980 Passaporte: 468456698 País: EUA; Processo: 47039000999201851 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PANFENG JIAO Data Nascimento: 01/10/1991 Passaporte: E11944092 País: CHINA; Processo: 47039001004201879 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: QINGGUANG HE Data Nascimento: 24/03/1977 Passaporte: EB3641481 País: CHINA; Processo: 47039001002201880 Empresa: THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY JULIEN HUEBER Data Nascimento: 08/06/1989 Passaporte: 13CY21433 País: FRANÇA; Processo: 47039001007201811 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ZONGAN LI Data Nascimento: 21/11/1998 Passaporte: EA7698067 País: CHINA; Processo: 47039001011201871 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GONZALO FELIPE SEPULVEDA VALVERDE Data Nascimento: 02/01/1990 Passaporte: F26068252 País: CHILE; Processo: 47039001013201860 Empresa: HUISMAN LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RALPH NICOLAY HEEMSKERK Data Nascimento: 30/09/1984 Passaporte: NSJH45C59 País: HOLANDA; Processo: 47039001017201848 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JEREMY VITTORELLI Data Nascimento: 09/04/1983 Passaporte: 16CF74583 País: FRANÇA; Processo: 47039001016201801 Empresa: GE POWER CONVERSION BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PETER PAUL STANIA Data Nascimento: 13/04/1988 Passaporte: C7TN1NNZ4 País: ALEMANHA; Processo: 47039001019201837 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TRUNG NGUYEN QUANG Data Nascimento: 15/03/1958 Passaporte: 13CF94396 País: FRANÇA; Processo: 47039001022201851 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARC JABLONSKI Data Nascimento: 06/05/1972 Passaporte: C1XVWNKRT País: ALEMANHA; Processo: 47039001024201840 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Bernardo Ezequiel Gonzalez Espinosa Data Nascimento: 10/04/1964 Passaporte: I408726 País: CUBA; Processo: 47039001028201828 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Fermin Cepero Palacios Data Nascimento: 27/12/1969 Passaporte: I328574 País: CUBA; Processo: 47039001032201896 Empresa: ABB LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: OLSI QUKA Data Nascimento: 24/06/1988 Passaporte: BC2123483 País: ALBANIA; Processo: 47039001037201819 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARK WILLIAM FISCHER Data Nascimento: 24/01/1963 Passaporte: 506370484 País: EUA; Processo: 47039001038201863 Empresa: SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PRAKASH ELUMALAI Data Nascimento: 09/06/1993 Passaporte: P8229687 País: INDIA; Processo: 47039001041201887 Empresa: COSL DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LI YONGQIN Data Nascimento: 18/01/1981 Passaporte: PE0651568 País: CHINA; Processo: 47039001046201818 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS WOLF Data Nascimento: 08/10/1971 Passaporte: CG8GKPCFW País: ALEMANHA; Processo: 47039001047201854 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSE ENOC RIVAS Data Nascimento: 31/05/1977 Passaporte: 476449302 País: EUA; Processo: 47039001048201807 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RALF BRZYK Data Nascimento: 12/03/1978 Passaporte: C6XT3LL9G País: ALEMANHA; Processo: 47039001075201871 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Deepak Kumar Sahu Data Nascimento: 15/06/1984 Passaporte: N4263668 País: INDIA; Processo: 47039001076201816 Empresa: SCHATTDECOR DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FRANK ALFRED SCHÄFER Data Nascimento: 21/08/1969 Passaporte: C5WT0KZ5N País: ALEMANHA; Processo: 47039001083201818 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MIKA PEKKA ANTERO HIRN Data Nascimento: 23/10/1965 Passaporte: FP1581886 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001084201862 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAMES THOMAS BARNETT III Data Nascimento: 22/07/1982 Passaporte: 548778041 País: EUA; Processo: 47039001094201806 Empresa: AQUALIS OFFSHORE SERVICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Satheesh SO Prabhakaran Data Nascimento: 07/07/1979 Passaporte: E5355387E País: CINGAPURA; Processo: 47039001091201864 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ULF PETER JOHAN BRANDIN Data Nascimento: 02/09/1963 Passaporte: 93959844 País: SUÉCIA; Processo: 47039001098201886 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BO GAO Data Nascimento: 13/03/1990 Passaporte: G47292154 País: CHINA Estrangeiro: CHUANSHAN FU Data Nascimento: 02/01/1975 Passaporte: E80756837 País: CHINA Estrangeiro: CHUNSHENG FU Data Nascimento: 11/01/1978 Passaporte: E39367100 País: CHINA Estrangeiro: GAOXING LIU Data Nascimento: 26/01/1978 Passaporte: E93905554 País: CHINA Estrangeiro: GENGJIANG KANG Data Nascimento: 19/06/1978 Passaporte: EB1589214 País: CHINA Estrangeiro: LIANXIN CHENG Data Nascimento: 26/08/1972 Passaporte: E92468533 País: CHINA Estrangeiro: WENZHONG GE Data Nascimento: 27/09/1973 Passaporte: E18173990 País: CHINA Estrangeiro: XINYAN LI Data Nascimento: 29/07/1986 Passaporte: E87670164 País: CHINA Estrangeiro: YUCHENG HAN Data Nascimento: 02/03/1975 Passaporte: E52402528 País: CHINA Estrangeiro: ZONGHAI LI Data Nascimento: 21/09/1969 Passaporte: G59296109 País: CHINA; Processo: 47039001095201842 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANNA KRISTINA ANDERSSON Data Nascimento: 26/04/1980 Passaporte: 87039378 País: SUÉCIA;

Processo: 47039001096201897 Empresa: THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PATRICK FERNAND RAYMOND RENNO Data Nascimento: 13/02/1961 Passaporte: 13AY97600 País: FRANÇA; Processo: 47039001097201831 Empresa: THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KAIS JONATHAN AMED SEGHIR Data Nascimento: 18/10/1982 Passaporte: 15DE01659 País: FRANÇA; Processo: 47039001099201821 Empresa: THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALECINO ARROBAS Data Nascimento: 24/07/1979 Passaporte: 16AA79893 País: FRANÇA; Processo: 47039001102201814 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BIANJING LYU Data Nascimento: 17/04/1980 Passaporte: E66048904 País: CHINA Estrangeiro: YANQING QI Data Nascimento: 21/05/1989 Passaporte: E35322421 País: CHINA Estrangeiro: YANZHAO LYU Data Nascimento: 13/10/1988 Passaporte: E66048905 País: CHINA Estrangeiro: YONG LIU Data Nascimento: 22/10/1976 Passaporte: E70531068 País: CHINA Estrangeiro: ZHENPING LIU Data Nascimento: 22/02/1974 Passaporte: G29288418 País: CHINA Estrangeiro: ZHIPENG MA Data Nascimento: 11/09/1982 Passaporte: E45078180 País: CHINA Estrangeiro: ZHISHENG LU Data Nascimento: 06/05/1972 Passaporte: G35040771 País: CHINA; Processo: 47039001103201851 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DENNIS EDWARD DELABY Data Nascimento: 12/02/1966 Passaporte: 488682807 País: EUA; Processo: 47039001105201840 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: OEZGUER IHSAN TUNCELI Data Nascimento: 08/08/1974 Passaporte: C6Z15JWVH País: ALEMANHA; Processo: 47039001106201894 Empresa: PRATT & WHITNEY CANADA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HENRY CORNELIUS VAN DE GRAAF Data Nascimento: 18/06/1958 Passaporte: 458339715 País: EUA; Processo: 47039001108201883 Empresa: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Hitesh Umedbhai Dalsania Data Nascimento: 18/12/1978 Passaporte: 572499590 País: EUA; Processo: 47039001110201852 Empresa: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Robert James Smith Data Nascimento: 16/06/1954 Passaporte: HB670438 País: CANADÁ; Processo: 47039001111201805 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Muhammad Shoaib Nizami Data Nascimento: 14/08/1968 Passaporte: HD095150 País: CANADÁ; Processo: 47039001113201896 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Nelson Carvalho Data Nascimento: 27/04/1981 Passaporte: P565668 País: PORTUGAL; Processo: 47039001116201820 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MATEO TOMIC Data Nascimento: 06/03/1984 Passaporte: 022532392 País: CROÁCIA; Processo: 47039001117201874 Empresa: ARDAGH INDUSTRIA DE EMBALAGENS METALICAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EUGEN FINDLING Data Nascimento: 22/06/1988 Passaporte: C209YPY7 País: ALEMANHA; Processo: 47039001119201863 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KLAUDIO RABAK Data Nascimento: 21/09/1962 Passaporte: YA6690309 País: ITÁLIA; Processo: 47039001118201819 Empresa: ARDAGH INDUSTRIA DE EMBALAGENS METALICAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAN-TORBEN EICHHORN Data Nascimento: 24/04/1974 Passaporte: C20HJ815J País: ALEMANHA; Processo: 47039001120201898 Empresa: ARDAGH INDUSTRIA DE EMBALAGENS METALICAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN ENGELBACH Data Nascimento: 20/04/1971 Passaporte: C1XRPPTGW País: ALEMANHA; Processo: 47039001121201832 Empresa: AGROCORTEX MADEIRAS DO ACRE AGROFLORESTAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL ROUCO CUETO Data Nascimento: 12/04/1967 Passaporte: PAF400166 País: ESPANHA; Processo: 47039001123201821 Empresa: ABB LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CARMINE SCHIAVONE Data Nascimento: 20/02/1976 Passaporte: YA8873018 País: ITÁLIA Estrangeiro: CLAUDIO NEGRI Data Nascimento: 17/09/1965 Passaporte: YA9993746 País: ITÁLIA Estrangeiro: MARCO BERETTA Data Nascimento: 31/10/1985 Passaporte: YA0637658 País: ITÁLIA; Processo: 47039001130201823 Empresa: ABB LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VINCENZO SANTAGADA Data Nascimento: 20/05/1991 Passaporte: YA7640967 País: ITÁLIA; Processo: 47039001131201878 Empresa: ABB LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FRANCESCO PARISI Data Nascimento: 29/08/1982 Passaporte: YB1122715 País: ITÁLIA; Processo: 47039001132201812 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SUNGSIK MUN Data Nascimento: 15/12/1979 Passaporte: M04961055 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001133201867 Empresa: PRESSERV DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOFFER MAALAND Data Nascimento: 27/02/1992 Passaporte: 27038877 País: NORUEGA; Processo: 47039001135201856 Empresa: PRESSERV DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ODD EINAR EGEBERG Data Nascimento: 24/02/1983 Passaporte: 31870437 País: NORUEGA; Processo: 47039001137201845 Empresa: PLACAS DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEJANDRO MARTINEZ MORALES Data Nascimento: 06/01/1993 Passaporte: PAV767873 País: ESPANHA; Processo: 47039001139201834 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GORDON BURNS Data Nascimento: 14/12/1982 Passaporte: 505573462 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001141201811 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUIS MANUEL DOS SANTOS Data Nascimento: 10/03/1969 Passaporte: N489952 País: PORTUGAL; Processo: 47039001142201858 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FREDERIC TANGUY Data Nascimento: 28/09/1966 Passaporte: 15CL60584 País: FRANÇA; Processo: 47039001145201891 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NAOKATSU MIYAMUKO Data Nascimento: 20/03/1968 Passaporte: TR8381135 País: JAPÃO; Processo: 47039001148201825 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIROAKI YOSHITA Data Nascimento: 28/04/1962 Passaporte: TH8389901 País: JAPÃO; Processo: 47039001163201873 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ULF CHRISTIAN ÖSTMAN Data Nascimento: 09/04/1974 Passaporte: PB3052082 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001167201851 Empresa: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MAXIMILIAN WISSNER Data Nascimento: 30/12/1970 Passaporte: C1C1517HZ País: ALEMANHA; Processo: 47039001170201875 Empresa: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RASMUS PETER BRANDT Data Nascimento: 25/10/1971 Passaporte: C1MG6RVWT País: ALEMANHA; Processo: 47039001173201817 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Adrian Kay Data Nascimento: 28/03/1983 Passaporte: 511126634 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001172201864 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: COLIN STEWART KEARNEY Data Nascimento: 12/01/1986 Passaporte: 474921267 País: EUA; Processo: 47039001174201853 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YUICHI NAGANO Data Nascimento: 07/05/1972 Passaporte: TZ0851075 País: JAPÃO; Processo: 47039001178201831 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Ashley James Headlam Data Nascimento: 21/12/1990 Passaporte: 510517437 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001175201806 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YUTA IGUCHI Data Nascimento: 12/04/1984 Passaporte: TH9704060 País: JAPÃO; Processo: 47039001181201855 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BALTHASAR MORITZ CHRISTOPHER PAILER Data Nascimento: 05/11/1992 Passaporte: CH1HN4XCN País: ALEMANHA; Processo: 47039001186201888 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FLORIAN BOLL Data Nascimento: 02/03/1988 Passaporte: CF5YX80GC País: ALEMANHA; Processo: 47039001189201811 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HELMUT STEININGER Data Nascimento: 31/10/1980 Passaporte: CF661FZWW País: ALEMANHA; Processo: 47039001190201846 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DONGHEE CHEON Data Nascimento: 24/11/1978 Passaporte: M09927980 País: CORÉIA; Processo: 47039001192201835 Empresa: YKK DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Kenji Bando Data Nascimento: 09/07/1972 Passaporte: TR9282663 País: JAPÃO; Processo: 47039001191201891 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS RICHTER Data Nascimento: 14/01/1971 Passaporte: CFCNGLP76 País: ALEMANHA; Processo: 47039001195201879 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUNGKYU KIM Data Nascimento: 02/06/1986 Passaporte: M70057087 País: CORÉIA; Processo: 47039001196201813 Empresa: YKK DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Masaomi Tachibana Data Nascimento: 14/02/1974 Passaporte: TR3068489 País: JAPÃO; Processo: 47039001198201811 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KYOUNGNAM KIM Data Nascimento: 18/06/1979 Passaporte: M49299489 País: CORÉIA; Processo: 47039001201201898 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TIM UWE KERKLIES Data Nascimento: 14/02/1997 Passaporte: C7VGFGG1Z País: ALEMANHA; Processo: 47039001202201832 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WONTAK JU Data Nascimento: 28/03/1974 Passaporte: M53678810 País: CORÉIA; Processo: 47039001203201887 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOCHEN SCHMITT Data Nascimento: 03/03/1974 Passaporte: CGG9H94MN País: ALEMANHA; Processo: 47039001212201878 Empresa: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Spencer Earl Desadier Data Nascimento: 07/10/1988 Passaporte: 561306556 País: EUA; Processo: 47039001206201811 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JIANTAO ZHANG Data Nascimento: 02/06/1982 Passaporte: E61577856 País: CHINA; Processo: 47039001208201818 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUNRUI ZHANG Data Nascimento: 30/04/1986 Passaporte: E70530552 País: CHINA; Processo: 47039001211201823 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREA ZANOLETTI Data Nascimento: 01/04/1983 Passaporte: YA2563445 País: ITÁLIA; Processo: 47039001213201812 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL JÜRGEN HAUBOLD Data Nascimento: 25/07/1976 Passaporte: C84FFXPXJ País: ALEMANHA; Processo: 47039001216201856 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JÖRN MICHAEL BROSIG Data Nascimento: 09/02/1989 Passaporte: C20TYRVPN País: ALEMANHA; Processo: 47039001217201809 Empresa: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LEONARDO ESCOBAR MEJIA Data Nascimento: 02/08/1983 Passaporte: AO463031 País: COLÔMBIA; Processo: 47039001219201890 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALAGARASAN GOVINDHAN Data Nascimento: 08/01/1977 Passaporte: Z3804199 País: ÍNDIA; Processo: 47039001220201814 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DOMINIK HANSER Data Nascimento: 14/04/1987 Passaporte: C9T3FW51F País: ALEMANHA; Processo: 47039001222201811 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FRANZ WERNER NOLD Data Nascimento: 19/05/1957 Passaporte: C9T3NWPWJ País: ALEMANHA; Processo: 47039001224201801 Empresa: GULFSTREAM DO BRASIL SERVICOS DE SUPORTE E MANUTENCAO A AERONAVES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RANDY SCOTT THURMAN Data Nascimento: 24/03/1975 Passaporte: 493503376 País: EUA; Processo: 47039001226201891 Empresa: GULFSTREAM DO BRASIL SERVICOS DE SUPORTE E MANUTENCAO A AERONAVES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NATHAN BRADLEY KRALL Data Nascimento: 25/03/1970 Passaporte: 488722693 País: EUA; Processo: 47039001230201850 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DWAYNE LOUIS BROUSSARD Data Nascimento: 19/12/1954 Passaporte: 488633202 País: EUA; Processo: 47039001234201838 Empresa: FENDER CARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SEAN ANDREW LEY Data Nascimento: 21/08/1973 Passaporte: 539366391 País: INGLATERRA; Processo: 47039001238201816 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JORN LEHMANN Data Nascimento: 19/03/1973 Passaporte: C1XPR6NJX País: ALEMANHA; Processo: 47039001244201873 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ADALBERTO URIELES PARADA Data Nascimento: 21/10/1971 Passaporte: PE086500 País: COLÔMBIA; Processo: 47039001245201818 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FELIPE JOSE CASTILLO SERRA Data Nascimento: 25/03/1962 Passaporte: 134694362 País: VENEZUELA; Processo: 47039001246201862 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PEDRO RAFAEL BACA FLOREZ Data Nascimento: 22/09/1965 Passaporte: AU384869 País: COLÔMBIA; Processo: 47039001247201815 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Henri Segundo Graterol Gonzales Data Nascimento: 05/02/1967 Passaporte: 127748737 País: VENEZUELA; Processo: 47039001249201804 Empresa: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Mattia Andena Granata Data Nascimento: 08/09/1990 Passaporte: YA3921098 País: ITÁLIA; Processo: 47039001250201821 Empresa: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Salvatore Esposito Data Nascimento: 17/05/1985 Passaporte: YA2971932 País: ITÁLIA; Processo: 47039001252201810 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL PETISME Data Nascimento: 25/05/1990 Passaporte: 14AD11589 País: FRANÇA; Processo: 47039001253201864 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BAPTISTE LOUIS ANDRÉ ROBERT Data Nascimento: 08/08/1987 Passaporte: 13AV99955 País: FRANÇA; Processo: 47039001254201817 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LEO PIERRE BONNET Data Nascimento: 13/04/1990 Passaporte: 11CF95127 País: FRANÇA; Processo: 47039001262201855 Empresa: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSE CARLOS CUELLAR GARCIA Data Nascimento: 13/11/1970 Passaporte: 1984998 País: BOLÍVIA; Processo: 47039001319201816 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MASARU NAMBA Data Nascimento: 12/01/1987 Passaporte: TR7148452 País: JAPÃO; Processo: 47039001321201895 Empresa: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARIAN PASCALE Data Nascimento: 15/08/1978 Passaporte: 054324250 País: ROMÊNIA; Processo: 47039001323201884 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HAAKON SVERRE NAKKEN Data Nascimento: 14/12/1974 Passaporte: 31882444 País: NORUEGA; Processo: 47039001325201873 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CESAR RODRIGO ZAMORANO SANTIAGO Data Nascimento: 19/09/1975 Passaporte: G13765578 País: MÉXICO; Processo: 47039001326201818 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HUGO GONZALEZ VALDEZ Data Nascimento: 29/10/1975 Passaporte: G19843613 País: MÉXICO; Processo: 47039001328201815 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NESTOR GILBERTO GUEVARA AGUIRRE Data Nascimento: 10/05/1981 Passaporte: G21659285 País: MÉXICO; Processo: 47039001329201851 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: OSCAR AGUILAR LARA Data Nascimento: 20/12/1980 Passaporte: G18528576 País: MÉXICO; Processo: 47039001330201886 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PEDRO MALDONADO SARMIENTO Data Nascimento: 29/11/1976 Passaporte: G17342888 País: MÉXICO; Processo: 47039001331201821 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WILBERTO MUÑOZ FIGUEROA Data Nascimento: 25/10/1981 Passaporte: G27434131 País: MÉXICO; Processo: 47039001266201833 Empresa: ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUCAO INTERNACIONAL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUIS FERNANDO VIVANCO QUEZADA Data Nascimento: 11/04/1971 Passaporte: PAE560657 País: ESPANHA; Processo: 47039001267201888 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CRAIG MICHAEL BACON Data Nascimento: 21/08/1964 Passaporte: 507987875 País: INGLATERRA; Processo: 47039001268201822 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CRAIG GEORGE BUXTON Data Nascimento: 17/12/1970 Passaporte: 507234946 País: INGLATERRA; Processo: 47039001270201800 Em-

presa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AMOL GAWALI Data Nascimento: 17/04/1980 Passaporte: N4223450 País: ÍNDIA; Processo: 47039001272201891 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROHIT RAMESH GAVANDE Data Nascimento: 04/05/1986 Passaporte: R0177524 País: ÍNDIA; Processo: 47039001273201835 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SIMON PAUL WALTON Data Nascimento: 19/03/1966 Passaporte: 503225340 País: INGLATERRA; Processo: 47039001274201880 Empresa: BRASIL SERVICOS DE CONTENCAO DE VAZAMENTO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KENNETH TUEN SIVERTSEN Data Nascimento: 28/11/1972 Passaporte: 27266243 País: NORUEGA; Processo: 47039001276201879 Empresa: ROBBINS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SORIN ANITOIU Data Nascimento: 06/10/1967 Passaporte: 053382344 País: ROMÊNIA; Processo: 47039001275201824 Empresa: BRASIL SERVICOS DE CONTENCAO DE VAZAMENTO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DION DARREN SOYZA Data Nascimento: 28/11/1979 Passaporte: A50119587 País: MALÁSIA; Processo: 47039001277201813 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOHNNY VAN LEUWEN Data Nascimento: 17/02/1977 Passaporte: NR2L3BFK6 País: HOLANDA; Processo: 47039001278201868 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARLEEN TEN NAPEL Data Nascimento: 15/04/1988 Passaporte: NYD186D62 País: HOLANDA; Processo: 47039001279201811 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WIEGER CHARLES ALPHONS RADEMAKER Data Nascimento: 03/08/1979 Passaporte: BDC8K71L1 País: HOLANDA; Processo: 47039001280201837 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PIERLUIGI MORECI Data Nascimento: 01/06/1975 Passaporte: YB1492694 País: ITÁLIA; Processo: 47039001282201826 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RIK VELDHUIZEN Data Nascimento: 04/06/1997 Passaporte: NNLDK4815 País: HOLANDA; Processo: 47039001284201815 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RONALD LEENDERT GOETHEER Data Nascimento: 30/11/1972 Passaporte: NM7KD1855 País: HOLANDA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039001152201893 Empresa: NESIC BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKAHARU ETO Data Nascimento: 01/07/1975 Passaporte: TK2006161 País: JAPÃO; Processo: 47039001153201838 Empresa: NESIC BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKAYUKI GOTO Data Nascimento: 26/04/1969 Passaporte: TR3401793 País: JAPÃO; Processo: 47039001162201829 Empresa: NESIC BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHOTA SATO Data Nascimento: 09/12/1990 Passaporte: TR6557264 País: JAPÃO; Processo: 47039001165201862 Empresa: NESIC BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKASHIGE ICHIKAWA Data Nascimento: 21/06/1969 Passaporte: TR7438648 País: JAPÃO; Processo: 47039001179201886 Empresa: NESIC BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NOBUO FUKUSHIMA Data Nascimento: 26/03/1964 Passaporte: TK3204426 País: JAPÃO; Processo: 47039001182201808 Empresa: KINUGAWA FABRICACAO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHOTA MIYAUCHI Data Nascimento: 11/07/1988 Passaporte: TR6386106 País: JAPÃO; Processo: 47039001197201868 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KAZUMA NAKAHARAI Data Nascimento: 15/07/1983 Passaporte: TR6200458 País: JAPÃO; Processo: 47039001200201843 Empresa: FABRICA DE PAPEL E PAPELAO NOSSA SENHORA DA PENHA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHIKI MATSUDA Data Nascimento: 05/07/1965 Passaporte: TK1093160 País: JAPÃO; Processo: 47039001225201847 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KOICHIRO ASAHARA Data Nascimento: 20/05/1975 Passaporte: TK 1.803.223 País: JAPÃO; Processo: 47039001294201851 Empresa: MARE ALTA DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ODDBJOERN SPILDE Data Nascimento: 16/09/1983 Passaporte: 29055558 País: NORUEGA; Processo: 47039001324201829 Empresa: PLACAS DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SVEN LUDIGK Data Nascimento: 27/01/1970 Passaporte: CCWT4KC60 País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 10 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041000157201850 Empresa: FUNDACAO KONRAD ADENAUER STIFTUNG E V Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANZISKA HUBNER Data Nascimento: 18/07/1991 Passaporte: C12Y8JRCN País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 04 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039010777201765 Empresa: FAMAVAL EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL TAVARES FONSECA DE OLIVEIRA Data Nascimento: 07/08/1954 Passaporte: M928458 País: PORTUGAL; Processo: 47039000241201812 Empresa: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Michael Anthony McArthur Data Nascimento: 08/10/1966 Passaporte: E4102254 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039000249201889 Empresa: JM TECH INSTALACOES E MANUTENCOES LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HYUNSOO LIM Data Nascimento: 01/08/1980 Passaporte: M83264865 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039000570201863 Empresa: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Gerhard Roth Data Nascimento: 15/12/1961 Passaporte: P7555258 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039000585201821 Empresa: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Simon Siegfried Pascher Data Nascimento: 25/01/1983 Passaporte: P5965122 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039000617201899 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BHAGYA MACHAHALLI NARAYANA REDDY Data Nascimento: 09/11/1988 Passaporte: J4635582 País: ÍNDIA; Processo: 47039000621201857 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DENIS MATVEEV Data Nascimento: 22/11/1975 Passaporte: 530132299 País: RÚSSIA; Processo: 47039000704201846 Empresa: AK OPERACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIUS FRITZMAN-LARSEN Data Nascimento: 09/05/1976 Passaporte: 31034901 País: NORUEGA; Processo: 47039000740201818 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Nancito Bacilio Hinostroza Sanchez Data Nascimento: 18/12/1966 Passaporte: 116308262 País: PERU; Processo: 47039000744201898 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ANGEL LOROÑA CUBA Data Nascimento: 09/07/1990 Passaporte: 7072969 País: PERU; Processo: 47039000772201813 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIUCAI BAI Data Nascimento: 29/04/1982 Passaporte: G57390009 País: CHINA; Processo: 47039000880201888 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 17/11/2018 Estrangeiro: GIANLUCA PALIOTTA Data Nascimento: 29/12/1975 Passaporte: YA4039871 País: ITÁLIA; Processo: 47039000886201855 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARI ILKKA ROITTO Data Nascimento: 10/05/1955 Passaporte: FP1360801 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039000893201857 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: David Johannes Kurt Lundberg Data Nascimento: 28/02/1993 Passaporte: 92706668 País: SUÉCIA.

Residência Prévia - RN 05 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041000366201801 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 91 Dia(s) Estrangeiro: FRANZ XAVER GINGELE Data Nascimento: 06/07/1959 Passaporte: CGXJHYVK9 País: ALEMANHA Estrangeiro: Istvan Ferencz Nagy Data Nascimento: 21/08/1988 Passaporte: 52625035 País: ROMÊNIA Estrangeiro: Maria Johanna Clauss Data Nascimento: 20/08/1967 Passaporte: COHYYCOP6 País: ALEMANHA Estrangeiro: Monika Steinhof Data Nascimento: 15/04/1956 Passaporte: C6ZZT7P69 País: ALEMANHA Estrangeiro: Ole Stapelfeld Data Nascimento: 01/04/1982 Passaporte: C748RC73H País: ALEMANHA Estrangeiro: YVONNE HAPPE Data Nascimento: 30/06/1978 Passaporte: C3J76VK35 País: ALEMANHA; Processo: 47041000375201894 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JESUS RAFAEL HURTADO SOLLER Data Nascimento: 08/10/1971 Passaporte: 6207584 País: PERU Estrangeiro: JOSE ANDRES RAZURI BECERRA Data Nascimento: 16/09/1977 Passaporte: 116928078 País: PERU Estrangeiro: MARCELLO DELIGIO Data Nascimento: 17/01/1965 Passaporte: YA0288896 País: ITÁLIA Estrangeiro: MARIA DI ROSA Data Nascimento: 09/01/1980 Passaporte: YB1980832 País: ITÁLIA Estrangeiro: MIRCO ROMAGNOLI Data Nascimento: 21/04/1994 Passaporte: YA6840839 País: ITÁLIA; Processo: 47041000376201839 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HECTOR REYNALDO PONCE DEL CASTILLO Data Nascimento: 16/05/1960 Passaporte: 116988211 País: PERU; Processo: 47041000379201872 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GABRIELE DI MARTINO Data Nascimento: 05/09/1995 Passaporte: YA7563437 País: ITÁLIA; Processo: 47041000381201841 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 91 Dia(s) Estrangeiro: Gowthaman Elumalai Data Nascimento: 30/09/1987 Passaporte: R0241644 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 06 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041003921201768 Empresa: PAN MARINE DO BRASIL LTDA Prazo: até 02/10/2018 Estrangeiro: JIMMIE JAMES PARCHMONT AGUILAR Data Nascimento: 09/07/1954 Passaporte: E901067 País: HONDURAS; Processo: 47041000095201886 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/09/2018 Estrangeiro: Rosario Fondacaro Data Nascimento: 06/05/1962 Passaporte: YA9880152 País: ITÁLIA; Processo: 47041000116201863 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/09/2018 Estrangeiro: Jestoni Cuadro Gonzales Data Nascimento: 26/11/1995 Passaporte: EC3786188 País: FILIPINAS; Processo: 47041000118201852 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/06/2018 Estrangeiro: Mazhar Sadiq Kazi Data Nascimento: 17/01/1991 Passaporte: H9254659 País: ÍNDIA; Processo: 47041000155201861 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/05/2018 Estrangeiro: Jaasiel Miranda Mercado Data Nascimento: 25/10/1996 Passaporte: P5274209A País: FILIPINAS; Processo: 47041000163201815 Empresa: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Radoslaw Baginski Data Nascimento: 05/04/1982 Passaporte: ED2773594 País: POLÔNIA; Processo: 47041000198201846 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 28/05/2019 Estrangeiro: Edmond Ramos Bay Data Nascimento: 26/10/1976 Passaporte: EC0456477 País: FILIPINAS; Processo: 47041000202201876 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alexandru Paraschiv Data Nascimento: 07/09/1991 Passaporte: 055327067 País: ROMÊNIA; Processo: 47041000204201865 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/07/2018 Estrangeiro: Adnan Abdul Hamid Mhatarnaik Data Nascimento: 16/09/1984 Passaporte: L3066127 País: ÍNDIA Estrangeiro: Rakesh Kumar Jha Data Nascimento: 16/02/1987 Passaporte: P5662660 País: ÍNDIA; Processo: 47041000205201818 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: ADRIAN CIUCA Data Nascimento: 06/10/1978 Passaporte: 053485057 País: ROMÊNIA; Processo: 47041000206201854 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: ROBERT RAFAL PIELECKI Data Nascimento: 17/06/1983 Passaporte: EA8754219 País: POLÔNIA; Processo: 47041000207201807 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gary Chavez Ladrido Data Nascimento: 11/10/1986 Passaporte: P5345622A País: FILIPINAS Estrangeiro: Ronaldo Rodriguez Barbieto Data Nascimento: 05/10/1964 Passaporte: EC4811533 País: FILIPINAS; Processo: 47041000209201898 Empresa: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/05/2019 Estrangeiro: Lizhu Zhao Data Nascimento: 30/04/1990 Passaporte: PE1424215 País: CHINA; Processo: 47041000208201843 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/02/2019 Estrangeiro: Joerick Jan Saquido Rodrigo Data Nascimento: 01/12/1992 Passaporte: EC7487357 País: FILIPINAS; Processo: 47041000210201812 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dmitry Syedin Data Nascimento: 31/12/1981 Passaporte: 720238744 País: RÚSSIA Estrangeiro: Oleg Birmenko Data Nascimento: 13/01/1961 Passaporte: 751126563 País: RÚSSIA; Processo: 47041000217201834 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Estrangeiro: GUNDARS HAZENS Data Nascimento: 05/06/1973 Passaporte: LV4573632 País: LETÔNIA; Processo: 47041000216201890 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AKSHAY MAINI Data Nascimento: 31/01/1981 Passaporte: Z2884382 País: ÍNDIA; Processo: 47041000215201845 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 06/10/2019 Estrangeiro: IVO PASS Data Nascimento: 27/04/1982 Passaporte: KD0237255 País: ESTÔNIA; Processo: 47041000214201809 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SCOTT JOHN MCDONALD Data Nascimento: 23/06/1989 Passaporte: 510875867 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041000213201856 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SILVIU-FLORIAN BUNEA Data Nascimento: 22/02/1969 Passaporte: 053652477 País: ROMÊNIA; Processo: 47041000212201810 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/03/2019 Estrangeiro: Suresh Kumar Bangarusamy Data Nascimento: 27/07/1972 Passaporte: Z2482598 País: ÍNDIA; Processo: 47041000218201889 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jeonald Robles Galas Data Nascimento: 04/10/1980 Passaporte: P2415652A País: FILIPINAS; Processo: 47041000220201858 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sebastian Robert Tryczyk Data Nascimento: 12/07/1975 Passaporte: EG0470306 País: POLÔNIA; Processo: 47041000219201823 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/05/2018 Estrangeiro: Neilbert Osmond Banela Calalo Data Nascimento: 08/02/1985 Passaporte: EB9662002 País: FILIPINAS; Processo: 47041000222201847 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Janzzen Panes Beatingo Data Nascimento: 24/10/1990 Passaporte: EC6561808 País: FILIPINAS Estrangeiro: Peter Paul Legaspi Baybaya Data Nascimento: 11/02/1993 Passaporte: EC7609037 País: FILIPINAS; Processo: 47041000223201891 Empresa: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Cem Aranci Data Nascimento: 30/10/1991 Passaporte: NT01RLRD5 País: HOLANDA; Processo: 47041000224201836 Empresa: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jacobus Heinen Data Nascimento: 07/07/1966 Passaporte: NXB561775 País: HOLANDA; Processo: 47041000225201881 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alvin Rey Tolentino Cabansag Data Nascimento: 11/08/1968 Passaporte: EC1938549 País: FILIPINAS Estrangeiro: Antonio Ildefonso Martinez Data Nascimento: 13/06/1961 Passaporte: P1494988A País: FILIPINAS Estrangeiro: Grewendell de La Cruz Paquibot Data Nascimento: 29/10/1992 Passaporte: EC6221106 País: FILIPINAS Estrangeiro: Luisito Alvero Cabrera Data Nascimento: 17/08/1962 Passaporte: EC0643176 País: FILIPINAS; Processo: 47041000226201825 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: Nikoloz Mishveliani Data Nascimento: 28/03/1983 Passaporte: 10BB35244 País: GEÓRGIA; Processo: 47041000227201870 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/03/2019 Estrangeiro: Oleh Shcherbak Data Nascimento: 30/08/1983 Passaporte: ES030329 País: UCRÂNIA; Processo: 47041000229201869 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Danilo Almoite Almojuela Data Nascimento: 22/09/1962 Passaporte: EC8281974 País: FILIPINAS; Processo: 47041000230201893 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nicomedes Morata Arayan Data Nascimento: 15/09/1969 Passaporte: EC0678297 País: FILIPINAS; Processo: 47041000231201838 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2018 Estrangeiro: Sever Paul Barna Data Nascimento: 21/04/1969 Passaporte: 055341037 País: ROMÊNIA; Processo: 47041000232201882 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andrey Tolstenev Data Nascimento: 31/08/1994 Passaporte: 722956865 País: RÚSSIA; Processo: 47041000233201827 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Estrangeiro: Adrian Popa Data Nascimento: 01/03/1991 Passaporte: 054796386 País: ROMÊNIA; Processo: 47041000235201816 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIJAYAKUMAR PERAKETH KRISHNA PANICKER Data Nascimento: 26/05/1957 Passaporte: Z4465422 País: ÍNDIA; Processo: 47041000238201850 Empresa: PETROLEO BRASI-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nikolaos Spertos Data Nascimento: 07/04/1944 Passaporte: AN2892905 País: GRÉCIA; Processo: 47041000239201802 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/05/2019 Estrangeiro: Ruel Songcuya Erlano Data Nascimento: 03/12/1963 Passaporte: P0270075A País: FILIPINAS; Processo: 47041000241201873 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Joseph Agustin Manalo Data Nascimento: 18/09/1982 Passaporte: EB9679661 País: FILIPINAS; Processo: 47041000248201895 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: até 29/05/2018 Estrangeiro: Aivoarijao Falimihary Rakotondranoro Data Nascimento: 27/02/1968 Passaporte: A13X19141 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Andy Christian Rakotondraibe Data Nascimento: 20/03/1970 Passaporte: A13X15775 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Asiny Data Nascimento: 23/02/1963 Passaporte: A13X53041 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Aurelien Hilaire Ralaivelo Data Nascimento: 18/08/1970 Passaporte: A13X45218 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Bakary Alphonse Data Nascimento: 30/03/1974 Passaporte: A13X51284 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Fabrice Rantilal Kara Data Nascimento: 17/05/1981 Passaporte: A13X14611 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Florent Banory Data Nascimento: 02/03/1981 Passaporte: A13X51415 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Hafidou Miraji Data Nascimento: 30/08/1972 Passaporte: A13X22524 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Haja Andriantiana Data Nascimento: 17/10/1967 Passaporte: A13X33140 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Hassany Mouandjee Data Nascimento: 01/06/1974 Passaporte: A13Y14367 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Lala Harilivalison Andriamaroson Data Nascimento: 10/09/1975 Passaporte: A13Y38734 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Laury Hery Tiana Rakotoniaina Data Nascimento: 22/07/1974 Passaporte: A13X38059 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Mickael Jaotombo Data Nascimento: 16/11/1979 Passaporte: A13X47594 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Rado Andrianantenaina Data Nascimento: 10/04/1977 Passaporte: A13X22460 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Raphael Frederic Jacob Rakotoson Data Nascimento: 23/08/1977 Passaporte: A13X19561 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Zakaniaina Andriamiadana Data Nascimento: 17/09/1973 Passaporte: A13X56234 País: MADAGASCAR; Processo: 47041000260201808 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEORGII GUZANOV Data Nascimento: 18/07/1988 Passaporte: EH177790 País: UCRÂNIA; Processo: 47041000261201844 Empresa: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW PETER ADAMS Data Nascimento: 20/12/1955 Passaporte: 210883625 País: INGLATERRA; Processo: 47041000262201899 Empresa: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TIMOTHY CHRISTOPHER BOYD Data Nascimento: 15/11/1971 Passaporte: 548199729 País: INGLATERRA; Processo: 47041000263201833 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Asimis Ilias Data Nascimento: 19/02/1954 Passaporte: AN2699585 País: GRÉCIA Estrangeiro: Gerasimos Aravantinos Data Nascimento: 09/08/1954 Passaporte: AM1723932 País: GRÉCIA Estrangeiro: Grigorios Lekatsas Data Nascimento: 02/01/1958 Passaporte: AN1067876 País: GRÉCIA Estrangeiro: Pavlos Bikouvaris Data Nascimento: 18/03/1983 Passaporte: AN1155743 País: GRÉCIA Estrangeiro: Stavros Lazarongonas Data Nascimento: 26/04/1982 Passaporte: AN0608273 País: GRÉCIA Estrangeiro: Valsamos Koutsofios Data Nascimento: 16/01/1942 Passaporte: AN5167871 País: GRÉCIA; Processo: 47041000265201822 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Emmanouil Velves Data Nascimento: 11/10/1987 Passaporte: AN1724426 País: GRÉCIA Estrangeiro: Konstantin Chertovskikh Data Nascimento: 19/02/1979 Passaporte: 726515316 País: RÚSSIA; Processo: 47041000266201877 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anastasios Katselis Data Nascimento: 15/07/1985 Passaporte: AM0457101 País: GRÉCIA Estrangeiro: Benjie Tanada Trio Data Nascimento: 05/03/1976 Passaporte: EC2196836 País: FILIPINAS Estrangeiro: Spyridon Vasilakis Data Nascimento: 11/10/1991 Passaporte: AM0978003 País: GRÉCIA; Processo: 47041000267201811 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/07/2018 Estrangeiro: Edmar Sendico Ruales Data Nascimento: 05/05/1989 Passaporte: EC2836167 País: FILIPINAS Estrangeiro: Ferdinand Cayanan Aquino Data Nascimento: 12/05/1984 Passaporte: EC4982697 País: FILIPINAS Estrangeiro: Henry Timeteo Jr Bulusan Santos Data Nascimento: 14/01/1969 Passaporte: EC5728103 País: FILIPINAS; Processo: 47041000268201866 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Reynaldo Pagaran Gasacao Data Nascimento: 31/10/1960 Passaporte: EC1395690 País: FILIPINAS; Processo: 47041000269201819 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/09/2018 Estrangeiro: Sorin Mircica Data Nascimento: 25/09/1977 Passaporte: 054115771 País: ROMÊNIA; Processo: 47041000270201835 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Nikolaos Tsakalis Data Nascimento: 31/05/1983 Passaporte: AK3607831 País: GRÉCIA; Processo: 47041000271201880 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Artur Adamiak Data Nascimento: 15/03/1969 Passaporte: EC2254324 País: POLÔNIA; Processo: 47041000275201868 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 18/06/2019 Estrangeiro: DARIUSZ ANDRZEJ BUDA Data Nascimento: 28/07/1972 Passaporte: ED6518436 País: POLÔNIA; Processo: 47041000274201813 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 18/06/2019 Estrangeiro: FLORIAN BREZULIER Data Nascimento: 26/05/1982 Passaporte: 14FV00499 País: FRANÇA Estrangeiro: JOEL GUEGUEN Data Nascimento: 12/11/1986 Passaporte: 08CL49238 País: FRANÇA; Processo: 47041000273201879 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/05/2019 Estrangeiro: Konstantin Komin Data Nascimento: 27/05/1991 Passaporte: KC0049249 País: ESTÔNIA; Processo: 47041000276201811 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2018 Estrangeiro: Antonio Dela Cruz Del Mundo Data Nascimento: 05/07/1960 Passaporte: EC7174220 País: FILIPINAS Estrangeiro: Aurone Paul Elfa Glorioso Data Nascimento: 10/01/1983 Passaporte: EB8773919 País: FILIPINAS Estrangeiro: Manny Acosta Murao Data Nascimento: 19/05/1979 Passaporte: P2078856A País: FILIPINAS Estrangeiro: Wilfredo Caspe Flores Data Nascimento: 05/12/1961 Passaporte: P5504804A País: FILIPINAS; Processo: 47041000277201857 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jerome Latonio Grajo Data Nascimento: 01/08/1986 Passaporte: EC4372621 País: FILIPINAS Estrangeiro: Macario Jr. Latonio Grajo Data Nascimento: 02/12/1973 Passaporte: EB9801531 País: FILIPINAS Estrangeiro: Michael Perilla Rejano Data Nascimento: 31/12/1982 Passaporte: EB9887164 País: FILIPINAS; Processo: 47041000279201846 Empresa: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Yijun Ding Data Nascimento: 25/07/1989 Passaporte: PE0548190 País: CHINA; Processo: 47041000280201871 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 24/06/2019 Estrangeiro: Marcel de Haan Data Nascimento: 12/11/1971 Passaporte: BK374CDB7 País: HOLANDA; Processo: 47041000281201815 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Przemyslaw Szymczak Data Nascimento: 12/02/1975 Passaporte: EJ0598241 País: POLÔNIA; Processo: 47041000282201860 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2018 Estrangeiro: Raymund Madrid Ongkingco Data Nascimento: 06/10/1973 Passaporte: EC5278546 País: FILIPINAS; Processo: 47041000286201848 Empresa: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENG SIANG CHEE Data Nascimento: 07/12/1973 Passaporte: A41224639 País: MALÁSIA Estrangeiro: HO KEE YEN Data Nascimento: 30/10/1971 Passaporte: A35046903 País: MALÁSIA Estrangeiro: RICHARD ANAK DINGGAI Data Nascimento: 17/01/1969 Passaporte: K35092740 País: MALÁSIA; Processo: 47041000288201837 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: THOMAS HAUGEGAARD GOTFREDSEN Data Nascimento: 19/08/1973 Passaporte: 207674712 País: DINAMARCA; Processo: 47041000289201881 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Oivind Tangen Data Nascimento: 03/01/1973 Passaporte: 31985233 País: NORUEGA; Processo: 47041000325201815 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/05/2018 Estrangeiro: Edison Marcos Santos Data Nascimento: 20/06/1971 Passaporte: P0887671A País: FILIPINAS; Processo: 47041000326201851 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Frank David Black Data Nascimento: 11/11/1980 Passaporte: 510832070 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041000328201841 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2018 Estrangeiro: Cayetano Layosa Veras Data Nascimento: 22/02/1954 Passaporte: EC1227094 País: FILIPINAS Estrangeiro: Ferdinand Pascua Gasmen Data Nascimento: 06/11/1964 Passaporte: P2298967A País: FILIPINAS; Processo: 47041000329201895 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Sergiy Kudlayev Data Nascimento: 12/01/1971 Passaporte: EH287003 País: UCRÂNIA; Processo: 47041000332201817 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2018 Estrangeiro: Angelo III Belmis Barrera Data Nascimento: 05/07/1972 Passaporte: EC7162699 País: FILIPINAS Estrangeiro: Jennifer Bejagan Mosqueda Data Nascimento: 30/09/1973 Passaporte: P3955301A País: FILIPINAS Estrangeiro: Mark Henry Arquillano Ilogon Data Nascimento: 29/04/1974 Passaporte: EB8976040 País: FILIPINAS Estrangeiro: Rene Dadanza Dela Torre Data Nascimento: 19/01/1962 Passaporte: EC5572266 País: FILIPINAS Estrangeiro: Vincent Joy Lopez Ebal Data Nascimento: 08/02/1967 Passaporte: P2960448A País: FILIPINAS; Processo: 47041000330201810 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/01/2020 Estrangeiro: Joseph Teaño Buytrago Data Nascimento: 23/06/1974 Passaporte: EC2790098 País: FILIPINAS; Processo: 47041000331201864 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/09/2018 Estrangeiro: Francisco Nieto Torres Data Nascimento: 18/02/1963 Passaporte: P5228162A País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039000840201836 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DONG SU PARK Data Nascimento: 01/12/1966 Passaporte: M08848100 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000841201881 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: SUNG HOON CHOO Data Nascimento: 29/09/1968 Passaporte: M86752949 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000843201870 Empresa: OLEOS MENU INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ISAO SHIRAI Data Nascimento: 19/10/1964 Passaporte: TK8755949 País: JAPÃO; Processo: 47039001072201838 Empresa: ELILULA DO BRASIL POUSADA RESTAURANTE E ESCOLA DE KITESURF LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PIERRE-YVES COMMANAY Data Nascimento: 26/08/1965 Passaporte: 14DC14885 País: FRANÇA; Processo: 47039001074201827 Empresa: ELILULA DO BRASIL POUSADA RESTAURANTE E ESCOLA DE KITESURF LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHRISTINE EMMANUELLE PASQUIER COMMANAY Data Nascimento: 16/01/1968 Passaporte: 09AT60839 País: FRANÇA; Processo: 47039001082201873 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YOON SOP KANG Data Nascimento: 25/07/1970 Passaporte: M13120638 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001101201861 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JONG GUK EOM Data Nascimento: 05/03/1968 Passaporte: M82381449 País: CORÉIA DO SUL.

Residência Prévia - RN 19 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039001015201859 Empresa: BEIERSDORF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SVENJA THIELE Data Nascimento: 06/05/1986 Passaporte: C1WCCZ873 País: ALEMANHA; Processo: 47039001411201886 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: NICOLAS GABRIEL GIL Data Nascimento: 19/07/1991 Passaporte: 35855361N País: ARGENTINA.

Residência Prévia - RN 13 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039000734201852 Empresa: EC COMERCIO E IMPORTACAO DE MATERIAIS ELETRICOS E LUMINARIAS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAN GUORONG Data Nascimento: 18/03/1973 Passaporte: E07199500 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 16 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041000378201828 Empresa: MARCIA NUNES - PRODUCAO DE BASE E GESTAO DE PROJETOS EIRELI Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: ANDREA FARNETANI Data Nascimento: 04/03/1982 Passaporte: YA6784664 País: ITÁLIA Estrangeiro: ANTONIO CONLUCCIO Data Nascimento: 17/12/1973 Passaporte: YA99788371 País: ITÁLIA; Processo: 47041000407201851 Empresa: TRIBOS MUSIC GRAVADORA EDITORA PRODUCOES E EVENTOS EIRELI - ME Prazo: 110 Dia(s) Estrangeiro: DESARIE EUGENE Data Nascimento: 10/11/1975 Passaporte: 451790401 País: EUA Estrangeiro: HENRIQUE DA COSTA PESQUEIRA Data Nascimento: 06/01/1984 Passaporte: FK612586 País: BRASIL Estrangeiro: JAHMAL OMAR FRANCIS Data Nascimento: 18/01/1995 Passaporte: 522271352 País: EUA Estrangeiro: JEREMMEY NIGEL JAGRUP Data Nascimento: 23/07/1984 Passaporte: 556711530 País: EUA Estrangeiro: JERRY GORDON SIMON Data Nascimento: 12/12/1967 Passaporte: A053707 País: ANTIGUA E. DEP. BARBUDA Estrangeiro: RONALD EUSTACE BENJAMIN Data Nascimento: 07/01/1968 Passaporte: B010894 País: EUA.

Residência - RN 02 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039001025201894 Empresa: ALD AUTOMOTIVE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIEN CLAUDE LAUDIJOIS Data Nascimento: 08/01/1986 Passaporte: 17EA00088 País: FRANÇA Mãe: ANNE-MARIE CLAIRE PAULINE FOURNIER Pai: DANIEL MARCEL CYRILLE LAUDIJOIS

Residência - RN 06 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041003797201731 Empresa: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BOGDAN TATARU Data Nascimento: 14/07/1985 Passaporte: 053536214 País: ROMÊNIA; Processo: 47041003927201735 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: BRYAN CONNER MANN Data Nascimento: 22/09/1972 Passaporte: 458548404 País: EUA; Processo: 47041003932201748 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: CHRISTOPHER SCOTT PERRY Data Nascimento: 31/08/1984 Passaporte: 499205229 País: EUA; Processo: 47041003933201792 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: DANIEL KEITH NELSON Data Nascimento: 22/12/1977 Passaporte: 533603617 País: EUA; Processo: 47041003934201737 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: DANIEL LEE LEVERINGTON Data Nascimento: 23/05/1976 Passaporte: 464706341 País: EUA; Processo: 47041003937201771 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: DONALD JASON LONG Data Nascimento: 06/02/1984 Passaporte: 531264339 País: EUA; Processo: 47041003955201752 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: JOHN WILLIAM BARNETT Data Nascimento: 11/05/1984 Passaporte: 460922298 País: EUA; Processo: 47041003959201731 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: JOSEPH LELAND CHILCOTT Data Nascimento: 14/06/1985 Passaporte: 475486217 País: EUA; Processo: 47041003960201765 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: JOSHUA ALAN COLWELL Data Nascimento: 18/08/1983 Passaporte: 530478513 País: EUA; Processo: 47041003961201718 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: JOSHUA LANCE BROWN Data Nascimento: 03/03/1984 Passaporte: 530482904 País: EUA; Processo: 47041003965201798 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: STEPHEN JAMES WATSON Data Nascimento: 27/10/1971 Passaporte: 510762608 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041003969201776 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: Silviu Mihai Mocanu Data Nascimento: 27/08/1983 Passaporte: 053478037 País: ROMÊNIA; Processo: 47041003980201736 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 31/12/2019 Estrangeiro: ROBERT DANIEL MALLEY Data Nascimento: 05/01/1967 Passaporte: 445870237 País: EUA; Processo: 47041003985201769 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: LARRY JAMES COMEAUX JR Data Nascimento: 28/10/1976 Passaporte: 531256571 País: EUA; Processo: 47041003994201750 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: LARRY CECIL DEEMY Data

Nascimento: 18/07/1967 Passaporte: 533606051 País: EUA; Processo: 47041000377201883 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 15/02/2020 Estrangeiro: Serge Pascal Vrolijk Data Nascimento: 14/08/1973 Passaporte: BE950D6F3 País: HOLANDA.

Residência - RN 11/2017 Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039000538201888 Empresa: OSG SULAMERICANA DE FERRAMENTAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TOSHITAKA YOSHIZAKI Data Nascimento: 19/09/1953 Passaporte: TZ 1.169.939 País: JAPÃO; Processo: 47039000654201805 Empresa: SANDOZ DO BRASIL INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CATARINA MONTEIRO VARGAS SOBRAL Data Nascimento: 11/03/1974 Passaporte: N455328 País: PORTUGAL; Processo: 47039000653201852 Empresa: WOLF SEEDS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAMUEL JOZEF WOLF Data Nascimento: 09/05/1948 Passaporte: BRHP39PC9 País: HOLANDA; Processo: 47039001281201881 Empresa: IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHE FLORENT GEORGES LOUIS CLEEREN Data Nascimento: 02/07/1980 Passaporte: 11CF28108 País: FRANÇA.

Residência - RN 13 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039000564201814 Empresa: CHC COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CAIGUI JIN Data Nascimento: 24/04/1985 Passaporte: E24141485 País: CHINA.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante EDUARD FOLCH RUE exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na Empresa ALLIANZ SAUDE S.A. Processo: 47039.000881/2018-22 anteriormente autorizado através do Processo : 47039.000455/2018-99.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47041000138201823 Empresa: ACAO SOCIAL PADRE THEODORUS KOPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jacqueline Anne Taylor Passaporte: GC465876; Processo: 47039010226201700 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIDETO IGARASHI Passaporte: TK7512075; Processo: 47039010427201707 Empresa: CONSORCIO ALUMINI- ICSK-FJEPC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIAN CHEN Passaporte: E 69039684; Processo: 47039010479201775 Empresa: PAN MARINE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS ENRIQUE OLIVERA JUNCHAYA Passaporte: 4778751; Processo: 47039010895201773 Empresa: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JORGE MURILLO FARINAS Passaporte: PAF558738; Processo: 47039000281201864 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Gilles Giordani Passaporte: GM638895;

Processo: 47039000290201855 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: David Ricardo Romero Passaporte: GM586988; Processo: 47039000291201808 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Andrey Silyutin Passaporte: HG383744; Processo: 47039000297201877 Empresa: CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Laurent Labine Passaporte: GM615055; Processo: 47039000476201812 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BHALCHANDRA NARAYAN SATAM Passaporte: M5498079; Processo: 47039000706201835 Empresa: PLACAS DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WANJA ULRICH GANTERT Passaporte: C8XYH6NO9; Processo: 47039000774201802 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Ricardo Enrique Lopez Menendez Passaporte: 0941127458; Processo: 47039001221201869 Empresa: GOAL SYSTEMS BRASIL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GONZALO CIERVIDE OJER Passaporte: PAB807058; Processo: 47039010490201735 Empresa: COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HANI EZZAT MOHAMED MAHMOUD WAER Passaporte: A14949685; Processo: 47041000181201899 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Athanasios Samentzas Passaporte: AN0249443 Estrangeiro: Konstantinos Pnevmatikas Passaporte: AN2473658 Estrangeiro: Nikolay Shilin Passaporte: 714566585 Estrangeiro: Sotirios Petrou Passaporte: AN4010966; Processo: 47041000290201814 Empresa: TRIBOS MUSIC GRAVADORA EDITORA PRODUCOES E EVENTOS EIRELI - ME Prazo: 110 Dia(s) Estrangeiro: DESARIE EUGENE Passaporte: 451790401 Estrangeiro: HENRIQUE DA COSTA PESQUEIRA Passaporte: FK612586 Estrangeiro: JAHMAL OMAR FRANCIS Passaporte: 522271352 Estrangeiro: JEREMMEY NIGEL JAGRUP Passaporte: 556711530 Estrangeiro: JERRY GORDON SIMON Passaporte: A053707 Estrangeiro: RONALD EUSTACE BENJAMIN Passaporte: B010894; Processo: 47041000388201863 Empresa: CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA Prazo: 91 Dia(s) Estrangeiro: TANJA TETALAFF Passaporte: CH2FRTNOY; Processo: 47039010619201713 Empresa: ITUANO FUTEBOL CLUBE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHOTA FUJISHIRO Passaporte: MU5405711; Processo: 47039010629201741 Empresa: FUND APOIO CULTURA ENSINO PESQUISA E EXTENSAO DE ALFENA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Wenzel Mayer Passaporte: P513232716; Processo: 47039010707201715 Empresa: MINERACAO USIMINAS S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKASHI TSUSAKA Passaporte: TR4779448; Processo: 47039010760201716 Empresa: ITUANO FUTEBOL CLUBE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHOTA FUJISHIRO Passaporte: MU5405711; Processo: 47041003991201716 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 31/12/2019 Estrangeiro: SERGE ARMAND GERARD ALLEGAERT Passaporte: EN961144.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

**RETIFICAÇÃO**

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 014 de 19/01/2018, Seção 1, p. 91, Processo: 47039.000562/2018-17, onde se lê: Imigrante: NG DING WENG, leia-se: Imigrante: NG DING WEN.

## SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

**DESPACHO DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 25, inciso V da Portaria 326/2013 e na NT 35/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o pedido de Registro Sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Estabelecidas em Shopping Centers de Curitiba- CNPJ 73.301.632/0001-69 para representar a categoria dos Trabalhadores em Empresas Estabelecidas em Shopping Centers, com abrangência municipal e base territorial em Curitiba/PR, com respaldo na decisão judicial acostada aos autos do Processo 46000.003071/93-47.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 34/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o pedido de registro sindical que tratam os autos do Processo 46217.001529/2013-39, de interesse o Sindicato dos Empregados nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas, Refeições em Plataforma de Petróleo, Fast Foods, Refeições Industriais e Merenda Escolar do Rio Grande do Norte - SEERC-RN, CNPJ 17.651.749/0001-00, para representar os empregados nas empresas de refeições coletivas, merenda escolar, refeições em plataforma de Petróleo, Cozinha Industrial e Fast-Food, com abrangência intermunicipal e base territorial nos seguintes municípios do Rio Grande do Norte: Acari, Açu, Afonso Bezerra, Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Alto Do Rodrigues, Angicos, Antônio Martins, Apodi, Areia Branca, Arês, Augusto Severo, Baía Formosa, Baraúna, Barcelona, Bento Fernandes, Bodó, Bom Jesus, Brejinho, Caiçara Do Norte, Caiçara Do Rio Do Vento, Caicó, Campo Redondo, Canguaretama, Caraúbas, Carnaúba Dos Dantas, Carnaubais, Ceará-Mirim, Cerro Corá, Coronel Ezequiel, Coronel João Pessoa, Cruzeta, Currais Novos, Doutor Severiano, Encanto, Equador, Espírito Santo, Extremoz, Felipe Guerra, Fernando Pedroza, Florânia, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, Galinhos, Goianinha, Governador Dix-Sept Rosado, Grossos, Guamaré, Ielmo Marinho, Ipanguaçu, Ipueira, Itajá, Itaú, Jaçanã, Jandaíra, Janduís, Januário Cicco, Japi, Jardim De Angicos, Jardim De Piranhas, Jardim Do Seridó, João Câmara, João Dias, José Da Penha, Jucurutu, Jundiá, Lagoa D'Anta, Lagoa De Pedras, Lagoa De Velhos, Lagoa Nova, Lagoa Salgada, Lajes, Lajes Pintadas, Lucrécia, Luís Gomes, Macaíba, Macau, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Maxaranguape, Messias Targino, Montanhas, Monte Alegre, Monte Das Gameleiras, Mossoró, Natal, Nísia Floresta, Nova Cruz, Olho-D'Água Do Borges, Ouro Branco, Paraná, Paraú, Parazinho, Parelhas, Parnamirim, Passa E Fica, Passagem, Patu, Pau Dos Ferros, Pedra Grande, Pedra Preta, Pedro Avelino, Pedro Velho, Pendências, Pilões, Poço Branco, Portalegre, Porto Do Mangue, Pureza, Rafael Fernandes, Rafael Godeiro, Riacho Da Cruz, Riacho De Santana, Riachuelo, Rio Do Fogo, Rodolfo Fernandes, Ruy Barbosa, Santa Cruz, Santa Maria, Santana Do Matos, Santana Do Seridó, Santo Antônio, São Bento Do Norte, São Bento Do Trairí, São Fernando, São Francisco Do Oeste, São Gonçalo Do Amarante e Serra Caiada. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES resolve ANOTAR, com respaldo no Art. 30 da Portaria 326/2013, a representação do Sindicato dos Trabalhadores em Bares e em Atividades Similares e Conexas no Estado do Rio Grande do Norte - SINTBARN, CNPJ 07.597.408/0001-31, excluindo da sua representação a categoria dos trabalhadores nas empresas Empresas Fornecedoras de Alimentação a Empresas Aeroviárias, Marítimas e Empreiteiras, Sorveterias, em Empresas que Produzem Alimentação Industrial e das Empresas de Catering na base territorial acima relacionada, exceto o Município de Mossoró.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

**DESPACHO DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 36/2018/CGRS/SRT/MTb resolve conhecer do Pedido de Reconsideração 46000.006611/2017-19, interposto pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Espírito Santo - SINDEPES (CNPJ 39.795.125/0001-90) nos autos do Processo 46207.003761/2015-92, para ANULAR a NT 483/2016/GAB/SRT/MTb bem como todos os efeitos dela decorrentes, restabelecendo assim o registro sindical do SINDEPES, nos termos da NT 470/2016/GAB/SRT/MTb.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

**DESPACHOS DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

Tendo em vista a decisão prolatada no Processo Judicial n.° 604-60.2014.5.08.0118, da Vara do Trabalho de Redenção/PA, do TRT 8ª Região, com base na Nota Técnica 004/2018/CIP/SRT/MTb e na Portaria 326/2013, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve RESTABELECER o registro sindical do SINTRAFRIMAR - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM FRIGORÍFICOS, MATADOUROS E ABATEDOUROS EM GERAL DE REDENÇÃO E REGIÕES, CNPJ 13.840.775/0001-17, Proc. Adm. 46222.005911/2011-81.

Tendo em vista Decisão prolatada no Processo Judicial nº 0001670-47.2016.5.10.0022 em trâmite na 22ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, a Portaria Ministerial n.º 326/2013, e a Nota Técnica 003/2018/CIP/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve SUSPENDER os efeitos da Nota Técnica nº 369/2016/GAB/SRT/MTB de alteração estatutária do SINDEPRESTEM - SIND DAS EMPRES PREST DE SERV T C A MO T T DE SP - CNPJ: 66.662.974/0001-49 e eventuais pré-anotações. Resolve ainda EXCLUIR do SINDEPRESTEM - SIND DAS EMPRES PREST DE SERV T C A MO T T DE SP - CNPJ: 66.662.974/0001-49 a categoria das empresas de prestação de serviços a terceiros no segmento de logística e o termo "logística" de sua denominação.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA
Secretário

# Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria nº 246, publicada no Diário Oficial da União nº 20 de 29 de janeiro de 2018, Seção 1, página 110, onde se lê: "PORTARIA Nº 246, DE 24 DE JANEIRO DE 2017", leia-se: "PORTARIA Nº 246, DE 24 DE JANEIRO DE 2018".

### SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

### GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

**PORTARIA Nº 222, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.550176/2017-18, resolve:

Art. 1º Suspender cautelarmente a homologação do curso teórico/prático de Mecânico de Manutenção Aeronáutica - Aviônicos - MMA-AVI do AEROCLUBE DE GOIÁS, situado à Avenida Sucuri, nº 2030, Área Militar, Aeroporto Santa Genoveva - Goiânia - GO, CEP: 74672-862, até que as inconformidades identificadas no processo sejam sanadas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MELINA ZABAN CARNEIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

### SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

### UNIDADE REGIONAL DE FORTALEZA

#### DESPACHO Nº 15, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 50300.006535/2017-34. Fiscalizada: Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN, CNPJ nº 34.040.345/0001-90. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 3.897,43 (três mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos), pelo cometimento da infração capitulada no inciso XVI do art. 32 da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

RONI PEREZ DE MELLO
Chefe
Substituto

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

### SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

#### PORTARIA Nº 14, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Autorizar a ocupação de faixa de domínio por acesso, localizado na BR-101/ES, no km 336+855m, no município de Guarapari/ES, de Interesse do Sr. Renilton Ortelan Binda - Processo nº 50505.065131/2017-86.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

### SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

#### PORTARIA Nº 24, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com base no inciso VI, do art. 1°, da Deliberação ANTT n° 158/2010, alterada pela Deliberação nº 178/2016 e, no que consta no Processo nº 50500.074512/2012-91, resolve:

Art. 1º Autorizar o ressarcimento ao erário, por parte da Rumo Malha Sul S.A. - RMS, referente ao Galpão da Oficina de Revisão de Locomotivas (OFIC REVI LOCO ALV 2700), inscrito sob o NBP 5202837, da prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas concedido na malha ferroviária Sul.

Art. 2° Autorizar a desincorporação do bem arrendado mencionado no Art. 1º desta Portaria, do Anexo II do Contrato de Arrendamento nº 005/97.

Parágrafo Único - A desincorporação se efetivará mediante celebração do respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 005/97, entre o Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes - DNIT e a RMS, sob interveniência da ANTT, condicionada ao pagamento do correspondente valor indenizatório.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

## SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS

#### PORTARIA Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere a competência delegada por meio da Portaria n.º 716, de 17 de agosto de 2017, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 716, de 17 de agosto 2017, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

III - 31/10/2017 a 02/04/2018 - prazo para a Secretaria Nacional de Portos sistematizar as contribuições feitas na consulta pública;

IV - 03/04/2018 - divulgação, pelo Departamento de Planejamento, Logística e Gestão do Patrimônio Imobiliário/SNP/MTPA, das respostas às contribuições no sítio www.portosdobrasil.gov.br, nos links ASSUNTOS-Gestão-Poligonais;

V - 04/04/2018 a 16/04/2018 - prazo para interposição de recurso contra o exame das contribuições, que deverá ser dirigido ao Secretário Nacional de Portos, por meio do endereço eletrônico poligonais.itajai@transportes.gov.br;

VI - 17/04/2018 a 18/04/2018 - prazo para avaliação e encaminhamento da resposta aos recursos, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, na forma do art. 59 da Lei n.º 9.784/1999."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS

# Ministério Público da União

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

### PROCURADORIA-GERAL

### CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

#### ATA DA 255ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos quinze dias de dezembro de dois mil e dezessete às quatorze horas, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Ducentésima Quinquagésima Quinta (255a) Sessão Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho Eliane Araque dos Santos e os Subprocuradores-Gerais do Trabalho Andréa Isa Rípoli e André Luís Spies. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) ASSUNTOS GERAIS: A Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT, Subprocuradora-Geral do Trabalho Eliane Araque dos Santos, parabenizou os colegas pelo trabalho desenvolvido no decorrer do ano de 2017. Expressou também seus agradecimentos ao colega, o Subprocurador-Geral do Trabalho André Luís Spies, pelo trabalho desempenhado com zelo e competência enquanto membro da CCR. Declarou ainda sua satisfação na permanência da Subprocuradora-Geral do Trabalho Andréa Isa Rípoli na Câmara de Coordenação e Revisão do MPT. A Dra Andrea Isa Rípoli se associou quanto às homenagens prestadas ao Dr. André Luís Spies e exprimiu sua alegria em permanecer como Membro da CCR. Por fim, o Subprocurador-Geral do Trabalho André Luís Spies agradeceu as homenagens prestadas.

2) EDIÇÃO DE ENUNCIADO

Processo CNS-000006.2017.30.000/2 - Assunto: - Interessados: CONSULENTE: CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, aprovar o Enunciado nº 22/CCR com o seguinte teor: "INDEFERIMENTO OU ARQUIVAMENTO LIMINAR DAS NOTÍCIAS DE FATO. REMESSA AO ÓRGÃO REVISIONAL. INTELIGÊNCIA DAS RESOLUÇÕES NºS 69/2007 DO CSMPT E 174/2017 DO CNMP. IDENTIFICAÇÃO DAS LESÕES OU AMEAÇAS DE LESÕES AOS INTERESSES E DIREITOS TUTELÁVEIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. PROPOSIÇÃO DE UMA ATUAÇÃO ESTRATÉGICA ALINHADA COM AS METAS INSTITUCIONAIS. HARMONIA DOS PRINCÍPIOS DA UNIDADE E DA INDEPENDENCIA FUNCIONAL. 1. O membro, ao utilizar o permissivo do indeferimento ou arquivamento liminar de Notícia de Fato, observada a independência funcional, deve verificar a pertinência das metas institucionais ao caso concreto, preservando-se, assim, a unidade institucional, visando um contemporâneo Ministério Público do Trabalho pró ativo e resolutivo; 2. As metas institucionais do Ministério Público do Trabalho são identificadas no planejamento estratégico nacional e nas agendas estratégicas locais, bem como nas orientações, projetos, resultados dos grupos de trabalho e conclusões dos grupos de estudos das Coordenadorias Nacionais Temáticas, e, ainda, nos enunciados e na jurisprudência da Câmara de Coordenação e Revisão; 3. A reforma trabalhista compõe elemento novo, que pode ensejar violações a direitos sociais fundamentais dos trabalhadores. A interpretação e o controle de constitucionalidade ou convencionalidade das novidades introduzidas pela lei 13.467/2017 devem ser também objeto da atividade de coordenação, integração e revisão da CCR, tratando-se de matéria com relevância estratégica no atual cenário jurídico; 4. As Notícias de Fato indeferidas ou arquivadas com fundamento na aplicação e interpretação de dispositivos das leis 13.429/17 e 13.467/17 e nos atos normativos subsequentes, bem como as relativas às metas mencionadas no item 2, não traduzem evidência da inexistência de lesão aos interesses tuteláveis pelo MPT, motivo pelo qual devem ser encaminhadas à Câmara de Coordenação e Revisão para exercício do seu papel uniformizador da atividade finalística.", nos termos do voto da Relatora.

3) CONSULTAS

Processo NF-000374.2017.04.002/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: BRUNA IENSEN DESCONZI, SUSCITADO: ROBERTO PORTELA MILDNER - Relator: Dr. André Luís Spies. Após o Relator consignar seu voto atribuindo a competência em desfavor da PTM de Santa Maria, foi suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-001518.2012.04.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MADEF S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, respondê-la no sentido de esclarecer que o Consulente conta com margem de discricionariedade para não executar multa prevista em TAC, nos moldes do art. 11, parágrafo único, da Resolução 179/2017 e do Enunciado 11 da CCR, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001676.2013.19.000/1 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: 1ª VT DE UNIÃO DOS PALMARES, INQUIRIDO: CIA. AGROINDUSTRIAL JACANA ( USINA BITITINGA S/A) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer da consulta para determinar o envio dos presentes autos ao Exmo. Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Curado Fleury, para atendimento, junto à GSI, das solicitações elencadas no Ofício n° 68997.2017 (Doc n° 069000.2017), nos termos do voto do(a) relator(a).

4) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo IC-000212.2009.14.002/4 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o conflito negativo de atribuição instaurado, visto que desatendidos os pressupostos específicos do art. 3°, §1°, da Resolução n.69/2007 do CSMPT, devolvendo-se os autos ao suscitante, a quem cabe declinar da atribuição quando a instrução concluir se tratar de dano não abrangido pela área territorial de sua unidade, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002506.2016.10.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: LOJAS RENNER S/A, NOTICIANTE: PRT 4ª REGIÃO - PTM CAXIAS DO SUL/RS - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento deste feito NF 2506.2016.10.000/0-34, de modo que a Dra Enéria Thomazini, de posse formal dos autos, possa esclarecer a esta Câmara se recebeu o ofício da 10ª Região, e, principalmente, qual sua posição quanto às motivações da Regional do DF, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-007656.2017.02.000/2 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CLAUDIA REGINA LOVATO FRANCO, NOTICIADO: DANIELLE LEITE DE P. COSTA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho CLAUDIA REGINA LOVATO FRANCO (42° OFÍCIO GERAL DA PRT DA 2ª REGIÃO) , nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000042.2017.03.002/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: SILVANA DA SILVA, SUSCITADO: ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA PEREIRA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM JUIZ DE FORA-MG, NOTICIADO: VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A. - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Silvana da Silva (PTM de Juiz de Fora), onde deve ser investigado o tema 1.1.12, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000271.2017.03.009/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CARLOS ALBERTO COSTA PEIXOTO, NOTICIADO: AURÉLIO AGOSTINHO VERDADE VIEITO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Carlos Alberto Costa Peixoto (PTM de Pouso Alegre/MG), ora suscitante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000704.2017.05.006/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: - Relator: Dr. André Luís Spies. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, determinar a reautuação como declínio de atribuição e a distribuição a uma das Subcâmaras, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000575.2017.09.003/7 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Marcelo Adriano da Silva (1° Ofício da PTM de Londrina), ora suscitado, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001702.2017.10.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do conflito negativo de atribuições, razão pela qual a investigação deverá ser conduzida pelo Membro ora suscitante Dr. Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto, titular do 19° Ofício da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000293.2017.12.003/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: KEILOR HEVERTON MIGNONI , SUSCITANTE: FLAVIA OLIVEIRA VEIGA BAULER - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o conflito negativo de atribuições, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000344.2017.12.003/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: MARCO AURÉLIO ESTRAIOTTO ALVES, SUSCITADO: PIERO ROSA MENEGAZZI - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Re-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

visão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Marco Aurélio Estraiotto Alves (responsável pelo 24° Ofício Geral da PRT/15ª Região, atuação em regime de substituição), ora suscitado, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001346.2017.22.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: RICARDO ARAUJO COZER, SUSCITADO: JOSÉ HERALDO DE SOUSA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho EDNO CARVALHO MOURA (PRT DA 22ª REGIÃO), ora suscitado, nos termos do voto do(a) relator(a).

5) ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Processo IC-000056.2011.05.006/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: CEREST CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO À SAUDE DO TRABALHADOR FEIRA DE SANTANA(BA), INQUIRIDO: MA. ALMEIDA ENGENHARIA LTDA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, por unanimidade, homologar o Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo PP-000185.2012.12.001/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: LUIZ FERNANDO PEREIRA, NOTICIANTE: MPT-PRT12-JOINVILLE, INVESTIGADO: PEDRO JOSÉ DE SOUZA PEREIRA, INVESTIGADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO MATERIAL PLÁSTICO DE JOINVILLE - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer a proposta retificadora do Termo de Ajuste de conduta n° 2199/2012, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da Câmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às quinze horas e trinta minutos.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Membro

ANDRÉ LUÍS SPIES
Membro

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

## COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA

### MAPA DEMONSTRATIVO DE MOVIMENTO DE PROCESSOS

I - PRODUTIVIDADE DEZEMBRO 2017

| SUBPROCURADOR-GERAL | SALDO ANTERIOR | DISTRIBUÍDO NO MÊS | TOTAL | RESTITUÍDO A CDJ | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| LUIZ DA SILVA FLORES | 0 | 88 | 88 | 88 | 0 |
| JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO (Férias 4 a 13/12) | 30 | 11 | 41 | 40 | 1 |
| JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO Conselheiro do CSMPT - (Licença Médica 27/11 a 1/12) | 0 | 50 | 50 | 50 | 0 |
| HELOÍSA MARIA MORAES REGO PIRES | 0 | 76 | 76 | 76 | 0 |
| RONALDO TOLENTINO DA SILVA | 0 | 88 | 88 | 88 | 0 |
| LUCINEA ALVES OCAMPOS | 19 | 88 | 107 | 107 | 0 |
| DAN CARAÍ DA COSTA E PAES (Licença Médica 14 e 15/12) | 0 | 87 | 87 | 87 | 0 |
| IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS Conselheira do CSMPT - (Lic. Médica 22/11 a 19/12) | 3 | 0 | 3 | 3 | 0 |
| JOSE NETO DA SILVA | 0 | 87 | 87 | 87 | 0 |
| ROGERIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO Ouvidor do MPT | 21 | 44 | 65 | 50 | 15 |
| LUIS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO | 37 | 88 | 125 | 119 | 6 |
| GUSTAVO ERNANI CAVALCANTI DANTAS Conselheiro do CSMPT (Férias 11 a 20/12) | 5 | 63 | 68 | 68 | 0 |
| EVANY DE OLIVEIRA SELVA (Férias 4 a 13/12) | 0 | 8 | 8 | 8 | 0 |
| RONALDO CURADO FLEURY Procurador-Geral / Conselheiro do CSMPT | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ANTONIO LUIZ TEIXEIRA MENDES (Férias 11 a 20/12) | 0 | 62 | 62 | 62 | 0 |
| LUIZ EDUARDO GUIMARÃES BOJART Vice Procurador-Geral | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PAULO BORGES DA FONSECA SEGER | 0 | 87 | 87 | 87 | 0 |
| OKSANA MARIA DZIURA BOLDO | 0 | 87 | 87 | 87 | 0 |
| ALUISIO ALDO DA SILVA JUNIOR | 159 | 85 | 244 | 240 | 4 |
| SANDRA LIA SIMÓN Conselheira do CSMPT / Port. 53 DOU 2 de 04/02 / | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| JÚNIA SOARES NADER | 2 | 85 | 87 | 87 | 0 |
| MAURÍCIO CORREIA DE MELLO Corregedor-Geral | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| FÁBIO LEAL CARDODO | 57 | 86 | 143 | 133 | 10 |
| ALVACIR CORRÊA DOS SANTOS (Férias 11 a 20/12) | 0 | 63 | 63 | 63 | 0 |
| TOTAL | 333 | 1333 | 1666 | 1630 | 36 |

Última distribuição em 11/12/2017 com 349 processos.

II - TRÂNSITO DE PROCESSOS COM O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

| RECEBIDOS NO MÊS | RESTITUÍDOS NO MÊS | DIFERENÇA ENTRE ENTRADA E SAÍDA |
|---|---|---|
| 686 | 1630 | 944 |

III - PROCESSOS NA PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO EM 30/12/2017

| COM A COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA | | COM OS SUBPROCURADORES-GERAIS | TOTAL |
|---|---|---|---|
| PARA DISTRIBUIÇÃO | PARA RESTITUIÇÃO AO TST | PARA EMISSÃO DE PARECER | |
| 978 | - | 36 | 1014 |

IV - ATUAÇÃO EFETIVA NAS SESSÕES DO TST

| SUBPROCURADOR-GERAL | ÓRGÃO ESPECIAL | TRIBUNAL PLENO | SEDI I | SEDI II | SEDC | TURMA | CSJT | AUDIÊNCIAS DE DC / NUPEC |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| LUIZ DA SILVA FLORES | | | | | | | | 6 |
| JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO | | | | | | | | |
| JEFERSON LUIZ PEREIRA FILHO | | | | | | 1 | | |
| OTAVIO BRITO LOPES | | | | | | | | |
| MARIA APARECIDA GUGEL | | | 1 | | | | | |
| RONALDO TOLENTINO DA SILVA | | | | | | 1 | | |
| LUCINEA ALVES OCAMPOS | | | 1 | | | | | |
| DAN CARAÍ DA COSTA E PAES | 1 | | | | | 1 | | |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS | | | | | | | | |
| VERA REGINA DELLA POZZA REIS | | | | | | 1 | | |
| JOSE NETO DA SILVA | | | | | | 1 | | |
| ROGÉRIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO | | | | | | 1 | | |
| LUIS ANTONIO CAMARGO DE MELO | | | | | | 1 | | |
| GUSTAVO ERNANI CAVALCANTI DANTAS | | | | | | | | |
| EVANY DE OLIVEIRA SELVA | | | | | | | | |
| RONALDO CURADO FLEURY | 1 | 2 | | | | | | |
| ANTONIO LUIZ TEIXEIRA MENDES | | | | | | 1 | | |
| LUIZ EDUARDO GUIMARÃES BOJART | 1 | | | | | 1 | | |
| CRISTINA APARECIDA RIBEIRO BRASILIANO | | | | 1 | | | | |
| ELIANE ARAQUE DOS SANTOS | | | | | | | | |
| PAULO BORGES DA FONSECA SEGER | | | | | | 1 | | |
| OKSANA MARIA DZIURA BOLDO | | | | | | 1 | | |
| ALUISIO ALDO DA SILVA JUNIOR | | | | | | 1 | | |
| SANDRA LIA SIMÓN | | | | | | 1 | | |
| JÚNIA SOARES NADER | | | | | | 1 | | |
| ANDRÉA ISA RÍPOLI | | | | | | | | |
| ENÉAS BAZZO TORRES | | | | | | 1 | | |
| MANOEL JORGE E SILVA NETO | | | | | | | | |
| CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE | | | | | | | | |
| ANDRÉ LUÍS SPIES | | | | | | | | |
| EDELAMARE BARBOSA MELO | | | | 1 | | | | |
| FÁBIO LEAL CARDOSO | | | | | 1 | 1 | | |
| SORAYA TABET SOUTO MAIOR | | | | | | 2 | | |
| ALVACIR CORREA DOS SANTOS | | | | | | | | |
| TOTAL | 3 | 2 | 2 | 2 | 1 | 18 | 0 | 6 |

Brasília, 25 de janeiro de 2017
RONALDO CURADO FLEURY
PROCURADOR-GERAL

**ESTATÍSTICA - DEZEMBRO/2017**

| MEMBROS INTEGRANTES DA COORDENADORIA DE RECURSOS JUDICIAIS | SALDO ANTERIOR (novembro/17) | DISTRIB. NO MÊS | PRODUTIVIDADE DOS GABINETES DA CRJ | | | | EM PODER em 31/12/2017 | Peças protocolizadas no TST (extra) | Memoriais / resenhas ao TST | Conclusos ao membro da CRJ, sem intimação judicial) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | CIÊNCIA (protocolizada nos autos) | NOTA TECNICA | AÇÃO | DEFESA | | | | |
| ENEAS BAZZO TORRES / Subprocurador-Geral do Trabalho/ substituto: 7 a 16/12/2017 (Portaria n. 2.119, de 5/12/2017 - DOU II 6/12/2017) | 08 | 48 | 20 | 02 | 04 | 04 | 26 | 01[1] | 04 | 01[3] |
| CRISTINA APARECIDA RIBEIRO BRASILIANO / Subprocuradora-Geral do Trabalho | 12 | 25 | 20 | 06 | 00 | 04 | 07 | 00 | 01 | 00 |
| CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE / Subprocuradora-Geral do Trabalho/ COORDENADORA | 03 | 15 | 12 | 02 | 00 | 04 | 00 | 00 | 02 | 00 |
| EDELAMARE BARBOSA MELO / Subprocuradora-Geral do Trabalho | 02 | 23 | 00 | 18 | 02 | 01 | 04 | 00 | 00 | 00 |
| OTAVIO BRITO LOPES / Subprocurador-Geral do Trabalho/ férias: férias: 7 a 16/12/2017 (Portaria n. 2.119, de 5/12/2017 - DOU II 6/12/2017) | 11 | 22 | 16 | 03 | 03 | 05 | 06 | 01[2] | 00 | 01[4] |
| MANOEL JORGE E SILVA NETO / Subprocurador-Geral do Trabalho | 10 | 24 | 12 | 02 | 04 | 05 | 11 | 02[5] | 00 | 00 |
| MARIA APARECIDA GUGEL / Subprocuradora-Geral do Trabalho / COORDENADORA SUBSTITUTA | 00 | 24 | 13 | 03 | 02 | 03 | 03 | 00 | 00 | 00 |
| SORAYA TABET SOUTO MAIOR / Subprocuradora-Geral do Trabalho em exercício | 00 | 24 | 16 | 07 | 00 | 01 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| VERA REGINA DELLA POZZA REIS / Subprocuradora-Geral do Trabalho | 33 | 33 | 40 | 03 | 04 | 05 | 14 | 00 | 00 | 00 |
| TOTAL | 79 | 238 | 149 | 46 | 19 | 32 | 71 | 04 | 07 | 02 |

[1] ARR n. 254400-33.2004.5.02.0042 - impugnação aos E-SDI 1/[2] RR n. 1588-81.2013.5.08.0117 - impugnação aos E-SDI 1
[3] RR 1367-05.2015.5.17.0012: solicitação de providências por membro da PGT/ [4] AIRR 733-08.2016.5.12.0046 (PGEA n. 91.2017.12.901/6): acordo realizado, na PRT da 12ª Região, entre a Premier Incorporadora Ltda e Ágil Imóveis Ltda e MPT - baixa dos autos à origem
[5] ED-ED-AG-AIRR 23900-05.2005.5.10.011 - manifestação e ARR 2878-61.2010.5.12.0009: requerimento de homologação de acordo (BRF - BRASIL FOODS S.A)

| PROCESSOS COM OS MEMBROS INTEGRANTES DA CRJ PARA APRECIAÇÃO (com intimação judicial) | COM A SECRETARIA DA CRJ | SALDO EXISTENTE EM 31/12/2017 |
|---|---|---|
| | AG. ENCAMINHAMENTO MEMBRO DA CRJ EM 31/12/2017 | |
| 71 | 31 | 102 |

Brasília, 16 de janeiro de 2018
MARIA APARECIDA GUGEL
Coordenadora
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## Defensoria Pública da União

### GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

**PORTARIA Nº 30, DE 24 DE JANEIRO DE 2018 (*)**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I e XIII da Lei Complementar nº 80, e tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal que compõem o Relatório de Gestão Fiscal da Defensoria Pública da União referente ao terceiro quadrimestre de 2017, conforme os Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ
Defensor Público-Geral Federal
CPF: 582.168.393-91

LAILSON FERREIRA DA SILVA LOURENÇO
Secretário-Geral Executivo
Substituto
CPF: 001.671.221-85

ELZANO ANTONIO BRAUN
Secretário-Geral de Controle Interno e Auditoria
CPF: 933.351.059-15

ANEXO I

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 297.782.209,90 | 18.563.228,10 | 316.345.438,00 |
| Pessoal Ativo | 281.152.866,80 | 17.978.434,78 | 299.131.301,58 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 16.629.343,10 | 584.793,32 | 17.214.136,42 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 15.544.023,56 | 334.923,75 | 15.878.947,31 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 1.695.947,31 | - | 1.695.947,31 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 13.848.076,25 | 334.923,75 | 14.183.000,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 282.238.186,34 | 18.228.304,35 | 300.466.490,69 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | | | 300.466.490,69 |

FONTE: Tesouro Gerencial 2018, DPU, 17/jan/2017.

ANEXO II

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMOSNTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

| GRUPO IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b+c+d+e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | |
| | | | RPP de Exercícios Anteriores (b) | RPP do Exercício (c) | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 19.120.855,08 | - | - | 19.894,73 | 624.958,14 | 18.476.002,21 | 1.942.895,39 | - |
| Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS) | 56 - Contribuição Plano de seguridade Social Servidor | 60.740,36 | - | - | - | - | 60.740,36 | 192.336,65 | - |
| | 69 - Contribuição Patronal p/ Plano de segur. Social Serv. | 701.766,26 | - | - | - | - | 701.766,26 | 142.587,10 | |
| Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras | 88 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 1.476.891,52 | - | - | - | - | 1.476.891,52 | 1.476.891,52 | - |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 50 - Recursos não-Financeiros Diretamente Arrecadados | 13.654.587,22 | - | - | - | - | 13.654.587,22 | - | - |
| | 57 - Receitas de Honorários de Advogados | 2.601.911,58 | - | - | 19.894,73 | - | 2.582.016,85 | 131.080,12 | |
| Outros Recursos Vinculados | 90 - Recursos Diversos | 624.958,14 | - | - | - | 624.958,14 | - | - | - |
| TOTAL RECURSOS NÃO-VINCULADOS (II) | | 77.722.623,19 | - | 37.138,51 | 8.155.276,36 | 285,00 | 69.529.923,32 | 48.398.798,38 | - |
| Recursos Ordinários | 00 - Recursos Ordinários | 77.722.623,19 | - | 37.138,51 | 8.155.276,36 | 285,00 | 69.529.923,32 | 48.398.798,38 | - |
| TOTAL (III) = (I + II) | | 96.843.478,27 | - | 37.138,51 | 8.175.171,09 | 625.243,14 | 88.005.925,53 | 50.341.693,77 | - |

FONTE: Sistemas Siafi e Tesouro Gerencial 2018, Data de emissão 19/jan/2018, e hora de emissão 16:00.

ANEXO III

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017
RGF - Anexo VI (LRF, art. 48)

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente líquida | - |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 300.466.490,69 | - |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 50.341.693,77 | 88.005.925,53 |

FONTE: Tesouro Gerencial 2018, DPU, 19/jan/2018, 16:00.

Republicada por ter saído no DOU de 29.01.2018, Seção 1, página 123, com incorreção no original.

# Poder Judiciário

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 3, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
CONSIDERANDO o inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:
Art. 1º Tornar público, nos termos do anexo a esta Portaria:
I - O Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2017; e
II - O Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

ANEXO I

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 63.747.021,49 | 3.590.863,59 |
| Pessoal Ativo | 63.747.021,49 | 3.590.863,59 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | | |
| Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 63.747.021,49 | 3.590.863,59 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 727.254.324.000,00 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (V) = (III a + III b) | 67.337.885,08 | 0,009259% |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 123.633.235,08 | 0,017000% |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 117.451.573,33 | 0,016150% |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 111.269.911,57 | 0,015300% |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável: Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças; Data da emissão: 22/01/2018 e hora de emissão 12h.
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Nota 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota: 2 - O limite máximo da despesa com pessoal é estabelecido pelo art. 20, inciso I, alínea "b" da Lei Complementar nº101 para o Poder Judiciário Federal. A Resolução CNJ nº 177/2013 distribui o valor máximo de 6% entre os órgãos integrantes do Poder Judiciário Federal. Ao CNJ coube o limite máximo de 0,017000%, o limite prudencial de 0,016150% e o limite de alerta de 0,015300%.

ANEXO II

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA[1] | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras[2] | | | |
| | (a) | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | (d) | (e) | (f) = (a (b + c + d + e)) | | (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 85.539,00 | - | - | - | - | 85.539,00 | - | - |
| 0156 Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor | 60.598,00 | - | - | - | - | 60.598,00 | - | - |
| 0169 Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor | 24.941,00 | - | - | - | - | 24.941,00 | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 87.368.269,64 | 13.504,98 | 49.986,09 | 2.712.181,97 | 44.828,25 | 84.547.795,35 | 14.798.549,91 | - |
| 0100 Recursos Ordinários | 86.364.256,41 | 13.504,98 | 49.986,09 | 2.712.181,97 | - | 83.588.583,37 | 14.798.124,51 | - |
| 0150 Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados | 958.786,58 | - | - | - | - | 958.786,58 | - | - |
| 0127- Custas e Emolumentos Poder Judiciário | 425,40 | - | - | - | - | 425,40 | 425,40 | - |
| 0190 Outras Contas Bancárias - Caução | 44.828,25 | - | - | - | 44.828,25 | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I+II) | 87.453.835,64 | 13.504,98 | 49.986,09 | 2.712.181,97 | 44.828,25 | 84.633.334,35 | 14.798.549,91 | - |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ' | - | - | - | - | - | - | - | - |

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável: Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças; Data da emissão: 22/01/2018 e hora de emissão 12h.

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2: As Demais Obrigações Financeiras referem-se ao somatório de recebimentos de caução em dinheiro.

ANEXO III

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

LRF, art. 48 - ANEXO 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 727.254.324.000,00- |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 67.337.885,08 | 0,009259% |
| Limite Máximo (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) <0,017000%> | 123.633.235,08 | 0,017000% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) <0,016150%> | 117.451.573,33 | 0,016150% |
| Limite Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)-<0,015300%> | 111.269.911,57 | 0,015300% |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida | - | - |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | - | - |

| GARANTIA DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias Concedidas | - | - |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | - | - |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas | - | - |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | - | - |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | - | - |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | - | - |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 14.798.549,91 | 84.633.334,35 |

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável: Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças; Data da emissão: 22/01/2018 e hora de emissão 12h.

ANEXO IV

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

| | | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | | 67.337.885,08 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | - | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | | 67.337.885,08 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | | 727.254.324.000,00 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | | 0,009259% | |
| | | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | | | |
| | Resol CNJ 5/2005 | | Ato decorrente: | | 0,006000% | 43.635.259,44 |
| | Resol CNJ 26/2006 | | Ato decorrente: | | 0,006000% | 43.635.259,44 |
| | Resol CNJ 177/2013 | | Ato decorrente: | | 0,017000% | 123.633.235,08 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 | | | | | -- |

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças, Data da emissão 22/01/2018 e hora de emissão 12h.

Nota 1 - O CNJ não possui ato decorrente das Resoluções CNJ 5/2005, 26/2006 e 177/2013.

JULHIANA MIRANDA MELLOH ALMEIDA
Diretora-Geral

SALATIEL GOMES DOS SANTOS
Secretário de Controle Interno

WERNNE PEREIRA E SILVA
Secretário de Orçamento e Finanças

**PORTARIA Nº 4, DE 29 DE JANEIRO DE 2018**

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no art. 55 da Lei n. 13.473, de 8 de agosto de 2017, e na Lei n. 13.587, de 2 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Tornar público o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Conselho Nacional de Justiça, constante do Anexo a esta Portaria.

§ 1º Os créditos adicionais que vierem a ser abertos terão seus valores incorporados ao referido Anexo, em proporção ao número de meses que faltar para o encerramento do corrente exercício financeiro.

§ 2º Havendo necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, ou de restabelecimento desses limites, consoante disposto no art. 9º da Lei Complementar n. 101/2000 e no art. 56 da Lei n. 13.473/2017, o desembolso mensal será ajustado, proporcionalmente, à limitação ou ao restabelecimento promovido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

ANEXO

Cronograma Anual de Desembolso Mensal

R$ 1

| Mês | Outros Custeios e Capital | | Pessoal e Encargos Sociais | |
|---|---|---|---|---|
| | Mensal | Acumulado | Mensal | Acumulado |
| Janeiro* | 33.006.902 | 33.006.902 | 5.857.000 | 5.857.000 |
| Fevereiro | - | 33.006.902 | 5.857.000 | 11.714.000 |
| Março | 4.600.000 | 37.606.902 | 5.857.000 | 17.571.000 |
| Abril | 12.539.000 | 50.145.902 | 5.857.000 | 23.428.000 |
| Maio | 12.539.000 | 62.684.902 | 5.857.000 | 29.285.000 |
| Junho | 12.539.000 | 75.223.902 | 5.857.000 | 35.142.000 |
| Julho | 12.539.000 | 87.762.902 | 5.857.000 | 40.999.000 |
| Agosto | 12.539.000 | 100.301.902 | 5.857.000 | 46.856.000 |
| Setembro | 12.539.000 | 112.840.902 | 5.857.000 | 52.713.000 |
| Outubro | 12.539.000 | 125.379.902 | 5.857.000 | 58.570.000 |
| Novembro | 12.539.000 | 137.918.902 | 5.857.000 | 64.427.000 |
| Dezembro | 12.560.365 | 150.479.267 | 5.863.734 | 70.290.734 |

* Incluído os valores já liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 23, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da Presidência, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário de 29 de março, resolve:

Art. 1º Publica, na forma dos anexos I e V, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2017, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Publica o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal relativo ao 3º quadrimestre de 2017, em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, conforme anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.042.906.098,99 | 7.487.982,37 | 1.050.394.081,36 |
| Pessoal Ativo | 696.915.184,49 | 5.903.687,77 | 702.818.872,26 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 345.990.914,50 | 1.584.294,60 | 347.575.209,10 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 290.617.395,49 | 1.618.161,68 | 292.235.557,17 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 577.974,61 | 0,00 | 577.974,61 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 2.648.420,88 | 1.618.161,68 | 4.266.582,56 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 287.391.000,00 | 0,00 | 287.391.000,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 752.288.703,50 | 5.869.820,69 | 758.158.524,19 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | |
|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 727.254.323.971,32 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | 0,103442% | 0,000807% | 0,104249% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 0,223809% | | 1.627.660.629,94 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 0,212619% | | 1.546.277.598,44 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 0,201428% | | 1.464.894.566,94 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL e SIAFI OPERACIONAL - Secretaria de Orçamento e Finanças - 15/jan/2018 - 16 hs e 50 min.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RCL de 2017 - Publicado no DOU de 19/01/2018, Seção I, páginas 25 e 26.

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES
Diretora-Geral

FABIANA BITTES VEYL
Secretária de Orçamento e Finanças

GEOVANI FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Auditoria Interna

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | | INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 127000000 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 8.619.972,88 | 200.896,66 | 489.410,79 | 29.667,28 | 0,00 | 7.899.998,15 | 5.008.958,97 | 0,00 |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 150000000 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados | 247.334,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 247.334,93 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 150111010 - Receita Arrecadadas Diretamente - STJ | 5.933.359,62 | 0,00 | 8.505,00 | 0,00 | 0,00 | 5.924.854,62 | 28.487,55 | 0,00 |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 175111010 - STJ-Ressarc Desp Porte Remessa/Retorno Autos | 3.846.883,26 | 0,00 | 0,00 | 3.215.602,25 | 0,00 | 631.281,01 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 375111010 - STJ-Ressarc Desp Porte Remessa/Retorno Autos | 2.096.917,33 | 0,00 | 0,00 | 1.053.099,58 | 0,00 | 1.043.817,75 | 803.944,57 | 0,00 |
| Outros Recursos Vinculados | 190000000 - Recursos Diversos | 98.286,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 98.286,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 20.842.754,04 | 200.896,66 | 497.915,79 | 4.298.369,11 | 98.286,02 | 15.747.286,46 | 5.841.391,09 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 100000000 - Recursos Ordinários | 87.412.516,47 | 2.943.636,16 | 1.420.491,65 | 14.073.505,75 | 0,00 | 68.974.882,91 | 37.221.170,90 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | 87.412.516,47 | 2.943.636,16 | 1.420.491,65 | 14.073.505,75 | 0,00 | 68.974.882,91 | 37.221.170,90 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | | 108.255.270,51 | 3.144.532,82 | 1.918.407,44 | 18.371.874,86 | 98.286,02 | 84.722.169,37 | 43.062.561,99 | 0,00 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: <TESOURO GERENCIAL e SIAFI OPERACIONAL> <Secretaria de Orçamento e Finanças> <15/jan/2018> <16hs 50> min.

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Observação: Os valores gerados nas Disponibilidades e Restos a Pagar compreendem as Unidades Gestoras 050001 - STJ e 050002 - ENFAM.

Na linha da fonte 375111010 de R$ 2.096.917,33 da Disponibilidade de Caixa Bruta consta o valor de R$ 1.079.799,61 da conta 822240101 "Restos a Pagar Autorizado - Inscrição" (Valores líquidos, incluídos em Disponibilidade Bruta)

A Conta 111100000 Caixa e Equivalentes no BALANCETE apresenta valor consolidado de R$ 107.175.470,90. O que difere esta Conta e a Disponibilidade de Caixa Bruta (R$ 108.255.270,51) é exatamente o valor de R$ 1.079.799,61 a ser recebido no exercício de 2018.

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES
Diretora-Geral

FABIANA BITTES VEYL
Secretária de Orçamento e Finanças

GEOVANI FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Auditoria Interna

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

*R$ 1,00*

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.042.906.098,99 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 290.617.395,49 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 752.288.703,50 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 727.254.323.971,32 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,103442% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,224450% | 1.632.322.330,15 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Resolução CNJ 5/2005 | 0,224276% | 1.631.056.907,63 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | Resolução CNJ 26/2006 | 0,224226% | 1.630.693.280,47 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Resolução CNJ 177/2013 | 0,223809% | 1.627.660.629,94 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | | - |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho
4. RCL de 2017 - Publicado no DOU de 19/01/2018, Seção 1, páginas 25 e 26.

SULAMITA AVELINO CAROSO MARQUES
Diretora-Geral

FABIANA BITTES VEYL
Secretária de Orçamento e Finanças

GEOVANI FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Auditoria Interna

## TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

### ATO Nº 19, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso XXXIII, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, e o constante no Processo TST nº 502.115/2017-7, resolve:
Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de janeiro a dezembro de 2017, nos termos do art. 55, §2° da Lei Complementar n°101/2000.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 791.417.036,72 | 11.879,76 | 791.428.916,48 |
| Pessoal Ativo | 520.968.418,74 | 7.650,07 | 520.976.068,81 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 270.448.617,98 | 4.229,69 | 270.452.847,67 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 270.476.974,31 | 695,94 | 270.477.670,25 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 96.338,48 | 0,00 | 96.338,48 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 3.699,44 | 0,00 | 3.699,44 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 4.416.783,79 | 0,00 | 4.416.783,79 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 265.960.152,60 | 695,94 | 265.960.848,54 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 520.940.062,41 | 11.183,82 | 520.951.246,23 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | |
|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 727.254.324.000,00 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | 0,071631% | 0,000002% | 0,071633% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 0,181764% | | 1.321.886.549,48 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 0,172675% | | 1.255.786.403,97 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 0,163588% | | 1.189.700.803,55 |

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 8/janeiro/2018, às 15h05min
Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício,

por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
2) Os Limites Máximo e Prudencial foram estipulados conforme Ato Conjunto TST.CSJT nº 30, de 26 de agosto de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABLHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

*R$ 1,00*

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 791.428.916,48 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 270.477.670,25 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 520.951.246,23 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.324.000,00 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,071633% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO <%> | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,206935% | 1.504.943.735,37 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,206896% | 1.504.660.106,18 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,182102% | 1.324.344.669,09 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,181764% | 1.321.886.549,48 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT 12/2015 [1] | | | 0,181764% | 1.321.886.549,48 |

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 8/janeiro/2018, às 15h05min.

NOTA: [1] O Ato Conjunto TST.CSJT nº 12/2015 alterou somente os limites dos Tribunais Regionais do Trabalho. Os limites do TST permaneceram os mesmos estipulados no Ato Conjunto TST/CSJT nº 30/2013.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | | |
| Recursos Vinculados à Seguradora Social (exceto Previdência) | 151 - Contribuição Social sobre lucros das Pessoas Jurídicas | 8.677,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.677,92 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS) | 156 - Contribuição Plano de Seguridade Social Servidor | 6.175.552,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.572,73 | 6.150.979,96 | 695,94 | 0,00 |
| | 169 - Contribuição Patronal p/plano de seguridade soc.servidor | 15.464.335,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 740,87 | 15.463.594,82 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras | 144 - Títulos de Responsab.do Tesouro Nacional | 188.615,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 188.615,94 | 0,00 | 0,00 |
| | 188 - Remuneração das Disponib.do Tesouro Nacional | 43.902.209,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 37.605.550,21 | 6.296.659,16 | 0,00 | 0,00 |
| | 388 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional - Ex.Ant. | 50.157,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.157,24 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | | | | 0,00 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recursos Vinculados à Fundos, Órgãos e Programas | 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 28.418.199,42 | 5.152,70 | 0,00 | 264.250,00 | 78.768,27 | 28.070.028,45 | 146.628,00 | 0,00 |
| | 329 - Recursos de Concessões e Permissões | 582.912,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 582.912,97 | 0,00 | 0,00 |
| | 150 - Recursos Não-Financeiros Diret.Arrecadados | 13.623.726,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.623.726,22 | 0,00 | 0,00 |
| | 350 - Recursos Não-Financeiros Diret.Arrecadados | 1.411.829,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.411.829,14 | 0,00 | 0,00 |
| | 181 - Recursos de Convênios | 273.162.890,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 273.162.890,85 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos Vinculados | 190 - Recursos Diversos | 606.252,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 606.252,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 383.595.359,46 | 5.152,70 | 0,00 | 264.250,00 | 38.315.884,09 | 345.010.072,67 | 147.323,94 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 828.334.811,48 | 147.046,17 | 418.050,29 | 256.935,55 | 90.008.299,17 | 737.504.480,30 | 34.740.764,12 | 0,00 |
| | 300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | 2.696.222,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.696.222,10 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | 831.031.033,58 | 147.046,17 | 418.050,29 | 256.935,55 | 90.008.299,17 | 740.200.702,40 | 34.740.764,12 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I +II) | | 1.214.626.393,04 | 152.198,87 | 418.050,29 | 521.185,55 | 128.324.183,26 | 1.085.210.775,07 | 34.888.088,06 | 0,00 |

FONTE: SIAFI e Tesouro Gerencial - DICONT/SEA/TST, 18/jan/2017, às 17h30min.

Notas:
1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do acórdão n° 1.573/2006 - TCU -Plenário, estão incluídos , na "Disponibilidade de Caixa Bruta", os valores de: R$ 1.131.112.978,26, relativo ao "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento" do Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho e de R$ 83.513.414,78 da UG 080001. Não houve valor positivo líquido a receber para pagamento de RP ; e do total, em "Demais obrigações Financeiras", o valor de R$ 127.699.769,96 corresponde à conta 82214.01.01 - Restos a Pagar Recursos a Liberar Autorizado Inscrição

3) No saldo da coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" , na fonte de Recursos 100, está incluído o valor de R$ 165.474,43 referente à Fonte de Recursos 6100, da UG 080017.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

LRF, art. 48 - ANEXO VI — R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | | 727.254.324.000,00 |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 520.951.246,23 | 0,071631 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 1.321.886.549,48 | 0,181764 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 1.255.786.403,97 | 0,172675 |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) [1] |
|---|---|---|
| Valor Total | 34.888.088,06 | 1.085.210.775,07 |

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - DICONT/SEA/TST, em 08/jan/18, às 15h05min.

Nota: [1] A Disponibilidade de Caixa Líquida inclui o valor de R$1.003.413.208,30 referente ao Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho, em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário. Assim, a Disponibilidade de Caixa Líquida do Tribunal Superior do Trabalho (UG 080001) é de R$ 81.797.566,77.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Presidente do Tribunal

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral da Secretaria

VALMIR ALMEIDA NOBRE
Secretário de Controle Interno
Substituto

MARIA TEREZA DE ANDRADE LIMA ORLANDI
Secretária de Administração
Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 41, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e considerando o que consta no Processo nº TRF2-ADM-2017/00136, resolve:

APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2017, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, conforme previsto no art.55, § 2º, da referida lei.

ANDRÉ FONTES

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

*R$ 1,00*

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 1.459.655.908,06 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 220.102.615,49 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 1.239.553.292,57 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.324.000,00 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,170443% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,188508% | 1.370.932.581,09 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Proc. Adm. SIGED nº 2001160727\7 | 0,188324% | 1.369.594.433,13 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | Resol CF-RES-2012/00184\7 | 0,257251% | 1.870.869.021,03 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Resol CF-RES-2012/00250\7 | 0,256773% | 1.867.392.745,36 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | | - |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho
\4 Os percentuais utilizados referem-se ao limite legal estabelecido nos respectivos atos decorrentes; Fonte: Ofício CJF-OFI-2017/03084 de 30/08/2017;
\5 Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2017: Portaria N. 54, de 18 de janeiro de 2018.

ALFREDO ALVES BASTOS
Diretor da Secretaria de Controle Interno

MÁRCIO COSTA VIDAL
Diretor da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
Substituto

ANDRÉIA ÁLVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretora da Secretaria Geral
Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.439.854.757,69 | 19.801.150,37 | 1.459.655.908,06 |
| Pessoal Ativo | 1.178.346.512,02 | 14.895.968,27 | 1.193.242.480,29 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 261.508.245,67 | 4.905.182,10 | 266.413.427,77 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 215.765.495,79 | 4.337.119,70 | 220.102.615,49 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 193.952,35 | 0,00 | 193.952,35 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 1.958.407,25 | 0,00 | 1.958.407,25 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 313.136,19 | 4.337.119,70 | 4.650.255,89 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 213.300.000,00 | 0,00 | 213.300.000,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.224.089.261,90 | 15.464.030,67 | 1.239.553.292,57 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | 727.254.324.000,00 | | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | | 0,168317% | 0,002126% | 0,170443% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 0,256773% | 1.867.392.745,36 | | |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 0,243934% | 1.774.023.108,10 | | |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 0,231096% | 1.680.653.470,83 | | |

FONTE:
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
Limite máximo estabelecido pela Resolução CJF 0250/2013
Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2017 - Portaria nº 54, de 18 de Janeiro de 2018

ALFREDO ALVES BASTOS
Diretor da Secretaria de Controle Interno

MÁRCIO COSTA VIDAL
Diretor da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
Substituto

ANDRÉIA ÁLVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretora da Secretaria Geral
Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | |
| Recursos vinculados a Fundo, Órgãos e Programas | 127-Custa e emolumentos - Poder Judiciário | 596.705,57 | 0,00 | 0,00 | 444.576,77 | 0,00 | 152.128,80 | 152.128,80 | 0,00 |
| | 150-Recursos não-financeiros diretamente arrecadados | 1.321.216,24 | 0,00 | 0,00 | 566.140,04 | 0,00 | 755.076,20 | 108.829,20 | 0,00 |
| | 181-Recursos de convênios | 918.153,64 | 0,00 | 0,00 | 36.910,10 | 0,00 | 881.243,54 | 874.688,54 | 0,00 |
| Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras | 188-Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional[3] | 621.129,59 | 0,00 | 0,00 | 621.129,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos Vinculados | 190-Recursos diversos | 1.781.362,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.781.362,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 5.238.567,64 | 0,00 | 0,00 | 1.668.756,50 | 1.781.362,60 | 1.788.448,54 | 1.135.646,54 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 100-Recursos ordinários[2] | 61.442.077,34 | 0,00 | 120.855,92 | 26.428.670,48 | 19.567,85 | 54.872.983,09 | 54.877.819,37 | 0,00 |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | 61.442.077,34 | 0,00 | 120.855,92 | 26.428.670,48 | 19.567,85 | 54.872.983,09 | 54.877.819,37 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | | 66.680.644,98 | 0,00 | 120.855,92 | 28.097.426,98 | 1.800.930,45 | 56.661.431,63 | 56.013.465,91 | 0,00 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Tesouro Gerencial
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
Nota: [2]Fonte de Recursos 100 - Disponibilidade para RP a Receber : R$ 39.018.971,69. O valor registrado em "Disponibilidade Líquida (antes da inscrição de Restos a Pagar não Processados)" é menor que o valor dos "Restos a Pagar empenhados e não liquidados do Exercício" na Fonte 100. Essa diferença, de R$ 4.836,28, refere-se a valores registrados no Ativo da UG 090014 relativos a "IRRF a compensar" e "PSS a compensar" que, apesar de constituírem Ativo Financeiro, não fazem parte da regra de cálculo da Disponibilidade de Caixa Bruta, conforme Macrofunção 021301.
Nota: [3]Fonte de Recursos 188 - Disponibilidade para RP a Receber : R$ 621.129,59

ALFREDO ALVES BASTOS
Diretor da Secretaria de Controle Interno

MÁRCIO COSTA VIDAL
Diretor da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
Substituto

ANDRÉIA ÁLVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretora da Secretaria Geral
Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

### PORTARIA Nº 13, DE 24 DE JANEIRO DE 2018(*)

A DESEMBARGADORA REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos termos do artigo 19, incisos LV e LVII do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo 18, § 2º; artigo 54, caput e inciso III; artigo 55, inciso I, alínea "a" e § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao terceiro quadrimestre de 2017 e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b")

| GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f)=(a-(b+c+d+e)) | | |
| Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência) | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS) | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | | - | - | - | - | - | - | - | |
| Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | | 117.196,24 | 22.940,13 | 4.520,63 | - | - | 89.735,48 | 88.000,48 | - |
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | | 115.461,24 | 22.940,13 | 4.520,63 | - | - | 88.000,48 | 88.000,48 | - |
| 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | | 1.735,00 | - | - | - | - | 1.735,00 | - | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros recursos vinculados | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 117.196,24 | 22.940,13 | 4.520,63 | - | - | 89.735,48 | 88.000,48 | - |
| Recursos Ordinários | | 6.715.264,81 | 70.824,91 | 30.772,07 | 273.102,72 | - | 6.340.565,11 | 6.340.565,11 | - |
| 0100 - Recursos Ordinários | | 6.715.264,81 | 70.824,91 | 30.772,07 | 273.102,72 | - | 6.340.565,11 | 6.340.565,11 | |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | 6.715.264,81 | 70.824,91 | 30.772,07 | 273.102,72 | - | 6.340.565,11 | 6.340.565,11 | - |
| TOTAL (III) = (I+II) | | 6.832.461,05 | 93.765,04 | 35.292,70 | 273.102,72 | - | 6.430.300,59 | 6.428.565,59 | - |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | - | - | - | - | - | - | - | - |

FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE/AC. Data da emissão 23/01/2018 e hora de emissão 10:38.

[1]A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 6.562.214,60.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 36.973.922,04 | - |
| Pessoal Ativo | 33.214.398,60 | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 3.759.523,44 | - |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 4.179.864,04 | - |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 734.972,60 | - |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 3.444.891,44 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 32.794.058,00 | - |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 727.254.323.971,32 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b) | 32.794.058,00 | 0,004509 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) | 61.365.719,86 | 0,008438 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 58.297.433,86 | 0,008016 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 55.229.147,87 | 0,007594 |

FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE/AC.
Data da emissão 23/01/2018 e hora de emissão 10:38.
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/1/2018
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

| LRF, art. 48 - Anexo 6 | R$ 1,00 |
|---|---|

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 727.254.323.971,32 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 32.794.058,00 | 0,004509 |
| Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 61.365.719,86 | 0,008438 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 58.297.433,86 | 0,008016 |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos | 6.428.565,59 | 6.430.300,59 |

FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE/AC.
Data da emissão 23/01/2018 e hora de emissão 10:38.
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL
EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017/TCU/PLENÁRIO ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

| R$ 1,00 |
|---|

| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 36.973.922,04 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 4.179.864,04 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 32.794.058,00 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.323.971,32 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / I/V)*100 | | | | 0,004509% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,008462% | 61.540.260,89 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005 | 0,008454% | 61.482.080,55 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | | | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,008438% | 61.365.719,86 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | | - |

| \1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça |
|---|
| \2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça |
| \3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho |

Desª REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI
Presidente do Tribunal

CARLOS VENÍCIUS FERREIRA RIBEIRO
Diretor-Geral

SANDRO ROBERTO DE OLIVEIRA BEZERRA
Coordenador de Controle Interno

JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS BERNARDINO
Coordenador de Orçamento e Finanças

(*)Republicada por ter saído no DOU nº 20, Seção 1, páginas 139 a 141, de 29 de janeiro de 2018, com incorreçãono original.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 36/2018 publicada no DOU de 29/01/2018, Seção 1, pág. 141, onde se lê: Portaria n° 36, de 26 de janeiro de 2018, leia-se: Portaria n° 37, de 26 de janeiro de 2018. E, ainda, onde se lê: Presidente do Tribunal em Exercício, leia-se: Desembargador Eleitoral no exercício da Presidência.

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

### PORTARIA Nº 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao terceiro quadrimestre de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 4.147/2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao terceiro quadrimestre de 2017, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANNIBAL DE REZENDE LIMA

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a") R$1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados[1] (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 95.310.420,08 | 371.081,71 |
| Pessoal Ativo | 82.096.914,93 | 368.380,71 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 13.213.505,15 | 2.701,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 12.146.121,96 | - |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 56.121,96 | - |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 12.090.000,00 | - |
| DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 83.164.298,12 | 371.081,71 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV) | 727.254.323.971,32 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a + III b) | 83.535.379,83 | 0,011486 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) | 131.298.495,65 | 0,018054 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 124.733.570,87 | 0,017151 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 118.168.646,08 | 0,016249 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL, COF/SAO/TRE-ES. Emitido em 22/jan/2018 às 14h e 30m.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/01/2018, publicada no D.O.U de 19 de janeiro de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

*R$ 1,00*

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 95.681.501,79 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 12.146.121,96 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 83.535.379,83 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.323.971,32 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,011486% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,018106% | 131.676.667,90 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005 | 0,018088% | 131.545.762,12 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | - | | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,018054% | 131.298.495,65 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | | - |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b") R$1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LíQUIDA (ANTES DA) INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f)=(a-(b+c+d+e)) | | |
| Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | | 486.555,08 | - | 758,62 | 8.321,15 | - | 477.475,31 | 477.475,31 | - |
| | 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 486.555,08 | - | 758,62 | 8.321,15 | - | 477.475,31 | 477.475,31 | - |
| | 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros recursos vinculados | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0190 - Recursos Diversos | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 486.555,08 | - | 758,62 | 8.321,15 | - | 477.475,31 | 477.475,31 | - |
| Recursos Ordinários | | 5.328.834,05 | - | 369.615,51 | 1.744.898,65 | - | 3.214.319,89 | 3.214.319,89 | - |
| | 0100 - Recursos Ordinários | 4.642.267,75 | - | 369.615,51 | 1.058.332,35 | - | 3.214.319,89 | 3.214.319,89 | - |
| | 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | 686.566,30 | - | - | 686.566,30 | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | 5.328.834,05 | - | 369.615,51 | 1.744.898,65 | - | 3.214.319,89 | 3.214.319,89 | - |
| TOTAL (III) = (I+II) | | 5.815.389,13 | - | 370.374,13 | 1.753.219,80 | - | 3.691.795,20 | 3.691.795,20 | - |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1] | | - | - | - | - | - | - | - | - |

FONTE: TESOURO GERENCIAL, COF/SAO/TRE-ES. Emitido em 22/jan/2018 às 14h e 30m.

[1] A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.

4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 5.124.501,81.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMOSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, Art. 48 – Anexo 6 R$1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 727.254.323.971,32 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal – DTP | 83.535.379,83 | 0,011486 |
| Limite Máximo (Inciso I, II e III, art. 20 da LRF) | 131.298.495,65 | 0,018054 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 124.733.570,87 | 0,017151 |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos | 3.691.795,20 | 3.691.795,20 |
| FONTE: TESOURO GERENCIAL, COF/SAO/TRE-ES. Emitido em 22/jan/2018 às 14h e 30m. | | |

##ASS MARCOS VENTUROTT FERREIRA
##CAR Secretário de Administração e Orçamento em Substituição

##ASS WELITON MARIANO NEVES
##CAR Coordenador de Controle Interno em Substituição

##ASS ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
##CAR Diretor Geral

##ASS ANNIBAL DE REZENDE LIMA
##CAR Presidente

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

### PORTARIA Nº 19, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

A DESEMBARGADORA TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e no parágrafo único do artigo 54 e parágrafo segundo do artigo 55 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal e o Demonstrativo da Despesa com Pessoal (item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário) desta Corte, relativo ao terceiro quadrimestre de 2017, constante dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 87.527.536,56 | - |
| Pessoal Ativo | 73.260.386,57 | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 14.267.149,99 | - |
| Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1° do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 11.598.570,27 | - |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 548.570,27 | - |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 11.050.000,00 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 75.928.966,29 | - |
| | | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 727.254.323.971,32 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 75.928.966,29 | 0,010440 |
| LIMITE MÁXIMO(VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 117.582.479,10 | 0,016168 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | |
|---|---|---|
| LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 111.703.355,14 | 0,015360 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 105.824.231,19 | 0,014551 |

Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, Data da emissão 22/jan/2018 e hora de emissão 17h e 14m.

NOTA 1: Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração em seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA 2: Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013.

NOTA 3: O valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/1/2018.

SÉRGIO ROBERTO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ADRIANA MORALES ALENCAR
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria
Em substituição

LETÂNIA FERRAZ DE BRITO COUTINHO
Diretora-Geral

Desa. TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES
Presidente do Tribunal

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO V (LRF, Art.55, inciso III, alínea "a" e "b") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) f) = (a-(b+c+d+e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | |
| 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0169 - Contribuição Patronal p/Plano de Seguridade Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 616.019,01 | - | - | - | - | 616.019,01 | 616.019,01 | - |
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 778.084,69 | - | - | - | - | 778.084,69 | 778.084,69 | - |
| 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | 59.437,18 | | | | 59.437,18 | - | - | - |
| TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I) | 1.453.540,88 | - | - | - | 59.437,18 | 1.394.103,70 | 1.394,103,70 | - |
| | | | | | | | | |
| 0100 - Recursos Ordinários | 5.518.097,71 | 575,39 | - | 161.630,19 | - | 5.355.892,13 | 5.355.892,13 | - |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 5.518.097,71 | 575,39 | - | 161,630,19 | - | 5.355.892,13 | 5.355.892,13 | - |
| TOTAL (III)= (I+II) | 6.971.638,59 | 575,39 | - | 161,630,19 | 59.437,18 | 6.749.995,83 | 6.749.995,83 | - |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | - | - | - | - | - | - | - | - |

Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, Data da emissão 22/jan/2018 e hora de emissão 17h e 14m.
NOTAS: 1)-A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial; 2)- O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União; 3) Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos; 4) Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limites de restos a pagar autorizado no montante de R$ 5.940.150,61.

SÉRGIO ROBERTO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ADRIANA MORALES ALENCAR
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria
Em substituição

LETÂNIA FERRAZ DE BRITO COUTINHO
Diretora-Geral

Desa. TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES
Presidente do Tribunal

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo VII — R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | | 727.254.323.971,32 |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 75.928.966,29 | 0,010440 |
| Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 117.582.479,10 | 0,016168 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 111.703.355,14 | 0,015360 |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISP.DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSC. EM RP NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor apurado nos Demonstrativos respectivos | 6.749.995,83 | 6.749.995,83 |

Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, Data da emissão 22/jan/2017 e hora de emissão 17h e 14m.

SÉRGIO ROBERTO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ADRIANA ALENCAR MORALES
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria
Em substituição

LETÂNIA FERRAZ DE BRITO COUTINHO
Diretora-Geral

Desa. TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES
Presidente do Tribunal

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO - ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
R$ 1,00

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 87.527.536,56 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 11.598.570,27 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 75.928.966,29 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.323.971,32 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,010440% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,016214% | 117.917.016,09 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005 | 0,016198% | 117.800.655,40 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | - | | - |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,016168% | 117.582.479,10 |
| Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | | - |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

SÉRGIO ROBERTO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ADRIANA ALENCAR MORALES
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria
Em substituição

LETÂNIA FERRAZ DE BRITO COUTINHO
Diretora-Geral

Desa. TÂNIA GARCIA DE FREITAS BORGES
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

### PORTARIA Nº 17.575, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

A Desembargadora Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54, e §2 do art.55 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Republicar, em virtude de erro formal, os Anexos II e IV da Portaria n° 17.560 de 22/01/2018, publicada no Diário Oficial da União em 26/01/2018, Seção 1, Páginas 94-96, referentes ao Relatório de Gestão Fiscal desta Corte do 3° Quadrimestre de 2017, quais sejam: o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário Item 9.4, na forma de seus anexos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF, Anexo V (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b")
R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | Disponibilidade de Caixa Liquida (antes da inscrição em RPNP do exerc.) (f)=(a-(b+c+d+e)) | Restos a Pagar Empenhados e não liquidados do exercício | Emp. Não liquid. cancel. (não insc. por insuficiência financeira) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | |
| Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência) | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS) | | 468.495,62 | - | - | 468.495,62 | - | - | - | - |
| | | 328.321,57 | - | - | 328.321,57 | - | - | - | - |
| 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | | 140.174,05 | - | - | 140.174,05 | - | - | - | - |
| 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor | | | | | | | | | |
| Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras | | 587.357,47 | - | - | - | - | 587.357,47 | 587.357,47 | - |
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | | 587.357,47 | - | - | - | - | 587.357,47 | 587.357,47 | - |
| Recursos vinculados a Fundos, Orgãos e Programas | | 421.073,99 | - | 78.242,59 | - | - | 342.831,40 | 97.923,63 | - |
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | | 176.166,22 | - | 78.242,59 | - | - | 97.923,63 | 97.923,63 | -- |
| 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | | 244.907,77 | - | - | - | - | 244.907,77 | - | - |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros recursos vinculados | | 435.524,39 | - | - | - | 435.524,39 | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | | 435.524,39 | - | - | - | 435.524,39 | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 1.912.451,47 | - | 78.242,59 | 468.495,62 | 435.524,39 | 930.188,87 | 685.281,10 | - |
| Recursos Ordinários | | 4.284.137,73 | 687.763,34 | 712.687,44 | 839.117,03 | - | 2.044.569,92 | 1.979.469,06 | - |
| 0100 - Recursos Ordinários | | 4.209.036,87 | 687.763,34 | 712.687,44 | 829.117,03 | - | 1.979.469,06 | 1.979.469,06 | - |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | | 75.100,86 | - | - | 10.000,00 | - | 65.100,86 | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | 4.284.137,73 | 687.763,34 | 712.687,44 | 839.117,03 | - | 2.044.569,92 | 1.979.469,06 | - |
| TOTAL (III) = (I + II) | | 6.196.589,20 | 687.763,34 | 790.930,03 | 1.307.612,65 | 435.524,39 | 2.974.758,79 | 2.664.750,16 | - |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | 468.495,62 | - | - | 468.495,62 | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial e SAIG/CAOG/SCIA/TRE-PA. Emitido em 24/jan/2017 às 14:50h.

[1]A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 4.802.229,90.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
R$ 1,00

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | DESPESAS EXECUTADAS | | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)<br>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II) | | | | 144.937.921,25<br>20.492.282,15 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | | | | 124.445.639,10 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.323.971,32 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100 | | | | 0,017112 | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO\1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,026868 | 195.398.691,76 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2 | Portaria TSE n° 478, de 26/09/2005 | 0,026841 | 195.202.333,10 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2 | - | - | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2 | Portaria TSE n° 385, de 22/08/2013 | 0,026791 | 194.838.705,94 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | | |

Notas:
\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

SAMUEL CARVALHO MARINHO
Secretário de Controle Interno e Auditoria

EDSON DA CRUZ COSTA
Diretor-Geral

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

### PORTARIA Nº 54, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Retificação do anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2017

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54 e parágrafos 2º e 4º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito o anexo 5 (Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar) contido no Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2017 desta Corte, Portaria 34 de 23 de janeiro de 2018, publicado do D.O.U. nº 20 de 29 de janeiro de 2018, Seção I, págs. 157/158, por ter sido publicado com incorreção na linha TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I), na coluna DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (f) = (a-(b+c+d+e)), devendo constar o valor 544.068,76.

Art. 2º Tornar Público o anexo 5 (Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar) do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2017 desta Corte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b") R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) 1 (f) = (a - (b + c + d + e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | de Exercícios Anteriores (d) | | | | |
| Recursos Vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0153 - Contribuição para o financiamento da Seguridade Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras | | 386.151,02 | 0,00 | 0,00 | 136.000,00 | 0,00 | 250.151,02 | 250.151,02 | 0,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 386.151,02 | 0,00 | 0,00 | 136.000,00 | 0,00 | 250.151,02 | 250.151,02 | 0,00 |
| Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 293.917,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 293.917,74 | 122.527,33 | 0,00 |
| 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 122.527,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 122.527,33 | 122.527,33 | 0,00 |
| 0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados | 171.390,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 171.390,41 | 0,00 | 0,00 |
| 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros recursos vinculados | 66.973,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 66.973,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0190 - Recursos Diversos | 66.973,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 66.973,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 747.042,12 | 0,00 | 0,00 | 136.000,00 | 66.973,36 | 544.068,76 | 372.678,35 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 9.796.217,79 | 17.485,47 | 136.036,24 | 6.883.437,00 | 0,00 | 2.759.259,08 | 2.759.259,08 | 0,00 |
| 0100 - Recursos Ordinários | 8.921.897,48 | 17.485,47 | 136.036,24 | 6.009.116,69 | 0,00 | 2.759.259,08 | 2.759.259,08 | 0,00 |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | 874.320,31 | 0,00 | 0,00 | 874.320,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 9.796.217,79 | 17.485,47 | 136.036,24 | 6.883.437,00 | 0,00 | 2.759.259,08 | 2.759.259,08 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 10.543.259,91 | 17.485,47 | 136.036,24 | 7.019.437,00 | 66.973,36 | 3.303.327,84 | 3.131.937,43 | 0,00 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: SIAFI e COFIN/SOF/TRE-PE. Emitido em 22/janeiro/2018 às 08h33min

[1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Notas

1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 7.936.658,54

MARTA MARIA MARTINS DE MEDEIROS
Secretária de Orçamento e Finanças
Em exercício

POLLYANNA DUTRA DE MORAIS BARBOZA
Secretária de Controle Interno
Em exercício

Des. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

### PORTARIA Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 48, caput, no art. 54, caput e inciso III e no art. 55, parágrafo primeiro, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria STN nº 54, publicada no D.O.U de 19 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte e, conjuntamente, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARLOS EDUARDO DA FONSECA PASSOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 434.421.027,16 | 240.616,26 |
| Pessoal Ativo | 293.661.383,30 | 236.710,95 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 140.759.643,86 | 3.905,31 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 127.594.445,39 | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 2.420.228,37 | 18.652,17 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 125.174.217,02 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 306.826.581,77 | 221.964,09 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | 307.048.545,86 | |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | VALOR |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) | | 727.254.323.971,32 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100 | | 0,042220% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> | 0,104158 | 757.493.558,76 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> | 0,098950 | 719.618.880,82 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 0,093742 | 681.744.202,89 |

FONTE: SIAFI. Demonstrativo pré-elaborado pela COFIC (TSE) em 19/01/2018 e conferido/finalizado pela SOF (TRE-RJ) em 23/01/2018.
Notas:
1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço - art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64;
2. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013;
3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, publicada no D.O.U de 19 de janeiro de 2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b")

R$1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LíQUIDA | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS ( |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | | NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
| | | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f)=(a-(b+c+d+e)) | | |
| Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência) | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS) | | 70.162,56 | 50.373,69 | - | - | - | 19.788,87 | - | - |
| | 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | 19.788,87 | - | - | - | - | 19.788,87 | - | - |
| | 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | 50.373,69 | 50.373,69 | - | - | - | - | - | - |
| Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | | 2.911.124,10 | 1.887,29 | 27.083,85 | 5.569,80 | - | 2.876.583,16 | 618.279,03 | - |
| | 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 499.502,68 | 1.887,29 | 27.083,85 | 5.569,80 | - | 464.961,74 | 255.209,12 | - |
| | 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | 2.411.621,42 | - | - | - | - | 2.411.621,42 | 363.069,91 | - |
| | 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros recursos vinculados | | 166.549,02 | - | - | - | 166.549,02 | - | - | - |
| | 0190 - Recursos Diversos | 166.549,02 | - | - | - | 166.549,02 | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 3.147.835,68 | 52.260,98 | 27.083,85 | 5.569,80 | 166.549,02 | 2.896.372,03 | 618.279,03 | - |
| Recursos Ordinários | | 7.072.956,12 | 359.416,27 | 685.446,10 | 223.811,05 | - | 5.804.282,70 | 5.804.282,70 | - |
| | 0100 - Recursos Ordinários | 7.072.956,12 | 359.416,27 | 685.446,10 | 223.811,05 | - | 5.804.282,70 | 5.804.282,70 | - |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 7.072.956,12 | 359.416,27 | 685.446,10 | 223.811,05 | - | 5.804.282,70 | 5.804.282,70 | - |
| TOTAL (III) = (I+II) | 10.220.791,80 | 411.677,25 | 712.529,95 | 229.380,85 | 166.549,02 | 8.700.654,73 | 6.422.561,73 | - |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | 70.162,56 | 50.373,69 | - | - | - | 19.788,87 | - | - |

FONTE: SIAFI. Demonstrativo pré-elaborado pela COFIC (TSE) em 19/01/2018 e conferido/finalizado pela SOF (TRE-RJ) em 23/01/2018.
[1]A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
Notas:
1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R$ 6.636.087,12.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 727.254.323.971,32 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 307.048.545,86 | 0,042220 |
| Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 757.493.558,76 | 0,104158 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 719.618.880,82 | 0,098950 |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos | 6.422.561,73 | 8.700.654,73 |

FONTE: SIAFI. Demonstrativo pré-elaborado pela COFIC (TSE) em 19/01/2018 e conferido/finalizado pela SOF (TRE-RJ) em 23/01/2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

*R$ 1,00*

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 434.661.643,42 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 127.613.097,56 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 307.048.545,86 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.323.971,32 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,042220% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,104457% | 759.668.049,19 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005 | 0,104352% | 758.904.432,15 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | - | | - |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013 | 0,104158% | 757.493.558,76 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 | | | | - |

LUIZ GERALDO CERNICCHIARO
Secretário de Orçamento e Finanças
Substituto

ELIZABETH SILVA VIANA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

FÁBIO LAMI JÚNIOR
Diretor-Geral
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

### PORTARIA Nº 33, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos artigos 54, III, e 55, §2º, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 20, inciso XVIII, da Resolução TRE-TO nº. 282, de 11 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal relativo ao 3º Quadrimestre de 2017, contemplando o período de janeiro a dezembro de 2017, constante dos demonstrativos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARCO VILLAS BOAS

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 63.078.783,77 | - |
| Pessoal Ativo | 57.942.038,25 | - |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 5.136.745,52 | - |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 5.140.885,65 | - |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 1.240.885,66 | - |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 3.899.999,99 | - |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 57.937.898,12 | - |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 727.254.324.000,00 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b) | 57.937.898,12 | 0,007967 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) | 90.150.446,00 | 0,012396 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 85.642.923,70 | 0,011776 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 81.135.401,40 | 0,011156 |

FONTE: Sistema SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO, 19/jan/2018, 13h e 55m.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54 de 18/1/2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alíneas "a" e "b") R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos A Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | (d) | (e) | | | |
| Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência) | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS) | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | | 689.525,80 | 3.409,30 | 6.150,00 | - | - | 679.966,50 | 290.040,99 | - |
| | 0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 154.751,48 | 3.409,30 | 6.150,00 | - | - | 145.192,18 | 45.075,39 | - |
| | 0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados | 534.774,32 | - | - | - | - | 534.774,32 | 244.965,60 | - |
| | 0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | - | - | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Recursos Vinculados | 17.819,47 | - | - | - | 17.819,47 | - | - | - |
| 0190 - Recursos Diversos | 17.819,47 | - | - | - | 17.819,47 | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 707.345,27 | 3.49,30 | 6.150,00 | - | 17.819,47 | 679.966,50 | 290.040,99 | - |
| Recursos Ordinários | 443.457,00 | 53.000,19 | 1.986,20 | - | - | 388.470,61 | 377.759,35 | - |
| 0100 - Recursos Ordinários | 443.457,00 | 53.000,19 | 1.986,20 | - | - | 388.470,61 | 377.759,35 | - |
| 0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 443.457,00 | 53.000,19 | 1.986,20 | - | - | 388.470,61 | 377.759,35 | - |
| TOTAL (III) = (I+II) | 1.150.802,27 | 56.409,49 | 8.136,20 | - | 17.819,47 | 1.068.437,11 | 667.800,34 | - |
| | | | | | | | | |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | - | - | - | - | - | - | - | - |

FONTE: Sistema SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO, 22/jan/2018, 13h e 17m.

[1]A Disponibilidade de Caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 727.254.324.000,00 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 57.937.898,12 | 0,007967 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 90.150.446,00 | 0,012396 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 85.642.923,70 | 0,011776 |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO |
|---|---|---|
| Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos | 667.800,34 | 1.068.437,11 |

FONTE: Sistema SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO, 19/jan/2018, 13h e 55m.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

*R$ 1,00*

| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 63.078.783,77 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II) | | | | 5.140.885,65 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | | | | 57.937.898,12 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.324.000,00 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100 | | | | 0,007967% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,012431% | 90.404.985,02 |
| | Resol. CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | Portaria TSE n°478, de 26/9/05 | 0,012419% | 90.317.714,50 |
| | Resol. CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | - | - | - |
| | Resol. CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | Portaria TSE nº 385, de 22/8/13 | 0,012396% | 90.150.446,00 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 | | | - | - |

Notas: 1. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/1/2018.

Des. MARCO VILLAS BOAS
Presidente do Tribunal

JOSÉ MACHADO DOS SANTOS
Diretor Geral

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento

JACINTA BRITO TAVARES
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

### PORTARIA Nº 135, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Aprova o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios relativo ao exercício financeiro de 2018, nos termos do artigo 55 da Lei nº 13.473/2017 (LDO).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto nos artigos 8º da Lei Complementar - LRF nº. 101/2000 e 55 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº. 13.473, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar na forma do anexo desta Portaria, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal para o exercício de 2018, da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo aos grupos de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes, Investimentos e Reserva de Contingência, constantes da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018.

Art. 2º Este cronograma poderá ser alterado no caso de abertura de créditos adicionais ou contigenciamento de recursos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO VIEIRA NETTO

ANEXO
16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2018

| MÊS | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS CATEGORIA DE GASTO "A" | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES CATEGORIA DE GASTO "C" | | INVESTIMENTO CATEGORIA DE GASTO "D" | | RESERVA DE CONTINGÊNCIA CATEGORIA DE GASTO "R" | | LIMITE TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MENSAL | ACUMULADO | MENSAL | ACUMULADO | MENSAL | ACUMULADO | MENSAL | ACUMULADO | MENSAL | ACUMULADO |
| JANEIRO | 388.238.580,06 | 388.238.580,06 | 48.646.631,48 | 48.646.631,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 436.885.211,54 | 436.885.211,54 |
| FEVEREIRO | 160.000.000,00 | 548.238.580,06 | 27.807.533,46 | 76.454.164,93 | 2.168.929,91 | 2.168.929,91 | 195.965,27 | 195.965,27 | 190.172.428,64 | 627.057.640,18 |
| MARÇO | 185.000.000,00 | 733.238.580,06 | 37.142.617,51 | 113.596.782,44 | 2.168.929,91 | 4.337.859,82 | 195.965,27 | 391.930,55 | 224.507.512,69 | 851.565.152,87 |
| ABRIL | 185.000.000,00 | 918.238.580,06 | 37.142.617,51 | 150.739.399,95 | 2.168.929,91 | 6.506.789,73 | 195.965,27 | 587.895,82 | 224.507.512,69 | 1.076.072.665,56 |
| MAIO | 185.000.000,00 | 1.103.238.580,06 | 37.142.617,51 | 187.882.017,46 | 2.168.929,91 | 8.675.719,64 | 195.965,27 | 783.861,09 | 224.507.512,69 | 1.300.580.178,26 |
| JUNHO | 185.000.000,00 | 1.288.238.580,06 | 37.142.617,51 | 225.024.634,97 | 2.168.929,91 | 10.844.649,55 | 195.965,27 | 979.826,36 | 224.507.512,69 | 1.525.087.690,95 |
| JULHO | 185.000.000,00 | 1.473.238.580,06 | 37.142.617,51 | 262.167.252,49 | 2.168.929,91 | 13.013.579,45 | 195.965,27 | 1.175.791,64 | 224.507.512,69 | 1.749.595.203,64 |
| AGOSTO | 185.000.000,00 | 1.658.238.580,06 | 37.142.617,51 | 299.309.870,00 | 2.168.929,91 | 15.182.509,36 | 195.965,27 | 1.371.756,91 | 224.507.512,69 | 1.974.102.716,33 |
| SETEMBRO | 185.000.000,00 | 1.843.238.580,06 | 37.142.617,51 | 336.452.487,51 | 2.168.929,91 | 17.351.439,27 | 195.965,27 | 1.567.722,18 | 224.507.512,69 | 2.198.610.229,03 |
| OUTUBRO | 185.000.000,00 | 2.028.238.580,06 | 37.142.617,51 | 373.595.105,02 | 2.168.929,91 | 19.520.369,18 | 195.965,27 | 1.763.687,45 | 224.507.512,69 | 2.423.117.741,72 |
| NOVEMBRO | 300.000.000,00 | 2.328.238.580,06 | 37.142.617,51 | 410.737.722,53 | 2.168.929,91 | 21.689.299,09 | 195.965,27 | 1.959.652,73 | 339.507.512,69 | 2.762.625.254,41 |
| DEZEMBRO | 9.511.736,94 | 2.337.750.317,00 | 37.142.617,47 | 447.880.340,00 | 2.168.929,91 | 23.858.229,00 | 195.965,27 | 2.155.618,00 | 49.019.249,59 | 2.811.644.504,00 |

Notas:
1)Excluídas as despesas custeadas com recursos diretamente arrecadados nas fontes 150/180/181, os quais não geram cotas financeiras a receber do Tesouro Nacional, no total de R$ 1.271.771,00.
2) Este cronograma poderá ser alterado nos casos de aprovação de crédito adicional e contingenciamento de recursos.

### PORTARIA Nº 156, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 98, § 5º, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º - O saldo das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções constantes do anexo específico da Lei Orçamentária de 2017 bem como dos saldos das remanescentes de exercícios anteriores é o mencionado no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º - O saldo remanescente de que trata o Art. 1º poderá ser utilizado no exercício financeiro de 2018, desde que comprovada a existência de disponibilidade orçamentária para o atendimento dos respectivos impactos orçamentários no exercício financeiro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MÁRIO MACHADO

ANEXO

Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Demonstrativo do Saldo das Autorizações para Provimento de Cargos, Empregos e Funções constantes do anexo específico da Lei Orçamentária de 2017 bem como dos saldos das remanescentes de exercícios anteriores (Art. 98, § 5º, Lei 13.473/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018).

| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE |
|---|---|
| Total Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 419 |

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 16, 24 DE JANEIRO DE 2018

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. FERNANDO ANTONIO ZORZENON DA SILVA

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.742.860.690,99 | 170.474,25 | 1.743.031.165,24 |
| Pessoal Ativo | 1.080.020.728,02 | 147.587,56 | 1.080.168.315,58 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 662.839.962,97 | 22.886,69 | 662.862.849,66 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | |
|---|---|---|---|
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 602.768.405,96 | 163.753,72 | 602.932.159,68 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 1.106.396,28 | 0,00 | 1.106.396,28 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 195.365,41 | 0,00 | 195.365,41 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 89.973.466,27 | 163.753,72 | 90.137.219,99 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 511.493.178,00 | 0,00 | 511.493.178,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.140.092.285,03 | 6.720,53 | 1.140.099.005,56 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.324.000,00 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | | 0,156767% | 0,000001% | 0,156768% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 0,294541% | | | 2.142.062.158,45 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 0,279814% | | | 2.034.959.050,53 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 0,265087% | | | 1.927.855.942,61 |

FONTE: SIAFI - DICOP/CCON/SOF/TRT 1ª Região - 17/01/2018 - 10:30h

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 17.961.647,09.

3) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R$ 16.777.563,85.

4) Despesa com Precatórios da Administração Direta executada por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 70.691.135,78.

5) No período de janeiro/2017 a dezembro/2017, houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados (conta contábil 631980000), nas seguintes ações:

09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações (R$ 188.179,58) e 20TP-Pagamento de Pessoal Ativo da União (R$ 5.003,59).

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

*R$ 1,00*

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.743.031.165,24 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 602.932.159,68 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.140.099.005,56 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | | 727.254.324.000,00 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | | 0,156768% | |
| | | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | | 0,372658% | 2.710.171.418,73 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | | | 0,372550% | 2.709.385.984,06 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | | | 0,327940% | 2.384.957.830,13 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | | | 0,327331% | 2.380.528.851,29 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | | 0,294541% | 2.142.062.158,45 |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

| GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISP. DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RP. NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQ. CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFIC. FINANC.) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | | |
| Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras | 88 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 500.000,00 | | | | | 500.000,00 | 500.000,00 | |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 3.111.933,60 | 19.182,58 | | 311.629,37 | | 2.781.121,65 | 1.937.685,46 | |
| | 50 - Recursos Não-financeiros diretamente arrecadados | 1.227.190,94 | | | | | 1.227.190,94 | 924.036,13 | |
| | 81-Recursos de Convênios | 24.165.798,65 | | | 490.161,07 | | 23.675.637,58 | 13.318.889,60 | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 29.004.923,19 | 19.182,58 | 0,00 | 801.790,44 | 0,00 | 28.183.950,17 | 16.680.611,19 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 00 - Recursos Ordinários | 34.823.168,05 | 3.619.178,65 | 36.590,07 | 393.834,30 | 400,00 | 30.773.165,03 | 28.427.406,29 | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 34.823.168,05 | 3.619.178,65 | 36.590,07 | 393.834,30 | 400,00 | 30.773.165,03 | 28.427.406,29 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 63.828.091,24 | 3.638.361,23 | 36.590,07 | 1.195.624,74 | 400,00 | 58.957.115,20 | 45.108.017,48 | 0,00 |
| | | | | | | | | |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVID. DOS SERVIDORES[1] | | | | | | 0,00 | | |

FONTE: TESOURO GERENCIAL - DICOP/CCON/SOF/TRT 1ªRegião 22/01/2018 - 14:30h
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida como Passivo Atuarial.
Nota 2. Foi incluído na Disponibilidade de Caixa R$ 500.000,00 (recurso 88-REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL) em razão da existência deste valor líquido a receber para restos a pagar

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

LRF, art. 48 - Anexo VI R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente líquida | R$ 727.254.324.000,00 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 1.140.099.005,56 | 0,156768 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 2.142.062.158,45 | 0,294541 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 2.034.959.050,53 | 0,279814 |

| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias Concedidas | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas | | |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 45.108.017,48 | 58.957.115,20 |

FONTE: SIAFI 2017/CCON/SOF/TRT 1ª Região - 22/01/2017 - 14:30

Des. FERNANDO ANTONIO ZORZENON DA SILVA
Presidente do Tribunal

FLÁVIO PIRES FERREIRA CLEMENTINO
Diretor-Geral

SÉRGIO HONORATO DOS SANTOS
Diretor da Secretaria de Controle Interno

MARIA DE LOURDES PIRES BITTENCOURT
Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

### ATO Nº 1, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000, resolve:

Publicar os demonstrativos: "Despesa com Pessoal", "Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU", "Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar" e "Demonstrativo Simplificado", referentes ao Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, do período de janeiro a dezembro de 2017.

Des. WILSON FERNANDES

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não processados (b) | Total (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 2.132.009.583,77 | 57.238.114,69 | 2.189.247.698,46 |
| Pessoal Ativo | 1.539.220.982,99 | 11.812.178,47 | **1.551.033.161,46** |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 592.788.600,78 | 45.425.936,22 | **638.214.537,00** |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | |
|---|---|---|---|
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | **0,00** |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 539.331.538,99 | 42.096.830,35 | 581.428.369,34 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | **0,00** |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 13.763,96 | 0,00 | **13.763,96** |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 44.858.407,03 | 42.096.830,35 | **86.955.237,38** |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 494.459.368,00 | 0,00 | 494.459.368,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.592.678.044,78 | 15.141.284,34 | 1.607.819.329,12 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | |
|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 727.254.323.971,32 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | 0,218999% | 0,002082% | 0,221081% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 0,366147% | | 2.662.819.889,59 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 0,347840% | | 2.529.678.895,11 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 0,329532% | | 2.396.537.900,63 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL - CCONT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO - 11/JAN/2018 - 14h00m

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, nas despesas com Pessoal não estão computadas as despesas executadas por meio de descentralizações a seguir indicadas:

a) Sentenças de Pequeno Valor, classificadas nos itens de despesa 3190.91.32 e 3190.91.33, no montante de R$ 7.513.611,95;

b) Precatórios da Administração Direta e Indireta, classificadas nos itens de despesa 3190.91.25 e 3190.91.97, no total de R$ 158.784.695,74.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

R$ 1,00

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 2.189.247.698,46 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 581.428.369,34 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 1.607.819.329,12 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.323.971,32 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,221081% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO<%> | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,414905% | 3.017.414.552,87 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,414784% | 3.016.534.575,14 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,365117% | 2.655.329.170,05 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,364439% | 2.650.398.385,74 |
| | Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 | | | 0,366147% | 2.662.819.889,59 |

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | Disponibilidade de caixa bruta (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em Restos a Pagar não processados do exercício) (f) = (a - (b+c+d+e)) | Restos a Pagar empenhados e não liquidados do exercício | Empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuficiência financeira) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar liquidados e não pagos | | Restos a Pagar Empenhados e não liquidados de exercícios anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | |
| | | | De exercícios anteriores (b) | Do exercício (c) | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS) | FONTE 56 - Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor | 1.149.069,72 | 0,00 | 0,00 | 1.149.069,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras | FONTE 88 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 3.663.739,35 | 0,00 | 0,00 | 3.663.739,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | FONTE 27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 4.801.438,66 | 0,00 | 0,00 | 313.367,14 | 0,00 | 4.488.071,52 | 4.488.071,52 | 0,00 |
| | FONTE 50 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados | 5.480.343,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.480.343,21 | 30.522,92 | 0,00 |
| | FONTE 81 - Recursos de Convênios | 46.550.889,66 | 42.673,60 | 139.358,33 | 3.651.238,04 | 0,00 | 42.717.619,69 | 19.777.510,44 | 0,00 |
| Outros Recursos Vinculados | FONTE 90 - Recursos Diversos | 111.921,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 111.921,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 61.757.402,06 | 42.673,60 | 139.358,33 | 8.777.414,25 | 111.921,46 | 52.686.034,42 | 24.296.104,88 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | FONTE 00 - Recursos Ordinários | 133.789.695,65 | 0,00 | 608.982,93 | 34.179.441,76 | 0,00 | 99.001.270,96 | 86.801.974,74 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | 133.789.695,65 | 0,00 | 608.982,93 | 34.179.441,76 | 0,00 | 99.001.270,96 | 86.801.974,74 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | | 195.547.097,71 | 42.673,60 | 748.341,26 | 42.956.856,01 | 111.921,46 | 151.687.305,38 | 111.098.079,62 | 0,00 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL - CCONT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO - 22/JAN/2018 - 17h00m

Notas:

1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 727.254.323.971,32 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 1.607.819.329,12 | 0,221081 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 2.662.819.889,59 | 0,366147 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 2.529.678.895,11 | 0,347840 |
| Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 2.396.537.900,63 | 0,329532 |

| RESTOS A PAGAR | Inscrição em Restos a Pagar não processados do exercício | Disponibilidade de Caixa líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) |
|---|---|---|
| Valor Total | 111.098.079,62 | 151.687.305,38 |

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único, da LRF):

Des. WILSON FERNANDES
Presidente do Tribunal

RITA KOTOMI YURI
Diretora Geral da Administração

NIVALDO CATANIA
Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

EDUARDO ANTONIO ENGHOLM CARDOSO
Diretor da Secretaria de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 388, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL e, em atendimento ao Acórdão do TCU Plenário de nº 553/2017, de 29 de março de 2017, o relatório denominado DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4, ambos constantes no Processo Administrativo TRT 4ª nº 0001033-43.2010.5.04.0000.

VANIA CUNHA MATTOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017
ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a)+(b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.370.726.082,09 | 414.769,21 | 1.371.140.851,30 |
| Pessoal Ativo | 907.270.555,98 | 414.769,21 | 907.685.325,19 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 463.455.526,11 | 0,00 | 463.455.526,11 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | 395.921.910,92 | 0,00 | 395.921.910,92 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 5.752,88 | 0,00 | 5.752,88 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 23.594,122,04 | 0,00 | 23.594.122,04 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 372.322.036,00 | 0,00 | 372.322.036,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL III=(I-II) | 974.804.171,17 | 414.769,21 | 975.218.940,38 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 727.254.324.000,00 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL-DTP sobre a RCL(V)=(III c/ IV) x 100 | 0,134039% | 0,000057% | 0,134096% |
| LIMITE MÁXIMO (art. 20 da LRF, incisos I, II e III,) - <%> | 0,221065% | | 1.607.704.771,35 |
| LIMITE PRUDENCIAL (art. 22 da LRF, parágrafo único) - <%> | 0,210012% | | 1.527.319.532,78 |
| LIMITE DE ALERTA (art. 59 da LRF, § 1º, inciso II) - <%> | 0,198959% | | 1.446.934.294,22 |

FONTE: Tesouro Gerencial/SIAFI Operacional- COFIN/SECOF/TRT 4ª Região - 23/JAN/2018 - 14hrs.

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei 4.320/64.
2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 73.198.633,50.
3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R$ 10.455.819,85.
4) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R$ 3.106.601,57.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSO | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f)=(a-(b+c+d+e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | |
| Recursos Vinculados a Órgãos e Programas | 27-Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 739.763,05 | 0,00 | 0,00 | 5.850,00 | 0,00 | 733.913,05 | 733.913,05 | |
| Recursos Vinculados a Órgãos e Programas | 50-Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados | 461.861,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 461.861,80 | 461.861,80 | |
| Recursos Vinculados a Órgãos e Programas | 81-Recursos de Convênios | 24.101.180,09 | 0,00 | 0,00 | 46.292,38 | 0,00 | 24.054.887,71 | 20.996.078,79 | |
| Recursos do Tesouro Nacional | 90-Recursos Diversos | 53.636,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 53.636,82 | 0,00 | 0,00 | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 25.356.441,76 | 0,00 | 0,00 | 52.142,38 | 53.636.82 | 25.250.662,56 | 22.191.853,64 | 0,00 |
| | | | | | | | | | |
| Recursos Não Vinculados/ Ordinários | 00- Recursos Ordinários | 12.106.589,73 | 0,00 | 0,00 | 73.671,77 | 0,00 | 12.032.917,96 | 4.419,334,23 | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | 12.106.589,73 | 0,00 | 0,00 | 73.671,77 | 0,00 | 12.032.917,96 | 4.419.334,23 | 0,00 |
| TOTAL (III)= (I + II) | | 37.463.031,49 | 0,00 | 0,00 | 125.814,15 | 53.636,82 | 37.283.580,52 | 26.611.187,87 | 0,00 |
| | | | | | | | | | |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR | | | | | | | 0,00 | | |

FONTE: Tesouro Gerencial/Siafi Operacional - SA/CCON/TRT4ª Região/RS

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2: Em Disponibilidade de Caixa Bruta e em Obrigações Financeiras há o valor de R$ 53.636,82 na fonte 0190, referente à caução em dinheiro depositado na Caixa Econômica Federal (garantia nas contratações).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ANEXO VI (LRF, art. 48) R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|---|
| r Receita Corrente Líquida | | 727.254.324.000,00 |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal- DTP | 975.218.940,38 | 0,134096 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)-<%> | 1.607.704.771,35 | 0,221065 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) -<%> | 1.527.319.532,78 | 0,210012 |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) -<%> | 1.446.934.294,22 | 0,198959 |

| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida | - | - |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | - | - |

| GARANTIA DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias Concedidas | - | - |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | - | - |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas | - | - |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | - | - |
| Limite Definido pelo SF para Operações de Crédito Externas e Internas | - | - |
| Limite Definido pelo SF para Operações de Créd. por Antecip. da Receita | - | - |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 26.611.187,87 | 37.283.580,52 |

FONTE: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional - COFIN/SECOF/TRT 4ª Região - 23JAN2018 - 14hrs.

VANIA CUNHA MATTOS
Presidente do Tribunal

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Ordenador de Despesas

CLAUDIA DUARTE RAFFO
Coordenadora de Orçamento e Finanças

LUIZ ANTONIO DOS SANTOS PINTO
Diretor da Secretaria de Controle Interno

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

R$ 1,00

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.371.140.851,30 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 395.921.910,92 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II) | 975.218.940,38 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.324.000,00 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)=(III/IV)*100 | | | | 0,134096% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,271745% | 1.976.277.262,75 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,271666% | 1.975.702.731,84 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,239136% | 1.739.126.900,24 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,238692% | 1.735.897.891,04 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT 12/2015\3 | | | 0,221065% | 1.607.704.771,35 |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

VANIA CUNHA MATTOS
Presidente do Tribunal

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Ordenador de Despesas

CLAUDIA DUARTE RAFFO
Coordenadora de Orçamento e Finanças

LUIZ ANTONIO DOS SANTOS PINTO
Diretor da Secretaria de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

### ATO Nº 30, DE 23 DE JANEIRO DE 2018(*)

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Determinar a publicação no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54, 55 e 72, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma dos Anexos a seguir:

MARIA DE LOURDES LINHARES LIMA DE OLIVEIRA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3.º QUADRIMESTRE DE 2017
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 930.793.027,62 | 7.060.965,38 | 937.853.993,00 |
| Pessoal Ativo | 651.655.965,62 | 7.060.965,38 | 658.716.931,00 |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão) | - | - | - |
| Sentenças Jud. c/ Precat. (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta) | - | - | - |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 651.655.965,62 | 7.060.965,38 | 658.716.931,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 279.137.062,00 | 0,00 | 279.137.062,00 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (Próprio Órgão) | - | - | - |
| Sentenças Judiciais c/ Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta) | - | - | - |
| Demais desp. Com Pessoal Inativo e Pensionistas | 279.137.062,00 | 0,00 | 279.137.062,00 |
| Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceiriz. (art.18, § 1º LRF) | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II) | 237.958.119,43 | 0,00 | 237.958.119,43 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 27.621,70 | 0,00 | 27.621,70 |
| Decorrentes de Dec. Judicial | 153.110,02 | 0,00 | 153.110,02 |
| Despesas de Exerc. Anteriores | 35.260.904,71 | 0,00 | 35.260.904,71 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 202.516.483,00 | 0,00 | 202.516.483,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL. (III) = (I - II) | 692.834.908,19 | 7.060.965,38 | 699.895.873,57 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.324.000 |
| % DA DESP. TOTAL C/ PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)*100 | | 0,095267% | 0,000971% | 0,096238% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 0,184667% | | | 1.342.998.742,50 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) | 0,175434% | | | 1.275.848.805,38 |
| Limite de Alerta (inciso II, § 1º, art. 59 da LRF) | 0,166200% | | | 1.208.698.868,25 |

FONTE: SIAFI - TESOURO GERENCIAL, SIAFI, CCONT/TRT5, 17/JAN/2018 às 09:37

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64;

2) Despesas com Requisição de Pequeno Valor (R.P.V.) - Ação 0625:Sent. Judiciais: R$ 689.562,27 e R$ 34.866,69 como Obrigações Patronais;

3) Despesa Liquidada de Outros Precatórios Judiciais: R$14.183.295,94 e Obrigações Patronais R$208.729,19;

4) No item " Demais Despesa com Pessoal Ativo" está acrescido o valor de R$100.038.005,85, relativo a Obrigações Patronais: Obrigações Intra-Orçamentárias referentes às Despesas Liquidadas.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS) | 56-Contribuição Plano Seguridade Social Servidor | 23.540,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.540,35 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 27-Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 3.590.044,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.590.044,34 | 0,00 | |
| | 29-Recursos de Concessões e Permissões | 65.824,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65.824,34 | 0,00 | |
| | 50-Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados | 352.703,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 352.703,92 | 0,00 | |
| | 78-Fundo de Fiscalização das Telecomunicações | 318.207,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 318.207,27 | 0,00 | |
| | 81-Recursos de Convênios | 3.649.915,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.649.915,92 | 0,00 | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 8.000.236,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.000.236,14 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 00-Recursos Ordinários | 25.769.870,49 | 0,00 | 0,00 | 2.107.214,62 | 8.121,67 | 23.654.534,20 | 0,00 | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | 25.769.870,49 | 0,00 | 0,00 | 2.107.214,62 | 8.121,67 | 23.654.534,20 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | | 33.770.106,63 | 0,00 | 0,00 | 2.107.214,62 | 8.121,67 | 31.654.770,34 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | 23540,35 | | | | | 23540,35 | | |

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL - CCONT TRT5 - 23/01/2018 às 11:05.

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6 - R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 699.895.873,57 | 0,096238% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 1.342.998.742,50 | 0,184667% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 1.275.848.805,38 | 0,175434% |

| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida | 0,00 | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | - |

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias Concedidas | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 0,00 | - |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas | | |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | - |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 0,00 | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 20.391.077,95 | 31.654.770,34 |

FONTE:SIAFI/TESOURO GERENCIAL-CCONT/D.GERAL/TRT5- 19/JAN/2018 às 10:55

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 937.853.993,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 237.958.119,43 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 699.895.873,57 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.324.000,00 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,096238% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,235301% | 1.711.236.696,92 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,235233% | 1.710.742.163,97 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,207065% | 1.505.889.165,99 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,206680% | 1.503.089.236,84 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | 0,184667% | 1.342.998.742,50 |

Notas:
\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Desª MARIA DE LOURDES LINHARES LIMA DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal

TARCÍSIO JOSÉ FILGUEIRAS DOS REIS
Diretor-Geral

CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ARIANA LOYOLA DA SILVA PRATA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

(*) Republicado por ter saído no DOU nº 19, de 26/1/2018, Seção 1, páginas 107/109, com incorreção no original.

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 17, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O EXMO. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, RESOLVE:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2017, na forma constante do anexo.

Publique-se e dê-se ciência.

IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 017/2018
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO A DEZEMBRO/2017 | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a)+(b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 683.075.939,08 | 2.918.208,25 | 685.994.147,33 |
| Pessoal Ativo | 495.422.791,06 | 516.463,38 | 495.939.254,44 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 187.653.148,02 | 2.401.744,87 | 190.054.892,89 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 170.118.382,29 | 2.412.819,52 | 172.531.201,81 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 5.305,40 | 0,00 | 5.305,40 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 13.624.582,47 | 2.412.819,52 | 16.037.401,99 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 156.488.494,42 | 0,00 | 156.488.494,92 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 512.957.556,79 | 505.388,73 | 513.462.945,52 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 727.254.323.971,32 |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (V) = (III c /IV) * 100 | 0,070533% | 0,000069% | 0,070603% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,136461% | 0,136461% | | 992.418.523,03 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | |
|---|---|---|
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,129638% | 0,129638% | 942.797.960,51 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,122815% | 0,122815% | 893.176.670,73 |

Fonte: Tesouro Gerencial e Coordenadoria de Contabilidade/SOF/TRT da 6ª Região - 22.01.2018, 09h e45m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Foram pagos, R$ 412.452,31 e R$ 1.549.493,08 referentes a Precatórios da Administração Direta e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente na UO 71103.

3) No período não houve cancelamento de empenhos inscritos em RAP referente ao Grupo da Despesa 1.

4) Pagamento de Auxílio-Funeral: R$ 161.662,91.

5) Pagamento de Auxílio-Natalidade: R$ 32.632,88.

IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 017/2018
RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| Identificação dos Recursos | | Disponibilidade de Caixa Bruta | ObrigaçõesFinanceiras | | | | Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados No Exercício | Empenhos não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | ( f )= ( a - (b+c+d+e )) | | |
| Recursos Ordinários | 00- Recursos Ordinários | 9.148.560,87 | 9.164,27 | 9.042,24 | 384.066,72 | 1.310,09 | 8.744.977,55 | 8.744.977,55 | |
| | Total | 9.148.560,87 | 9.164,27 | 9.042,24 | 384.066,72 | 1.310,09 | 8.744.977,55 | 8.744.977,55 | |
| Recursos Vinculados | 27 - Custas e Emolumentos | 92.451,34 | 0,00 | 0,00 | 6.315,55 | 0,00 | 86.135,79 | 4.000,00 | |
| | 50 - Rec. Não-financeiros diretamente arrecadados | 2.150.942,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.150.942,68 | 1.618.269,93 | |
| | 56 - Contribuição PSSS | 621,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 621,21 | 0,00 | |
| | 69 - Contribuição Patronal para o PSSS | 172.251,10 | 0,00 | 0,00 | 172.251,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | 81 - Recursos de Convênios | 58.383.605,28 | 0,00 | 0,00 | 74.121,23 | 0,00 | 58.309.484,05 | 9.354.450,30 | |
| | 90 - Recursos Diversos (3) | 28.802,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.802,89 | 0,00 | 0,00 | |
| | Total | 60.828.674,50 | 0,00 | 0,00 | 252.687,88 | 28.802,89 | 60.547.183,73 | 10.976.720,23 | |
| Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS) | 56 - Contribuição PSSS | 621,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 621,21 | 0,00 | |
| | 69 - Contribuição Patronal para o PSSS | 172.251,10 | 0,00 | 0,00 | 172.251,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | Total | 172.872,31 | 0,00 | 0,00 | 172.251,10 | 0,00 | 621,21 | 0,00 | |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 27 - Custas e Emolumentos | 92.451,34 | 0,00 | 0,00 | 6.315,55 | 0,00 | 86.135,79 | 4.000,00 | |
| | 50 - Rec. Não-financeiros diretamente arrecadados | 2.150.942,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.150.942,68 | 1.618.269,93 | |
| | 81 - Recursos de Convênios | 58.383.605,28 | 0,00 | 0,00 | 74.121,23 | 0,00 | 58.309.484,05 | 9.354.450,30 | |
| | Total | 60.626.999,30 | 0,00 | 0,00 | 80.436,78 | 0,00 | 60.546.562,52 | 10.976.720,23 | |
| Outros Recursos Vinculados | 90 - Recursos Diversos (3) | 28.802,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.802,89 | 0,00 | 0,00 | |
| | Total | 28.802,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.802,89 | 0,00 | 0,00 | |

IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO
DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 017/2018
LRF, art. 48 - Anexo VI Em R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 727.254.323.971,32 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 513.462.945,52 | 0,070603% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,136461%> | 992.418.523,03 | 0,136461% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,129638%> | 942.797.960,51 | 0,129638% |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 19.721.697,78 | 69.292.161,28 |

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e Coordenadoria de Contabilidade/SOF/TRT 6ª REGIÃO - 23/01/2018, 11h e 30m.

IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor Geral

LÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 017/2018

| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | | 685.994.147,33 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | | 172.531.201,81 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | | 513.462.945,52 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | | 727.254.323.971,32 |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP SOBRE A RCL (V) = (III/IV)*100 | | | | | 0,070603% |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| Limite Máximo | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,173432% | 1.261.291.719,15 |
| | Resolução CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,173382% | 1.260.928.091,99 |
| | Resolução CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,152620% | 1.109.935.549,25 |
| | Resolução CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,152336% | 1.107.870.146,96 |
| | Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015 | | | 0,136461% | 992.418.523,03 |

IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

### ATO Nº 11, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação dos anexos I, V, VI do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2017, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do "Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4", para divulgação e conhecimento público.

Desª MARIA JOSÉ GIRÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" ) R$ 1,00

| | Despesas Executadas (últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| DESPESA COM PESSOAL | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não processados (b) | Total (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 372.916.828,22 | 3548989,63 | 376.465.817,85 |
| Pessoal Ativo | 253.605.434,13 | 618.285,72 | 254.223.719,85 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 119.311.394,09 | 2.930.703,91 | 122.242.098,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 105.692.978,62 | 2.930.703,91 | 108.623.682,53 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 415.289,71 | | 415.289,71 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 30.143.688,91 | 2.930.703,91 | 33.074.392,82 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 75.134.000,00 | | 75.134.000,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I II) | 267.223.849,60 | 618.285,72 | 267.842.135,32 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA RCL (IV) | | | 727254323971,32 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV) x 100 | 0,036744% | 0,000085% | 0,036829% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 0,069410% | | 504787226,27 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 0,065940% | | 479547864,96 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 0,062469% | | 454308503,64 |
| FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região 09/janeiro/2018 - 09hs | | | |

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.
2) Nas despesas com Pessoal não estão computadas àquelas executadas por meio de descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:
a) Precatórios da Adm.Indireta - R$ 4.266.268,43; Precatórios da Adm.Direta R$ 339.728,00 e Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R$ 1.252.378,69
3)As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f)=(a-(b+c+d+e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS A) POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c ) | | | | | |
| Fonte 69 Contribuição Patronal p/Plano de Segurid.Social Serv. | 646.327,37 | | | 646.327,37 | | 0,00 | 0,00 | |
| Fonte 27 Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 68.409,85 | | | 14.619,46 | | 53.790,39 | 53.790,39 | |
| Fonte 50 - Recursos não-financeiros diretamente Arrecadados | 2.211.686,58 | | | 12.326,82 | | 2.199.359,76 | | |
| Fonte 81 Recursos de Convênios | 3.959.777,64 | | 242,43 | 5561,71 | | 3.953.973,50 | 1.590.894,25 | |
| Fonte 90 Recursos Diversos | 4.292,17 | | | | 4.292,17 | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 6890493,61 | 0,00 | 242,43 | 678835,36 | 4292,17 | 6207123,65 | 1644684,64 | 0,00 |
| Fonte 00 Recursos Ordinários | 8.640.700,50 | | 70.394,00 | 1.473.960,59 | | 7.096.345,91 | 6.564.140,25 | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 8.640.700,50 | | 70.394,00 | 1.473.960,59 | | 7.096.345,91 | 6.564.140,25 | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 15.531.194,11 | 0,00 | 70.636,43 | 2.152.795,95 | 4.292,17 | 13.303.469,56 | 8.208.824,89 | 0,00 |

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região 09/jan/2018 - 09hs

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

LRF, art. 48 Anexo VI

R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 727254323971,32 | |
|---|---|---|
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal DTP | 267.842.135,32 | 0,036829% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF | 504787226,27 | 0,069410% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF | 479547864,96 | 0,065940% |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 8.208.824,89 | 13303469,56 |

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região - 09/jan/2018 - 09hs e Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO,ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2017

| JANEIRO A DEZEMBRO/2017 R$ 1,00 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESAS EXECUTADAS R$ 1,00 | | | | | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | 376465817,85 | | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | 108623682,53 | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | 267842135,32 | | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 727.254.323.971,32 | | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | 0,036829% | | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO <%> \3 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,087418% | 635751184,93 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,087393% | 635569371,35 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,076928% | 559462206,34 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,076785% | 558422232,66 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 | | | 0,069410% | 504787226,27 |

1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.
2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.
3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

Desª MARIA JOSÉ GIRÃO
Presidente do Tribunal

MARIA EVELINE FERNANDES BARRETO
Diretora-Geral/Ordenadora de Despesas

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora da Divisão de Orçamento e Finanças

RICARDO DOMINGUES DA SILVA
Secretário de Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 2, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 8 do Regulamento Geral, resolve:

Determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de janeiro/2017 a dezembro/2017, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Desª. MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 841.083.565,59 | 4.441.427,41 | 845.524.993,00 |
| Pessoal Ativo | 661.626.278,50 | 2.935.256,50 | 664.561.535,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 179.457.287,09 | 1.506.170,91 | 180.963.458,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 176.666.155,79 | 3.059.817,94 | 179.725.973,73 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 2.484.454,86 | 0,00 | 2.484.454,86 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 6.199.844,93 | 3.059.817,94 | 9.259.662,87 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 167.981.856,00 | 0,00 | 167.981.856,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 664.417.409,80 | 1.381.609,47 | 665.799.019,27 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 727.254.324.000,00 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V)=(IIIc/IV)x100 | 0,091360% | 0,000190% | 0,091550% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 0,150370% | | 1.093.572.327,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) | 0,142852% | | 1.038.893.710,65 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 0,135333% | | 984.215.094,30 |

FONTE: Tesouro Gerencial-Siafi-Secof/TRT 9ª REGIÃO-24/jan/2018-16h44m

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64 e

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados: consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Os valores executados de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor não foram inseridos neste demonstrativo, conforme item 9.6 do Acórdão TCU nº 2097/2011, a saber;

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 4.083.249,05;

b) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 2.381.538,93 e

c) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 2.565.561,62.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RAP NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f)=(a-(b+c+d+e) | | |
| Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS) | 169000000 | 2.275,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.275,61 | 2.275,61 | |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 127000000 | 400.666,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400.666,09 | 400.666,09 | |
| | 150151100 | 395.828,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 395.828,95 | 0,00 | |
| | 181000000 | 13.346,53 | 13.346,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | 181151100 | 38.578.131,78 | 19.916,48 | 0,00 | 65811,60 | 0,00 | 38.492.403,70 | 25.850.626,92 | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 39.390.248,96 | 33.263,01 | 0,00 | 65.811,60 | 0,00 | 39.291.174,35 | 26.253.568,62 | 0,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recursos Ordinários | 100000000 | 16.181.344,25 | 97.076,92 | 288.903,67 | 2.463.309,19 | 1.697,21 | 13.330.357,26 | 13.330.357,26 | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | 16.181.344,25 | 97.076,92 | 288.903,67 | 2.463.309,19 | 1.697,21 | 13.330.357,26 | 13.330.357,26 | |
| TOTAL (III) = (I + II) | | 55.571.593,21 | 130.339,93 | 288.903,67 | 2.529.120,79 | 1.697,21 | 52.621.531,61 | 39.583.925,88 | 0,00 |
| | | | | | | | | | |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES | | | | | | | | | |

FONTE: Tesouro Gerencial-Siafi-Secof/TRT 9ª REGIÃO-24/jan/2018-16h44m

Nota: 1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

2. Na disponibilidade de caixa bruta, foram incluídos os valores dos recursos a receber destinados ao pagamento dos restos a pagar, registrados no Siafi na conta 82.224.01.01, no montante de R$ 658.730,44, relativos à fonte 0100000000.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | | 727.254.324.000,00 |
| | | |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 665.799.019,27 | 0,091550% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 1.093.572.327,00 | 0,150370% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 1.038.893.710,65 | 0,142852% |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 39.583.925,88 | 52.621.531,61 |

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar - 24/jan/2018 - 16h44m

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

R$ 1,00

| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 845.524.993,00 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II) | | | | 179.725.973,73 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 665.799.019,27 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.324.000,00 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,091550% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO | LRF, art. 20, incisos I, II E III | | | 0,131673% | 957.597.586,04 |
| | Resolução CNJ 5/2005 | Ato decorrente: | ATO SEOF GDGCA GP Nº 239/2005 | 0,131635% | 957.321.229,40 |
| | Resolução CNJ 26/2006 | Ato decorrente: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,115872% | 842.684.130,31 |
| | Resolução CNJ 177/2013 | Ato decorrente: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,115657% | 841.120.533,51 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 | | | 0,150370% | 1.093.572.327,00 |

Desª. MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU

Presidente do Tribunal

PATRÍCIA AIMÉE BRUEL ANTONIO

Ordenadora da Despesas

MÁRIO LUIS KRÜGER

Diretor da Secretaria de Controle Interno e Auditoria

GISELE MARA SCHIER

Diretora da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo SEI nº 18.0.000000566-1, resolve:

Tornar público, nos termos do art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2017.

PEDRO LUÍS VICENTIN FOLTRAN

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*

| DESPESA COM PESSOAL | Despesas Executadas (Últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b) | Total (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 484.680.124,74 | 456.076,83 | 485.136.201,57 |
| Pessoal Ativo | 314.800.908,77 | 229.946,80 | 315.030.855,57 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 169.879.215,97 | 226.130,03 | 170.105.346,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | - | - | - |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 129.551.215,86 | 0,00 | 129.551.215,86 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | - | - | - |
| Decorrentes de Decisão Judicial | - | - | - |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 11.076.602,86 | | 11.076.602,86 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 118.474.613,00 | - | 118.474.613,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 355.128.908,88 | 456.076,83 | 355.584.985,71 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 727.254.323.971,32 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100 | 0,048831% | 0,000063% | 0,0488942% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,094278% | | | 685.640.831,55 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) 0,089564% | | | 651.358.789,98 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 0,084850% | | | 617.076.748,40 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL - NUCAN/SEORF/TRT 10ª Região - 19/jan/2017 - 19h00min.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

2) Despesas com "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)": despesa liquidada no valor de R$ 6.669.494,31. Não houve despesa inscrita em Restos a Pagar.
3) Despesas com Precatórios da Administração Direta "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor (RPV)": despesas liquidada no valor de R$ 8.826.068,37.
4) O montante das "Despesas com Pessoal Ativo" é igual a R$ 314.800.908,77. Desse total, R$ 47.551.127,57, cerca 15,11%, correspondem à despesa liquidada com contribuição patronal para o RPPS.
5) O montante das "Despesas com Pessoal Ativo" é igual a R$ 314.800.908,77. Desse total, R$ 112.328,11, cerca 0,04%%, correspondem à despesa liquidada com contribuições previdenciárias ao INSS.
6) O montante das "Despesas com Pessoal Ativo" é igual a R$ 314.800.908,77. Desse total, R$ 572.242,69, cerca 0,18%%, correspondem à despesa liquidada com contribuições previdenciárias ao FUNPRESP.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

*R$ 1,00*

| | | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 485.136.201,57 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 129.551.215,86 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 355.584.985,71 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.323.971,32 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,048894% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,118556% | 862.203.636,33 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | | 0,118521% | 861.949.097,31 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | | 0,104329% | 758.737.163,66 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | | 0,104135% | 757.326.290,27 |
| Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | | | 0,094278% | 685.640.831,55 |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO V
(LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | | |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | | | | | | | 0,00 | | |
| Outros Recursos Destinados à Educação | | | | | | | 0,00 | | |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | | | | | | 0,00 | | |
| Outros Recursos Destinados à Saúde | | | | | | | 0,00 | | |
| Recursos Destinados à Assistência Social | | | | | | | 0,00 | | |
| Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário | | | | | | | 0,00 | | |
| Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro | | | | | | | 0,00 | | |
| Recursos destinados ao RGPS | | | | | | | 0,00 | | |
| Recursos de Operações de Crédito (exceto à Educação e à Saúde) | | | | | | | 0,00 | | |
| Recursos de Alienação de Bens/Ativos | | | | | | | 0,00 | | |
| Outras Destinações Vinculadas de Recursos | 27 - Custas e emolumentos - poder judiciário | 671.620,12 | 0,00 | 1.781,01 | 99.531,19 | 0,00 | 570.307,92 | 570.307,92 | 0,00 |
| | 50 - Recursos não financeiros diretam. arrecadados | 470.309,12 | 0,00 | 388,50 | 0,00 | 0,00 | 469.920,62 | 16.997,83 | 0,00 |
| | 81 - Recursos de convênios | 24.312.492,88 | 308.557,01 | 400.253,98 | 977.239,75 | 0,00 | 22.626.442,14 | 20.172.660,38 | 0,00 |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 25.454.422,12 | 308.557,01 | 402.423,49 | 1.076.770,94 | 0,00 | 23.666.670,68 | 20.759.966,13 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 00 - Recursos ordinários | 4.996.507,09 | 0,00 | 152.168,04 | 1.064.306,30 | 600,00 | 3.779.432,75 | 3.187.529,96 | |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| | | | | | | | 0,00 | | |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 0,00<br>0,00<br>0,00<br>0,00<br>0,00<br>0,00<br>0,00<br>0,00 | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 4.996.507,09 | 0,00 | 152.168,04 | 1.064.306,30 | 600,00 | 3.779.432,75 | 3.187.529,96 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 30.450.929,21 | 308.557,01 | 554.591,53 | 2.141.077,24 | 600,00 | 27.446.103,43 | 23.947.496,09 | 0,00 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | | | | | 0,00 | | |

FONTE: TESOURO GERENCIAL - NUCAN/SEORF/TRT 10ª Região - 19/jan/2017 - 19h00min.

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2: Há um montante de R$ 60.000,00 a receber para o pagamento de restos a pagar na fonte "27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário".

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 48) R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE/SEMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 727.254.323.971,32 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 355.584.985,71 | 0,0488942% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,094278% | 685.640.831,55 | 0,0942780% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,089564% | 651.358.789,98 | 0,0895641% |

| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida | - | - |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | - | - |

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias Concedidas | - | - |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | - | - |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas | - | - |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | - | - |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | - | - |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | - | - |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 23.947.496,09 | 27.446.103,43 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL - NUCAN/SEORF/TRT 10ª Região - 19/jan/2017 - 19h00min.

Des. PEDRO LUÍS VICENTIN FOLTRAN
Presidente do Tribunal

GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS
Diretor-Geral e Ordenador de Despesas
Substituto

NATÁLIA VIEIRA DE MIRANDA
Coordenadora de Controle Interno
Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 23 DE 26 DE JANEIRO DE 2018

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto nos artigos 54, III, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04-05-2000,

RESOLVE

Art. 1º. Emitir o Relatório de Gestão Fiscal, com o demonstrativo da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, bem como o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar, demonstrativo simplificado do relatório de gestão fiscal e demonstrativo dos limites de despesa com pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário-Item 9.4, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2017.

Art. 2º. O Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, será publicado na forma do disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000.

MARI ELEDA MIGLIORINI

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

| RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | | | R$ 1,00 |
|---|---|---|---|
| DESPESA COM PESSOAL | Despesas Executadas (Últimos 12 meses) | | |
| | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b) | Total ( c ) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 632.861.471,28 | 2.284.518,20 | 635.145.989,48 |
| Pessoal Ativo | 438.044.127,70 | 1.392.112,78 | 439.436.240,48 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 194.817.343,58 | 892.405,42 | 195.709.749,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | 177.656.853,92 | 0,00 | 177.656.853,92 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 256.584,30 | 0,00 | 256.584,30 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 15.472.229,62 | 0,00 | 15.472.229,62 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 161.928.040,00 | 0,00 | 161.928.040,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 455.204.617,36 | 2.284.518,20 | 457.489.135,56 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.324.000,00 |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100 | | 0,062592% | 0,000314% | 0,062906% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 0,114128% | | | 830.000.814,89 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) | 0,108422% | | | 788.500.774,15 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 0,102715% | | | 747.000.733,41 |

FONTE: Tesouro Gerencial - 23/01/2018 - 17:00, SIGEO-JT - Janeiro a Dezembro de 2017, Coordenadoria de Orçamento e Finanças - TRT 12 ª Região - 23/01/2018.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 38.570.770,80;

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 75.855.520,37.

MARI ELEDA MIGLIORINI
Desembargadora do Trabalho-Presidente

MARCUS VINICIUS DE LIMA OLIVEIRA
Diretor-Geral da Secretaria Substituto

LILIANE LEITE DESTRI
Coordenadora de Orçamento e Finanças Substituta

ALEX CRISTIANO GRAMKOW HAMMES
Diretor da Secretaria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = (a- ( b + c + d+ e)) | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recursos Ordinários | 100 - Recursos Ordinários | 14.295.411,62 | 0,00 | 0,00 | 2.928.988,09 | 0,00 | 11.366.423,53 | 11.366.423,53 | 0,00 |
| Recursos vinculados a Fundos , Orgãos e Programas | 127 - Custas e Emolumentos | 693.750,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 693.750,55 | 693.750,55 | 0,00 |
| | 0150- Receitas diretamente arrecadadas 12ª Região | 2.411.477,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.411.477,50 | 0,00 | 0,00 |
| | 0181 - Receitas de Convênios TRT 12ª Região | 66.296.437,70 | 0,00 | 0,00 | 370.888,05 | 0,00 | 65.925.549,65 | 65.925.549,65 | 0,00 |
| | 0381- Receitas de Convênios - TRT 12ª Região | 7.882,93 | 0,00 | 0,00 | 1.859,12 | 0,00 | 6.023,81 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 83.704.960,30 | 0,00 | 0,00 | 3.301.735,26 | 0,00 | 80.403.225,04 | 77.985.723,73 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | | 83.704.960,30 | 0,00 | 0,00 | 3.301.735,26 | 0,00 | 80.403.225,04 | 77.985.723,73 | 0,00 |
| | | | | | | | | | |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Tesouro Gerencial 2017 - RGF - SIAFI 2017

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota :2 - Valor de Disponibilidade de Restos a Pagar a Receber R$ 222.377,79 - Fonte de Recurso 0100- Recurso Ordinário.

MARI ELEDA MIGLIORINI
Desembargadora do Trabalho - Presidente

MARCUS VINICIUS DE LIMA OLIVEIRA
Diretor-Geral em Exercício

LILIANE LEITE DESTRI
Coordenadora de Orçamento e Finanças Substituta

ALEX CRISTIANO GRAMKOW HAMMES
Diretor da Secretaria de Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo VI | R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE | |
|---|---|---|
| Receita Corrente líquida | 727.254.324.000,00 | |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 457.489.135,56 | 0,062906 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 830.000.814,89 | 0,114128 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 788.500.774,15 | 0,108422 |

| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida | 0 | 0 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 0 | 0 |

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias Concedidas | 0 | 0 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 0 | 0 |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas | 0 | 0 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0 | 0 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 0 | 0 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0 | 0 |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 77.985.723,73 | 80.403.225,04 |

FONTE: Tesouro Gerencial - 23/01/2018 - 17:00 - SIGEO-JT - Janeiro a Dezembro/2017 - Coordenadoria de Orçamento e Finanças - TRT 12ª Região - SC-23/01/2018

Nota: Recursos a receber para RP (valores líquidos, incluídos em Disponibilidade Bruta) - R$ 222.377,79.

MARI ELEDA MIGLIORINI
Desembargadora do Trabalho-Presidente

MARCUS VINICIUS DE LIMA OLIVEIRA
Diretor-Geral da Secretaria Substituto

LILIANE LEITE DESTRI
Coordenadora de Orçamento e Finanças Substituta

ALEX CRISTIANO GRAMKOW HAMMES
Diretor da Secretaria de Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

*R$ 1,00*

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 635.145.989,48 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 177.656.853,92 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 457.489.135,56 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.324.000,00 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,062906% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,142164% | 1.033.893.837,17 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | ATO.SEOF.GDG-CA.GP Nº 239/2005 | 0,142123% | 1.033.595.662,90 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,125105% | 909.831.522,04 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,124872% | 908.137.019,47 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3 | 0,114128% | 830.000.814,89 |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

MARI ELEDA MIGLIORINI
Desembargadora do Trabalho-Presidente

MARCUS VINICIUS DE LIMA OLIVEIRA
Diretor-Geral da Secretaria Substituto

LILIANE LEITE DESTRI
Coordenadora de Orçamento e Finanças Substituta

ALEX CRISTIANO GRAMKOW HAMMES
Diretor da Secretaria de Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 74, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000;

CONSIDERANDO o teor da Portaria GP n. 0061, de 23-1-2018, publicada no DEJT de 26-1-2018, que tornou público o Relatório de Gestão Fiscal correspondente ao 3º quadrimestre do exercício 2017 - período de janeiro a dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de tornar público o Anexo VI do referido Relatório de Gestão Fiscal, conforme consta nos autos do PROAD n. 21055/2017, resolve:

ADITAR a Portaria GP n. 0061, de 23-1-2018, para incluir o Anexo VI do Relatório de Gestão Fiscal correspondente ao 3º quadrimestre do exercício 2017 - período de janeiro a dezembro de 2017.

Des. SHIKOU SADAHIRO

| | | |
|---|---|---|
| OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO): 2 | | |
| RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL | | |
| DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL | | |
| ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | |
| JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 | | |
| LRF, art. 48 - Anexo VI R$ 1,00 | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | | |
| Receita Corrente Líquida | | 727.254.324.000,00 |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 225.531.441,96 | 0,031011 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -<%> | 418.018.512,88 | 0,057479 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) -<%> | 397.117.587,23 | 0,054605 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Dívida Consolidada Líquida | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |
| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Total das Garantias Concedidas | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Operações de Crédito Internas e Externas | | |
| Operações de Crédito por antecipação da Receita | | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por antecipação da Receita | | |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISP. CX. LIÍQ. (ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. DO EXERC.) |
| Valor Total | 4.875.881,03 | 7.190.288,62 |

FONTE: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional - SOF/TRT14ª Região - 26/01/2018-14hs

Des. SHIKOU SADAHIRO
Presidente do Tribunal

LÉLIO LOPES FERREIRA JÚNIOR
Diretor-Geral das Secretarias

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
Diretor de Serviço de Controle Interno e Auditoria

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
Secretária de Orçamento e Finanças

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA SÉTIMA REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos art. 54, III, parágrafo único e art. 55, I, a, c/c §§ 1º e 2º, da LRF,

RESOLVE:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal em anexo.

MÁRIO RIBEIRO CANTARINO NETO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" ) R$1,00

| DESPESA COM PESSOAL | Despesas Executadas (Últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | Liquidadas (a) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b) | Total (c) = (a) + (b) |
| **DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)** | **236.656.953,63** | **160.000,00** | **236.816.953,63** |
| Pessoal Ativo | 205.155.229,19 | 160.000,00 | 205.315.229,19 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 31.501.724,44 | 0,00 | 31.501.724,44 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)** | **28.493.683,65** | **0,00** | **28.493.683,65** |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 1.494.796,02 | 0,00 | 1.494.796,02 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 26.998.887,63 | 0,00 | 26.998.887,63 |
| **DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)** | **208.163.269,98** | **160.000,00** | **208.323.269,98** |
| **APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL** | | | |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)** | | | **727.254.324.000,00** |
| **% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c /IV) x 100** | **0,028623%** | **0,00022 %** | **0,028645%** |
| **LIMITE MÁXIMO(incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,049317%** | | | **358.660.014,97** |
| **LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,046851%** | | | **340.727.014,22** |
| **LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º, art. 59 da LRF) - 0,044385%** | | | **322.794.013,47** |

FONTE: SIAFI 2017, COFIN/TRT17.ª R., 23.01.2018, 15h55 min.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 717.106,00.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 1.384.465,97; despesa inscrita em restos a pagar não processados: R$ 211.814,80.

4) Receita Corrente Líquida conforme portaria STN n.º 54, de 18/01/2018, publicada em 19/01/2018 no DOU N.º 14.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Líquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | | |
| RECURSOS VINCULADOS À PREV. SOCIAL (RPPS) | 69 - CONTRIB. PAT. P/ PLANO DE SEGURID.DOC.SERV. | 740,67 | 0,00 | 0,00 | 740,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS, ÓRGÃOS E PROGRAMAS | 27 - CUSTA E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO | 880.973,88 | 2.793,71 | 764,00 | 42.856,40 | 0,00 | 834.559,77 | 712.796,91 | 0,00 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS, ÓRGÃOS E PROGRAMAS | 50 - REC. NÃO FINANCEIROS - DIRET. ARRECADADOS | 1.054.109,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.054.109,07 | 179.369,77 | 0,00 |
| RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS, ÓRGÃOS E PROGRAMAS | 81 - RECURSOS DE CONVÊNIOS | 16.627.984,59 | 248.771,18 | 20.919,04 | 1.317.786,77 | 0,00 | 15.040.507,60 | 6.372.555,19 | 0,00 |
| RECURSOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E RECEITAS FINANCEIRAS | 88 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL | 30.593,31 | 0,00 | 21.404,47 | 0,00 | 0,00 | 9.188,84 | 9.188,84 | 0,00 |
| **TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)** | | **18.594.401,52** | **251.564,89** | **43.087,51** | **1.361.383,84** | **0,00** | **16.938.365,25** | **7.273.910,71** | **0,00** |
| RECURSOS ORDINÁRIOS | 00 - RECURSO ORDINÁRIOS | 8.153.652,46 | 269.269,95 | 86.278,92 | 2.702.567,99 | 1.771,37 | 5.093.764,23 | 5.093.764,23 | 0,00 |
| **TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)** | | **8.153.652,46** | **269.269,95** | **86.278,92** | **2.702.567,99** | **1.771,37** | **5.093.764,23** | **5.093.764,23** | **0,00** |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | | **26.748.053,98** | **520.834,84** | **129.366,43** | **4.063.951,83** | **1.771,37** | **22.032.129,51** | **12.367.674,94** | **0,00** |
| **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹** | | | | | | | | | |

FONTE:SIAFI 2017, COFIN/TRT17.ª R., 23.01.2018, 14h50 min.
Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
R$1,00

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| Despesa Bruta com Pessoal (I) | 236.816.953,63 |
| Despesas não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 28.493.683,65 |
| **Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)** | **208.323.269,98** |

**Apuração do Cumprimento do Limite Legal**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida - RCL (IV) | | | | | 727.254.324.000,00 |
| % da Despesa Total com Pessoal DTP - sobre a RCL (V) = (III/IV)*100 | | | | | 0,028645% |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| Limite Máximo <%>\3 | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | | 0,042817% | 311.388.483,91 |
| | Resolução CNJ 5/2005 | Ato decorrente \4: | Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,042805% | 311.301.213,39 |
| | Resolução CNJ 26/2006 | Ato decorrente \4: | Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,037679% | 274.022.156,74 |
| | Resolução CNJ 177/2013 | Ato decorrente \4: | Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,037609% | 273.513.078,71 |
| | Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015 | | | 0,049317% | 358.660.014,97 |

FONTE:SIAFI 2017, COFIN/TRT17.ª R., 23.01.2018, 17h50 min.
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
LRF, art. 48 - Anexo 6 R$1,00

| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** | **VALOR ATÉ O BIMESTRE** | |
|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 727.254.324.000,00 | |
| **DESPESA COM PESSOAL** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL** |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 208.323.269,98 | 0,028645% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,049317%> | 358.660.014,97 | 0,049317% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,046851%> | 340.727.014,22 | 0,046851% |
| **RESTOS A PAGAR** | **INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO** | **DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)** |
| Valor Total | 12.367.674,97 | 22.032.129,51 |

FONTE:SIAFI 2017, COFIN/TRT17.ª R., 23.01.2018, 17h50 min.
Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, e parágrafo único da LRF):

MÁRIO RIBEIRO CANTARINO NETO
Desembargador-Presidente

CARLOS TADEU GOULART
Diretor-Geral de Secretaria

MARCOS DECOTÉ RODRIGUES
Coordenador de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO ROGÉRIO CARDOSO DA COSTA
Coordenador de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 148, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2017, que compreende as despesas de pessoal realizadas no período de janeiro a dezembro de 2017, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO) 2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS | IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e | Demais Obrigações | LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS | LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | (NÃO INSCRITOS POR |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Financeiras | A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
| | | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | (f) = ( a- ( b + c + d+ e)) | | |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 576.883,94 | | | | | 576.883,94 | 576.883,94 | |
| | 50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados | 1.630.063,46 | 3.141,60 | | | | 1.626.921,86 | 1.146.160,30 | |
| | 81 - Recursos de Convênios | 483.063,28 | | | | | 483.063,28 | | |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| Recursos de Alienação de Bens e Direitos | 63 - Recursos Próprios - Alienação de bens e dir. do Patr. Públ. | 220.723,39 | | | | | 220.723,39 | | |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras | 88 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | 19.169.486,87 | | | | | 19.169.486,87 | 19.169.486,87 | |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| Outros Recursos Vinculados | 90 - Recursos Diversos | 91.244,01 | | | | 91.244,01 | 0,00 | | |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | | 22.171.464,95 | 3.141,60 | 0,00 | 0,00 | 91.244,01 | 22.077.079,34 | 20.892.531,11 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 00 - Recursos Ordinários | 47.487.942,81 | 206.455,30 | 1.403,52 | 35.728.650,13 | | 11.551.433,86 | 11.551.433,86 | |
| | | | | | | | 0,00 | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | 47.487.942,81 | 206.455,30 | 1.403,52 | 35.728.650,13 | 0,00 | 11.551.433,86 | 11.551.433,86 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | | 69.659.407,76 | 209.596,90 | 1.403,52 | 35.728.650,13 | 91.244,01 | 33.628.513,20 | 32.443.964,97 | 0,00 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | | | | | | 0,00 | | |

FONTE: TESOURO GERENCIAL - SOF/SEÇÃO DE CONTABILIDADE - 23/jan/2018 - 14h e 20m.

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota:[2] Na disponibilidade de Caixa dos Recursos Ordinários (00) foi incluído o valor de R$ 40.788.423,26 referente a recursos a receber para pagamento de Restos a Pagar

Nota:[3] Na disponibilidade de Caixa dos Recursos de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional (88) foi incluído o valor de R$ 19.169.486,87 referente a recursos a receber para pagamento de Restos a Pagar

Desº PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO
Presidente do Tribunal
MARCOS BALDUINO DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno
SUZANA LAGE FERREIRA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ 1,00*

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | TOTAL |
| | (a) | (b) | (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 405.646.800,88 | 0,00 | 405.646.800,88 |
| Pessoal Ativo | 353.841.952,53 | | 353.841.952,53 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 51.804.848,35 | | 51.804.848,35 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 43.703.685,57 | 0,00 | 43.703.685,57 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 103.966,71 | | 103.966,71 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | | | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 4.754.738,86 | | 4.754.738,86 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 38.844.980,00 | | 38.844.980,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 361.943.115,31 | 0,00 | 361.943.115,31 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | |
|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 727.254.323.971,32 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | 0,049768% | 0,000000% | 0,049768% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 0,077174% | | 561.251.251,98 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 0,073315% | | 533.188.689,38 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 0,069457% | | 505.126.126,78 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL - SOF/NC/SEÇÃO DE CONTABILIDADE - 23/janeiro/2018 - 13h e 20m.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): Despesa liquidada R$ 1.062.350,29;

3) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): Despesa Liquidada R$ 527.174,52

4) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): Despesa Liquidada R$ 6.993.255,85.

Desº PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO
Presidente do Tribunal

MARCOS BALDUINO DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

*R$ 1,00*

| | DESPESAS EXECUTADAS |
|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 405.646.800,88 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 43.703.685,57 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 361.943.115,31 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.323.971,32 | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | 0,049768% | |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III <informar o percetual> | | | 0,056455% | 410.571.428,60 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 <informar o percetual> | 0,056439% | 410.455.067,91 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 <informar o percetual> | 0,049680% | 361.299.948,15 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 <informar o percetual> | 0,049588% | 360.630.874,17 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 <informar o percetual> | | | 0,077174% | 561.251.251,98 |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

FONTE: TESOURO GERENCIAL - SOF/SEÇÃO DE CONTABILIDADE - 23/jan/2018 - 13h e 20m.

Desº PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO
Presidente do Tribunal

MARCOS BALDUINO DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 ATÉ DEZEMBRO/2017

LRF, art. 48 - ANEXO VI R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente líquida | R$ 727.254.323.971,32 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 361.943.115,31 | 0,049768 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 561.251.251,98 | 0,077174 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 533.188.689,38 | 0,073315 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias Concedidas | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas | | |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 32.443.964,97 | 33.628.513,20 |

FONTE: TESOURO GERENCIAL - SOF/SEÇÃO DE CONTABILIDADE - 23/jan/2018 - 14h e 20m.

Desº PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO
Presidente do Tribunal

MARCOS BALDUINO DE OLIVEIRA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 20, 25 DE JANEIRO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no art. 24 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio 2000, e na Lei n. 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016) c/c o art. 5º, inciso I da Lei n. 10.028/2000 ( Lei de Crimes Fiscais), resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2017, que compreende o período de janeiro a dezembro de 2017, conforme documentação em anexo.

Des. PEDRO INÁCIO DA SILVA

ANEXO

| OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO) 2 | | | |
|---|---|---|---|
| UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO | | | |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO | | | |
| RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL | | | |
| DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL | | | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| JANEIRO A DEZEMBRO/2017 | | | |
| RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") | | | *R$ 1,00* |
| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) | | |
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 180.091.197,87 | 1.713.438,76 | 181.804.636,63 |
| Pessoal Ativo | 158.538.169,40 | 1.711.921,60 | 160.250.091,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 21.553.028,17 | 1.517,16 | 21.554.545,63 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 21.154.576,67 | 87.419,13 | 21.241.995,80 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 3.144.385,67 | 87.419,13 | 3.231.804,80 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 18.010.191,00 | | 18.010.191,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 158.936.621,20 | 1.626.019,63 | 160.562.640,83 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 730.386.417.000,00 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)* 100 | 0,021761% | 0,000223% | 0,021983% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 0,034738% | | 253.721.633,54 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 0,033001% | | 241.035.551,86 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 0,031264% | | 228.349.470,18 |

FONTE: Tesouro Gerencial - Contabilidade/SOF/TRT19 - 24/01/2017 - 10h e 57m

2) O valor das despesas com Requisição de Pequeno valor e com precatório durante o período R$ 1.555.921,00 e R$ 986.597,89, respectivamente.

| UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO | |
|---|---|
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19aa REGIÃO | |
| RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL | |
| DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4 | |
| ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | |
| JANEIRO A DEZEMBRO/2017 | |
| | *R$ 1,00* |
| | DESPESAS EXECUTADAS |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 181.804.636,63 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 21.241.995,80 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 160.562.640,83 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | | 730.386.417.000,00 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100 | | | | | 0,021983% |
| | | | | % DA RCL | VALOR |
| LIMITE MÁXIMO \1 | LRF, art. 20, incisos I, II e III <informar o percetual> | | | 0,042869% | 313.109.353,10 |
| | Resol CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 <informar o percetual> | 0,042857% | 313.021.706,73 |
| | Resol CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 <informar o percetual> | 0,037725% | 275.538.275,81 |
| | Resol CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 <informar o percetual> | 0,037655% | 275.027.005,32 |
| | Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 <informar o percetual> | | | 0,034738% | 253.721.633,54 |

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ªa REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

| GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS | DESTINAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição de Restos a Pagar não Processados) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | (a) | (b) | © | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | | |
| 0100 | Recursos Ordinário | 11.847.749,42 | 321.267,78 | 121.728,35 | 4.497.209,16 | 4.843,88 | 6.902.700,25 | 6.902.700,25 | 853.048,05 |
| 0127 | Custas e Emolumentos _Poder Judiciário | 306.814,84 | 228.241,25 | 78.573,59 | | | | | |
| 0150 | Rec. não Financeiro Dir Arrecadados | 845.616,14 | | | 11.145.,51 | | | 79.229,46 | |
| 0181 | Recursos de Convenio | 2.958.231,08 | 16.401,84 | | 766.386,68 | -4.843,88 | 2.946.763,12 | 870.096,92 | |
| 0190 | Recursos Diversos | 49.901,20 | | | | 49.901,20 | | | |
| | | | | | | | | | |
| | TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 16.008.312,68 | 565.910,87 | 200.301,94 | 5.274.741,45 | 49.901,20 | 9.917.457,32 | 7.772.797,17 | 853.048,05 |
| | | | | | | | | | |
| | TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | | | | | | | | |
| | TOTAL (III) = (I + II) | | | | | | | | |
| | REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1] | | | | | | | | |

FONTE: Tesouro Gerencial e SIAFI/2017 - CONTABILIDADE SOF/COF/TRT19 - 24/01/2018 - 11h 48min
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017

LRF, art. 48 - Anexo VI — *R$ 1,00*

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 238.349.470 | 0,031264 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 253.721.634 | 0,034738 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 241.035.552 | 0,033001 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida<br>Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias Concedidas<br>Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas<br>Operações de Crédito por Antecipação da Receita<br>Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas<br>Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 7.772.797,17 | 9.917.457,32 |

FONTE: SIAFI 2017 - CONTABILIDADE /SOF/TRT19 - 24/01/2018 - 12h 03min

PEDRO INÁCIO DA SILVA
Presidente do Tribunal

SHEILA SANTOS ROLIM
Ordenadora de Despesa

HENRIQUE CARDOSO MESQUITA MELLO
Secretário de Orçamento e Finanças

RAFAELA FEREITAS SANTOS
Coordenadora de Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 131, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

A DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO, ELINEY BEZERRA VELOSO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, observado o disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o constante da Portaria nº 403, de 28 de janeiro de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprovou a 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, resolve:

Publicar o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2017, na forma constante dos anexos:

I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal;

V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;

VI - Demonstrativo Simplificado do relatório de gestão fiscal; e

RGF Acórdão 533-2017 TCU-P Item 9.4.

ELINEY BEZERRA VELOSO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO A DEZEMBRO/2017 | | |
|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) | TOTAL (c) = (a)+(b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 249.123.033,34 | 228.834,42 | 249.351.867,76 |
| Pessoal Ativo | 221.941.573,21 | 228.834,42 | 222.170.407,63 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 27.181.460,13 | 0,00 | 27.181.460,13 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 22.478.445,71 | 0,00 | 22.478.445,71 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 50.209,46 | 0,00 | 50.209,46 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 907.541,53 | 0,00 | 907.541,53 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 21.520.694,72 | 0,00 | 21.520.694,72 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 226.644.587,63 | 228.834,42 | 226.873.422,05 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | 727.254.323.971,32 |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (V) = (III c /IV) * 100 | 0,031164% | 0,000031% | 0,031196% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,136461% | 0,049215% | | 357.918.215,54 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | |
|---|---|---|---|
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,129638% | 0,046754% | | 340.022.304,77 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,122815% | 0,044294% | | 322.126.393,99 |

Fonte: Tesouro Gerencial - TRT 23ª Região
Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2) As sentenças judiciais, no período a que se refere o relatório, totalizaram R$ 2.851.039,02, assim compostas: RPV - sentenças de pequeno valor da Administração Direta: R$ 2.255.790,02; e precatórios da Administração Indireta: R$ 595.249,00.
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

| Identificação dos Recursos | | Disponibilidade de Caixa Bruta | ObrigaçõesFinanceiras | | | | Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados No Exercício | Empenhos não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Restos a Pagar Liquidados e não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | ( a ) | ( b ) | ( c ) | ( d ) | ( e ) | ( f )= ( a - (b+c+d+e )) | | |
| Recursos Ordinários | 00- Recursos Ordinários | 3.848.557,68 | 286.277,41 | 149.491,45 | 115.598,83 | 2.850,90 | 3.294.339,09 | 2.038.655,52 | 0,00 |
| | Total | 3.848.557,68 | 286.277,41 | 149.491,45 | 115.598,83 | 2.850,90 | 3.294.339,09 | 2.038.655,52 | 0,00 |
| Recursos Vinculados | 27 - Custas e Emolum. | 361.092,51 | 2.850,90 | 2.205,30 | 0,00 | -2.850,90 | 358.887,21 | 267.334,10 | 0,00 |
| | 50 - Rec. Não-financeiros diretamente arrecadados | 198.081,27 | 0,00 | 5.933,18 | 0,00 | 0,00 | 192.148,09 | 42.533,00 | 0,00 |
| | 63 - Rec. Pro. Dec. Alien. Bens E Dir. Patr. Pub. | 34.922,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.922,82 | 0,00 | 0,00 |
| Vinculados | 69 - Contribuição Patronal para o PSSS | 24.239,39 | 24.239,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 81 - Recursos de Convênios | 1.533.786,68 | 3.849,43 | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.526.937,25 | 564.423,16 | 0,00 |
| | 88 - Remuneração das disp. do Tesouro Nacional | 485.231,64 | 0,00 | 20.321,88 | 0,00 | 0,00 | 464.909,76 | 464.909,76 | 0,00 |
| | 90 - Recursos Diversos (3) | 42.262,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.262,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Total | 2.679.617,01 | 30.939,72 | 31.460,36 | 0,00 | 39.411,80 | 2.577.805,13 | 1.339.220,02 | 0,00 |
| Previdência Social (RPPS) | 69 - Contribuição Patronal para o PSSS | 24.239,39 | 24.239,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Total | 24.239,39 | 24.239,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Alienação de Bens e Direitos | 88 - Remuneração das disp. do Tesouro Nacional | 485.231,64 | 0,00 | 20.321,88 | 0,00 | 0,00 | 464.909,76 | 464.909,76 | 0,00 |
| | Total | 485.231,64 | 0,00 | 20.321,88 | 0,00 | 0,00 | 464.909,76 | 464.909,76 | 0,00 |
| Recursos de Alienação de Bens e Direitos | 63 - Rec. Pro. Dec. Alien. Bens E Dir. Patr. Pub. | 34.922,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.922,82 | 0,00 | 0,00 |
| | Total | 34.922,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.922,82 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 27 - Custas e Emolum. | 361.092,51 | 2.850,90 | 2.205,30 | 0,00 | -2.850,90 | 358.887,21 | 267.334,10 | 0,00 |
| | 50 - Rec. Não-financeiros diretamente arrecadados | 198.081,27 | 0,00 | 5.933,18 | 0,00 | 0,00 | 192.148,09 | 42.533,00 | 0,00 |
| | 81 - Recursos de Convênios | 1.533.786,68 | 3.849,43 | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.526.937,25 | 564.423,16 | 0,00 |
| | Total | 2.092.960,46 | 6.700,33 | 11.138,48 | 0,00 | -2.850,90 | 2.077.972,55 | 874.310,26 | 0,00 |
| Outros Recursos | 90 - Recursos Diversos (3) | 42.262,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.262,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vinculados | Total | 42.262,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.262,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO
DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017
LRF, art. 48 - Anexo VI Em R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 727.254.323.971,32 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 226.873.422,05 | 0,031196 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,136461%> | 357.918.215,54 | 0,049215 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,129638%> | 340.022.304,77 | 0,046754 |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 3.377.875,54 | 5.872.144,22 |

FONTE: Tesouro Gerencial - TRT 23ª Região.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

| | | | DESPESAS EXECUTADAS | |
|---|---|---|---|---|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | | | | 249.351.867,76 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | | | | 22.478.445,71 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | | | | 226.873.422,05 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | | 727.254.323.971,32 |
| % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP SOBRE A RCL (V) = (III/IV)*100 | | | | 0,031196% |
| | | | % DA RCL | VALOR |
| Limite Máximo | LRF, art. 20, incisos I, II e III | | 0,038991% | 283.563.733,46 |
| | Resolução CNJ 5/2005 | Ato decorrente \2: | Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 | 0,038980% | 283.483.735,48 |
| | Resolução CNJ 26/2006 | Ato decorrente \2: | Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007 | 0,034312% | 249.535.503,64 |
| | Resolução CNJ 177/2013 | Ato decorrente \2: | Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013 | 0,034248% | 249.070.060,87 |
| | Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015 | | | 0,049215% | 357.918.215,54 |

SELMA NAARA SCHINELLO NONNENMACHER
Secretária de Orçamento e Finanças

FÁBIO RICARDO MORAES MARTINS
Secretário de Auditoria e Controle Interno

Eliney Bezerra Veloso
Presidente do Tribunal

# Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

### RESOLUÇÃO N° 159, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Prorroga o prazo de vencimento, para pagamento com desconto, das anuidades referentes ao exercício de 2018 e dá outras providências.

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR), no exercício das competências e prerrogativas de que tratam o art. 28 da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e os artigos 2°, 4° e 30 do Regimento Interno aprovado pela Deliberação Plenária Ordinária DPOBR n° 0065-05/2017, de 28 de abril de 2017, e instituído pela Resolução CAU/BR n° 139, de 28 de abril de 2017, e de acordo com a Deliberação Plenária Ad Referendum n° 1/2018, de 25 de janeiro de 2018, adotada na mesma data pelo Presidente do CAU/BR; resolve:

Art. 1° Fica prorrogado, para 28 de fevereiro de 2018, o prazo a que se refere o art. 4°, inciso I da Resolução n° 121, de 19 de agosto de 2016, para pagamento, com desconto, das anuidades referentes ao exercício de 2018.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO GUIMARÃES
Presidente do Conselho

## CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

### RESOLUÇÃO Nº 566, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Altera a Resolução Cofen nº 425/2012 e a Resolução Cofen 493/2015, cria empregos em comissão e função gratificada no Cofen, atualiza o Organograma, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen n° 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da estrutura administrava com vistas ao aprimoramento da governança do Conselho Federal de Enfermagem e ao atendimento de forma plena às boas práticas de gestão pública, de modo a maximizar esforço organizacional no cumprimento das regras constantes nos dispositivos legais e regimentais que norteiam as ações do Cofen;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, autoriza o Conselho Federal de Enfermagem, respeitando o limite de gastos com pessoal, dotação orçamentária e disponibilidade financeira, definir sua estrutura administrativa por meio da criação de assessorias, departamentos, divisões e setores, disciplinando seus objetivos, atribuições e respectivos vínculos internos;

CONSIDERANDO que cabe ao Cofen, face à dinâmica da Gestão Pública, promover a qualquer tempo a reorganização ou reestruturação administrativa, devendo, em todo o caso, manter atualizado seu organograma institucional;

CONSIDERANDO que, nos termos do Regimento Interno do Cofen, cabe ao Plenário aprovar a Política de Recursos Humanos, criar cargos, funções e assessorias, fixar salários e gratificações, bem como fixar valores de vencimentos e vantagens dos empregados públicos;

CONSIDERANDO tudo o mais que consta nos autos dos PADs Cofen nºs 500/2014 e 279/2012 e a deliberação do Plenário em sua 497ª Reunião Ordinária, ocorrida em Brasília-DF, no dia 22 de janeiro de 2018. Resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Alterar e atualizar o Organograma Institucional do Conselho Federal de Enfermagem, anexo da presente resolução, disponível no Portal Cofen (www.portalcofen.gov.br).

Art. 2º Criar o Departamento de Gestão do Exercício Profissional, subordinado à Diretoria do Cofen, cujas atribuições estão insertas no Caderno de Atribuições anexo à presente Resolução da qual faz parte para todos os efeitos legais.

Art. 3º Criar a Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, subordinada ao Departamento de Gestão do Exercício Profissional, cujas atribuições estão insertas no Caderno de Atribuições anexo à presente Resolução da qual faz parte para todos os efeitos legais.

Art. 4º Criar o Setor de Gestão de Contratos, subordinado à Divisão de Infraestrutura e Suprimentos, cujas atribuições estão insertas no Caderno de Atribuições anexo à presente Resolução da qual faz parte para todos os efeitos legais.

Art. 5º Renomear a Divisão de Licitação e Contratos que passa a ser Divisão de Licitações, Contratos e Convênios, cujas atribuições estão insertas no Caderno de Atribuições anexo à presente Resolução da qual faz parte para todos os efeitos legais.

Art. 6º Criar o Emprego Público em Comissão de Chefe do Departamento de Gestão do Exercício Profissional, de livre nomeação e exoneração, Assessor Analista II, que deverá ser exercido exclusivamente por profissional enfermeiro, cujas atribuições estão insertas no Caderno de Atribuições anexo à presente Resolução da qual faz parte para todos os efeitos legais.

Art. 7º Criar o Emprego Público em Comissão de Chefe da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, de livre nomeação e exoneração, Assessor Analista II, que deverá ser exercido exclusivamente por profissional enfermeiro, cujas atribuições estão insertas no Caderno de Atribuições anexo à presente Resolução da qual faz parte para todos os efeitos legais.

Art. 8º Criar a Função Gratificada de Chefe do Setor de Gestão de Contratos, de livre nomeação e exoneração, cujas atribuições estão insertas no Caderno de Atribuições anexo à presente Resolução da qual faz parte para todos os efeitos legais, que somente poderá ser desempenhada por empregado público de provimento efetivo dos quadros do Cofen.

Art. 9º O Setor de Processos Éticos passa a ser subordinado ao Departamento de Gestão do Exercício Profissional.

Art. 10 O parágrafo único do art. 4º da Resolução Cofen nº 493, de 29 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Setor de Processos Éticos passa a ser subordinado diretamente ao Departamento de Gestão do Exercício Profissional".

Art. 11 Renomear o Setor de Registro e Cadastro que passa a ser Setor de Inscrição, Registro e Cadastro, subordinado ao Departamento de Gestão do Exercício Profissional.

Art. 12 O art. 16 da Resolução Cofen nº 493, de 29 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica criado no organograma do Cofen o Setor de Inscrição, Registro e Cadastro, o qual é vinculado ao Departamento de Gestão do Exercício Profissional."

Art. 13 O art. 32 da Resolução Cofen nº 493, de 29 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Criar a Função Gratificada de Chefe do Setor de Inscrição, Registro e Cadastro, sendo ocupado exclusivamente por empregado público do quadro."

Art. 14 O parágrafo único do artigo 9º da Resolução Cofen nº 425, de 26 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Na criação dos empregos públicos em comissão, o Cofen e os Conselhos Regionais de Enfermagem deverão observar o limite máximo de 40% (quarenta por cento) do quantitativo total estabelecido para os seus quadros efetivos."

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

## CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

### RESOLUÇÃO Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei n.º 5.766, de 20 de dezembro de 1971, e pelo Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977;

CONSIDERANDO os princípios fundamentais previstos no Art. 1º da Constituição Federal de 1988, que estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, e o Art. 5º, que dispõe que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza";

CONSIDERANDO o Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, o qual enuncia: "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade";

CONSIDERANDO os Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero presentes na Convenção de Yogyakarta, de novembro de 2006;

CONSIDERANDO a Declaração de Durban - Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata -, que reafirma o princípio de igualdade e de não discriminação, adotada em 8 de setembro de 2001;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, publicada em 2013 pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO o Código de Ética Profissional das Psicólogas e dos Psicólogos, editado por meio da Resolução CFP nº 10/2005, de 21 de julho de 2005;

CONSIDERANDO as expressões e identidades de gênero como possibilidades da existência humana, as quais não devem ser compreendidas como psicopatologias, transtornos mentais, desvios e/ou inadequações;

CONSIDERANDO que expressão de gênero refere-se à forma como cada sujeito apresenta-se a partir do que a cultura estabelece como sendo da ordem do feminino, do masculino ou de outros gêneros;

CONSIDERANDO que identidade de gênero refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero;

CONSIDERANDO que cisnormatividade refere-se ao regramento social que reduz a divisão das pessoas apenas a homens e mulheres, com papéis sociais estabelecidos como naturais, postula a heterossexualidade como única orientação sexual e considera a conjugalidade apenas entre homens e mulheres cisgêneros;

CONSIDERANDO a cisnormatividade como discursos e práticas que excluem, patologizam e violentam pessoas cujas experiências não expressam e/ou não possuem identidade de gênero concordante com aquela designada no nascimento;

CONSIDERANDO que a autodeterminação constitui-se em um processo que garante a autonomia de cada sujeito para determinar sua identidade de gênero;

CONSIDERANDO que a estrutura das sociedades ocidentais estabelece padrões de sexualidade e gênero que permitem preconceitos, discriminações e vulnerabilidades às pessoas transexuais, travestis e pessoas com outras expressões e identidades de gênero não cisnormativas; resolve:

Art. 1º - As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão voltada à eliminação da transfobia e do preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis.

Art. 2º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis.

Art. 3º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante a discriminação de pessoas transexuais e travestis.

Art. 4º - As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações em relação às pessoas transexuais e travestis.

Art. 5º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício de sua prática profissional, não colaborarão com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias em relação às transexualidades e travestilidades.

Art. 6º - As psicólogas e os psicólogos, no âmbito de sua atuação profissional, não participarão de pronunciamentos, inclusive nos meios de comunicação e internet, que legitimem ou reforcem o preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis.

Art. 7º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis.

Parágrafo único: As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero.

Art. 8º - É vedado às psicólogas e aos psicólogos, na sua prática profissional, propor, realizar ou colaborar, sob uma perspectiva patologizante, com eventos ou serviços privados, públicos, institucionais, comunitários ou promocionais que visem a terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ

### DECISÃO Nº 140, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova Orçamento 2018 do Coren/PR.

O Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - Coren/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, respeitando as normas do Conselho Federal de Enfermagem e o seu Regimento Interno, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Cofen n° 340/2008, que estabelece o Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen/Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o teor da Resolução Cofen n° 0503/2016, de 06 de janeiro de 2016;

CONSIDERANDO o teor da Resolução Cofen n° 0532/2017, de 02 de fevereiro de 2017;

CONSIDERANDO o Plano Plurianual 2016-2018 do Coren/PR; CONSIDERANDO a necessidade de monitoramento e manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas;

CONSIDERANDO a deliberação da 596ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada em 18 de outubro de 2017; decide:

Art. 1° Aprovar o Orçamento para o Exercício 2018 do Coren/PR.

Art. 2° Encaminhar proposta orçamentária no valor de R$ 21.615.916,76 (vinte e um milhões, seiscentos e quinze mil, novecentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos), com informações anexas de base de cálculo, para apreciação e homologação do Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 3° Fixar o limite de 20% do valor total da proposta orçamentária para que o próprio Regional autorize abertura de créditos adicionais suplementares, sendo este percentual correspondente à R$ 4.323.183,35 (Quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, cento e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos).

Art. 4º Esta Decisão entra em vigência na data de sua assinatura.

SIMONE APARECIDA PERUZZO
Presidente do Conselho

VERA RITA DA MAIA
Secretária

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

### RESOLUÇÃO Nº 510, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a regulamentação que dispõe sobre participação em Seminário de Responsabilidade Técnica para Médicos Veterinários e Zootecnistas e institui participação como requisito para homologação das Anotações de Responsabilidade Técnica.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas letras "a" do artigo 18 da Lei n.º 5.517/68, combinado com a alínea "a" do artigo 4º do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº. 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Considerando a importância das atividades de responsabilidade técnica, visto englobar o conjunto de normas regedoras a serem cumpridas por todos os Médicos Veterinários e Zootecnistas, quando no desempenho da atividade profissional. Considerando que Médicos Veterinários e Zootecnistas, por convicção, por inspiração cívica, tendo em vista o prestígio da classe e o progresso nacional, resolveram se submeter a instrumento normativo de comportamento, baseado na conduta profissional exemplar. Considerando a obrigatoriedade imposta pelo Código de Ética do Médico Veterinário e Zootecnista de capacitação e atualização na área de atuação profissional. Considerando as atribuições do CRMV-GO de promover aos Médicos Veterinários e Zootecnistas para o exercício da Medicina Veterinária e Zootecnia com dignidade e consciência com observância às normas de ética profissional prevista no Código de Ética do Médico Veterinário e do Zootecnista na legislação vigente, e pautar seus atos por princípios morais de modo a se fazer respeitar, preservando o prestígio e as nobres tradições da profissão. Resolve:

Art. 1º - Instituir o Seminário de Responsabilidade Técnica aos Médicos Veterinários, Zootecnistas e empresas afins com o objetivo de promover e informar sobre o conjunto de normas regulamentadoras de responsabilidade técnica, o Código de Ética do Médico Veterinário e Zootecnista e responsabilidades administrativas, civis e criminais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018013000136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º - Os profissionais da Medicina Veterinária e Zootecnia estão obrigados à apresentação de certificado de participação em Seminário Básico de Responsabilidade Técnica para requererem homologação do primeiro contrato de Anotação de Responsabilidade Técnica com a empresa contratante. É necessária a participação nesse evento apenas uma vez, sendo válida por tempo indeterminado.

Parágrafo único - Para as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) com contratantes que são dispensados de registro no CRMV-GO, será exigida apenas a ART, sendo necessária a participação apenas no seminário básico.

Art. 3º - Os Médicos Veterinários e Zootecnistas ficam obrigados a comprovar a participação em um Seminário Avançado na área em que exercer a função de Responsável Técnico ou em evento técnico-científico relacionado à sua área de atuação, a cada dois anos, para requererem a renovação da Anotação de Responsabilidade Técnica.

§ 1º A realização do Seminário Avançado ou a participação em evento técnico-científico relacionado à área de atuação só servirá para homologação de Anotação de Responsabilidade Técnica na respectiva área.

§ 2º Caso o profissional não tenha participado do Seminário Básico, mas realizou o Seminário Avançado ou participar de evento técnico-científico na área nos últimos dois anos, e apresente ART dessa atividade, a mesma será considerada, não havendo a necessidade de participação no Seminário Básico.

Art. 4º - Será aceito certificado de eventos promovidos por outros CRMV's, desde que a carga horária e o conteúdo sejam semelhantes ao estabelecido pelo CRMV-GO, conforme os seguintes assuntos:

a) Sistema CFMV e CRMV's - atividades e atribuições;
b) Código de Ética e orientação profissional;
c) Manual de Responsabilidade Técnica - profissionais e empresas;
d) Responsabilidades administrativas, civil e criminal.

Art. 5º - Os Seminários serão realizados de forma regionalizada no estado de Goiás, sob responsabilidade do CRMV-GO, podendo ser realizados convênios com entidades científicas, sem fins lucrativos, e ligadas à Medicina Veterinária e/ou Zootecnia.

Parágrafo Único - O participante receberá certificado do Seminário desde que tenha obtido 100% (cem por cento) de frequência ao evento inscrito.

Art. 6º - Caso o profissional não tenha participado do seminário e seja necessária homologação da ART, a mesma poderá ser protocolada, condicionado ao preenchimento de termo de compromisso de participação em seminário de RT (ANEXO I). Caso o profissional se comprometa a participar do seminário, não compareça, e não encaminhe justificativa de ausência em até 10 dias, a ART será passível de cancelamento ou impedida de ser renovada com este profissional.

Esta Resolução entra em vigor na data de publicação em diário oficial, revogando-se as disposições em contrário, especificamente à Resolução CRMV-GO n.º 484, de 22 de outubro de 2013.

OLÍZIO CLAUDINO DA SILVA
Presidente do Conselho

INGRID BUENO ATAYDE
Secretária-Geral

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIO DE RT

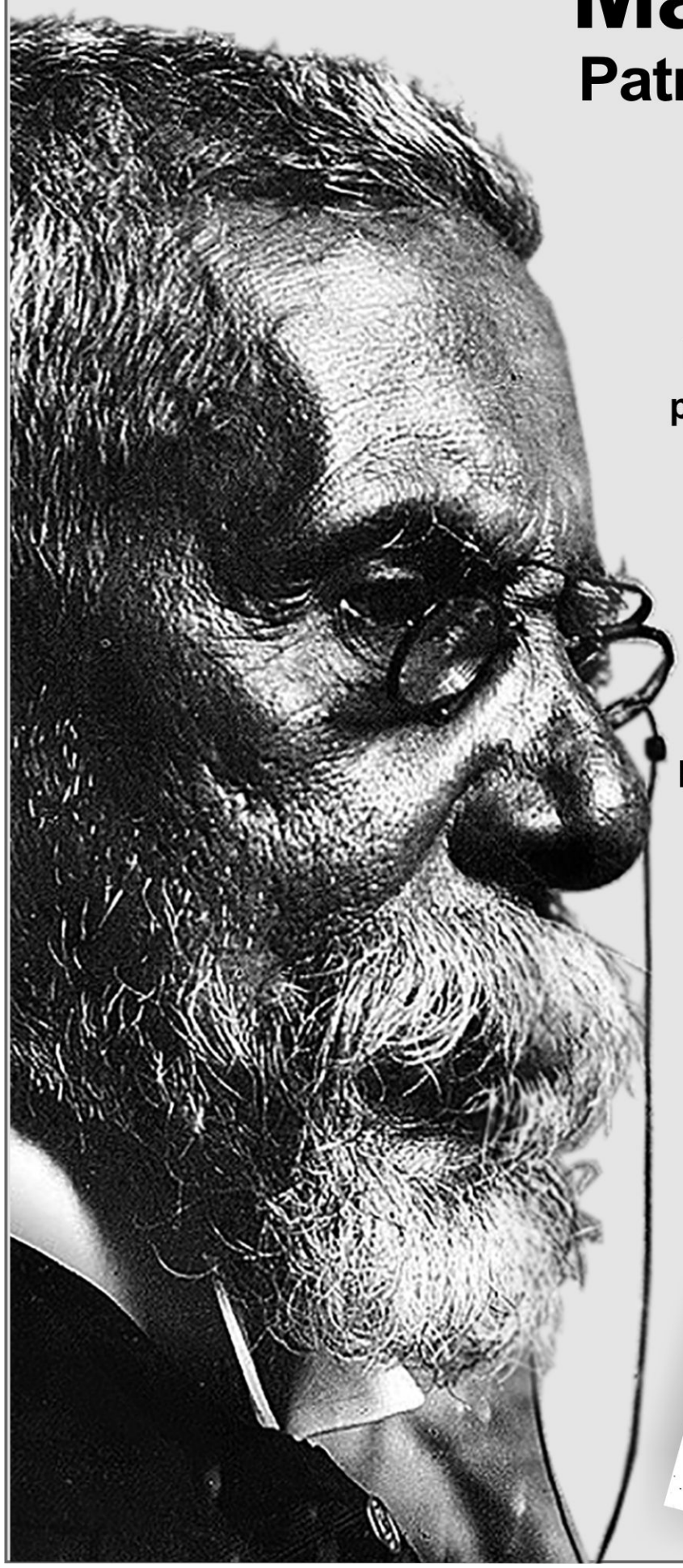
Eu, _____, CRMV-GO nº _____ declaro ter tomado ciência de que a homologação da minha Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ficará condicionada a participação em próximo seminário imediato de responsabilidade técnica, módulo _____, a ser realizado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás (CRMV-GO).

Declaro ainda, ter tomado ciência de que o não comparecimento neste seminário, sem motivo justificado, implicará no cancelamento da ART já homologada ou impedimento de renovação (art. 6º Resolução CRMV-GO nº 510/2017), sem direito a devolução de quaisquer valores pagos, só podendo ocorrer a homologação de nova ART após o cumprimento das formalidades legais, inclusive o pagamento das taxas devidas e renovação de documentos.

_____, _____ de _____ de _____

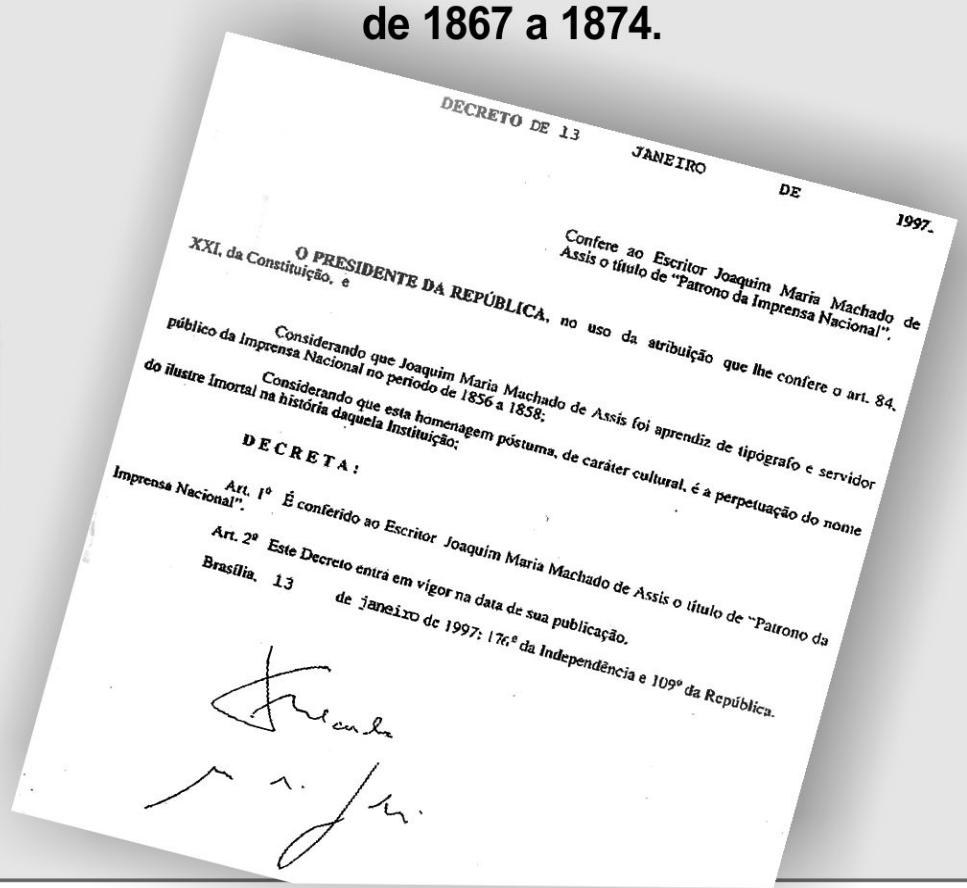
_____
Assinatura
Data:_____/_____/_____
Despacho do Presidente:





# Machado de Assis
## Patrono da Imprensa Nacional

**Em 2017, o Brasil e o mundo comemoram o 178º aniversário de Machado de Assis (21/6). Nossa homenagem ao maior escritor brasileiro e patrono da Imprensa Nacional, título conferido por decreto presidencial de 13 de janeiro de 1997. Aqui ele iniciou sua atividade profissional como aprendiz de tipógrafo, entre 1856 e 1858, na então Typographia Nacional dirigida pelo também escritor Manuel Antonio de Almeida. posteriormente, Machado de Assis regressou para exercer a função de assistente do Diretor do Diário Oficial, no período de 1867 a 1874.**



DECRETO DE 13 JANEIRO DE 1997.

Confere ao Escritor Joaquim Maria Machado de Assis o título de "Patrono da Imprensa Nacional".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, XXI, da Constituição, e

Considerando que Joaquim Maria Machado de Assis foi aprendiz de tipógrafo e servidor público da Imprensa Nacional no período de 1856 a 1858;

Considerando que esta homenagem póstuma, de caráter cultural, é a perpetuação do nome do ilustre imortal na história daquela Instituição;

DECRETA:

Art. 1º É conferido ao Escritor Joaquim Maria Machado de Assis o título de "Patrono da Imprensa Nacional".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.